

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Mariana Freitas Alvim

Os evangélicos segundo a imprensa: discursos e enquadramentos
na produção da Folha de S. Paulo e O Globo de 1985 a 2020

Doutorado em Comunicação e Semiótica

São Paulo
2022

Mariana Freitas Alvim

Os evangélicos segundo a imprensa: discursos e enquadramentos
na produção da Folha de S. Paulo e O Globo de 1985 a 2020

Tese apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para obtenção do título
de DOUTORA em Comunicação e Semiótica,
sob a orientação do Prof. Dr. José Luiz Aidar
Prado.

São Paulo

2022

Alvim, Mariana Freitas

Os evangélicos segundo a imprensa: discursos e enquadramentos na produção da Folha de S. Paulo e O Globo de 1985 a 2020. / Mariana Freitas Alvim. -- São Paulo: [s.n.], 2022.

227p. il. ; cm.

Orientador: José Luiz Aida Prado.

Tese (Doutorado)-- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica.

1. Evangélicos. 2. Análise de discurso. 3. Jornalismo impresso. 4. Enquadramentos jornalísticos. I. Prado, José Luiz Aida. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica. III. Título.

CDD

Banca Examinadora

Às vítimas da covid-19, vítimas também do negacionismo, da ignorância e da irresponsabilidade política; às cientistas e aos cientistas brasileiros.

AGRADECIMENTO

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, processo 140019/2019-7) e à Fundação São Paulo (FUNDASP) pelo financiamento da pesquisa e da minha formação como doutora.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Verônica e Marcus Vinícius, pelo apoio incondicional à minha educação e aos meus sonhos.

Aos meus avós, tios e tias, primos e primas que são desde o berço um refúgio de alegria e amor para mim.

Ao meu orientador José Luiz Aidar Prado pela prestatividade, paciência, compreensão, parceria e pelos ensinamentos durante todo o doutorado.

À Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) por todo o suporte.

Às minhas editoras, editores e colegas da BBC Brasil pelo apoio e compreensão com demandas do doutorado.

Ao grupo de estudo Mídia, Religião e Cultura (MIRE) e ao grupo de pesquisa em Mídia Impressa da PUC-SP pelas trocas.

A Alexandre Lima, Clara Chaves, Júlia Amin e Victor Mendes pelo amor e apoio no dia a dia.

A Eliane, que me deixou tanto carinho.

A Angela Dionísio, Fernando Masanori, Isadora Bertolini, João Pequeno, Julia Duarte e Luiza Erthal que contribuíram com diversas tarefas, questões práticas e tecnológicas da tese.

Às bibliotecas públicas Alceu Amoroso Lima e Parque Villa-Lobos, em São Paulo, pelo espaço e acolhimento em várias etapas do doutorado.

RESUMO

ALVIM, Mariana Freitas. **Os evangélicos segundo a imprensa:** discursos e enquadramentos na produção de O Globo e Folha de S. Paulo de 1985 a 2020.

Esta pesquisa investiga a produção de discursos jornalísticos sobre os evangélicos. A crescente visibilidade desses religiosos no Brasil desde os anos 1980 deve-se, em parte, ao progressivo interesse da imprensa neles. Pesquisas anteriores indicaram, através da análise de discurso, que o conteúdo jornalístico publicado foi predominantemente marcado pela ironia, pela deslegitimação, pelos estereótipos e pela demarcação da alteridade dos evangélicos. Esta análise de discurso se volta para dois jornais impressos de referência, O Globo e Folha de S. Paulo, segmento do jornalismo pouco contemplado nas pesquisas anteriores. A amostra é composta por matérias destacadas na capa dos jornais nos anos de 1985, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010, 2015 e 2020, totalizando 244 textos. A análise se concentrou na natureza do discurso jornalístico acerca dos evangélicos, buscando responder quando tais religiosos se tornam pauta. O *corpus* foi ordenado em três grandes discursos estruturantes da cobertura jornalística: o da expansão, em que o crescimento evangélico em várias áreas é identificado e colocado como uma possível ameaça ao catolicismo e à tolerância religiosa no país; o da exploração, em que a relação entre fiéis e igrejas, quando mediada pelo dinheiro, é atravessada por um julgamento moral; e o do espaço público, em que a presença dos evangélicos na política e em áreas públicas revela tensões por seu impacto para a sociedade mais ampla. Cada um desses três discursos é composto por três enquadramentos (totalizando nove enquadramentos), uma abordagem teórico-metodológica que se propõe a tipificar, no conteúdo jornalístico, padrões temáticos e de estruturação de textos. Quantitativa e qualitativamente, constatou-se que a Igreja Universal foi de longe a igreja evangélica mais focada e que os pastores e políticos evangélicos predominaram como fontes, em detrimento dos fiéis evangélicos. Verificou-se também que especialistas, membros da hierarquia católica e da hierarquia de igrejas evangélicas históricas participaram, enquanto fontes, na construção de discursos predominantes sobre os evangélicos nos jornais, assim como fizeram órgãos da Justiça, através de seus posicionamentos e ações.

Palavras-chave: evangélicos; análise de discurso; jornalismo impresso; enquadramentos jornalísticos.

ABSTRACT

ALVIM, Mariana Freitas. **The evangelicals according to the press:** discourses and news frames in the production of O Globo and Folha de S. Paulo from 1985 to 2020.

This research investigates the production of journalistic discourses about Brazilian evangelicals. The increasing visibility of these religious groups since the 1980s is due, in part, to the rise of press interest in them. Previous research indicated, through discourse analysis, that journalistic content about evangelicals was predominantly marked by irony, delegitimization, stereotypes and their designation as the “other”. This discourse analysis focuses on two leading printed newspapers, O Globo and Folha de S. Paulo, a segment of journalism that was not much covered in previous researches. The sample consists of cover stories published in 1985, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010, 2015 and 2020, totaling 244 texts. The analysis focused on the nature of discourse about evangelicals, seeking to answer when such religious groups become a matter of journalistic attention. The *corpus* was organized into three major structuring discourses of newspapers coverage: the discourse of expansion, in which evangelical growth in several areas is identified and placed as a possible threat to catholicism and religious tolerance in the country; that of exploitation, in which the relationship between the churches and their followers, when mediated by money, is sewn by a moral judgment; and that of public space, in which the presence of evangelicals in politics and in public areas reveals tensions over their impact on the wider society. Each of these three discourses is composed of three news frames (totaling nine news frames), a theoretical-methodological approach that proposes to typify, in journalistic content, patterns of text structuring and recurrent themes. Quantitatively and qualitatively, it was found that the Universal Church was by far the most focused church and that evangelical pastors and politicians predominated as sources, to the detriment of evangelical followers. It was also found that specialists, members of the Catholic hierarchy and the hierarchy of historic evangelical churches, participated, as sources, in the construction of predominant discourses about evangelicals in the newspapers, as well as did statements and actions of judicial bodies.

Keywords: evangelicals; discourse analysis; printed journalism; news framing.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
EUA	Estados Unidos da América
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
MP	Ministério Público
PF	Polícia Federal
PT	Partido dos Trabalhadores
STF	Supremo Tribunal Federal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 DISCURSO E ENQUADRAMENTOS	27
1.1 Discurso como disputa.....	32
1.2 O discurso jornalístico	37
1.3 Quem escreve e quem lê	44
1.4 Enquadramentos	47
CAPÍTULO 2 MÉTODO E OBJETO	55
2.1 Folha e O Globo: história, dados e discursos institucionais	60
2.2 Metodologia.....	68
2.3 Mapeando o <i>corpus</i>	74
2.4 Divisão por enquadramentos	80
CAPÍTULO 3 ANÁLISE: DISCURSO DA EXPANSÃO.....	82
3.1. Enquadramento “Crescimento”	88
3.2 Enquadramento “Intolerância”	100
3.3 Enquadramento “Ameaça ao catolicismo”	116
CAPÍTULO 4 ANÁLISE: DISCURSO DA EXPLORAÇÃO	126
4.1. Enquadramento “Vulnerabilidade”	131
4.2 Enquadramento “Enriquecimento”	141
4.3 Enquadramento “Irregularidades”	145
CAPÍTULO 5 ANÁLISE: DISCURSO DO ESPAÇO PÚBLICO	156
5.1 Enquadramento “Prestígio”	161
5.2 Enquadramento “Posicionamento em pautas públicas”	172
5.3 Enquadramento “Eventos e caos”	181
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	187
REFERÊNCIAS	193
APÊNDICE A – INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE AS MATÉRIAS DO <i>CORPUS</i> (FOLHA DE S. PAULO).....	201
APÊNDICE B – INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE AS MATÉRIAS DO <i>CORPUS</i> (O GLOBO)	216

INTRODUÇÃO

Esta tese se volta para um período turbulento, as primeiras décadas de um país em redemocratização, e foi erguida sobre terreno também acidentado, tendo seu início e conclusão coincidindo exatamente com o começo e o fim da presidência de Jair Bolsonaro, entre 2018 e 2022. Produzir conhecimento nessas condições é arriscado e desafiador, é solidificar na escrita algo que, no tempo, ainda está sendo escrito. Isso porque a imprensa e os evangélicos, que compõem o tema desta pesquisa, são atores sociais centrais no período coberto pela tese, de 1985 a 2020, e, no governo Bolsonaro, assumem posições e conotações inéditas — em resumo, a primeira torna-se objeto de maior desprestígio e os segundos, de prestígio por parte do grupo político que ascendeu ao poder. Um exemplo curioso desta relação entre a pesquisa e o contexto brasileiro é que a matéria mais recente do *corpus*, publicada em 6 de outubro de 2020 pelo jornal O Globo, teve como chamada de capa “Bolsonaro diz que vai indicar pastor evangélico para próxima vaga do STF”. Enquanto isso, esta tese foi escrita enquanto um pastor evangélico já ocupava o cargo de ministro do STF: André Mendonça, pastor presbiteriano e doutor em Direito.

Ao mesmo tempo em que produzir uma pesquisa neste e sobre este contexto é desafiador, fazê-lo justifica-se mais facilmente. Embora a dita mídia tradicional — aqui representada pelos jornais O Globo e Folha de S. Paulo¹, que são os objetos de estudo — esteja perdendo acentuadamente receitas e audiência para novos meios digitais, ela ainda tem um papel privilegiado na produção de discursos. Estudar o discurso jornalístico é uma forma de acessar valores sociais, dos quais a mídia é concomitantemente produtora e reprodutora. Este tipo de estudo não vem sem desafios, uma vez que todo conjunto de textos é “disjunto” e “internamente contraditório”, nas palavras de Pêcheux e Léon (2012, p. 165). Dissecar sentidos em um *corpus*, nesta tese composto por 244 matérias que tiveram chamadas na capa dos jornais estudados, é labiríntico e exige a concessão de uma certa autonomia ao analista de discurso para que sentidos sejam reconstruídos. No meu caso, proponho acessar o discurso jornalístico sobre os evangélicos através dos enquadramentos, um aparato teórico-metodológico relevante nos

¹ Ao longo da tese, tomei a liberdade de me referir por vezes de forma mais informal aos jornais — tanto pela fluidez do texto quanto para evitar a repetição dos nomes. “Folha de S. Paulo” ocasionalmente se torna apenas “Folha”, e às vezes suprimo o artigo de “O Globo”. Também me refiro ao primeiro como “jornal paulista” e ao segundo como “jornal carioca”, embora, por paralelismo, eu devesse falar em “jornal fluminense”. Entretanto, entendo que a identidade da Folha é mais associada ao estado de São Paulo como um todo, e a do Globo, mais à capital do Rio de Janeiro.

estudos de jornalismo e que, como tal, carece de novos “experimentos” para que seja aperfeiçoado. Este estudo visa contribuir para isso também.

Objeto de estudo “indireto” desta tese, já que meu foco principal é o discurso jornalístico, os evangélicos são um grupo plural e cada vez mais numeroso no Brasil — em dezembro de 2019, este segmento religioso chegou ao mais alto percentual na população segundo dados do Instituto Datafolha, com 31% dos brasileiros se declarando evangélicos (BALLOUSSIER, 2020). A partir do início da década de 1990, a produção intelectual acerca deles se multiplica de uma forma impressionante, em volume e densidade (GIUMBELLI, 2001). Não faltam estudos navegando pela interseção entre evangélicos e mídia, até porque diversas igrejas e líderes há muito se apropriam dos meios de comunicação de massa conforme estes se desenvolvem (FONSECA, 2003), compondo a multimídia e pujante cultura gospel (CUNHA, 2004). Entretanto, não são tão numerosas assim as pesquisas que têm como objeto a mídia não religiosa em sua produção acerca dos evangélicos, e menos ainda aquelas que se debruçam especificamente sobre os jornais impressos. Embora não tão numerosas, as pesquisas realizadas até aqui foram pistas valiosas para a minha própria exploração do tema. Dialogo com esses estudos no desenvolver da tese, mas apresento-os agora brevemente.

No levantamento bibliográfico, encontrei quatro artigos e duas dissertações de mestrado que analisaram a produção jornalística acerca dos evangélicos brasileiros. Todos esses trabalhos são apresentados como análises de discurso, com exceção de Cunha (2016), que realiza a análise de conteúdo². Gonçalves e Gonçalves (2015), por sua vez, conduziram especificamente uma análise de discurso de linha bakhtiniana, voltando-se para uma reportagem de capa da revista *Veja*, de 1998, que abordou o trabalho de evangélicos para converter presidiários. Esta análise destrinchou um discurso construído por dualidades: entre vida passada e vida alterada dos convertidos; entre impureza e purificação. O conteúdo da revista, para os autores, resulta em uma homogeneização da imagem dos evangélicos brasileiros e revela um “tom de sarcasmo, preconceito e vilanização” (*Ibidem*, p. 286). Coelho, Dantas e Ferreira (2009) também têm a revista como objeto de estudo a partir de duas reportagens de capa sobre os evangélicos brasileiros, uma de 1981 e outra da 2002. Ao dissecar essas edições da *Veja*, os autores constataram nas reportagens o frequente recurso à ironia e à intertextualidade — através da qual o texto jornalístico faz referências a termos e textos religiosos. Foi observada também a posição alteritária dos evangélicos em relação a especialistas entrevistados, estes colocados como vozes

² As definições de análise de discurso e de análise de conteúdo serão exploradas em detalhes no próximo capítulo.

legítimas. Segundo os autores, sobretudo na edição de 1981, os evangélicos são retratados negativamente, em seus costumes e em sua expansão.

Ironia, negatividade e deslegitimação são palavras usadas também por Santos (2011) para descrever a cobertura da *Veja* sobre os evangélicos, a qual a autora analisa a partir de nove reportagens publicadas entre 1981 e 2009. Um bom exemplo da deslegitimação dos evangélicos observado por ela na revista é a colocação de aspas ou de termos que demonstram desconfiança diante de funções e termos do meio evangélico, como uma reportagem que se refere ao “‘apóstolo’ Estevam Hernandes” (*Ibidem*, p. 86). Um diferencial da pesquisa é sua abordagem comparativa, já que, além das nove reportagens sobre os evangélicos, foram analisadas também nove reportagens acerca dos católicos, publicadas pela revista entre 1981 e 2008. Voltando-se para adjetivos e temáticas acionadas, Santos afirma que os jornalistas, enquanto indivíduos e enquanto coletivo editorial, priorizam os escândalos e a ganância envolvendo os evangélicos, aspectos que não são explorados quando se fala dos católicos, os quais ocupam a posição da “boa religião” (*Ibidem*, p. 119). Essas conclusões se aproximam do trabalho de Cunha (2016), para quem, no imaginário dos produtores de notícia, “Deus é Católico Romano” (*Ibidem*, p. 6). A autora demonstra isso conduzindo uma análise quantitativa e qualitativa de matérias sobre religiões publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* e pelo “*Jornal Nacional*”³ em 2014. Em termos quantitativos, foi constatada a predominância de reportagens sobre católicos em detrimento de evangélicos e de outras religiões. Qualitativamente, também há diferenças, uma vez que 100% das matérias sobre católicos foram classificadas pela autora como tendo abordagem “positiva”, assim como ocorre no conteúdo sobre as religiões de matriz africana e o espiritismo. Já para os evangélicos, há um “sentido de desqualificação”, com apenas 27% das matérias categorizadas como positivas. O restante apresenta as práticas evangélicas “de modo pejorativo, com textos marcados por ironia e termos que revelam desconfiança” (*Ibidem*, p.15).

Santos (2020) ratifica a posição alteritária dos evangélicos no discurso jornalístico, o qual reincidiria na representação dos evangélicos como uma figura genérica, abstrata e antagônica, revelando um estranhamento da imprensa quanto aos comportamentos e valores do grupo religioso. O autor analisa a produção da *Folha de S. Paulo* e da revista *Época* acerca dos evangélicos entre 2007 e 2019. Em um segundo momento, ele analisa a produção das mídias noticiosas evangélicas como uma reação à produção da imprensa secular. O autor observa que o jornal e a revista “seculares” frequentemente se endereçaram aos leitores presumindo seu desconhecimento do mundo evangélico, portanto, também o não pertencimento a esse segmento

³ Optei por grafar os nomes de canais de TV, jornais, revistas, entre outros, com as iniciais em caixa alta e sem aspas. Para divisões internas, como programas, telejornais e editoriais de jornais, escrevo com aspas.

religioso. Além disso, os hábitos dos evangélicos ganharam nas páginas dessas mídias impressas marcas de exotismo, enquanto sua participação política assumiu a face do conservadorismo. Torres (2011) também incluiu em sua análise uma mídia com origem evangélica, o “Jornal da Record”, e a comparou com a produção do “Jornal Nacional”, de forma a verificar se a raiz religiosa poderia influenciar no conteúdo produzido. Após estudar em detalhes matérias de ambos os telejornais publicadas de agosto de 2009 a abril de 2010, a autora constatou que não há diferenças relevantes na cobertura de ambos, pois o “Jornal da Record”, mesmo que exibido por uma emissora vinculada à IURD, busca o “distanciamento objetivo e imparcial esperado da linguagem jornalística” (*Ibidem*, p. 142). É justamente essa orientação pela objetividade que, para a autora, justifica o frequente recurso a especialistas como vozes legítimas nos telejornais, em detrimento do que dizem os próprios evangélicos; e à adoção do futuro do pretérito na menção a crenças religiosas, por exemplo na frase “onde Jesus teria passado”. É um distanciamento, no discurso, motivado não por uma hostilidade do jornalista em relação aos evangélicos, mas por um esforço para manter a imparcialidade, de acordo com a autora. Em outra etapa do estudo, Torres (2011) conduziu entrevistas com grupos de focais de fiéis batistas e metodistas — um forte diferencial da pesquisa, já que são raros os estudos sobre a recepção da mídia secular pelos evangélicos (SANTOS, 2020). Torres (2011) verifica que os entrevistados entendem o catolicismo como a “religião oficial do país” (*Ibidem*, p. 191), o que seria reproduzido pela Rede Globo, a qual apresentaria o evangélico de uma forma estereotipada e depreciativa, através, por exemplo, de frequentes matérias sobre escândalos de corrupção. Por outro lado, os entrevistados consideraram que a Record teria interesse em depreciar o catolicismo, revelando isto na cobertura sobre acusações de pedofilia contra membros da hierarquia católica.

Entre os métodos e as conclusões já trilhados no terreno da cobertura jornalística sobre os evangélicos, foi possível chegar à minha própria pesquisa de modo mais bem situado. Com as pesquisas citadas, percebi a importância do mapeamento de fontes acionadas nos textos jornalísticos e o papel destas na construção de sentidos; dos significantes enquanto materialização de discursos; e da recorrência de certos temas associados aos evangélicos, como o da corrupção. Com isso, defini como objetivo geral da minha pesquisa delimitar enquadramentos acerca dos evangélicos recorrentes no discurso jornalístico, considerando sua construção e eventuais alterações entre 1985 e 2020. Como objetivo subjacente, está a proposta de verificar, neste estudo de caso, como se aplicam na prática o compromisso dos jornais com a objetividade, com a pluralidade e com a qualidade da informação. Tenho também como objetivos específicos contribuir com o aprimoramento de métodos de análise da produção

jornalística e resgatar matérias, fatos e debates de décadas passadas que possam somar ao conhecimento acerca dos evangélicos na sociedade brasileira. Além disso, pretendo verificar se certas características e orientações editoriais dos jornais analisados, Folha de S. Paulo e O Globo, levam a diferenças significativas no tratamento do conteúdo — embora a escolha de ambos os jornais não tenha como objetivo configurar uma análise comparativa, ainda mais porque a literatura sobre o jornalismo indica que veículos de imprensa concorrentes convergem mais para uma uniformização do conteúdo e dos enfoques, do que o contrário (MIGUEL, 1999).

Esta tese é orientada pela pergunta sobre qual é a natureza do discurso sobre os evangélicos produzido por jornais de referência. Em outras e mais simples palavras, a pergunta que muitas vezes me ajudou a conduzir a pesquisa foi: quando os evangélicos são pauta jornalística? Parto da hipótese de que a crescente importância política e social dos evangélicos os tornou notícia cativante com o passar dos anos — e, nos anos mais recentes, a associação com o conservadorismo na política foi impulsionada. Considerando o heterogêneo campo evangélico, tenho como hipótese também que denominações pentecostais e neopentecostais foram mais atraentes como pauta jornalística, enquanto igrejas históricas assumiram em contraste uma posição de voz legítima no discurso jornalístico. Ao analisar essas hipóteses e explorar o *corpus*, entendo que meu trabalho não consiste em realizar uma espécie de correção ou checagem dos fatos, comparando o conteúdo produzido pelos jornais ao saber acadêmico acerca dos evangélicos. Não se trata de verificar, por exemplo, se uma matéria errou afirmar que tal igreja é pentecostal, quando cientistas sociais propõem uma classificação diferente. O que faço é estudar a produção jornalística enquanto discurso, mobilizando pesquisas e obras anteriores que me ajudaram a entender e a empreender uma análise discursiva. Em alguns momentos, trago estudos do campo das ciências sociais e humanas que servem como contextualização para o leitor.

Escolhi como *corpus* matérias de jornais impressos, primeiro, por interesse pessoal e profissional neste segmento do jornalismo — trabalhei por três anos no jornal O Globo e, prestes a completar dez anos atuando como repórter, ainda continuo produzindo matérias em formato de texto, na maioria. Aliás, devo dizer que duas matérias que escrevi sobre evangélicos no jornal carioca, em 2015, fazem parte do *corpus*, o que não foi proposital, uma vez que eu não me recordava precisamente em qual ano eu as havia escrito. Estas matérias são intituladas “Evangélicos marcam território dentro dos presídios do Rio”, de 25 de maio de 2015; e “Os montes que elevam a fé no Rio”, de 10 de setembro de 2015. Além dos meus interesses, devo dizer que a escolha dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo como objeto de estudo se justifica por outros motivos: a disponibilidade de um bom acervo digital e a contínua publicação ao

longo do período estudado. Esta é uma característica diferente, por exemplo, do Jornal do Brasil, um dos jornais mais prestigiados nos anos 1980 que, no entanto, teve publicação impressa e diária descontinuada em 2010.

Assim como parti da compreensão de que meu trabalho não consistia em uma correção do conteúdo jornalístico, também entendi que não se tratava de avaliar esse conteúdo com a vantagem do tempo passado. Ou seja, evitei uma postura tentadora de olhar para matérias produzidas desde 1985 buscando, no discurso jornalístico, equívocos na compreensão daquela conjuntura. Se no passado os jornais erraram ou acertaram em suas previsões sobre o tamanho do espaço político a ser conquistado por grupos evangélicos, mesmo sabendo hoje do alcance inédito que eles tiveram no governo de Jair Bolsonaro, não é o tipo de pergunta que move essa pesquisa. Há uma tendência indesejável, em pesquisas da área da comunicação com interface com a história, de olhar para o passado com uma postura utilitarista, de forma a iluminar processos observados no presente (BARBOSA, 2018). Enquanto a modalidade impressa “constitui a mais antiga vertente jornalística de pesquisa para o campo historiográfico” (CARVALHO, 2019, p. 5), o caminho contrário, o do pesquisador de comunicação se aproximando da história, ainda carece de “maior conhecimento conceitual e metodológico desta disciplina além do que vem da prática profissional do jornalismo” (ROMANCINI, 2005, p. 1). Embora eu não defina minha pesquisa como um estudo da história da imprensa, considero os ensinamentos de autores desta área, como no cuidado para não lidar com o passado e o presente como entidades estáticas, já que é desejável que as pesquisas transitem “do passado para o presente e do presente novamente para o passado estabelecendo um fluxo de continuidades” (BARBOSA, 2018, p. 30). Ao explorar enquadramentos jornalísticos sobre os evangélicos, as mudanças ao longo dos anos são por vezes um dado importante, mas penso mais nas construções discursivas enquanto processos — que unem, por exemplo, conotações acerca da expansão deste grupo religioso em matérias tanto de 1985 quanto de 2020.

Falando em processos, faz-se necessário que se examine, mesmo que resumidamente, a origem, o estabelecimento e o crescimento de grupos evangélicos brasileiros, uma contextualização a acompanhar a leitura dos próximos capítulos. Na América Latina, o termo “evangélico”

[...] recobre o campo religioso formado pelas denominações cristãs nascidas na e descendentes da Reforma Protestante européia do século XVI. Designa tanto as igrejas protestantes históricas (Luterana, Presbiteriana, Congregacional, Anglicana, Metodista e Batista) como as pentecostais (Congregação Cristã no Brasil, Assembléia de Deus, Evangelho Quadrangular, Brasil para Cristo, Deus é Amor, Casa da Bênção, Universal do Reino de Deus etc.). (MARIANO, 1999, p. 10)

O proselitismo que orienta religiões com pretensões universalistas, como o cristianismo e suas ramificações (CUNHA; NOVAES, 2021), logo se manifestou na chegada ao país de seguidores estrangeiros de igrejas protestantes e foi perpetuado por igrejas pentecostalizadas (MAFRA, 2001). Por essa atitude evangelizadora, tendo como intenção a propagação da leitura da Bíblia centrada no Novo Testamento, firmou-se a nomeação dos “evangélicos”. A diferenciação, quando não oposição, em relação aos católicos, marca a experiência dos evangélicos no Brasil desde os seus primórdios. Até 1810, o catolicismo era a única religião oficialmente reconhecida pelo governo colonial, mas a partir deste ano, novidades como chegada da família real ao Rio de Janeiro em 1808, a abertura dos portos e o Tratado de Comércio e Navegação entre Portugal e Inglaterra, acontecimentos que levariam à maior circulação de estrangeiros pelo Brasil, impuseram a abertura à liberdade de culto, ainda que bastante restrita — os salões de culto não podiam ter uma aparência exterior de igreja (MAFRA, 2001). Na Constituição Imperial de 1824, a liberdade de culto foi ratificada, mas até a Proclamação da República, em 1889, os protestantes ainda tinham sérias restrições no casamento, na educação e no uso de cemitérios (DE MATOS, 2011). Somente em 1890, um decreto do governo republicano “consagrou a separação entre Igreja e Estado, assegurando aos protestantes pleno reconhecimento e proteção legal” (*Ibidem*, p. 7). Ainda nas palavras deste autor, o século XIX “testemunhou um longo esforço dos protestantes no sentido de obter completa legalidade e liberdade no Brasil, 80 anos de avanço lento, porém contínuo, em direção à plena tolerância (1810-1890)” (*Ibidem*). Ainda que, progressivamente, os protestantes tenham adquirido direitos no Brasil, na prática eles viviam, nessas décadas iniciais, um constante “mal-entendido cultural”, de acordo com Maфра (2001, p. 16): “Difícilmente os missionários conseguiam ultrapassar a incógnita desse jogo entre curiosidade e aversão, hospitalidade e hostilidade, docilidade e perseguição que regia as relações dos missionários evangélicos com os nativos católicos”. Por outro lado, também havia tensões entre missionários, protestantes brasileiros e suas sedes, como quanto à permissividade com certos costumes locais e a continuidades da matriz católica.

Como movimentações marcantes no século XIX, Cunha (2004, p. 17) identifica primeiro a vinda de ingleses anglicanos e de alemães luteranos, que compuseram o chamado “protestantismo histórico de migração”; depois, de missionários americanos congregacionais, presbiterianos, metodistas, batistas e episcopais, representantes do “protestantismo histórico de missão” (PHM). O primeiro grupo se diferencia do segundo por ter se estabelecido no Brasil mais em decorrência de fluxos migratórios do que por preocupações missionárias conversionistas, como no segundo grupo. A autora destaca o forte anticatolicismo e a

reatividade a manifestações culturais nacionais por parte das missões protestantes históricas iniciais. O esforço para se inserir na sociedade brasileira veio em parte da criação e manutenção de instituições de ensino, principalmente por luteranos, presbiterianos e metodistas; os batistas direcionaram seu proselitismo por um caminho diferente, estimulando a propaganda religiosa massiva na qual todo membro deveria se tornar um evangelista (MAFRA, 2001). Referindo-se aos missionários americanos, Cunha (2004) vai afirmar que:

Em resumo, a educação se dirigiu à elite enquanto a evangelização à massa pobre, o que aconteceu não por estratégia missionária do PHM mas por força da estrutura e da ideologia da sociedade brasileira do século XIX. As motivações que delimitaram o protestantismo estadunidense não eram, portanto, brasileiras. As missões parecem ter chegado ao Brasil com a intenção de atingir as classes dirigentes capazes de mudar a configuração social do País, mas diante de sua “impermeabilidade religiosa” a alternativa foi a massa pobre, configurando um protestantismo comunitário rural, sectário e anticatólico. (*Ibidem*, p. 72)

Os batistas, além de terem se diferenciado por colocar em segundo plano os investimentos na educação formal, também demonstraram, na virada do século XIX para o XX, maior fluidez no controle da entrada e saída de membros, assumindo uma estruturação mais autônoma, em vez da submissão ao controle de sedes estrangeiras. Segundo Mafra (2001, p. 29), “será exatamente esse caráter autonomista dos batistas que permitirá que saia de seu núcleo a maior igreja pentecostal do Brasil”, a Assembleia de Deus. Dois missionários suecos, expulsos de uma congregação batista nos Estados Unidos, aportaram em Belém do Pará em 1910 e se aproximaram de uma igreja batista local, “uma das igrejas evangélicas mais populosas e que abrigava o segmento evangélico mais humilde de Belém” (*Ibidem*). Pouco a pouco, organizando encontros de oração e vigília em paralelo aos cultos e reuniões oficiais da igreja batista, os irmãos cativaram seguidores — que eventualmente formariam mais uma cisma batista, originando a Assembleia de Deus. A ruptura era movida por uma “questão teológica de peso”: a ênfase no Espírito Santo, cuja afirmação se manifestava pela oração em “línguas estranhas”, a glossolalia (*Ibidem*, p. 30).

Desde o princípio a nova igreja assustou a burguesia católica e evangélica. As igrejazinhas da Assembléia⁴ de Deus se multiplicaram pelas cidades e interior do Brasil, reunindo gente humilde que se vestia segundo o molde dos missionários suecos: terno para homens, vestidos longos e cabelos compridos para as mulheres. A aparência digna dos fiéis contrastava com o “vozerio impetuoso” da oração em “línguas estranhas”, num misto de ordem e intensidade mística incompreensível para muitos. Diante da curiosidade dos visitantes burgueses mais ilustres, os pentecostais ofereciam não explicações, mas o convite para a participação no culto. (*Ibidem*)

⁴ Na reprodução de textos jornalísticos e na citação a textos de outros autores que tenham sido escritos antes da implementação do Novo Acordo Ortográfico, mantenho a grafia original.

De acordo com a autora, se estes novos evangélicos afrouxavam na rigidez da dinâmica congregacional das igrejas históricas de missão e na contenção durante os cultos, eles mantinham a disciplina, “aspecto tão caro aos evangélicos proselitistas de missão”, basicamente na vestimenta recatada e no comportamento regrado dos fiéis (*Ibidem*, p. 31). Talvez por seu pioneirismo e sua dimensão — até hoje, ela é a igreja evangélica com mais seguidores declarados no Brasil, segundo o mais recente Censo Demográfico (IBGE, 2010) —, a Assembleia de Deus é a denominação que simboliza o pentecostalismo que Mariano (1999) chama de “clássico”, categoria que inclui também a hermética Congregação Cristã no Brasil. Autor de uma das classificações mais disseminadas dos evangélicos brasileiros, inclusive bastante incorporada pela imprensa, Mariano propõe uma divisão do campo pentecostal a partir de sua “dinâmica histórico-institucional” (*Ibidem*, p. 23). Ou seja, ele leva em conta aspectos temporais, demarcando períodos por suas mudanças ou continuidades na mensagem religiosa, no comportamento dos seguidores e na relação com a sociedade mais ampla. Embora todas essas correntes sejam, no final das contas, consideradas “pentecostais”, Mariano propõe a seguinte divisão interna do pentecostalismo: pentecostalismo clássico, deuteropentecostalismo e neopentecostalismo. O pentecostalismo tem sido responsável, desde seu surgimento, pela maior parte do crescimento e da inovação dentro do campo evangélico brasileiro. Na verdade, a expansão do pentecostalismo no século XX ocorreu também em outros países da América Latina, na América do Norte, África, sul do Pacífico, leste e sudeste da Ásia. Boa parte dessas mudanças provam a “crescente influência e penetração de modismos teológicos e de instituições norte-americanas no pentecostalismo brasileiro recente” (*Ibidem*, p. 41). O autor oferece uma diferenciação básica entre o protestantismo histórico e o pentecostalismo:

Para simplificar, os pentecostais, diferentemente dos protestantes históricos, acreditam que Deus, por intermédio do Espírito Santo e em nome de Cristo, continua a agir hoje da mesma forma que no cristianismo primitivo, curando enfermos, expulsando demônios, distribuindo bençãos e dons espirituais, realizando milagres, dialogando com seus servos, concedendo infinitas amostras concretas de Seu supremo poder e inigualável bondade. (*Ibidem*, p. 10)

Nos anos 1950, o relativo consenso na classificação das igrejas pentecostais é rompido de uma vez por todas, com a “ênfase teológica no dom de cura divina” acelerando o “crescimento e a diversificação institucional do pentecostalismo brasileiro” (*Ibidem*, p. 31). Para Mariano, é nesta transição que surge o deuteropentecostalismo, que em relação ao pentecostalismo clássico traz inovações evangelísticas no uso de rádio, cinemas, teatros, estádios e tendas. As diferenças teológicas entre ambas as correntes não são tão grandes, mas onde existem, recaem “nas ênfases que cada qual confere a um ou outro dom do Espírito Santo”:

“A primeira enfatiza o dom de línguas, a segunda, o de cura” (*Ibidem*, p. 31). Esta onda do pentecostalismo é inaugurada pela Igreja do Evangelho Quadrangular e prossegue com o surgimento de igrejas como Brasil para Cristo, Deus é Amor e Casa da Bênção. Décadas depois, em meados dos anos 1970, emerge o neopentecostalismo, mas o autor afirma que o corte histórico-institucional não é suficiente para definir esta vertente: há diferenças teológicas, comportamentais e sociais muito marcantes. Por isso, nem toda denominação formada nessa época pode ser classificada como neopentecostal. A IURD é certamente o principal símbolo do neopentecostalismo. Na verdade, o surgimento dessa igreja motivou a criação de novas tipologias para abarcá-la. Em sua classificação, Mariano inclui também a igreja Internacional da Graça de Deus no neopentecostalismo. O autor afirma que o prefixo “neo” se justifica “tanto por remeter à sua formação recente como ao caráter inovador do pentecostalismo” (*Ibidem*, p. 33). Para o autor, há três aspectos fundamentais do neopentecostalismo: a exacerbação da guerra espiritual contra o diabo; a pregação da Teologia da Prosperidade e liberalização da rigidez dos costumes.

Em resumo, o primeiro aspecto diz respeito à estruturação da teologia e da pregação baseada na dualidade entre bem e mal, entre o exército de Jesus versus o diabo e séquito de anjos decaídos — uma guerra espiritual que se manifesta na vida terrena. A Teologia da Prosperidade, termo derivado da nomeação que críticos nos EUA deram a movimentos religiosos como Health and Wealth Gospel e Faith Movement, é uma doutrina que reinterpreta ensinamentos e mandamentos do Evangelho na direção de defender a “prosperidade como algo legítimo e mesmo desejável ao cristão, no estímulo ao consumo e progresso individual e em acentuado materialismo” (*Ibidem*, p. 185). Por fim, o terceiro aspecto apontado por Mariano, a liberalização dos costumes, dá conta das transformações na estética, nos costumes e nos hábitos dos pentecostais — um processo, no Brasil, iniciado nos anos 1950 e efetivado nos anos 1980. A liberalização se reflete nas vestimentas, agora menos recatadas, e no reconhecimento do prazer sexual como algo legítimo no casamento heterossexual e monogâmico. A dessectarização, nesta relação entre a interioridade e a exterioridade da igreja, também se reflete na entrada na política: o combate ao mundo não se dá via fuga e afastamento, “mas sim, e primordialmente, pelo enfretamento, pelo desbravamento e conquista de áreas por eles ainda não alcançadas, pela participação direta nas esferas que pretendem cristianizar, pela ousadia missionária e pela intrepidez evangelística” (*Ibidem*, p. 228). É importante ressaltar, porém, que o neopentecostal ainda “apresenta um sem-número de marcas da socialização sectária de sua tradição religiosa” (*Ibidem*), mantendo por exemplo a rejeição ao tabaco, às drogas, ao sexo fora do casamento e aos jogos de azar.

Estudando especificamente testemunhos de fé da IURD, Benetti (2000) ratifica a importância observada por Mariano da figura do diabo no discurso da igreja — “também dito Demônio ou Demo, Satanás, Maligno, Príncipe das Trevas, Lúcifer, Belzebu, Cão, Capeta, Chifrudo, Besta, Rabudo, Cascudo, Tinhoso, Tentador” (*Ibidem*, p. 70). Na verdade, esta figura não é apenas importante, mas essencial para o ideário iurdiano, pois sem ela “não haveria um inimigo a vencer” no discurso: “O embate se dá em tal nível, que podemos dizer sem grande margem de erro que, no imaginário da Igreja Universal, o Diabo está sentado ao lado ou aos pés de Deus” (*Ibidem*). A autora identifica as ideias de salvação, cura e prosperidade como também estruturantes do pensamento iurdiano, indicando que nesta igreja o entendimento cristão do sacrifício como um caminho de salvação e recompensa para a vida eterna é parcialmente subvertido, trazendo a recompensa também para a vida terrena — embora mantida a crença de que, no dia do juízo final, os salvos serão separados dos não-salvos. Em relação à presença do espírito santo, esta se manifesta na IURD principalmente nos “sentimentos de alegria e amor, a consciência de sua responsabilidade na evangelização, um poder maior na oração e a descoberta de um Deus nunca antes revelado e que merece ser constantemente glorificado” (*Ibidem*, p. 60). A glossolalia é também compreendida como uma manifestação divina, mas não tem tamanha relevância na teologia iurdiana quanto em outras denominações evangélicas.

O neopentecostalismo, por sua enorme adesão ao uso dos meios de comunicação de massa para evangelização, por vezes se confunde com o televangelismo, o uso da TV para evangelização — fenômeno impulsionado nos anos 1970 nos EUA e que recebeu outros nomes, como “igreja eletrônica”, “marketing da fé” e “messianismo eletrônico” (1986⁵ *apud* CUNHA, 2004). No Brasil, alguns televangelistas estrangeiros fizeram “sucesso com programas em horários comercializados com a TV Tupi, o SBT, a Rede Record e a Rede Bandeirantes, com a venda de publicações e com a realização de concentrações ‘evangelísticas’ em estádios de futebol” (CUNHA, 2004, p. 96). O televangelismo faz parte de um conjunto de práticas maior, a cultura gospel, definida pela autora como um modo de vida evangélico expresso na música, no entretenimento e no consumo. Trata-se de uma “expressão cultural híbrida, fenômeno do capitalismo globalizado” (*Ibidem*, p. 20). De acordo com Cunha, se no passado os produtos midiáticos gospel tinham maior foco no proselitismo e na divulgação das denominações evangélicas, hoje eles estão mais focados no público já vinculado a alguma religiosidade, fazendo parte da vivência religiosa dos fiéis. Neste processo, após décadas de sectarismo e

⁵ ASSMANN, H. **A Igreja Eletrônica e seu impacto na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 19-20.

rejeição à matriz religiosa brasileira, o protestantismo histórico de missão é o segmento evangélico “que vive de forma mais intensa mudanças estimuladas pelo modo de vida gospel” (*Ibidem*, p. 24).

Na verdade, há uma transição mais ampla ocorrendo neste período: a pentecostalização do protestantismo histórico, iniciada nos anos 1960 (MARIANO, 1999). Nos primeiros anos, esse processo leva a cisões — por exemplo, a criação da igreja Maranata a partir do presbiterianismo (FONSECA, 2003). Na década de 1980, já não há tantas rupturas, e sim a incorporação dos carismáticos em “pequenos focos dentro das igrejas tradicionais” (*Ibidem*, p. 33). Segundo Mariano (1999), a pentecostalização das igrejas protestantes históricas, sobretudo as batistas e metodistas, fez emergir a proposta de uma nova categoria evangélica, a das igrejas históricas renovadas:

[...] A crescente pentecostalização do protestantismo tende a complicar, ou tornar menos óbvia, a classificação que, de forma consensual, em todas as tipologias separa protestantes históricas de pentecostais. As diferenças entre tais grupos religiosos estão se tornando cada vez menos perceptíveis. (*Ibidem*, p. 49)

Mesmo antes, a partir dos anos 1950, as igrejas pentecostais formadas no Brasil passaram a desafiar a conceituação e a classificação do pentecostalismo (*Ibidem*). O próprio autor reconhece as limitações de classificações como a dele, afirmando que não há homogeneidade teológica nem no pentecostalismo clássico, nem no deutereopentecostalismo e nem no neopentecostalismo. Mais do que isso, Mariano escreve:

Quando dividimos o pentecostalismo em três vertentes, demarcamos suas genealogias, seus vínculos institucionais, delineamos suas principais características, confrontamos suas diferenças e semelhanças, estabelecemos suas distinções, quando enfim as classificamos, não estamos com isso supondo que tal construção tipológica dê conta totalmente desse universo religioso tão complexo, dinâmico e diversificado. Sua função é bem mais modesta: visa ordenar a realidade observada, tornando-a inteligível e passível de análise. Quanto a isso, cumpre lembrar que tanto os tipos ideais como todo e qualquer aparato conceitual não correspondem a retratos literais ou fidedignos da realidade, nem a traduzem plenamente. Longe disso. São instrumentos toscos e generalizantes pelos quais procuramos pensá-la, ordená-la e compreendê-la. (*Ibidem*, p. 47)

Siepierski (2003) igualmente reconhece limitações, mas oferece uma nova proposta de classificação. Este autor argumenta que faltam pesquisas históricas para sustentar tipologias, uma vez que a maior parte das classificações têm origem na antropologia e na sociologia. De todo modo, ele prossegue defendendo que se fale não em neopentecostalismo, mas em pós-pentecostalismo, argumentando que o prefixo “neo” se relaciona com continuidade, e não com ruptura. E é na transição do pré-milenarismo para o pós-milenarismo que está a principal quebra a justificar a diferenciação dos pentecostais e pós-pentecostais, de acordo com o autor. Na doutrina protestante, a segunda vinda de Cristo tem sido associada ao período de um milênio

em que a paz e a prosperidade prevaleceriam na Terra — leitura originada de uma passagem do capítulo 20 do Apocalipse de São João (*Ibidem*). A questão é quando ocorreria a segunda vinda: para os pré-milenaristas, Cristo retornaria antes deste milênio; para os pós-milenaristas, depois. Enquanto “o pentecostalismo fez do pré-milenarismo o cerne de sua mensagem” (*Ibidem*, p. 80), a guerra espiritual e a teologia da prosperidade, que são o cerne do pós-pentecostalismo, seriam “impossíveis em um esquema pré-milenarista, mas se encaixam perfeitamente na escatologia pós-milenarista” (*Ibidem*, p. 81). A negação do retorno iminente de Cristo, marca do pós-milenarismo, justifica uma espécie de preparação do terreno para a volta: “[...] como a melhora da sociedade é pré-condição para seu retorno, os pós-milenaristas são convocados a efetuarem transformações sociais” (*Ibidem*, p. 84). O objetivo declarado das igrejas pós-pentecostais é então “estabelecer uma nova cristandade por meio da atividade política” e as principais representantes dessa proposta “são a Igreja Universal do Reino de Deus, a Igreja Internacional da Graça de Deus, a Renascer em Cristo e a Comunidade Sara Nossa Terra” (*Ibidem*, p. 79).

Já para Campos e da Silva (2017), em uma inovadora proposta, é justamente a atuação política de certas igrejas evangélicas que deveria justificar a tipificação da categoria do neofundamentalismo. Se o fundamentalismo protestante é abastecido pela “aceitação tácita de que a Bíblia é um referencial que exige leitura sem crítica ou questionamento; e que estabelece a adesão a rígidos saberes doutrinários” (*Ibidem*, p. 5), o neofundamentalismo alia o fundamentalismo a um “pulsante engajamento político”, posterior a crises econômicas e sociais a partir dos anos 1970 (*Ibidem*, p. 8). No neofundamentalismo está a “concepção de que a sociedade deve ter no religioso o referencial válido e eficaz para orientar todos os indivíduos e não somente os aderentes” (*Ibidem*, p. 9). De acordo com os autores, no Brasil, o neofundamentalismo pode ser identificado pelo ingresso no campo político de igrejas pentecostais e pós-pentecostais — que têm uma leitura da Bíblia mais influenciada pelos líderes (apóstolos, bispos, pastores, missionários e etc.), diferente dos protestantes históricos e dos pentecostais clássicos, os quais “leem literalmente a Bíblia e aplicam os ensinamentos morais extraídos dela em sua conduta” (*Ibidem*, p. 17). Fundamentalismo ou neofundamentalismo, para esses autores, implicam intolerância a questionamentos “provenientes da razão crítica e do diálogo ou mero encontro com o diferente” (*Ibidem*, p. 5).

Giumbelli (2001), por sua vez, demonstra uma posição crítica quando a processos classificatórios, questionando as bases e os usos a que essas terminologias podem servir. O autor reconhece que as classificações são um “aspecto central no atual campo de estudos sobre o protestantismo, uma vez que se reconhece que o crescimento dos pentecostais não ocorreu

apenas no número de adeptos, mas também através da diversificação institucional” (*Ibidem*, p. 90), mas sugere que esforços para delimitar novas categorias fazem parte de uma ampla controvérsia surgida na década de 1980 acerca das igrejas pentecostais, principalmente a Universal — controvérsia essa “alimentada por preocupações eclesiais, pela cobertura jornalística e por casos judiciais” (*Ibidem*, p. 100). De acordo com o autor, categorias como “neopentecostalismo” e “pentecostalismo autônomo” atendem a esta necessidade de delimitar um campo do qual a IURD é o principal “referente empírico” (*Ibidem*, p. 91). Especificamente sobre a classificação de Mariano (1999), Giumbelli (2002) vai afirmar que ela “contribuiu de maneira decisiva para o processo de singularização da IURD mediante sua identificação com um segmento específico e próprio do pentecostalismo brasileiro” (*Ibidem*, p.305). Giumbelli critica também o próprio envolvimento religioso dos estudiosos do protestantismo, principalmente nos anos 1960 e 1970, quando há uma multiplicação de estudos de “cientistas sociais brasileiros que também tinham uma carreira e uma militância religiosa no protestantismo histórico” (*Idem*, 2001, p. 110). Assim, as classificações dos evangélicos brasileiros, sejam propostas por estudiosos com vínculos religiosos ou não, são para este autor uma forma de hierarquizar diferentes denominações com base em uma ideia de autenticidade — algo observado também nos estudos de religiões afro-brasileiras. Assim, os neopentecostais são colocados como os mais afastados do protestantismo “autêntico”:

Podemos ver na convergência e na colaboração entre acadêmicos e religiosos no campo dos estudos sobre protestantismo efeitos semelhantes: a produção de divisões internas — ao universo protestante, primeiro, depois ao universo pentecostal — baseadas em critérios hierarquizadores, através dos quais os chamados “neopentecostais” são avaliados a partir de sua adequação a parâmetros que definem uma certa “autenticidade protestante”. Nota-se mesmo a reincidência de certos conceitos, presentes na caracterização tanto dos grupos mais distantes da genuinidade africana, quanto dos grupos “neopentecostais” — de que o principal exemplo seria a categoria “magia”. Em um ponto, contudo, a atuação de mecanismos análogos produz efeitos inversos: enquanto nos estudos dos cultos afro-brasileiros, o critério da fidelidade à tradição resultou no privilégio de observação aos grupos tidos como “mais africanos”, nos estudos recentes sobre o pentecostalismo, são os grupos supostamente “menos protestantes” que recebem a maior atenção em termos de pesquisas. É a distância que religiosos e cientistas sociais mantêm igualmente dos “menos protestantes” que possibilita sua aproximação mútua em torno de esforços de produção de conhecimento e que reproduz o desprestígio cultural dos grupos que compõem seu objeto de saber. (*Ibidem*, p. 111-112)

Neste esforço de produção de conhecimento, Giumbelli (2002, p. 308) observa que “a aproximação conjunta de intelectuais acadêmicos e religiosos sobre a IURD sustenta-se sobre uma espécie de curiosidade antipática” acerca da igreja. Concordo com o autor quando ele atenta para a importância de se observar os usos e efeitos dessas classificações, ao mesmo tempo em que considero que elas são ferramentas importantes de ordenação da realidade, ainda que sejam “instrumentos toscos e generalizantes”, como disse Mariano (1999, p. 47). Uma vez que

o estudo dessas classificações foi, para mim, uma passagem importante, mas não suficientemente aprofundada, não ousei me colocar neste debate adotando uma ou outra classificação interna do pentecostalismo. Por isso, eu privilegio no texto a diferenciação entre protestantismo histórico e pentecostalismo. Entretanto, por vezes o próprio *corpus* demanda que eu cite o neopentecostalismo, já que esta categorização teve bastante aderência nos jornais. Devemos estar sempre atentos à interação entre a imprensa, a produção acadêmica e a outros atores no jogo de forças da sociedade brasileira. Um exemplo disso é a constatação de Mariano (1999, p. 80) de que o “*boom* de interesse da imprensa pela Universal ocorreu imediatamente após a compra da Rede Record, em 1990” e se somou ao cerceamento das atividades da igreja e de seus líderes pela polícia e pela Justiça nos anos 1980.

Os três capítulos de análise das 244 matérias que compõem o *corpus* ratificam esta convergência da imprensa e da Justiça no escrutínio das igrejas evangélicas, principalmente da Universal — chegando a um ponto alto, inclusive em número de matérias publicadas, em 1995. Entretanto, vemos que há certos sentidos construídos ao longo dos 25 anos parcialmente cobertos por esta pesquisa, por vezes com continuidades, por vezes com alterações. Estes sentidos são analisados em nove enquadramentos jornalísticos que proponho, os quais são abrigados em três discursos mais amplos: um acerca da própria expansão evangélica, que corresponde ao Capítulo 3; outro que recai sobre a relação de exploração de fiéis, analisado no Capítulo 4; e por fim, outro sobre a participação dos evangélicos no espaço público, analisado no Capítulo 5. Antes destes capítulos de análise, detenho-me no próximo — o Capítulo 1 — no aparato teórico que sustenta a análise de discurso, incluindo uma elucidação acerca dos enquadramentos jornalísticos; e no Capítulo 2, exponho com detalhes minhas escolhas para organizar o *corpus* estudado. Por fim, no apêndice, trago fichas com informações básicas sobre todas as matérias de O Globo e Folha de S. Paulo analisadas.

CAPÍTULO 1 | DISCURSO E ENQUADRAMENTOS

Estamos diante de um discurso, o jornalístico, que na superfície, através de seus atores institucionais — editores, manuais de redação, documentos de princípios editoriais, entre outros —, se coloca distante daquelas que são propriedades inerentes aos discursos. Enquanto os jornais têm sido por décadas orientados por uma proposta de objetividade e imparcialidade, analistas do discurso nos lembram que a linguagem é sempre um campo de disputa, não dando espaço para a posição de neutralidade. Quando a imprensa promete levar à sua audiência o que há de mais relevante no Brasil e no mundo, o conhecimento da linguística, da comunicação e da psicanálise evidencia que não existe enunciação sem ausências, esquecimento e posicionamento.

Como afirma Charaudeau (2013), ao reservar para si o domínio da informação, suscetível de ser realizada por todos, as mídias, que compõem uma “atividade socioprofissional”, são cobradas socialmente a justificar sua existência. Por isso, além do discurso de informação, elas precisam também produzir “um discurso que justifique sua razão de ser, como se além de dizer ‘eis o que é preciso saber’, as mídias dissessem o tempo todo: ‘eis porque temos a competência para informar’” (*Ibidem*, p. 34). O apontamento destes paradoxos nos mostra o desafio de se analisar a produção da imprensa, cujas particularidades — seu lugar social, seu caráter comercial, suas rotinas, até mesmo seus jargões — devem ser levadas em conta no estudo. É tal esforço que busco apresentar neste capítulo, onde exploro as bases teóricas-metodológicas da análise discursiva, apesar de deixar para os próximos capítulos parte do diálogo com os autores e conceitos estudados. Discuto aqui também o conceito e as aplicações do enquadramento, noção que tem orientado várias pesquisas sobre a produção jornalística e que proponho como complementar à análise discursiva. Por fim, mostro como organizei o *corpus* segundo os enquadramentos, de forma a estruturar a análise.

Falar em “discurso” remete aos avanços das últimas décadas no estudo da linguagem, cujo aperfeiçoamento é tributário da interdisciplinaridade. Hall (2016), de uma maneira bastante didática, volta à obra de Ferdinand de Saussure (1857-1913) para mostrar as origens da abordagem construtivista da linguagem. Esta se diferencia das abordagens reflexiva (em resumo, segundo a qual a linguagem refletiria um significado já existente) e intencional (foco naquilo expresso pelo emissor, intencionalmente) por considerar que “o significado se constrói na linguagem e por meio dela” (*Ibidem*, p. 32). Além disso, e talvez principalmente, a abordagem construtivista destaca aspectos sociais no uso da língua e na produção de sentidos.

Saussure está na raiz desta perspectiva ao propor de forma inovadora a combinação do caráter fechado e estruturado da linguagem em termos de suas regras e leis, que ele denomina a língua (*langue*); com a capacidade dos indivíduos serem livres e imprevisivelmente criativos na fala (*parole*). Isso lembra o caráter social da linguagem, por meio da qual o sentido é construído. É importante mencionar ainda outros conhecimentos básicos proporcionados por Saussure, um deles a composição do signo em significante e significado — e a natureza sistemática que aí está. Afinal, os significantes e significados se organizam em sistemas de diferenças, onde sua positividade se afirma pelo que estes elementos não são. Em uma segunda etapa do construtivismo, Hall destaca a obra de Michel Foucault (1926-1984) por priorizar a produção de conhecimento em detrimento do sentido; e o discurso, sobreposto à linguagem. Com estudos muito fundamentados na história, Foucault mirou as disputas pelo poder manifestadas pelos/nos textos. Diz Hall: “O principal ponto em que se deve atentar aqui é o modo pelo qual discurso, representação, conhecimento e ‘verdade’ são radicalmente historicizados por Foucault, em contraste com uma tendência bastante a-histórica da semiótica” (*Ibidem*, p. 83). A semiótica, aliás, é caracterizada por Hall como tributária da obra de Saussure, e as abordagens discursivas, filiadas a Foucault.

Orlandi (2000) nos lembra que a análise de discurso nasce na década de 1960 na interseção entre a linguística, o marxismo e a psicanálise. Com estas incorporações, a autora afirma que a interpretação da linguagem implica não só no comprometimento com os sentidos, mas também com o político que compõe os discursos. Assim, a análise do discurso “permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem”, uma vez que “não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos” (*Ibidem*, p. 9). Pêcheux (2012a), referência fundamental da escola francesa de análise de discurso, reconheceu a emergência dessa interdisciplinaridade ao afirmar que

[...] a linguística retirou-se de certo número de terrenos que deixou descobertos, livres para outras influências e, em particular, o que está no fundo do problema que nos concerne, a região da comunicação ou da transmissão do efeito de sentidos foi deixada livre para o que chamamos as ciências sociais, ciências humanas ou ciências do comportamento, que acreditaram poder instalar-se aí [...] (*Ibidem*, p. 205)

Nesse processo, diz o autor, surgiu a “necessidade de introduzir outro termo para caracterizar o que, na linguagem, concerne às restrições que não são nem fonológicas, nem morfológicas, nem sintáticas” (*Ibidem*, p. 214). Chegamos ao discurso, que na definição de Pêcheux vai além do campo da linguística, considerando também suas condições de produção:

Chamaremos discurso uma sequência linguística de dimensão variável, geralmente superior à frase, referida às condições que determinam a produção dessa sequência em relação a outros discursos, sendo essas condições propriedades ligadas ao lugar

daquele que fala e àquele que o discurso visa, isto é, àquele a quem se dirige formal ou informalmente, e ao que é visado através do discurso. Chamaremos essas condições, condições de produção do discurso, o conjunto da descrição das propriedades relativas ao destinador, ao destinatário e ao referente, sob condição de dar imediatamente certo número de precisões. (*Ibidem*)

Antes de seguirmos com a exploração acerca do discurso, mostra-se importante esclarecer algumas definições deste em relação à língua e à linguagem, uma vez que estas são noções frequentemente mencionadas por mim e pelos autores citados. A linguagem, como mostrou Hall (2016) e conforme explicita Marcondes Filho (2014), é constituída pela língua e pela fala, segundo definição de Saussure. Há, porém, variações, como em Mikhail Bakhtin (1895-1975), cuja obra prioriza a interação dos interlocutores como a base da linguagem — esta, portanto, uma “criação coletiva”, nas palavras de Marcondes Filho (*Ibidem*, p. 387). Quanto à língua, a definição tal qual postulada por Saussure é até hoje debatida na linguística, sobretudo no que diz respeito à sua homogeneidade, às suas fronteiras e à consideração ou não do universo extralinguístico. Isto porque o autor suíço, pai do estruturalismo, restringiu a língua a um sistema exclusivamente gramatical, conforme explica Marcondes Filho: “Compõem a língua um conjunto finito e homogêneo de signos e as relações que esses signos estabelecem entre si, configurando uma estrutura autônoma, um universo regido por leis próprias, do qual não participa a realidade extralinguística” (*Ibidem*, p. 386). Para algumas vertentes teóricas, porém, não é possível estudar o uso da língua sem levar em conta este universo externo. Por isso, Marcondes Filho continua: “a língua deve ser entendida como um universo cujas fronteiras são sempre problemáticas” (*Ibidem*).

Para Charaudeau (2005, n.p.), linguista e referência importante nesta tese, a linguística “de um certo ponto de vista, é ‘ingênua’ quando sua teoria e seus instrumentos de análise deixam de lado a descoberta de interesses em jogo na significação psicossocial dos atos de linguagem de uma comunidade sociocultural”. Sua proposta de análise de discurso é “necessariamente” pluridisciplinar (*Ibidem*). A definição do autor para linguagem, então, ultrapassa os “sistemas de signos internos a uma língua”, referindo-se “a sistemas de valores que comandam o uso desses signos em circunstâncias de comunicação particulares” (*Idem*, 2013, p. 33). Ou seja, a linguagem é um ato de discurso, aquela que orienta o sentido em uma “comunidade social” (*Ibidem*). O autor distingue a língua do discurso justamente no que diz respeito às condições internas e externas da enunciação. Além do sistema relativamente estável da língua, estão os fatores subjetivos, sociais e circunstanciais que alteram e constroem os discursos:

O discurso não é a língua, embora seja com ela que se fabrique discurso e eu este, num efeito de retorno, a modifique. A língua é voltada para sua própria organização, em diversos sistemas que registram os tipos de relação que se instauram entre as formas (morfologia), suas combinações (sintaxe) e o sentido, mais ou menos estável e prototípico de que essas formas são portadoras segundo suas redes de relações (semântica). Descrever a língua é, de um modo ou de outro, descrever regras de conformidade, a serem repertoriadas em gramáticas e dicionários. Já o discurso está sempre voltado para outra coisa além das regras de uso da língua. Resulta da combinação das circunstâncias em que se fala ou escreve (a identidade daquele que fala e daquele a quem este se dirige, a relação de intencionalidade que os liga e as condições físicas de troca) com a maneira pela qual se fala. É, pois, a imbricação das condições extradiscursivas e das realizações intradiscursivas que produz sentido (*Ibidem*, p. 40).

Por essa complexa imbricação, Brandão (2012) aponta duas noções fundamentais para a análise de discurso: a base linguística e o processo discursivo ideológico. Embora a linguística tenha tido dificuldade para acatar elementos extralinguísticos em seu campo de estudo, a análise de discurso está interessada no funcionamento da língua enquanto uso, nos diz a autora. Orlandi (2000), por sua vez, define que a análise do discurso trabalha com a relação entre língua, discurso e ideologia — esta ressignificada “a partir da consideração da linguagem” (*Ibidem*, p. 45). Ou seja, emerge uma *definição discursiva da ideologia*, que coloca o “homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (*Ibidem*, p. 46). A ideologia, nessa perspectiva, é “função da relação necessária entre linguagem e mundo” (*Ibidem*, p. 47), por isso sua presença é atestada pela necessidade da interpretação, pois não há sentido sem interpretação. A ideologia, segundo explica a autora, é condição não apenas para a constituição dos sentidos, como dos sujeitos: o sujeito é o indivíduo interpelado pela ideologia. Este não equivale, na análise de discurso, com a noção psicológica de sujeito empiricamente coincidente consigo: o sujeito, aqui, é condicionado pelo discurso, ocupa posições por este designadas. Afinal, “se ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos” (*Ibidem*, p. 49). A constituição de sentidos e sujeitos implica também em apagamentos:

A evidência do sentido — a que faz com que uma palavra designe uma coisa — apaga o seu caráter material, isto é, faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam com uma dominante. As palavras recebem seus sentidos de formações discursivas em suas relações. Este é o efeito da determinação do interdiscurso (da memória). Por sua vez, a evidência do sujeito — a de que somos sempre já sujeitos — apaga o fato de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia. (*Ibidem*, p. 46).

Orlandi escreve ainda: “Assim como, parafraseando a Psicanálise, se pode considerar que o inconsciente se estrutura como uma linguagem, na Análise de Discurso, consideramos que a ideologia se materializa na linguagem” (*Ibidem*, p. 96). Tal qual um psicanalista que se atenta a atos falhos e aos relatos de sonhos narrados por pacientes, o analista de discurso deve

buscar a materialidade linguística e histórica que escapa dos textos — sem esquecer que a própria análise de discurso é também uma interpretação, como nos lembra a autora.

É frequente que pesquisadores trabalhando com essa base epistêmica, firmada na relação entre o linguístico e o ideológico, digam seguir a análise de discurso *francesa*, algo que não reproduzo aqui. Embora de fato muitos autores a quem recorro sejam franceses, o próprio “Dicionário de Análise do Discurso”, de Charaudeau e Maingueneau (2020, p.202), orienta não ser possível mais falar em “Escola Francesa”, embora ainda existam tendências francesas. Surgida na década de 1960 e tendo como autor mais representativo Pêcheux, esta escola influenciou pesquisas que escaparam das fronteiras da França, emigrando sobretudo para países francófonos e de língua latina. Também destaco que, embora a divisão entre o escrito e o oral se encontre “no ponto de convergência de múltiplas problemáticas” (*Ibidem*, p. 203), para a análise de discurso, não há restrições quanto a um ou outro. Autores como Orlandi (2000) se referem ao texto como o material por excelência da análise de discurso, mas o dicionário organizado por Charaudeau e Maingueneau (2020, p. 466) nos lembra que o texto não remete prioritariamente à escrita⁶, uma vez que isto reduziria estas definições ao suporte ou meio e desconsideraria que um texto é, na maioria das vezes, plurissemiótico⁷.

Para Orlandi (2000, p. 73), o texto é “uma unidade que podemos, empiricamente, representar como tendo começo, meio e fim, uma superfície linguística fechada nela mesma”, podendo ser oral ou escrito. A análise do discurso “não está interessada no texto em si como objeto final de sua explicação, mas como unidade que lhe permite ter acesso ao discurso” (*Ibidem*, p. 72). A autora afirma existirem muitas tipologias discursivas, como: por gêneros, tais quais a narrativa e a dissertação; estilos, como o barroco e o renascentista; relativo à política, como o discurso neoliberal ou marxista; e também por distinções institucionais e suas normas, como os discursos jornalístico, jurídico, religioso e médico, entre outros. Cada discurso, por sua vez, é constituído por uma dispersão de textos. A autora usa como exemplo o

⁶ Trago a ressalva de que os textos não se limitam à escrita como parte do estudo da base teórica mas, ao longo da tese, por vezes escrevo “texto” como sinônimo de uma matéria escrita, uma vez que é este o suporte com o qual trabalho no *corpus*.

⁷ A noção de “plurissemioidade”, em Charaudeau e Maingueneau (2020, p. 378), é contextualizada como uma resposta de analistas dos discursos do trabalho à automação, à informatização e ao multilinguismo. Os avanços tecnológicos retiram o contato com os objetos materiais e apresentam “diversos sistemas semióticos” concomitantes, como números, signos linguísticos (escritos e orais) e não linguísticos (como mapas, maquetes). O contato entre diferentes línguas também leva à interpenetração de sistemas semióticos. Mais um exemplo destes “fenômenos de mistura”: “Restringindo-nos às semióticas do oral e do escrito, observamos que alguns gêneros discursivos, como a exposição oral, tomam emprestados elementos das regras de funcionamento da escrita: falar brevemente, organizar sua fala na forma de um sistema de listas. Simetricamente, muitos escritos de trabalho tomam emprestados elementos do oral, particularmente os escritos ‘a várias mãos’ (plurigrafia), quando verdadeiros diálogos se constroem, sendo os diferentes agentes encarregados de preencher uma ficha ou uma tabela levados a responder, a glosar, a opor-se, em um mesmo suporte, aos escreventes anteriores.” (*Ibidem*, p. 179)

discurso universitário, composto por textos “de professores, de alunos, de funcionários, de administradores, textos burocráticos, científicos, pedagógicos etc” (*Ibidem*, p. 70).

Charaudeau (2005, n.p.) diferencia a análise de texto da análise de discurso, sendo a primeira mais focada no estudo das operações de discursivização dentro de um texto, “qualquer que seja sua configuração”. Já a análise de discurso está interessada em um conjunto de textos que têm em comum o contrato que “os sobredetermina” (*Ibidem*). O contrato é uma espécie de acordo prévio no qual os “parceiros da troca linguageira” (*Idem*, 2013, p. 68) reconhecem mutuamente as restrições e as condições da comunicação. Nas minhas palavras, este contrato seria como um manual com as regras do jogo daquela troca. No item 1.2, falaremos especificamente do contrato de informação midiática. Na análise do texto, o texto é um “fim em si”, e na análise de discurso, o texto é um “simples pretexto” (*Idem*, 2005, n.p.). Na análise de discurso proposta pelo autor, é fundamental sua definição para o “duplo processo de semiotização do mundo” — entendido aqui como o real não mediado pela linguagem, portanto inacessível a nós (*Ibidem*). Um desses processos é o da transformação, em que um “mundo a significar” se torna um “mundo significado” por ação do sujeito falante (*Ibidem*). Uma vez que este sujeito é colocado em situação de troca com outro sujeito que é destinatário, ocorre o processo de transação deste mundo significado.

1.1 Discurso como disputa

Antes de explorarmos o discurso jornalístico, objeto desta pesquisa, é importante nos aprofundarmos em uma perspectiva que ressalta o aspecto político dos discursos, representada pela chamada Escola de Essex, formada por autores como Ernesto Laclau, Chantal Mouffe, Yannis Stavrakakis, David Howarth e Jacob Torfing. Herdeira do pensamento político de Antonio Gramsci (1891-1937) e psicanalítico de Jacques Lacan (1901-1981), esta corrente mostra que analistas devem se manter cientes “de que o discurso carrega em si os instrumentos e as práticas do poder; e que este é vinculado a uma concepção dinâmica da sociedade em que a luta pela hegemonia é componente fundamental” (PRATES, 2020, p. 25). Howarth e Stavrakakis (2000) notam que esta abordagem se destaca em meio a estudos contemporâneos sobre o discurso que tendem a negligenciar tópicos tradicionais da ciência política. Se a teoria discursiva parte da consideração de que “todos os objetos e ações são significativos e que seus significados são conferidos por sistemas de regras historicamente específicos” (*Ibidem*, p.2, tradução minha), a perspectiva proposta nos indica mais: que os projetos políticos organizam e tentam dominar o campo de significados através da construção de antagonismos e identidades, da colocação de fronteiras entre *insiders* e *outsiders*. A estabilização total de significados é

impossível, os “sistemas de significado são contingentes e não podem nunca exaurir completamente o campo de significados” (*Ibidem*, p. 3), mas as sociedades se estruturam em torno deste ideal. A impossibilidade da totalidade é algo, na verdade, inerente ao social e à linguagem. Como afirma Orlandi (2000, p. 52), “a condição da linguagem é a incompletude”. Sujeitos e sentidos não podem ser constituídos definitivamente, o que abre espaço para as disputas, para os movimentos que constroem a significação, a institucionalização e a estabilização.

Segundo Howarth e Stavrakakis (2000), cabe ao analista do discurso estudar o material empírico bruto como formas discursivas, sejam estes dados linguísticos ou não linguísticos: falas, relatórios, manifestos, eventos históricos, entrevistas, instituições... Todos são compreendidos como textos. O papel do analista, entretanto, não é atingir uma perspectiva extradiscursiva, pois ele também está imerso em um mundo de objetos e práticas permeados por significados. O programa proposto aceita que “o teórico e analista do discurso está sempre localizado em um contexto histórico particular e político, sem um ponto neutro arquimediano a partir do que descrever, argumentar e avaliar” (*Ibidem*, p. 7).

Laclau (2013), como mostra o título de seu livro, “A razão populista”, tem o populismo como conceito central e, diferente de muitas definições correntes, não o toma como uma ideologia delimitável e situada historicamente — mais à esquerda ou mais à direita, por exemplo. Tampouco o populismo é uma “anormalidade, desvio ou manipulação” (*Ibidem*, p. 27), como uma pretensa racionalidade idealizada pela filosofia política nos leva a criticar. Para o autor, o populismo é o “caminho para se compreender algo sobre a constituição ontológica do político enquanto tal” (*Ibidem*, p. 115). Sua proposta teórica, com raízes fincadas na linguística e na psicanálise, é por uma abordagem discursiva para a questão das identidades coletivas, o que nos ajudará a compreender disputas em torno da nomeação e caracterização dos evangélicos brasileiros.

A menor unidade de análise nesta abordagem é a demanda social, como a por moradia ou por acesso às escolas. Demandas diversas podem eventualmente ser unificadas em uma cadeia de equivalências, mesmo que haja bastante heterogeneidade nesta rede. No outro polo deste agrupamento está a institucionalidade, que, incapaz de absorver ou resolver as demandas, vê a consolidação daquele campo hipertrofiado de demandas. É formada a identidade popular, em contraposição ao poder. No entanto, o autor ressalva que “nem tudo na sociedade é político porque temos muitas formas sociais sedimentadas que tornaram indistintos os traços de sua instituição política originária” (*Ibidem*, p. 228). Por outro lado, “se a heterogeneidade é

constitutiva do laço social, sempre teremos uma dimensão política através da qual a sociedade — e o ‘povo’ — são constantemente reinventados” (*Ibidem*).

Nesta ontologia do político, como dito pelo autor, Laclau recorre inicialmente à obra de Gustave Le Bon (1841-1931), caracterizada como “a descrição mais sistemática da psicologia das massas até então oferecida” (*Ibidem*, p. 57). Le Bon explorou a influência que as palavras exercem sobre a formação de uma multidão, e segundo Laclau, a chave desta influência “deve ser encontrada nas imagens que tais palavras evocam, com total independência de seu significado” (*Ibidem*, p. 58). Assim, haveria uma clivagem entre os verdadeiros significados de um termo, protegidos pela linguagem; e seu uso pervertido pelas multidões, uma vez que Le Bon não considerava a associação como componente essencial da linguagem, e sim sua depravação. Para Laclau, Le Bon estava aludindo a dois fenômenos conhecidos: a “ausência de fixidez da relação entre significante e significado (nos termos de Le Bon: a relação entre palavras e imagens)” e o “processo de sobredeterminação por meio do qual certa palavra condensa uma pluralidade de significados” (*Ibidem*). Entretanto, Le Bon não abordou, “como tentará fazer Freud, a lógica interna que governa a associação entre palavras e imagens” (*Ibidem*, p.59). O conhecimento da psicanálise nos mostra que “é uma questão completamente secundária se a associação se inicia no nível do significante ou do significado” (*Ibidem*, p. 63).

Considerando o caráter essencialmente associativo da linguagem, Laclau define o discurso como “quaisquer conjuntos de elementos nos quais as relações desempenham o papel constitutivo”, ou seja, “os elementos não preexistem ao complexo relacional, mas se constituem através dele” (*Ibidem*, p. 116). Não importa se o discurso é falado ou escrito. O que o configura é a própria disputa por significação e estabilização, uma vez que “toda identidade social (isto é, discursiva) é constituída no ponto de encontro da diferença e da equivalência, assim como as identidades linguísticas constituem a sede das relações sintagmáticas de combinação e das relações paradigmáticas de substituição” (*Ibidem*, p.133). Por serem incompatíveis entre si, a equivalência e a diferença são justamente o que constrói o social, que “nada mais é do que o *locus* dessa irreduzível tensão” (*Ibidem*). Entretanto, este jogo traz paradoxos. Se as identidades fossem determinadas pela diferenciação, elas configurariam uma totalidade contendo essas distinções. Mas, “para apreender essa totalidade conceitualmente”, “temos de diferenciá-la de outra coisa que não ela” (*Ibidem*, p. 118).

Essa totalidade constitui um objeto ao mesmo tempo impossível e necessário. Impossível porque a tensão entre equivalência e diferença é, em última instância, insuperável; necessário porque sem alguma espécie de fechamento, por mais precário que possa ser, não haveria significação nem identidade. (*Ibidem*, p. 119).

Uma das soluções encontradas por Laclau para lidar com o problema da totalidade é considerar a exclusão: “[...] a única possibilidade de se ter um verdadeiro exterior seria que esse exterior não fosse um elemento neutro, mas um elemento excluído, algo que a totalidade expelle de si para se constituir.” (*Ibidem*, p. 118). Com isso, diante do elemento excluído, as diferenças “se equivalem mutuamente” por sua “comum rejeição à identidade excluída” (*Ibidem*, p. 119). Forma-se a lógica da equivalência, onde há anulação das diferenças internas e a divisão da sociedade em antagonismos (HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000). Laclau (2013) prevê ainda que uma diferença particular “assuma a representação de uma totalidade incomensurável” (*Ibidem*). Trata-se de um processo de hegemonização, que nos leva ao conceito de significante vazio:

A operação de assumir, por meio de uma particularidade, um significado universal incomensurável é aquilo que denominei hegemonia. E uma vez que essa totalidade ou universalidade incorporada é, conforme vimos, um objeto impossível, a identidade hegemônica torna-se algo da ordem de um significante vazio, sendo que sua própria particularidade encarna uma completude inalcançável. (*Ibidem*, p. 119-120)

Assim, os significantes vazios são aqueles que incorporam, parcialmente, o papel de totalização e estabilização — que, como já vimos, é uma impossibilidade, tanto na linguagem quanto na vida social. Estes significantes vazios subordinam conteúdos que podem ser contraditórios, mas discursivamente, formam uma cadeia equivalencial. Fala-se em significante “vazio” pois há um lugar no sistema de significação que é constitutivamente irrepresentável (*Ibidem*, p.166). Há ainda o conceito de ponto nodal, um significante vazio com lugar privilegiado na mobilização de equivalências em cadeia. Laclau tipifica também os significantes flutuantes, semelhantes aos significantes vazios mas produtores de fronteiras não tão demarcadas e estáveis, dando assim maior flexibilidade ao conceito.

Como podemos ver, as categorias de significantes “vazios” e “flutuantes” são estruturalmente diferentes. A primeira diz respeito à construção de uma identidade popular, uma vez que a presença de uma fronteira estável é dada como certa: a segunda tenta apreender conceitualmente a lógica dos deslocamentos daquela fronteira. Na prática, a distância entre as duas não é tão grande. Ambas são operações hegemônicas e, o que é mais importante, os referentes se sobrepõem em grande medida. (*Ibidem*, p. 199)

A configuração de uma cadeia de equivalências é uma operação performativa; os afetos e a libido têm também papel fundamental no investimento radical empreendido pela totalização hegemônica (*Ibidem*, p. 120). O afeto é como um “cimento social” (*Ibidem*, p. 26) que engloba elementos heterogêneos na unidade, algo que vai ao encontro da caracterização do laço social como um laço libidinal. Laclau apresenta alguns estudos de caso aplicando sua teoria⁸, e estas

⁸ Além dos próprios estudos de caso apresentados por Laclau, há inúmeras pesquisas aplicando sua teoria, com forte caráter empírico. Cito aqui algumas. Burgos (2000) analisa a Revolução Mexicana, no início do século

demonstrações ajudam na compreensão dos conceitos expostos anteriormente. Retomo uma delas: o papel de Juan Domingo Perón como significante vazio na política argentina, sobretudo durante seus anos de exílio, entre 1955 e 1973. Neste período, limitado por restrições impostas pelos países que o receberam exilado e a própria repressão ao peronismo na Argentina, o ex-presidente enviou cartas particulares, algumas fitas cassete e instruções restritas que, naquele contexto, davam margem para interpretações diversas. Não havia intérpretes autorizados e, ao mesmo tempo, circulavam mensagens apócrifas.

Essa complicada situação teve, entretanto, um efeito paradoxal: a natureza ambígua das mensagens, resultante do abismo existente entre os atos e o conteúdo da enunciação, poderia estar sendo cultivada conscientemente por Perón, de maneira que se tornassem deliberadamente imprecisas. O resultado foi que as palavras de Perón não perderam sua centralidade, mas seu conteúdo possibilitava intermináveis interpretações e reinterpretações. (*Ibidem*, p. 307)

Os diferentes grupos que formavam a cadeia de equivalências do peronismo interpretavam suas mensagens de acordo com sua própria orientação política. As palavras de Perón se mostraram indispensáveis “para dar uma unidade simbólica a todas aquelas lutas dispersas” (*Ibidem*, p. 307). A demanda pelo retorno dele à Argentina também se tornou “um significante vazio que unificou um campo popular em expansão” (*Ibidem*, p. 308), enquanto se fortaleciam no país movimentos antiperonistas e neoperonistas, que propunham um “peronismo sem Perón”. Finalmente de volta ao poder, depois de 18 anos de exílio, “Perón não podia mais ser um significante vazio: ele era o presidente da República e, como tal, tinha de tomar decisões e optar entre alternativas” (*Ibidem*, p. 313).

Durante o governo, mostrou-se cada vez mais gritante a cisão entre sindicalistas e peronistas, evidenciando que “nenhuma equivalência entre eles havia sido internalizada, e a única coisa que os mantinha no mesmo campo político era a comum identificação com Perón como líder” (*Ibidem*, p. 313). Por algum tempo, ele tentou hegemonizar de um modo coerente a totalidade de seu movimento, mas não conseguiu: o processo de diferenciação antagônica tinha ido longe demais. Após a morte de Perón, em 1974, acelerou-se a disputa entre as várias facções peronistas, e o país ingressou novamente num processo de rápida desinstitucionalização, cujo resultado foi o golpe militar de 1976 e a implantação de um dos regimes mais brutalmente repressores do século XX. (*Ibidem*, p. 313).

XX, e localiza o aglutinamento de vários movimentos sociais articulados por um discurso místico, que apelou para a ideia de identidades coletivas transcendentais. Cazeloto e Prado (2014) analisaram edições da *Veja* acerca da tecnologia, mostrando que a revista emprega diferentes significados em cadeias de equivalência que costuram concepções de futuro, criatividade, inovação e economia. Prates (2017; 2020) trabalha com o meio ambiente em crise como um ponto nodal a partir do qual três correntes discursivas estabelecem suas cadeias de equivalência simbólica na luta por hegemonia: o ecologismo profundo, o reformista e o radical.

1.2 O discurso jornalístico

Se descrever o sentido do discurso exige observar a correlação entre as condições intradiscursiva e extradiscursiva (CHARAUDEAU, 2013), o jornalismo nos oferece muitas particularidades que permitem analisar essas dimensões. Falo em *discurso jornalístico* pois, como nos lembra Orlandi (2000), uma das formas de categorizar os discursos é pela institucionalidade — e a imprensa tem uma posição social bastante demarcada e reconhecida em sociedades que pactuam com um ideal de modernidade. Toda formação social delega os poderes de interpretação a certos grupos, designação esta historicamente determinada, como exemplifica a autora ao mencionar os papéis dos juízes, dos professores e advogados. Considero que a imprensa e os jornalistas também poderiam ser incluídos nesta lista, uma vez que, conforme afirma Ponte (2005), o discurso do jornalismo se consolidou socialmente como um “discurso verdadeiro sobre o real”, naturalizando “formas canônicas de relato e legitimidade de quem assim reporta porque para tal tem estatuto e saber, um saber cognitivo e cultural que se reconhece nas interpretações partilhadas sobre acontecimentos públicos e na forma de os colocar em narrativa” (*Ibidem*, p. 17).

Benetti (2008) ratifica que “o jornalismo é, entre outras definições possíveis, um discurso” (*Ibidem*, p. 13) e propõe mais: que o jornalismo seja considerado um gênero discursivo⁹. Uma das bases teóricas desta proposta é o conceito de contrato de comunicação segundo Charaudeau (2013). Como veremos à frente, o contrato de informação midiática é marcado, de acordo com o autor, por uma dupla finalidade: a de informação e captação. Charaudeau, no que chama de seu estudo *semiodiscursivo* das mídias¹⁰, evidencia que a imprensa, ao buscar atender sua função de informar¹¹, inevitavelmente opera na construção de

⁹ Benetti (2008) alinha conhecimentos da análise de discurso, das teorias do jornalismo e particularmente a noção de contrato de comunicação desenvolvida por Charaudeau para defender a delimitação do jornalismo como um gênero discursivo. Ela segue a definição do autor francês de que um gênero é composto pelas características das formas textuais, pela organização do discurso e por coerções situacionais. Para autora, esta delimitação atende às particularidades do jornalismo, como a centralidade do acontecimento para sua enunciação.

¹⁰ O autor prioriza a palavra “mídia” e suas variações, como no título do livro (“O discurso das mídias”), ao se referir a tipos de “produto midiático (o artigo de jornal, a paginação, o telejornal, o programa de rádio)” (CHARAUDEAU, 2013, p. 25), à “máquina midiática” (*Ibidem*, p. 24) e ao “discurso midiático”, entre outros. Entretanto, concordo com Benetti (2008) na importância de assinalar que os adjetivos “midiático” e “jornalístico” não são sinônimos. O autor, porém, frequentemente parece usar “mídia” e suas variações para se referir à produção jornalística, como é possível observar no seguinte trecho: “Compreende-se por que a relação entre relato e comentário é tão espinhosa. No mundo profissional das mídias (escolas de jornalismo, reflexões dos jornalistas e dos padrões da imprensa), essa questão vem à baila como sintoma da indagação sobre o papel social das mídias. Não raro é colocada em termos opostos: ‘O que deve ser fornecido pelas mídias, fatos ou comentários? Qual é o papel principal do jornalista, descrever ou comentar?’” (CHARAUDEAU, 2013, p. 176).

¹¹ Em uma definição empírica que o próprio autor adjetiva como simplista, mas que nos ajuda inicialmente, Charaudeau (2013) afirma que a informação é “a transmissão de um saber, com a ajuda de uma determinada linguagem” (*Ibidem*, p. 33) e implica em uma troca entre posições discursivas. Depois de ponderar sobre intenções e efeitos psicológicos e sociais desta troca, o autor destaca que “a informação não existe em si”, mas é “pura enunciação”: “Ela constrói saber e, como todo saber, depende ao mesmo tempo do campo de

sentidos a partir dos acontecimentos. Reconhecendo a multiplicidade de definições para o acontecimento, o linguista estabelece da sua parte que se trata de “uma fenomenalidade que se impõe ao sujeito em estado bruto, antes de sua captura perceptiva e interpretativa” (*Ibidem*, p. 95). Logo, existe uma externalidade e uma autonomia do acontecimento em relação à linguagem. Acontecimentos podem surgir em sua facticidade¹², ou seja, da dialética entre o esperado e o inesperado, entre a ordem e a desordem — como os fenômenos avassaladores da natureza, que rompem uma estabilidade do ambiente. É como diz uma máxima que corre as escolas e redações de jornalismo: um homem morder o cão, e não o contrário, é um acontecimento digno de virar notícia (RODRIGUES, 2016). Mas, em uma ressalva muito importante para nos atentarmos às disputas de poder que perpassam o jornalismo, Charaudeau (2013) reconhece que há também aqueles acontecimentos programados e suscitados, provocados por atores institucionais e políticos.

Hackett (1984, p. 236, tradução minha) também afirma que, com exceção de acidentes e escândalos vazados por fontes, “a maioria das histórias da imprensa são ‘eventos de rotina’ que são promovidos por detentores do poder da política e da burocracia [...]”. O autor defende que há uma retroatividade entre a mídia e as instituições na definição dos eventos dignos de se tornarem um acontecimento midiático. Isso é especialmente relevante se considerarmos hoje o papel das assessorias de imprensa de políticos, corporações, organizações não governamentais, entre outros, que trabalham para delinear acontecimentos que possam ser apropriados pelo discurso jornalístico. Charaudeau (2013) rejeita ainda a definição de que um acontecimento seja somente aquilo que é “novo”, pois isso seria confundir o acontecimento com o “surgimento do acontecimento” (*Ibidem*, p. 132). Ou seja, um acontecimento se estende para além de sua emergência.

Um acontecimento bruto só se torna um acontecimento significativo — e mais ainda, um acontecimento midiático — mediante a percepção pelos sujeitos. Esta transformação é impulsionada pelos efeitos de saliência, uma operação perceptiva-cognitiva que capta um acontecimento; e pelo efeito de pregnância, que se inscreve na sociabilidade do acontecimento. Todo este processo, da significação à transação de um acontecimento significado, é denominado por Charaudeau como um processo acontecimental, que é justamente aquilo que a mídia busca dominar. Neste processo, não quer dizer que o jornalismo deixe para trás um “espaço social

conhecimentos que o circunscreve, da situação de enunciação na qual se insere e do dispositivo no qual é posta em funcionamento.” (*Ibidem*, p. 36)

¹² Charaudeau (2013) minimiza a importância de diferenciar “acontecimento” e “fato”, como fazem outros autores. Mas ele afirma que, se precisasse estabelecer uma diferença, esta seria a de que o “fato é uma configuração concreta particular do acontecimento” (*Ibidem*, p. 95). Na tese, acompanho esta definição.

mascarado, deformado ou parcelado por esse discurso”, e sim que este próprio espaço é “uma realidade empírica compósita, não homogênea, que depende, para a sua significação, do olhar lançado sobre ele pelos diferentes atores sociais, através dos discursos que produzem para tentar torná-lo inteligível” (*Ibidem*, p. 131). O discurso jornalístico assume essa função de dar inteligibilidade ao mundo, “negociando com nossos imaginários” (*Ibidem*, p. 273).

Mortos são mortos, mas para que signifiquem “genocídio”, “purificação étnica”, “solução final”, “vítimas do destino”, é preciso que se insiram em discursos de inteligibilidade do mundo que apontam para sistemas de valores que caracterizam os grupos sociais. Ou seja, para que o acontecimento exista é necessário nomeá-lo. O acontecimento não significa em si. (*Ibidem*, p. 131)

Assim, o jornalismo é ao mesmo tempo palco e ator nesses processos de inteligibilidade, perpassado por antagonismos, versões concorrentes e “predisposições psicológicas” dos indivíduos (PONTE, 2005, p. 137). O discurso público é plural, e um dos seus fóruns é a mídia, nos diz a autora, segundo quem a notícia “não prescinde assim de uma constante e disputada atribuição de sentido, a montante como a jusante da peça jornalística em que se constitui, havendo que sublinhar a imbricação da linguagem nesses processos de interação social entre fontes de informação, jornalistas e públicos” (*Ibidem*, p. 118). Cazeloto e Prado (2014, p. 1) nos lembram que “para Laclau não existe a sociedade como um sistema totalizado, mas lutas discursivas específicas que buscam hegemonizar suas posições, minimizando diferenças”. Deste modo, também as mídias “não produzem um discurso totalizante e são, elas próprias, palco de disputas entre sentidos concorrentes” (*Ibidem*, p. 2).

Na imprensa escrita, objeto desta tese, há condicionantes físicos e espaciais que influenciam na construção de sentidos, o que entendo como parte da dimensão intradiscursiva desse discurso. Charaudeau destaca que a inerente distância entre a emissão e recepção do conteúdo escrito permite uma “atividade de conceitualização” que é muito mais analítica do que na oralidade ou na iconicidade (*Ibidem*, p. 113). Esta situação de troca é “monolocutiva”¹³, o que

permite ao jornalista jogar sutilmente com o eixo do engajamento; não estando em situação física de contradição imediata (não há alternância de turno de fala, logo, não há interrupção possível), ele pode desenvolver sua análise ou sua argumentação planejando-a previamente, redigindo-a num determinado espaço de maneira contínua, escolhendo suas palavras e, se necessário, corrigindo-a. (*Ibidem*, p. 233)

A imprensa escrita também “se organiza sobre um suporte espacial” (*Ibidem*, p. 232) que traz palavras, gráficos, desenhos e imagens, mas se inscreve, sobretudo, em uma tradição

¹³ Em outro texto, Charaudeau (2005) define a “situação de monolucução” como aquela em que “[...] parceiros, quer estejam ou não presentes, estão ligados por um contrato de troca postergada” (n.p.).

escrita. Uma vez que o leitor, com seus movimentos oculares, percorre este espaço do começo ao fim e em vários sentidos, impõe-se a ele uma “lógica hierarquizada” do conteúdo que exige “operações de conexão entre as diferentes partes de uma narrativa, de subordinação e de encaixe dos argumentos, de reconstrução dos diferentes tipos de raciocínio” (*Ibidem*, p. 113). Considerando as condições extradiscursivas do discurso jornalístico, vemos que a mídia se encontra em um “campo de poder complexo”, perpassado por vários campos, como:

[...] o campo do político diante do qual as mídias se legitimam por uma dupla ação, de contrapoder, ao opor-se a esse campo, e de interface com a sociedade civil, o que as leva a denunciar; o campo do econômico, no qual as mídias se legitimam por sua capacidade de alcançar o grande público, o que as leva a dramatizar; o campo da cidadania, no qual as mídias se legitimam por uma aptidão em realizar um projeto de construção da opinião pública, o que as leva a serem credíveis. (*Ibidem*, p. 92-93)

Segundo Charaudeau, o contrato de informação midiática é composto por uma dupla lógica, ou por um duplo papel, correspondente a imposições econômicas e simbólicas. A lógica econômica diz respeito à posição dos veículos de imprensa enquanto empresas cujo produto é decorrente do trabalho com a informação. É preciso captar o público e estimular o desejo de consumir as informações (*Ibidem*, p. 72), além de lidar com a concorrência. Para atender a essas exigências, frequentemente as mídias apelam à dramatização e às emoções, colocando-se no “extremo oposto ao efeito de racionalidade que deveria direcionar a visada de informação” (*Ibidem*, p. 92).

Para satisfazer esse princípio de emoção, a instância midiática deve proceder a uma encenação sutil do discurso de informação, baseando-se, ao mesmo tempo, nos apelos emocionais que prevalecem em cada comunidade sociocultural e no conhecimento dos universos de crenças que aí circulam — pois as emoções não são um inefável aleatório. Elas são socializadas, resultam da regulação coletiva das trocas. (*Ibidem*)

Esta “encenação sutil do discurso de informação” mencionada por Charaudeau busca atender à lógica simbólica, aquela que ressalta o compromisso da imprensa com a democracia, com o público e com a cidadania. Em seu discurso de legitimação — aquele produzido como justificativa de sua própria existência —, a mídia se apresenta como uma conquista contra as forças do poder, o que para o autor dificulta a análise da produção midiática: “Isso porque, enquanto se admite no mundo político, de maneira geral, que o discurso aí manifestado está intimamente ligado ao poder e, por conseguinte, à manipulação, o mundo das mídias tem a pretensão de se definir contra o poder e contra a manipulação” (*Ibidem*, p. 17). Seguindo este ideal, a informação deve ser neutra, objetiva e motivada por valores cidadãos. Logo, movida pelas lógicas econômica e simbólica, a máquina midiática se encontra em “tensão permanente” (*Ibidem*, p. 243): presa “entre o martelo (credibilidade) e a bigorna (captação)” (*Ibidem*, p. 181), entre a “visada de informação” e a “visada de captação” (*Ibidem*, p. 86). A informação precisa

ser confiável para o cidadão, mas também capaz de cativar o consumidor. Sem que Charaudeau ou mesmo os atores envolvidos na produção jornalística pareçam ter uma resposta ou solução para esta tensão, veremos que ela se mostra em diversas matérias que compõem o *corpus*.

Biroli e Miguel (2010) exploram como, em sociedades que se definem como democráticas, o pluralismo é um valor central — e a imprensa assume a posição de fiadora deste pluralismo, que idealmente poderia ser instrumentalizado com o provimento de informações verdadeiras e objetivas. Estes valores são reiterados desde a formação de um jornalista às rotinas de produção das quais ele participará, levando a um compromisso “que é de cada profissional e que é reforçado pelo controle mútuo e pelos códigos da deontologia jornalística” (*Idem*, 2012, p. 23). Tais ideais legitimam o discurso jornalístico à diferença de outros, como o político, uma vez que o jornalismo se coloca na posição de um ponto de vista universal, capaz de identificar “posições parciais em conflito” e reconstituir um “espaço público unificado” (*Idem*, 2010, p. 68). Enquanto o campo político seria aquele desregulado por partes interessadas e dissonantes, a imprensa seria “o espelho e o agente regulador” destas forças, movida pelos valores universais do progresso, da ética e da democracia (*Ibidem*).

Todavia, para estes autores, a pretensa neutralidade do jornalismo se traduz não como ausência de valores, mas como “a naturalização de um padrão de valores” (*Idem*, 2012, p. 26). A produção jornalística se mostra, nas democracias liberais, bastante vinculada à manutenção de uma ordem social, e um exemplo disso é a forte reprodução, no noticiário político, da organização do sistema partidário. Contradiscursos e pontos de vista disruptivos para a ordem social são silenciados ou se tornam estereótipos verbais: “O jornalismo apresenta-se como fiscal de uma ordem que ele não contesta” (*Idem*, 2010, p. 72). Por isso, Biroli e Miguel vão dizer que a pluralidade preconizada pelo discurso jornalístico resulta, na realidade, em uma “simulação controlada dos conflitos sociais” (*Ibidem*, p. 74).

Mas, enquanto discurso de legitimação, tal pretensão de universalidade justifica a imparcialidade jornalística (*Idem*, 2012). Por serem imparciais, capazes de superar os interesses específicos em prol do bem comum, apenas os jornalistas poderiam fornecer seu produto: a verdade. Não surpreende que Biroli e Miguel contestam tais princípios, lembrando que as perspectivas dos jornalistas são perpassadas por trajetórias sociais em comum, posições semelhantes na pirâmide social, uma ideologia profissional compartilhada, por imposições das empresas de mídia e por relações com agentes do campo político. Mas os autores reconhecem que, dentro do próprio campo jornalístico, é reconhecida a dificuldade em se determinar o que seria verdadeiro e quais aspectos desta realidade merecem destaque; “mas, como regra, permanece intocada a crença de que cabe aos jornalistas esta tarefa, caso façam de maneira

correta o seu trabalho” (*Idem*, 2010, p. 70). Os critérios de relevância são aceitos por estes profissionais como “autoevidentes” e “inquestionáveis” (*Ibidem*, p. 71), e a separação entre opinião e fato permanece como elemento crucial para a avaliação do “bom jornalismo” (*Idem*, 2012, p. 25).

Ainda que, no campo reflexivo da academia, o ideal da objetividade esteja com os dias contados, na prática cotidiana do jornalismo, ele ainda orienta os modos de fazer: “É como um ideal, e não como uma realidade de fato, que a objetividade orientaria as práticas jornalísticas. Mas esse ideal organiza concretamente as relações e valores internos ao campo, assim como sua legitimidade externa (*Ibidem*, p. 27). Isso se mostra na enunciação em terceira pessoa, que gera um efeito de sentido de objetividade (FIORIN, 2012); e no emprego do condicional ou em locuções como “segundo”, “de acordo com” e “na opinião de”, que forjam um distanciamento do enunciador (CHARAUDEAU, 2013). Deve-se lembrar também desse esforço em demarcar a objetividade na diferenciação, frequentemente marcada graficamente, entre as reportagens e as colunas de opinião, sendo as primeiras pretensamente mais próximas da imparcialidade e da objetividade, e as segundas, da parcialidade e da subjetividade (RODRIGUES, 2016).

Benetti (2008) lembra também que a busca pelo efeito de verdade e pela credibilidade de quem enuncia orienta o rigor nas apurações das reportagens, o que poderia ser conquistado, segundo o discurso jornalístico, em um mergulho profundo na pesquisa, no cruzamento de fontes e na especialização do repórter ou dos entrevistados. Tuchman (1999) aponta ainda para o esquema da pirâmide invertida — que pressupõe uma estruturação do texto jornalístico do mais importante ao menos — como um atributo formal da objetividade, mas um atributo muito problemático, uma vez que é inescapável o papel individual do autor do texto na seleção e estruturação das informações por relevância. A autora define então a objetividade como um ritual estratégico que atravessa a forma e o conteúdo do texto jornalístico às relações interorganizacionais. *Ritual* pois se trata de um procedimento de rotina que, na verdade, tem pouca relevância para o fim procurado. Ou seja, Tuchman ratifica a impossibilidade do ideal de objetividade, e demonstra isso ao afirmar ironicamente que, caso a objetividade pudesse ser conquistada pelos profissionais da imprensa, isso significaria que os jornalistas teriam um conhecimento sagrado, uma capacidade secreta que os diferenciaria de outras pessoas.

Para a autora, o ritual estratégico da objetividade protege “os jornalistas dos riscos da sua profissão” (*Ibidem*, p. 74), como da crítica de que estejam favorecendo alguma ideologia, partido ou ponto de vista. A partir de um trabalho de observação participante e da realização de entrevistas, Tuchman afirma que a definição dos critérios de objetividade e de qualidade pelos jornalistas é incerta e limitada, o que é explicado em parte pelo contexto em que o

“processamento das notícias não deixa tempo disponível para a análise epistemológica reflexiva” (*Ibidem*, p. 76). Franciscato (2006) também afirma que a atividade jornalística não tem clara “qual função a objetividade, como norma, tem na prática jornalística” (*Ibidem*, p. 11), oscilando entre sua “aceitação ingênua”, expressa pela ideia de que os fatos falam por si; e a “recusa e descrença” sobre sua possibilidade. Há de se reconhecer que, nas décadas recentes, a crítica à noção de objetividade chegou às escolas de jornalismo e mesmo às redações, mas “o recurso a ela permanece central no entendimento que homens e mulheres de imprensa têm sobre seu próprio fazer [...]” (BIROLI; MIGUEL, 2010, p. 59).

Não surpreende que, para a análise de discurso, a objetividade e a neutralidade sejam uma impossibilidade. Embora se possa criar efeitos de verdade e objetividade com o uso do condicional ou da terceira pessoa, Fiorin (2012) nos lembra que restam os substantivos, adjetivos e tantas outras expressões manifestas dos sentidos construídos:

Não há objetividade e neutralidade no discurso, porque, mesmo quando se cria um efeito de objetividade, o ponto de vista do sujeito vai estar marcado por substantivos, adjetivos, etc. O lugar enunciativo vai estar sempre assinalado. Ao dizer que Israel invadiu ou que ocupou a Faixa de Gaza, que os militantes do Hamas são terroristas ou soldados que lutam contra a invasão israelense, estamos em lugares enunciativos completamente diferentes. [...] Para os jornalistas, existem dois textos diferentes, a notícia e a opinião, e eles não podem confundir-se. Não se nega que os jornais façam um esforço para distingui-los, embora, dado que o discurso é sempre o ponto de vista de um sujeito, não se possa diferenciá-los, com a nitidez que se pretende que exista. (*Ibidem*, p. 58)

Diante das críticas ao ideal de equilíbrio e objetividade, Hackett (1984) afirma que a atenção de parte críticos da mídia na academia migrou para a ideologia. Ele, como outros autores, sugere que os preceitos de imparcialidade podem servir para disfarçar o funcionamento ideológico das notícias, que reproduzem enquadramentos políticos dominantes e a passividade do público. Por isso, o autor descarta estudos anteriores que usaram a parcialidade ou imparcialidade como algo a ser avaliado pela ciência sobre a produção jornalística — por exemplo, uma pesquisa que se volte para a cobertura de um jornal sobre uma guerra e que tenha como objetivo investigar se esta foi parcial ou não. Para Hackett, a parcialidade e a objetividade devem ser investigadas como ferramentas retóricas, e não como um padrão a partir do qual avaliar objetos de estudo.

Minha proposta neste estudo vai ao encontro do autor, uma vez que abordo o ideal da objetividade como parte do discurso institucional dos jornais, e não como uma espécie de métrica a nortear minha análise da produção jornalística acerca dos evangélicos. Os discursos institucionais dos jornais analisados, a Folha de S. Paulo e O Globo, serão explorados no próximo capítulo. A própria escolha pela análise discursiva implica a consideração de uma construção ativa de processos de significação por parte dos jornais, afastando a possibilidade

do contrário. Concorde com autores aqui apresentados na avaliação de que a objetividade e valores afins (imparcialidade, neutralidade, equilíbrio...) são mal definidos e pouco refletidos na formação e na prática dos jornalistas, concretizando-se principalmente em procedimentos rotineiros, como a enunciação em terceira pessoa e a busca pela diversidade de fontes em uma matéria. Como veremos na análise do *corpus*, em alguns momentos, estes procedimentos até contribuem para refletir disputas nos processos de significação — por exemplo, no segundo semestre de 1995, quando a Folha, em meio a uma cobertura que associou fortemente os evangélicos à intolerância e à perspectiva de uma ameaça, publicou entrevistas com uma pesquisadora que defendia a ascensão dos evangélicos como algo positivo para o país.

Devemos lembrar que a objetividade faz parte do contrato de informação midiático, portanto existe de fato algum compromisso dos jornais perante o público com este ideal. Como lembra Charaudeau (2013), é o contrato de informação que impede que as mídias se aproximem da ficção, afastando a possibilidade de se inventar uma história, por exemplo (*Ibidem*, p. 156). Entretanto, as definições de objetividade e os procedimentos que buscam garanti-la são bastante limitados, demandando uma ampla reflexão sobre estes preceitos no campo jornalístico. Por outro lado, nos estudos da mídia, percebo que as críticas à pretensão de objetividade se voltam principalmente ao jornalismo hegemônico — profissional e corporativo. É desejável o estudo do compromisso com a objetividade e outros valores em circuitos alternativos e inovadores do jornalismo, como o comunitário e colaborativo (representado, por exemplo, por veículos que têm buscado formas alternativas de financiamento, tal qual o *crowdfunding*).

1.3 Quem escreve e quem lê

Como veremos no Capítulo 2, mais da metade das matérias que compõem o *corpus* desta pesquisa levam assinaturas dos repórteres, demarcando que são seus autores. Entretanto, não explicito estes nomes e nem os considero como os enunciadores principais. Isto porque, segundo Charaudeau (2013), a “instância midiática institui-se num ‘meganarrador’ compósito”, incluindo, entre outros, as fontes da informação, as agências de notícias, testemunhas e o jornalista (*Ibidem*, p. 157). Este profissional tem duas funções primordiais: a de pesquisar e fornecer a informação; e a de explicá-la. Entretanto, toda a intencionalidade particular do jornalista é superada pela “instância midiática”, que assim é nomeada por Charaudeau de forma a contemplar a multiplicidade de atores envolvidos na enunciação (*Ibidem*, p. 73). O autor chama essa instância de produção, assim como a de recepção, de uma *máquina humana*, pois carrega a intencionalidade e a capacidade de construir sentidos, algo inerentemente coletivo (*Ibidem*, p. 242). Aqui, Charaudeau trata especificamente da produção televisiva, mas o trecho

poderia se referir a outros suportes midiáticos: “Não é aquele jornalista que transmite aquela informação, aquela explicação e que produz eventualmente aquele efeito emocional, é o conjunto da máquina com suas condições de realização e seus procedimentos de encenação da informação” (*Ibidem*, p. 241).

Ponte (2005) nos lembra que a coletividade é parte importante do imaginário do jornalista, em que “cada um se sente membro de um corpo comunitário” simbolizado pela redação — uma “antítese com a escrita individual e solitária do autor literário” (*Ibidem*, p. 145). Já que há muitas mãos e mentes envolvidas no discurso jornalístico, sigo a colocação de Benetti (2008) de que “o lugar de enunciação ocupado pelo jornalismo deve ser analisado do ponto de vista institucional, mais do que como o lugar reservado a uma ação individual do jornalista” (*Ibidem*, p. 21). Assim, considero nesta tese que os enunciadores são os jornais Folha de S. Paulo e O Globo.

Benetti lembra que, em qualquer processo discursivo, há três sujeitos: além do enunciador, há o leitor real e o leitor virtual. Seguindo a concepção de Foucault, ela afirma que “o enunciador e o leitor real são indivíduos” concretos no ato discursivo (*Ibidem*, p. 19). Já o leitor virtual, de acordo com a autora, é uma figura imaginada “para quem” o enunciador imagina estar falando (*Ibidem*, p. 19). Embora seja fictício, esse leitor virtual — que na semiótica corresponde ao enunciatário — é crucial para a construção do discurso. Ele existe em qualquer ato comunicativo, mas é “figura duradoura e decisiva” na comunicação midiática (*Ibidem*). Orlandi (2000) aborda esta clivagem de forma semelhante, mas usa outros termos: toda língua comporta o lugar de sujeito, que se refere à situação empírica; e a posição de sujeito, que existe no discurso. No jornalismo, esta projeção não nos leva apenas ao leitor que assina um jornal, que compra a edição diretamente na banca ou lê as notícias na internet. Benetti (2008, p. 23) ressalta que o empregador, colegas e fontes também são “leitores virtuais que entram em jogo no momento de produção do discurso”. Por outro lado, nem sempre o leitor virtual coincide com o real:

Nem sempre a imagem projetada pelo outro é condizente com a que ele tem de si, e nesse caso os leitores real e virtual não entram em consonância. Esse estranhamento, que não é incomum no processo de leitura e interpretação do texto jornalístico, não é suficiente para borrar as fronteiras do gênero jornalístico nem para romper o contrato de comunicação, que não está baseado apenas sobre a identidade dos sujeitos, mas certamente perturba o processo comunicacional. Esse leitor também se pergunta “quem é ele (jornalista) para que me fale assim?”, e então aciona seus conhecimentos sobre o que deva ser jornalismo e sobre o que supõe ser a competência de um jornalista. (*Ibidem*).

Charaudeau diz que, assim como a produção, a recepção do produto midiático é ao mesmo tempo “individual, coletiva e fragmentada” (*Ibidem*, p. 242). A instância midiática não

tem meios satisfatórios para conhecer seu público, uma vez que “as sondagens e outros tipos de pesquisas são deficientes” (*Ibidem*). Assim, os produtores do discurso jornalístico trabalham com efeitos visados sobre os leitores, mas estes “raramente coincidem com os efeitos realmente produzidos” (*Ibidem*, p. 243). Desta forma, a máquina humana se retroalimenta: “Só resta a essa máquina nutrir-se de sua própria representação, construindo uma instância-alvo ideal, hipotética (a rigor, fantasmática)” (*Ibidem*).

Enquanto falamos na produção e na recepção, é importante colocar que estas não consistem em polos rígidos e tampouco há uma hierarquia da primeira em relação à segunda, como as perspectivas funcionalistas inicialmente colocaram como modelo de comunicação — representado pela agulha hipodérmica, em que um emissor envia diretamente uma mensagem para o receptor. Obras como a de Jesús Martín-Barbero (1937-2021) nos permitiram avançar em muito neste ponto, lembrando que mais do que emissores e receptores, a comunicação envolve pessoas, com suas subjetividades e laços sociais; mais do que objetos, precisamos falar de processos; mais do que meios, as mediações (RINCON, 2018). Estas, as mediações, são o núcleo da obra de Barbero (COULDRY, 2018). O autor, nascido na Espanha e radicado na Colômbia, toma a situação latino-americana como ponto de partida e chegada para a consideração de novos modelos comunicacionais (BARBERO, 2015). O modelo por ele criticado não “comportava mais figuras além das estratégias do dominador, na qual tudo transcorria entre emissores-dominantes e receptores-dominados sem o menor indício de sedução nem resistência”, e nem a mensagem atravessava “os conflitos nem as contradições e muito menos as lutas” (*Ibidem*, p. 27).

As mediações, em sua definição, consistem em “articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais” (*Ibidem*, p. 261). Nessa perspectiva, os meios não iniciam processos de transformação cultural. Não são deles que estas mudanças surgem, mas eventualmente eles passam a desempenhar um papel importante na vida social, são integrados. Abordando a produção televisiva, por exemplo, Barbero propõe três lugares de mediação. A cotidianidade familiar diz respeito à moldagem do discurso televisivo de forma a simular um contato direto com as famílias, como com a inserção de um apresentador, que usa um tom coloquial. Temos aí um discurso “que familiariza tudo, torna ‘próximo’ até o que houver de mais remoto [...]” (*Ibidem*, p. 294). Outro lugar de mediação é a temporalidade social, que nos mostra que a grade de programação televisiva acompanha a ordenação do tempo imposta pelo capital e pelo trabalho, refletida em rotinas cotidianas e nos momentos de ócio. Por fim, o lugar da competência cultural mostra como a divisão em gêneros televisivos contempla diferenças

sociais, modos de ler e usos, ativando distintas competências culturais. Embora inicialmente a obra de Barbero tenha sido interpretada como dando primazia à recepção, sabemos hoje que “as mediações constituem uma perspectiva teórica compreensiva tanto dos processos de produção e do produto como da recepção” (LOPES, 2018, p. 51). Com esta contribuição teórica, somada aos saberes sobre o discurso, podemos nos debruçar sobre a produção jornalística acerca dos evangélicos como um processo multifacetado.

1.4 Enquadramentos

Depois de coletado, o material bruto a ser estudado por um analista do discurso precisa passar pela “de-superficialização”, uma passagem “fundamental” entre a superfície linguística e o objeto discursivo que se busca (ORLANDI, 2000, p. 65). Para ultrapassar esta superfície, as relações de força manifestadas em um texto e as formações imaginárias que são evocadas, a respeito de um grupo social por exemplo, são como vestígios deixados no “fio do discurso” (*Ibidem*). Tratando especificamente do discurso jornalístico, Ponte (2005) nos lembra que as notícias são perpassadas por “tradições de narrativas orais do ocidente, organizadas de forma estável com ênfase em personagens, problemas e conflitos abertos, antagonistas identificáveis e eventos visíveis” (*Ibidem*, p. 77). Lule (2001), por exemplo, dedicou-se a encontrar em reportagens do jornal americano de The New York Times traços de antigos mitos da humanidade. Embora estes autores não estejam abordando diretamente tal conceito, suas lições lembram o *enquadramento*, noção que avalio ser compatível com a análise de discurso e enriquecedora quando consideramos as particularidades do jornalismo.

De início, podemos entender os enquadramentos como escolhas, conscientes ou não, que estruturam um texto e constroem sentidos de uma maneira que poderia ser outra. Como resume Sádaba (2007, p. 94, tradução minha), “o *framing*¹⁴ é em grande medida seleção de informação” e “gera formas diferentes de ver a realidade, assim como de constituí-la” (*Ibidem*, p. 87). Quanto ao discurso jornalístico, os enquadramentos o *constroem* (*Ibidem*, p. 154). O sucesso destas molduras se deve em parte ao compartilhamento de significados em uma sociedade, acionados pelos jornalistas de forma a tornar as notícias inteligíveis para a audiência. A autora nos lembra que estes enquadramentos não necessariamente são adotados de forma

¹⁴ A autora, que escreve em espanhol, traduz “framing” (inglês) como “encuadre”. “Frame”, em uma tradução simples do inglês, significa moldura, e “framing” é um substantivo derivado do verbo emoldurar (to frame). Entman (1993), inclusive, aponta para a variedade de termos usados — frame, framing, framework — como uma evidência de uma conceitualização fragmentada, crítica que explorarei neste capítulo. No Brasil, predomina o uso de “enquadramento”, ou seja, o ato de enquadrar na forma de substantivo. É comum que autores usem também o substantivo “moldura”, que eu adoto também.

deliberada pelos jornalistas, porque eles também estão imersos nestes códigos culturais. Para os teóricos do enquadramento, “o jornalista enquanto indivíduo influencia no conteúdo das notícias” (*Ibidem*, p. 225), mas o “enquadramento não depende das características individuais sempre, e quando o faz, tampouco é de forma exclusiva.” (*Ibidem*, p. 226). Entretanto, acredito que devemos ponderar sobre os limites do enquadramento, uma vez que os significados não são homogêneos nem compartilhados em uma sociedade sem que haja disputas. Como vimos anteriormente, o leitor virtual e o leitor real frequentemente não coincidem, portanto não se pode esperar que as molduras apresentadas sejam acatadas passivamente pela audiência, e nem que as redações e seu produto final — o que é publicado — escapem da pluralidade e das disputas que constroem o social.

Ao mesmo tempo, os meios de comunicação “fazem presentes realidades ausentes para a maior parte do público” (*Ibidem*, 186), portanto os sentidos por eles produzidos têm uma certa vantagem nos processos de significação. Para Sádaba, os enquadramentos não são atos indesejáveis no ofício do jornalista, mas sim um “componente genuíno da profissão”:

Os estudos realizados com a teoria do *framing* no âmbito da comunicação chegaram ao ponto de considerar os distintos enfoques das informações como parte essencial e legítima dos modos de comunicar. Os enfoques, longe de serem uma limitação ou inclusive de parecerem inadmissíveis para o trabalho dos jornalistas, resultam de um valor político, social e cultural indiscutível e são um componente genuíno da profissão. Agora, considera-se que o jornalismo pode se tornar incompreensível sem ter em conta os enfoques, uma vez que estes aparecem e reaparecem continuamente no fazer diário dos meios de comunicação, de modo que se constituem como uma das chaves da profissão jornalística. A profissão do jornalista se explica em contextos de pluralismo, nos quais precisamente os distintos enfoques da realidade trazem uma riqueza cultural à sociedade. Por isso, a teoria do *framing* se torna operativa de modo natural no trabalho dos jornalistas. (*Ibidem*, p. 84)

Vários autores já percorreram os caminhos que levam à origem do enquadramento, chegando sobretudo às obras de Erving Goffman (1922-1982), Gregory Bateson (1904-1980) e Gaye Tuchman. Retomo aqui essas valiosas revisões feitas por outros pesquisadores. Mendonça e Simões (2012) apresentam Bateson como quem originalmente propôs a noção de enquadramento, embora a herança de Goffman seja comumente mais ressaltada. Os autores nos contam que Bateson estudava a esquizofrenia no campo da psicologia quando passou a se aproximar dos processos comunicacionais, propondo então que toda mensagem tem um nível metacomunicacional — aquele que se refere à própria relação entre os falantes, indo além do nível denotativo. Os enquadramentos seriam então as porções metacomunicativas das mensagens que permitem aos sujeitos identificarem as situações que se apresentam, a partir de sentidos partilhados. Já Goffman, a partir de uma perspectiva interacionista da sociologia, dedicava-se às interações cotidianas dos sujeitos, que se deparam a todo momento com

situações que os exige responder algo como: o que está acontecendo aqui? Os autores dizem que, para Goffman, os enquadramentos seriam justamente “o que permite responder a essa indagação” (*Ibidem*, p. 189).

A partir da obra do sociólogo, Antunes (2009) define os enquadramentos como “esquemas interpretativos socialmente construídos que nos permitem reconhecer e situarmos frente a eventos e situações” (*Ibidem*, p. 92). Décadas depois de Goffman, é a socióloga norte-americana Gaye Tuchman quem incorpora o conceito de enquadramento aos estudos do jornalismo. Embora não tenha apresentado uma definição clara do que são os *frames* (GADRET, 2016), Tuchman publica no final da década de 1970 um livro (1978¹⁵ *apud* SÁDABA, 2007) em que traz a metáfora do jornalismo como uma janela para o mundo: o que se vê depende do formato, da posição e da opacidade do vidro desta janela. A apreensão da realidade na imprensa, por sua vez, é condicionada pelas organizações e pelas normas compartilhadas por seus profissionais. Enquanto Goffman se dedicou aos enquadramentos como uma certa organização cognitiva dos indivíduos na vida cotidiana, Tuchman os adotou enquanto normativas que orientam a produção jornalística. Nas palavras de Sádaba (2007): “A organização e as rotinas aceitas pelos profissionais se convertem nos elementos que determinam os enfoques das notícias, naquilo que os levam a selecionar alguns temas e a calar outros [...]” (*Ibidem*, p. 87-88).

Décadas depois da publicação de Tuchman, outro pesquisador dos EUA — de onde, como se pôde observar até aqui, vêm boa parte dos estudos adotando o enquadramento no jornalismo —, Robert Entman, publicou um artigo criticando a “conceitualização fragmentada” do enquadramento (ENTMAN, 1993, p. 51, tradução minha), o que para ele é uma evidência de um “núcleo de conhecimento deficiente” (*Ibidem*, p. 51) na comunicação como um todo. Mendonça e Simões (2012) também se manifestaram nesse sentido, afirmando que a diversificada aplicação do enquadramento, no estudo dos *reality shows* às campanhas políticas, demonstra a maleabilidade desta noção mas representa também um risco de esvaziamento do conceito. Entman (1993) propõe transformar essas fragilidades em força, e se dedica a definir o enquadramento, os conceitos associados e um paradigma de pesquisa. Ele afirma: “O *framing* envolve essencialmente a seleção e a saliência. Enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicativo [...]” (*Ibidem*, p.52). Estas molduras são manifestadas pela “presença ou ausência de algumas palavras-chave, bordões, imagens estereotipadas, fontes de informações, e frases que fornecem conjuntos

¹⁵ Tuchman, G. **Making News**. Free Press: Nova York, 1978.

temáticos reforçados de fatos e julgamentos” (*Ibidem*, p. 52). Embora nem sempre todos esses quatro aspectos se mostrem em um texto, Entman tipifica que os *frames* definem problemas, diagnosticam causas, fazem julgamentos morais e sugerem soluções. Como nos conflitos da Guerra Fria, segundo exemplo do autor: as mídias identificaram os comunistas como a fonte do problema; ofereceram um julgamento moral, o de uma ameaça ateísta; e ofereceram como solução o apoio aos oponentes daqueles identificados como comunistas.

Em um artigo de resposta a Entman, D’Angelo (2002) defende que o programa de pesquisa com os enquadramentos é heterogêneo porque, de acordo com saberes da sociologia do conhecimento, a competição entre teorias é um processo esperado — e desejável — na construção do conhecimento. Ele adota uma “visão multiparadigmática” (*Ibidem*, p. 879, tradução minha) e afirma: “Entman não considera que várias teorias, até mesmo competindo entre si, possam ser necessárias para entender o enquadramento” (*Ibidem*, p. 872). D’Angelo defende a combinação dos estudos com enquadramentos e técnicas de análise de discurso, afirmando que os *frames* são “rastros discursivos poderosos” (*Ibidem*, p. 873). O argumento é ratificado por Gadret (2016), que constata que não há uma teoria da linguagem que acompanhe o conceito de enquadramento, propondo então sua associação com a análise de discurso.

Aproveito estes debates epistemológicos para destacar os esforços das pesquisadoras Strelow (2007) e Silva e Maia (2011) que, no Brasil, têm se dedicado a construir protocolos metodológicos para a análise do jornalismo impresso. As autoras justificam esse objetivo com a constatação de que as teorias e métodos existentes são insuficientes para contemplar as particularidades da imprensa escrita e tendem a ser fracionários, ou seja, desconsideram os muitos processos envolvidos na construção e recepção da notícia. Strelow (2007), em sua tese, propôs o protocolo Análise Global de Periódicos Jornalísticos (AGPJ), estruturada em quatro etapas: a análise sócio-histórico-cultural; a análise de produção; a análise de textos; e a análise de leituras e retornos. Silva e Maia (2011), por sua vez, propõem um método com três níveis analíticos: as marcas da apuração; as marcas da composição do produto; e os aspectos da caracterização contextual.

As autoras criticam a recorrente escolha pela análise de discurso ou pela análise de conteúdo em estudos da imprensa escrita, dizendo que elas são acionadas devido a um “hiato metodológico” que leva os pesquisadores a buscar, “de forma pouco reflexiva e criteriosa, às ferramentas de que dispõem e que são tradicionalmente utilizadas para investigar problemáticas adjacentes àquelas que de fato lhes interessam” (*Ibidem*, p. 20). Entendo que este recurso às abordagens originadas na linguística se deve à própria interdisciplinaridade que forma o campo da comunicação — a qual pode ser entendida como uma ciência pós-disciplinar, como diz Sodré

(2014) a respeito das pesquisas na contemporaneidade, em que as fronteiras disciplinares se tornam cada vez mais flexíveis, o que não significa o abandono dos compromissos basilares de ciência. A meu ver, o sucesso nesta empreitada depende mais do acionamento, pelo pesquisador, da reflexão e da postura criteriosa, orientações mencionadas por Silva e Maia (2011), o que se reflete em um esforço para justificar e alinhar, de forma rigorosa, a teoria e o material empírico — o que busco fazer aqui.

Voltando ao enquadramento, trago aqui as associações e diferenças apontadas por Sádaba (2007) em relação a outra abordagem frequente nos estudos de jornalismo, a de *agenda setting*¹⁶. Embora o enquadramento e a noção de *agenda setting* digam respeito ao ato de ressaltar ou omitir certos aspectos da realidade, o primeiro avança para além das temáticas, chegando a processos de significação e construção de discursos. Sádaba destaca também que o enquadramento está mais no polo da produção de notícias, enquanto a *agenda setting* ressalta também seus efeitos: “os teóricos do *framing* detêm-se mais nas interrelações entre as agendas e sua influência na configuração do produto informativo” (*Ibidem*, p. 81, tradução minha). Já Gadret (2016) afirma que os estudos de enquadramento são, nas teorias construtivistas do jornalismo, um “prolongamento das análises de agendamento” (*Ibidem*, p. 54).

Abordemos agora algumas aplicações do conceito de enquadramento que nos dão pistas sobre como proceder diante do presente objeto de estudo, a cobertura da Folha de S. Paulo e do Globo sobre os evangélicos brasileiros. Sádaba (2007) lembra a importância das palavras como manifestações do enquadramento: importa, por exemplo, se os meios usam o termo “aborto” ou “interrupção voluntária da gravidez” (*Ibidem*, p. 56). Na verdade, os teóricos da análise do discurso já nos atentavam para isso, não só em relação ao discurso jornalístico. Para Charaudeau (2013), “são as palavras que apontam para as representações”: “No debate político a respeito de trabalhadores, e segundo o contexto em que se insere, o emprego dos qualificativos ‘estrangeiros’, ‘imigrantes’, ‘clandestinos’, ‘pardos’, revela as crenças em que se baseia o pensamento em foco” (*Ibidem*, p. 48).

¹⁶ Segundo definição de Marcondes Filho (2014), a *agenda setting*, ou agendamento, diz respeito à capacidade dos meios de comunicação selecionarem e intensificarem a incidência de temas que terão ressonância na opinião pública: “Algumas notícias ou temas serão mais pautados do que outros nos veículos de comunicação, criando uma espécie de horizonte de eventos, ou seja, alguns fatos, ao serem selecionados e dispostos de forma mais enfática, serão encarados pelo público como temas ou problemas de legítima relevância ou pertinência” (*Ibidem*, p. 48). Esta primazia dos meios de comunicação tradicionais é agora desafiada pelas redes sociais. O *gate keeping*, por sua vez, é definido pelo autor como o “processo de filtragem e seleção das notícias operado por jornalistas, geralmente editores, que decidem qual(is) fato(s) ocorridos pode(m) virar notícia, ou seja, pode(m) compor o noticiário.” (*Ibidem*, p. 276). O conceito é criticado por pressupor uma unilateralidade do fluxo informativo, sem considerar os muitos profissionais envolvidos na produção noticiosa, muito além de editores; suas subjetividades e ideologias; e a agência dos receptores.

Os temas das matérias em si, ou os argumentos por elas destacadas, têm condicionado a definição de enquadramentos em algumas pesquisas, como Pinho (2009), que categorizou matérias da Folha de S. Paulo sobre o aborto em 11 argumentos: por exemplo, o enquadramento “legislação adequada” (matérias que apresentam a legislação brasileira como satisfatória quando aos procedimentos permitidos), “questão de saúde pública” (centralidade do Estado na discussão) e “direito das mulheres” (foco nas mulheres como protagonistas na decisão de abortar ou não). Campos, Coimbra e Santos (2019) analisaram a cobertura do mesmo jornal sobre o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff e dividiram o *corpus* em seis enquadramentos ou “eixos interpretativos”, como “posicionamento sobre o impeachment” (matérias que trazem o posicionamento de diversas fontes como favoráveis ou não ao impeachment); “crise econômica e o impeachment” (associação do processo com a crise econômica) e “o impeachment e o governo Michel Temer” (expectativas sobre um futuro governo).

Gadret (2016), por sua vez, propôs uma inovadora divisão de enquadramentos organizados a partir de emoções (tristeza, raiva, surpresa, medo, aversão, desprezo e alegria), acionadas como eixos de produção de sentidos em 18 reportagens do “Jornal Nacional”. Por exemplo, o enquadramento do desamparo do cidadão, organizado pelas emoções medo, tristeza, raiva e desprezo. A autora define o enquadramento como um

princípio organizador central de uma reportagem, formado a partir de quadros de significado e interpretação presentes no discurso jornalístico que apontam para a definição de um problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento. Ele conforma-se por processos de seleção e saliência e organiza o mundo tanto para o jornalista que os constrói, quanto para o público. Para isso, associam-se as informações a símbolos e valores de crença familiares que se fundamentam em mapas culturais supostamente compartilhados. (*Ibidem*, p. 145)

Embora Vaz, Cardoso e Felix (2012) e Vaz e Portugal (2013) não se filiem à abordagem do enquadramento, seus estudos nos ajudam a pensar nestas formatações dos textos. Vaz, Cardoso e Felix (2012) estudaram matérias de jornais e telejornais sobre crimes, catástrofes e epidemias publicadas a partir de 1980 e mostraram que, colocando o medo como elemento central, as narrativas midiáticas promovem uma identificação entre vítimas e a audiência. As vítimas são apresentadas como felizes, até serem destruídas por uma catástrofe. Os “fragmentos discursivos” (*Ibidem*, p. 34), como dizem os autores, nos mostram que aquilo que “determina a seleção de um sofrimento para entrada no espaço público não é sua intensidade, nem o número de sofredores; é, sim, sua capacidade de expressar a violação de valores básicos de uma cultura” (*Ibidem*, p. 28). Vaz e Portugal (2013), por sua vez, analisaram textos do

jornalismo científico, especificamente da revista *Veja*, e os relacionaram a um processo de medicalização da sociedade. No *corpus*, eles notaram três elementos retóricos:

O primeiro aproxima a possibilidade da doença por propor que há mais doentes do que se pensava, que parte significativa desses doentes não sabe que sofre da doença e que não ter cuidado dela lhes trouxe consequências sérias – em suma, que você, leitor, pode estar doente sem o saber e que é melhor cuidar de si. O segundo elemento individualiza a doença, por propor ao leitor formas de se autodiagnosticar. O terceiro elemento descreve a causa da doença de modo a assegurar que os medicamentos sejam vistos como uma terapia necessária. (*Ibidem*, p. 52)

Uma vez que observamos nestes exemplos a repetição de estruturas discursivas, trago aqui a noção de *key events*¹⁷, apresentada por Sádaba (2007). Nos estudos com enquadramentos, estes eventos-chave são “protótipos de cobertura” (*Ibidem*, p. 98, tradução minha) marcantes que têm maior probabilidade de serem repetidos em eventos semelhantes: um *key event* “reorganiza a fórmula de cobertura dos seguintes ‘acontecimentos’ que tenham suas mesmas qualidades. O leitor adota assim algumas pautas, um ‘esquema’ para a recepção dessa informação” (*Ibidem*). Em um estudo de caso, a autora mostrou como a cobertura de ataques na Espanha em 2004 foi marcada por referências explícitas e comparações com os ataques de 11 de setembro de 2001 nos EUA. Para a autora, este tipo de associação mostra a necessidade de um “exercício dinâmico dos *frames* em que se contemple uma retroalimentação e inclusive uma mudança no significado destes *frames* pelos próprios acontecimentos” (*Ibidem*, p. 207).

Proponho, por fim, a conexão entre o intertexto e os enquadramentos. Pêcheux (2012a) nos ensina que o texto de um discurso “deve ser referido a textos análogos a ele do ponto de vista das condições de produção que o dominaram” (*Ibidem*, p. 220):

Os textos exteriores a ele desempenham, assim, um papel equivalente àquele que um código desempenharia, isto é, uma grade, um sistema de categorias com essa diferença de que o código deve ser construído arbitrariamente antes da análise, enquanto que, da presente perspectiva, é possível produzir as relações semânticas próprias ao texto como um resultado e não dá-las de início como um pressuposto ou como um a priori. (*Ibidem*)

Segundo Orlandi (2000), enquanto o intertexto se refere simplesmente à relação de um texto com outros textos, o interdiscurso é “todo conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (*Ibidem*, p. 34). Esquecemos, mas recuperamos estas formulações, afetados pela ideologia e pelo inconsciente. Assim, o intertexto não tem o esquecimento como estruturante, como acontece no interdiscurso, e me parece que seria o intertexto o conceito mais apropriado para relacionarmos aos esquemas que se repetem e compõem os enquadramentos. A autora diferencia ainda a paráfrase da polissemia, definindo a

¹⁷ Eventos-chave; tradução minha.

primeira como um conjunto de formulações do que já está estabilizado e a segunda, como o deslocamento e a ruptura dos processos de significação. A paráfrase é marcada pela reiteração, e a polissemia, pela criatividade. Orlandi, então, afirma que na mídia, em geral, observa-se a reiteração e não a criatividade — colocando-a no polo da paráfrase, uma “matriz do sentido” configurada pela repetição (*Ibidem*, p. 38).

O mergulho no *corpus* nos faz concordar com o caráter parafrásico da produção jornalística, em que vários textos ratificam sentidos predominantes em relação aos evangélicos. Proponho que estes sentidos reificados sejam estruturados em nove enquadramentos, que entendo serem uma combinação de abordagens temáticas semelhantes e de uma recorrente estruturação semântica e argumentativa. Antes de abordar esses enquadramentos, porém, no próximo capítulo apresento brevemente a história e alguns dados dos dois jornais que são meu objeto de estudo, a Folha de S. Paulo e O Globo; exploro seus discursos institucionais; e detalho o método de pesquisa, para depois expor dados quantitativos do *corpus*.

CAPÍTULO 2 | MÉTODO E OBJETO

Como abordado no capítulo anterior, estudar os discursos implica em considerar não apenas os textos em si, mas as suas condições de produção — como as “propriedades ligadas ao lugar daquele que fala e àquele que o discurso visa”, segundo Pêcheux (2012a, p. 214). Charaudeau (2013) nos lembra que, além da língua, o discurso é perpassado por fatores subjetivos, sociais e circunstanciais. Por isso, frequentemente, o autor diferencia as condições extradiscursivas e intradiscursivas. Considerar o funcionamento dos veículos jornalísticos enquanto empresas, suas estratégias de popularização e os efeitos sociais destas publicações e de novas tecnologias é também uma abordagem multifatorial defendida por Barbosa (2004) para o estudo da história da imprensa. Assim, antes de partir para o mapeamento e a análise de dezenas de matérias produzidas pelos jornais Folha de S. Paulo e O Globo acerca dos evangélicos desde 1985, faz-se necessário esmiuçar as condições de produção desses discursos, o que inclui informações sobre a história da imprensa, a natureza comercial dos veículos analisados, sua trajetória e papel social, além da exploração de seus discursos institucionais.

Se no Capítulo 1 o jornalismo foi estudado enquanto discurso, trago agora uma breve contextualização histórica do jornalismo impresso que nos leva ao modelo praticado pela Folha de S. Paulo e O Globo atualmente. Ponte (2005) atenta para a surpreendente permanência, em tempos de internet, de um modelo tal qual o praticado por esses jornais, representado pela metáfora do jornalismo como espelho da realidade. Isto porque essa proposição realista é desafiada hoje por novas tecnologias que transmitem imagens e informações diretamente e em tempo real, retirando parte da pretensa tutela que o jornalismo detinha da realidade; e pela legitimação da subjetividade nos processos comunicacionais, da fotografia autoral à valorização dos textos em primeira pessoa. Muito antes disso, é no ambiente político da Revolução Francesa (1788-1789) que o jornalismo emerge enquanto nova ordem discursiva e que a noção da liberdade de imprensa é “associada à nova filosofia dos direitos de cidadania” (*Ibidem*, p. 41). Os ideais do iluminismo impulsionam o papel de uma imprensa de referência como a representação da opinião pública (*Ibidem*, p. 42).

Silva (1991) demonstra que também floresce fortemente nos EUA do século XIX o papel dos jornais enquanto representantes da opinião pública, um processo impulsionado nos anos 1930, quando ocorre uma “revolução” no jornalismo americano, ligada a mudanças mais amplas naquela sociedade: “Essa revolução levou ao triunfo da notícia sobre o editorial, dos fatos sobre a opinião, uma mudança que foi moldada pela expansão da democracia e do mercado

e que conduziria, no seu devido tempo, ao incômodo compromisso de fidelidade do jornalista com a objetividade” (*Ibidem*, p. 61). O aspecto mercadológico é bastante importante aí, já que os jornais americanos, antes ligados a partidos políticos ou pequenos negócios, saem destas esferas nichadas para impulsionar a notícia enquanto produto, permitindo a ampliação da audiência e do cardápio de anunciantes. Os jornais deixam de ser “porta-vozes de posições ideológicas conflitantes” e se colocam como “intérpretes desse consenso” representado pela ideia de opinião pública (*Ibidem*, p. 59). Ao longo da década de XX nos EUA, a reportagem ganha importância em detrimento dos textos de opinião, e a objetividade emerge como valor (PONTE, 2005). Já no Brasil, os primeiros jornais foram fundados em 1808: o Correio Braziliense, publicado em Londres, e a Gazeta do Rio de Janeiro, controlado pela Coroa portuguesa e o primeiro a ser impresso no Brasil (SILVA, 1991). O autor compara a origem do jornalismo no Brasil e nos EUA:

No Brasil, o jornalismo surge com atraso (em relação à época em que ele aparece na América do Norte), numa sociedade colonizada através de métodos muito diferentes por uma metrópole europeia que sustentava um conjunto de valores políticos e filosóficos muito diversos dos ingleses e inserida na economia mundial em uma situação de desvantagem em relação à Inglaterra. (*Ibidem*, p. 62)

Por sua carga “opinativa e panfletária”, os jornais brasileiros do século XIX eram “o contrário dos americanos de a partir de 1830” (*Ibidem*, p. 63). Ainda na primeira metade do século XX, o que Silva descreve é um jornalismo brasileiro sempre aquém do americano em solidez financeira, no uso de novas tecnologias, em alcance de domicílios e em verbas de publicidade: o autor ressalta um quadro geral de amadorismo, improvisação e dificuldade de se sustentar entre os jornais brasileiros, lidos por uma pequena elite alfabetizada e com poder de consumo. Além das diferenças nos processos históricos e nas características da população de ambos os países, Silva apresenta como explicação para a baixa adesão dos brasileiros aos jornais impressos no período o fato de que a “cultura brasileira é marcada por uma característica de oralidade que a americana não tem e que quase não se alterou no século 19 e metade do século 20” (*Ibidem*, p. 63).

Depois da Segunda Guerra Mundial, a partir da década de 1950, consolida-se nos EUA um modelo de produção e apresentação dos jornais que será exportado para outros países. Algumas características deste modelo, são, na apresentação gráfica dos jornais, capas mais discretas, limpas e padronizadas, em contraposição por exemplo às tumultuadas capas dos jornais franceses de então, que exibiam muitos tamanhos de fontes na primeira página; no estilo, “notícias escritas no modo indicativo, em ordem direta, na fórmula da pirâmide invertida (o mais importante no começo, os detalhes em seguida), a resposta às seis perguntas fundamentais

(quem, que, quando, onde, como e por que) nos dois primeiros parágrafos, frases curtas, vocabulário simples” (*Ibidem*, p. 108). A regulamentação em 1969 e posterior expansão dos cursos superiores de jornalismo no Brasil foram uma “fonte de inestimável importância para a disseminação dos valores e técnicas do jornalismo americano na imprensa brasileira” (*Ibidem*, p. 84). O jornalismo impresso brasileiro se torna mais profissional no que diz respeito à competitividade entre veículos, ao rigor na contratação de jornalistas e à organização da produção — por exemplo, com a divisão em editorias, o que também é tributário do modelo americano. Por iniciativa das empresas, os jornais adotam padrões de conduta e escrita concretizados pelos manuais de redação. A Folha de S. Paulo, que de acordo com Silva simboliza no Brasil a adoção do jornalismo americano como referência, passa a publicar manuais de redação em 1984; O Globo, em 1992, embora desde o início da década de 60 tivesse manuais de circulação interna (O GLOBO, 1992). Segundo Silva (1991), também os jornais europeus incorporam práticas do jornalismo americano de maneira mais evidente nos anos 80.

Entretanto, Silva dedica boa parte de seu estudo à demonstração das limitações, no Brasil, da adesão ao modelo americano de jornalismo — inclusive nos dois valores que considera a espinha dorsal deste, a liberdade de imprensa e a objetividade. O autor defende que, nos EUA, a liberdade de imprensa é ligada a uma formação cívica profunda e tem *status* quase de um dogma. No Brasil, embora a Constituição de 1988 seja bastante avançada no tema e muitos atores políticos publicamente digam que defendem a liberdade de imprensa, na prática, a censura é frequentemente acionada ao menor dissabor: “As garantias reais da liberdade de imprensa no Brasil são muito mais frágeis do que nos EUA. Os instrumentos de censura ostensiva ou disfarçada são muito mais numerosos e utilizados com maior frequência. A possibilidade de censura estatal objetiva é tão viável quanto a de um novo golpe nas instituições democráticas” (*Ibidem*, p. 134). Quanto à objetividade, o autor aponta para um menor compromisso dos profissionais brasileiros com este princípio e uma maior propensão a se imprimir ideologias e visões particulares no conteúdo. Silva aponta como obstáculo para a objetividade no jornalismo brasileiro o valor cultural do “emocionalismo” (*Ibidem*, p. 102).

Partindo de sua proposta inicial de estudar o modelo americano como uma ideologia de jornalismo, e como esta ideologia produz efeitos na realidade brasileira, Silva conclui que a influência do jornalismo americano é sim muito grande, a tal ponto que “as discussões específicas que ocorrem lá acabam chegando aqui e provocando algum tipo de reflexão sobre os temas em pauta” (*Ibidem*, p. 125). Mas o fato de a ideologia americana ser hegemônica no jornalismo brasileiro “não significa que ela se reproduza aqui com as mesmas características de lá, por todos os motivos já expostos” (*Ibidem*, p. 134):

O jornalismo brasileiro assume os pressupostos do americano como os certos, segue muitos de seus exemplos, às vezes tenta copiá-los acriticamente, quase sempre os adapta às suas características e conveniências, mas em qualquer circunstância, resulta num produto diferente do modelo. (*Ibidem*, p. 147)

Até aqui, temos falado de um segmento do jornalismo impresso que é frequentemente chamado “tradicional”, “de referência”, “de prestígio” ou “de qualidade” (ou *quality papers*), em contraposição aos tabloides ou jornais populares. Estes, nas palavras de Ponte (2005), compõem “um outro jornalismo, incômodo porque contra os cânones do iluminismo e do positivismo, de afirmação primordial da racionalidade humana” (*Ibidem*, p. 74). Esta divisão também remete a estudos de jornalismo nos EUA. Segundo Santos (2020, p. 572), a imprensa de prestígio, entre outras características, tem a “capacidade de ter seus conteúdos replicados por outras mídias e influenciar mesmo as classes que não a consomem”. Chagas (2017) mostra que outra distinção recorrente na literatura é referente aos temas do noticiário, com os jornais de prestígio priorizando a cobertura de política e economia e os populares, os escândalos, os esportes e o entretenimento. Entendo também que outros aspectos importantes para definir a imprensa de prestígio são a constituição de um mercado de trabalho competitivo e exigente na contratação de profissionais e a existência de uma rede de sucursais e correspondentes, nacional e internacionalmente. Em uma iniciativa científica louvável, Chagas se propõe a formular uma “agenda de pesquisa para o desenvolvimento de um modelo metodológico-epistemológico com vistas à identificação e à distinção de tabloides e *quality papers*” (*Ibidem*, p. 9), considerando as particularidades de países como o Brasil, a África do Sul e a Índia.

O autor explica que, até o início dos anos 2000, a agenda acadêmica sobre os jornais populares — termo mais frequente no Brasil do que “tabloides” — se dividia entre aqueles que suportavam e aqueles que combatiam a tabloidização, que teria a capacidade de “contaminar”, para o bem ou para o mal, a imprensa de prestígio com características como textos mais simples e a espetacularização das notícias (*Ibidem*, p. 17). Mas Chagas propõe que a classificação dos jornais deixe de se basear no conteúdo e se volte para os mercados informacionais. Isso nos leva a cenários como o do Brasil, onde a oposição entre jornais de prestígio e populares em termos de competitividade não faz tanto sentido, uma vez que aqui se vê mais uma relação de complementariedade. É comum que jornais de prestígio façam parte de grupos empresariais que detêm jornais populares também, como O Globo e os jornais Extra e Expresso, no Rio de Janeiro. O Grupo Folha, além da Folha de S. Paulo, detinha também o popular Agora São Paulo, mas este teve a publicação encerrada em 2021. No Brasil, os jornais populares se tornam peças em uma estratégia de aumentar as tiragens dos jornais, conquistar novas audiências para a

imprensa escrita e garantir aos anunciantes o alcance a perfis variados de consumidores. Um modelo semelhante é observado na África do Sul, onde “as empresas proprietárias de jornais têm investido em uma espécie de ‘venda casada’, lançando e promovendo veículos com públicos-alvo de distintos estratos socioeconômicos, de modo a atuarem de forma complementar no mercado” (*Ibidem*, p. 42).

Chagas categoriza, no Brasil, a Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo e Zero Hora como *quality papers*; já o Meia Hora, Super Notícia, Extra e O Dia são classificados como tabloides. Detalhando o mercado informacional do país, o autor traz dados que reforçam o papel das classes mais ricas e educadas na distinção do que é ou não um jornal de prestígio. Enquanto pesquisas com publicitários e profissionais de mídia mostram que os jornais tradicionais são marcas reconhecidas como tendo mais prestígio, com algumas exceções, em pesquisas espontâneas com leitores, os jornais populares são mais lembrados. Apesar disso, novamente refletindo uma discrepância entre atores do mercado e o público, os jornais populares recebem muito menos verba publicitária do que os de prestígio.

Debruçando-se sobre os jornais Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo, Moreira (2006) mapeou valores-notícia por ela tipificados em capas publicadas em janeiro de 2006. Alguns dos resultados vão ao encontro da definição destes jornais como de prestígio, como a baixa presença dos valores emoção, suspense e entretenimento. Prevalecem no conjunto dos três jornais a importância, a atualidade, a excepcionalidade e a proximidade. Assim, o entretenimento apresenta “pouco valor como notícia” (*Ibidem*, p. 107) para esses veículos, embora O Globo apresente percentuais bem maiores de capas acionando os valores entretenimento, emoção e suspense do que os outros dois jornais. Mesmo para o jornal carioca, esses valores continuam minoritários. Segundo autora, na análise individual dos jornais, os resultados são os mesmos, com apenas algumas variações nos percentuais de valores-notícias prevalentes, confirmando “a existência de um núcleo básico de valores que sustenta as notícias nas capas dos jornais de referência nacional e que independe das organizações específicas” (*Ibidem*, p. 138).

As três publicações em questão parecem ter mantido identidades diferentes até a década de 70, quando uma ditadura militar assumiu o poder no país. Depois, todas mergulharam na disputa por um mesmo mercado, o que as tornou muito parecidas, principalmente a Folha e O Estado. Embora se declarem diferentes, a análise empírica demonstrou que os valores-notícia são rigorosamente os mesmos, nos três diários. É possível que alguma diferenciação exista, mas isso ocorreria mais no aspecto estético das páginas, principalmente em relação ao jornal O Globo. (*Ibidem*, p. 139)

Neste estudo, minha escolha foi por analisar apenas jornais de referência, e ainda assim, só dois deles. Esta opção se deu, primeiro, pelo meu maior conhecimento e afinidade com este segmento do jornalismo e em particular com a Folha e O Globo, jornais dos quais sou assinante há anos. Embora eu não me aprofunde nesta questão, parece-me também que as discrepantes trajetórias e classes sociais dos profissionais de jornais de prestígio e de sua audiência, em contraste com os evangélicos, possam se refletir no desconhecimento e no estranhamento acerca desses religiosos que se observa em parte significativa do *corpus*. Aliás, também o grande volume de matérias levantadas para a análise apenas nestes dois jornais e o extenso período coberto afastaram qualquer inclinação para que mais veículos fossem incluídos no estudo.

2.1 Folha e O Globo: história, dados e discursos institucionais

Diariamente, as capas da Folha de S. Paulo, na versão impressa e no site, demarcam: “Desde 1921”. Na verdade, com este nome, a Folha de S. Paulo só passou a circular na década de 1960, sendo precedida em sua origem pelos jornais Folha da Noite, Folha da Tarde e Folha da Manhã, lançados a partir de 1921 pelo grupo que se configuraria poucos anos depois como a empresa Folha da Manhã. Esta e outras informações constam no excelente verbete acerca do jornal no “Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro”, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas (FOLHA DE SÃO PAULO, c2009), algumas das quais eu trago aqui, selecionadas de acordo com os principais pontos de interesse da minha pesquisa.

Olival Costa, que trabalhava no jornal O Estado de S. Paulo, juntou-se a colegas para fundar a primeira das “folhas”, a Folha da Noite. A empresa começou em “uma situação financeira absolutamente precária” e, em 1925, “conquistou uma certa estabilidade financeira e instalou-se em oficinas próprias” (*Ibidem*, n. p.). Os jornais dirigiam-se inicialmente à população urbana de média renda paulista, mas em 1931 isso já mudou com a compra dos jornais por Otaviano Alves de Lima, que conduziu a uma fase em que o setor rural e os agricultores foram priorizados. Embora desde sua origem os jornais fossem orientados pelo objetivo de ter “um caráter muito mais informativo do que de opinião, sem detrimento da oportunidade do exercício da crítica” (*Ibidem*), sua história mostra uma sequência de demonstrações de antipatias e simpatias por projetos políticos e econômicos e por figuras públicas, expressas na cobertura jornalística e em editoriais. A empresa também foi profundamente afetada pelo contexto brasileiro, sofrendo em seus primeiros anos de vida censura na República Velha e depois na ditadura militar. Embora tenha apoiado o golpe de 1964,

a não adesão total aos governos militares bastaram para que a Folha fosse vista e tratada como um órgão de oposição.

Enquanto isso, neste período de ditadura militar, entre as décadas de 1960 e 1980, foi quando ocorreram mudanças significativas na estrutura da empresa. Nos anos 60, “com uma conduta empresarialmente agressiva” (*Ibidem*), a Folha alterou substancialmente seu sistema de distribuição e conseguiu ampliar o público leitor. A partir de 1978, preparando-se para um cenário de redemocratização do país — à qual pouco a pouco o jornal foi se mostrando favorável —, a Folha conduziu reformas editoriais e mudanças na estrutura interna da redação. Criou-se um conselho editorial e firmou-se o objetivo de produzir um “jornalismo crítico e imparcial” (*Ibidem*). A Folha também incorporou mais fortemente estratégias de marketing e, em 1989, inaugurou o cargo de *ombudsman*, responsável pela crítica do próprio jornal — o único jornal de prestígio brasileiro que tem alguém ocupando esta função até hoje.

Fundado em 1925 por Irineu Marinho, que havia sido anteriormente diretor do jornal A Noite, O Globo parece não ter passado em seu início pela instabilidade financeira que marcou o começo da Folha. Mas, assim como o jornal paulista, em sua origem o jornal carioca já se declarava totalmente independente de governos, empresas, “grupos capitalistas ou plutocratas isolados” (GLOBO, c2009, n. p.) — embora sua história seja atravessada pelo apoio ou oposição a certas posições políticas e a governos. Inicialmente, O Globo dedicou-se abertamente ao que considerava serem questões de interesse popular, apoiando o aumento dos vencimentos do funcionalismo público, combatendo a falta de alimentos e suprimentos e cobrando a zeladoria das ruas da cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil. Com a revolução de 1930 e o período do Estado Novo (1937-1945), o jornal e seus dirigentes sofreram episódios de censura. Nos anos 40 e 50, em meio a discussões sobre estratégias de desenvolvimento econômico para o país, O Globo passou a demonstrar de forma mais evidente sua predileção pelo liberalismo.

Em 1964, o golpe civil-militar foi “prontamente” apoiado pelo Globo (*Ibidem*). Este foi “transformado gradualmente no mais governista dos jornais” (*Ibidem*), demonstrando isso ao abandonar, no governo de Ernesto Geisel (1974-1979), sua posição favorável à privatização e a defender a política de estatização. Depois, o jornal apoiou sinalizações do regime militar de uma distensão “lenta, gradual e segura” na transição para a democracia, mas não apoiou as campanhas pelo voto direto no início dos anos 1980. Em sua produção, uma postura mais crítica à ditadura militar brasileira só apareceu em 1996, quando o jornal passou a publicar reportagens exclusivas que contradiziam as versões oficiais sobre os combates e as mortes dos guerrilheiros do Araguaia e também do guerrilheiro Carlos Lamarca.

Em 2000, 2005, 2010, 2015 e 2020, ambos os jornais, a Folha e O Globo, sempre apareceram entre as três primeiras colocações dos jornais pagos de maior circulação no país, incluindo tanto as versões impressa quanto digital, segundo dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC) gentilmente enviados por e-mail após meu pedido. Solicitei as informações referentes aos anos cobertos pela minha pesquisa, mas o instituto não tem dados anteriores a 2000. No ano mais recente, em 2020, a Folha de S. Paulo apareceu na liderança em circulação, com média diária de 337.854 exemplares; em segundo lugar, vem O Globo, com 332.175 (Tabela 1).

(Continua)

Posição	2000		2005		2010	
	Jornal	Média diária	Jornal	Média diária	Jornal	Média diária
1ª	Folha de S. Paulo	440.655	Folha de S. Paulo	307.937	Super Notícia	295.701
2ª	O Estado de S. Paulo	399.019	O Globo	274.934	Folha de S. Paulo	281.238
3ª	O Globo	322.474	Extra	272.015	O Globo	261.006
4ª	Extra	307.240	O Estado de S. Paulo	230.860	Extra	238.236
5ª	O Dia	296.040	Zero Hora	178.234	O Estado de S. Paulo	231.023

(Conclusão)

Posição	2015		2020	
	Jornal	Média diária	Jornal	Média diária
1ª	Folha de S. Paulo	335.895	Folha de S. Paulo	337.854
2ª	O Globo	311.222	O Globo	332.175
3ª	Super Notícia	297.946	O Estado de S. Paulo	239.396
4ª	O Estado de S. Paulo	236.171	Super Notícia	144.159
5ª	Zero Hora	202.328	Zero Hora	134.939

Tabela 1 - Ranking dos jornais brasileiros por circulação (impresso e digital).

Fonte: Instituto Verificador de Comunicação (IVC).

Detalhes sobre o público dos jornais, além das próprias escolhas das empresas jornalísticas para qualificarem sua audiência e seu produto, estão presentes em textos destinados a anunciantes em potencial, os quais exploro brevemente aqui. Dados de 2018 disponibilizados pela Folha em um site destinado à publicidade (FOLHA DE S. PAULO, 2021) mostram, no universo de leitores da versão impressa do jornal em todo o país, uma distribuição relativamente equilibrada em gênero (53% do público masculino e 47% feminino) e em faixas etárias (7% na faixa de 12-19 anos; 9% de 20-24 anos; 21% de 25-34 anos; 19% de 35-44 anos; 20% de 45-

54 anos; 16% de 55-64 anos; e 9% mais de 65 anos). Pode-se dizer que a maior parte do público da Folha pertence às classes econômicas A e B, mas a C também tem um percentual relevante de participação, compondo um terço dos leitores: 17% dos leitores são da classe A; 48% classe B; 32% classe C; e 3% D e E. É importante colocar que o jornal pertence ao Grupo Folha, o qual controla também o Datafolha, instituto de pesquisa; a Folhapress, agência de notícias; e o Centro Tecnológico Gráfico-Folha, um parque gráfico (FOLHA DE S. PAULO, 2022). O grupo é também sócio, com o jornal O Estado de S. Paulo, da empresa de distribuição e logística SPDL e tem participação minoritária, sem direito a voto, na empresa UOL (*Ibidem*).

O Globo, por sua vez, disponibiliza dados mais atualizados e fartos sobre seu público, inclusive da versão digital (EDITORIA GLOBO, 2022). Números de 2020 mostram que, na versão impressa, havia um certo equilíbrio na distribuição entre leitores homens (52%) e mulheres (48%), mas a distância se alarga no perfil digital (56% homens e 44% mulheres). No impresso, também há relativo equilíbrio na distribuição por faixa etária: 21% dos leitores têm até 24 anos; 24% de 25-34 anos; 21% de 35-44 anos; 17% de 45-54 anos; e 17% mais de 55 anos de idade. No digital, curiosamente os mais jovens têm menor participação do que no impresso, e os mais velhos, maior: 8% dos leitores do Globo na internet têm até 24 anos; 18% de 25-34 anos; 22% de 35-44 anos; 22% de 45-54 anos; e 29% mais de 55 anos. Já em relação à classe econômica, o impresso se mostra mais elitizado: 62% pertencem às classes AB e 34% à classe C. No digital, a classe C tem maior participação, compondo 49% dos leitores, enquanto as classes AB correspondem a 40% dos leitores.

No material para anunciantes, O Globo destaca seu consumo pelas classes mais abastadas, afirmando que "com alta penetração nas classes A e B e uma plataforma de assinantes altamente qualificada, é um dos veículos de mídia mais eficazes do país" (*Ibidem*, n.p.). Define-se também como uma marca com "relação de proximidade e afinidade" com o leitor "muito singular", "construída através do jornal, das plataformas digitais e da crescente plataforma de *live marketing*, que ganha cada vez mais espaço com importantes eventos no cenário carioca" (*Ibidem*). Alguns eventos apresentados pela empresa para exemplificar essa aproximação do leitor são o Veste Rio, Vinhos de Portugal, Educação 360, Rio Gastronomia e Educação 360 (O GLOBO, 2021). O jornal destaca também seu alcance nacional através do seu site e suas redes sociais, além de seu pertencimento ao Grupo Globo, "o maior conglomerado de mídia e comunicação do Brasil" (*Ibidem*). O grupo ocupa todo o território brasileiro e todos os formatos midiáticos, detendo marcas como a TV Globo, o Sistema Globo de Rádio e a Editora Globo (na qual abriga-se O Globo e outras publicações de origem impressa, como revistas e livros), entre muitas outras.

Conforme constata Moreira (2006, p. 70), o jornal carioca pouco disponibiliza ao público informações sobre sua história e sua linha editorial, bastante diferente da Folha, que apresenta um “farto material”. O Globo só passou a ter um documento de referência e público sobre seus princípios editoriais em 2011, quando foi divulgado um texto desse caráter abrangendo todo o Grupo Globo (O GLOBO, 2011). Antes, de acordo com o documento, os princípios do bom jornalismo “foram praticados por gerações e gerações de maneira intuitiva, sem que estivessem formalizados ordenadamente num código” (*Ibidem*, n. p.). O grupo define-se como “independente, apartidário, laico” e defensor de valores que considera essenciais para o desenvolvimento da sociedade: “a democracia, as liberdades individuais, a livre iniciativa, os direitos humanos, a república, o avanço da ciência e a preservação da natureza” (*Ibidem*). O texto demarca a diferença entre informação e propaganda e reconhece a dificuldade de colocação do jornalismo no competitivo ambiente da internet. O jornalismo é definido como uma “atividade que permite um primeiro conhecimento de todos esses fenômenos, os complexos e os simples, com um grau aceitável de fidedignidade e correção, levando-se em conta o momento e as circunstâncias em que ocorrem”, configurando-se como “uma forma de apreensão da realidade” (*Ibidem*). O texto responde às críticas de que a busca pela verdade, inclusive pelo jornalismo, não passaria de uma utopia:

Não se trata aqui de enveredar por uma discussão sem fim, mas a tradição filosófica mais densa dirá que a verdade pode ser inesgotável, inalcançável em sua plenitude, mas existe; e que, se a objetividade total certamente não é possível, há técnicas que permitem ao homem, na busca pelo conhecimento, minimizar a graus aceitáveis o subjetivismo. (*Ibidem*)

O documento refuta, por sua vez, a possibilidade da isenção total, já que é “impossível que alguém possa se despir totalmente do seu subjetivismo” (*Ibidem*). Entretanto, defende que, com o esforço consciente do veículo de comunicação e seus profissionais, pode-se “atingir um grau bastante elevado de isenção” (*Ibidem*). O texto afirma que o caminho para a isenção é facilitado “quanto mais diversa for uma redação — em termos de gostos, crenças, tendências políticas, orientação sexual, origem social e geográfica”, uma vez que isso ampliaria a escolha dos assuntos e os pontos de vistas sobre eles. Os princípios editoriais do Grupo Globo também afirmam que uma reportagem deve trazer “os diversos ângulos que cercam os acontecimentos que ela busca retratar ou analisar” e que “todos os diretamente envolvidos no assunto têm direito à sua versão sobre os fatos, à expressão de seus pontos de vista ou a dar as explicações que considerar convenientes” (*Ibidem*).

Já a Folha de S. Paulo publicou mais cedo e mais vezes seus princípios editoriais: textos do tipo foram divulgados no jornal em 1985, 1986, 1988, 1997 e 2017. O primeiro deles

(FOLHA DE S. PAULO, 1985) apresenta uma forte caracterização do jornal como um produto, e mais ainda como um produto que deveria se adaptar a um novo momento do país, a redemocratização. Naquele momento, as palavras de ordem eram realizar um “jornalismo crítico, apartidário, moderno e pluralista” (*Ibidem*, n. p.). A fatualidade e a transparência são colocadas como possibilidades alcançáveis. A postura crítica poderia ser conquistada com notícias de “fatos documentados e incontestáveis”, já que estas permitiriam chegar a uma crítica “mais eficaz” do que “qualquer crítica adjetiva, baseada em opiniões”; e o jornalismo seria “uma maneira de tornar o mundo diário transparente aos olhos do leitor-cidadão” (*Ibidem*). No ano seguinte, o jornal publicou mais um texto com seus princípios editoriais, reforçando a importância da independência editorial e reafirmando o esforço para conduzir “um jornalismo que procura ser crítico e apartidário, que não presta contas a ninguém salvo ao leitor” (FOLHA DE S. PAULO, 1986, n.p.). Pela primeira vez, o jornal explicita sua priorização da exclusividade: “A preocupação mais profunda e permanente da Folha neste momento é a informação exclusiva” (*Ibidem*). E continua a enumerar objetivos variados:

Vamos manter o pluralismo como característica marcante do perfil da Folha. Vamos insistir na necessidade de modernizar o estilo jornalístico e de abordar assuntos sob pontos de vista que correspondem às necessidades emergentes na vida do leitor. Vamos procurar enfoques originais e diferenciados. Vamos preservar a atitude editorial de apartidarismo. Vamos manter a preocupação com o didatismo. (*Ibidem*)

Os princípios editoriais publicados em 1988 anunciaram uma reforma gráfica do jornal e as orientações sobre o conteúdo que deveriam acompanhá-la (FOLHA DE S. PAULO, 1988, n.p.). O texto comemora o jornalismo realizado naquele momento pela Folha, cujas qualidades seriam a “agilidade, ausência de ranço ideológico, prestação de serviços, pluralismo, espírito de controvérsia, imaginação e irreverência” (*Ibidem*, n. p.). Segundo o texto, a evolução do jornalismo poderia contribuir socialmente para “o desenvolvimento real da consciência crítica, da qualidade da vida e das idéias” (*Ibidem*). A liderança que o jornal exaltava ter naquele momento — sem especificar se apenas entre jornais impressos, veículos impressos ou no jornalismo em geral — significaria também influência sobre seus concorrentes: “A necessidade de investir no pluralismo, na preocupação como ser um jornal ágil e moderno, de fornecer informações precisas e confiáveis ao leitor foi-se tornando evidente e disseminando na imprensa brasileira” (*Ibidem*). A concorrência, principalmente da televisão, foi citada algumas vezes no texto e impulsionava uma forte exigência do jornal sobre seu trabalho:

Se não formos capazes de fazer desse pluralismo, dessa exatidão, dessa modernidade, dessa isenção jornalística (qualidades que nos garantiram o sucesso até aqui) o ponto de partida para em esforço de criatividade, de sofisticação, de imaginação e de crítica levados a seu ponto extremo de inteligência e arte, a distância até agora alcançada face

aos concorrentes vai perder-se na indiferenciação, na rotina e na mediocridade. (*Ibidem*)

Quase dez anos depois, nos princípios editoriais publicados pelo jornal paulista em 1997, a concorrência é novamente destacada como um desafio para a empresa e passa a incluir um novo competidor: a internet (FOLHA DE S. PAULO, 1997). Nesse cenário, a Folha indica que um diferencial do jornalismo seria oferecer conteúdo mais analítico, frente ao “caos da informação” (*Ibidem*, n.p.). Entretanto, o documento ressalva que esta incorporação de uma postura mais analítica não deveria significar o abandono da objetividade: “Trata-se [...] de política a ser administrada com parcimônia e cautela, seja para que não se perca a base objetiva de informação, seja para que o leitor não fique à mercê dos caprichos da subjetividade de quem está ali para, antes de mais nada, informar com exatidão” (*Ibidem*). Apesar de reiterar o compromisso com a objetividade, o texto admite a necessidade de revisão de outros princípios jornalísticos, como a pluralidade e o apartidarismo. Acatando críticas do público sobre erros e distorções da imprensa, o documento reconhece que “o jornalismo contemporâneo terá de corresponder à sensibilidade de parcelas crescentes do público, que reclamam um emprego mais criterioso do poder de informar” (*Ibidem*). O texto de 1997 afirma que valores preconizados em princípios editoriais anteriores teriam que passar por uma nova fase de autocrítica e qualificação:

Em documentos anteriores a este, a Folha cristalizou uma concepção de jornalismo definido como crítico, pluralista e apartidário. Tais valores adquiriram a característica doutrinária que está impregnada na personalidade do jornal e que ajudou a moldar o estilo da imprensa brasileira na última década. Cabe questionar, porém, à luz das transformações sumariadas acima, se a implementação desses valores não deveria passar por revisão também, até com a finalidade de sacudir os automatismos fixados pelo hábito. Se a premissa dessas notas está correta – ou seja, se o jornalismo atravessa um período de qualificação, que ultrapassa a ênfase normativa do período anterior –, a decorrência é que aqueles valores devem ser tomados, também eles, de modo mais qualificado. Isso não significa que o jornalismo deva aplacar a sua disposição crítica, mas refiná-la e torná-la mais aguda num ambiente que não é mais dicotômico, no qual o debate técnico substituiu, em boa medida, o debate ideológico. (*Ibidem*)

O pluralismo deveria deixar de se traduzir apenas na “auscultação meramente formal do ‘outro lado’ da notícia” e buscar “uma compreensão mais autêntica das várias facetas implicadas no episódio jornalístico” (*Ibidem*). O apartidarismo tampouco deveria se bastar em uma “neutralidade acomodada, quando não satisfeita em hostilizar por hostilizar” (*Ibidem*). Um exemplo trazido pelo texto é a cobertura sobre as “reformas liberalizantes” no Brasil e no mundo, às quais “os meios de comunicação têm assegurado grande visibilidade” (*Ibidem*). Segundo o documento da Folha, propostas alternativas a essas reformas eram “objeto de pouca

atenção” na cobertura: “A discussão pormenorizada do conteúdo e da extensão dessas reformas, dos prós e contras de seus diferentes matizes [...] é assistemática” (*Ibidem*).

Se os princípios editoriais da Folha em 1985 eram marcados por um contexto de redemocratização no país e o de 1997 pela entrada da internet no mercado comunicacional, em 2017, no texto mais recente divulgado pelo jornal, são as notícias falsas circulando nas redes sociais e na internet que compõem o cenário no qual a empresa se coloca, como mostra esse trecho: “[...] a Folha destaca a relevância do jornalismo profissional para manter nítida a distinção entre notícia e falsidade” (FOLHA DE S. PAULO, 2017, n.p.). Neste contexto, o ideal de pluralidade foi restabelecido através do argumento de que “jornais pautados pelo diálogo pluralista fazem contraponto à intolerância que assola as redes sociais, acentuada pela recente onda internacional de populismo nacionalista ultraconservador” (*Ibidem*). O texto também reforça o compromisso do jornal com o interesse público e com os direitos humanos; a necessidade de “estabelecer distinção visível” entre notícia e opinião; e o objetivo de fornecer um “resumo criterioso e atualizado do que acontece de mais relevante em São Paulo, no Brasil e no mundo, com ênfase na obtenção de informações exclusivas” (*Ibidem*).

Assim, os discursos institucionais da Folha e do Grupo Globo ao longo dos anos preconizaram diversos princípios jornalísticos. Em anos mais recentes, os veículos demonstraram acatar parcialmente críticas à imprensa e reconheceram as limitações de alguns princípios, embora ainda tenham demonstrado uma filiação com os ideais de fatualidade e objetividade. Na verdade, são tantos os valores exaltados por veículos jornalísticos que alguns autores se dedicaram a mapear princípios mais e menos prevalentes em textos institucionais — com *corpus* mais volumosos do que eu trouxe aqui. Hohlfeldt (2004) mapeou menções a valores jornalísticos em manuais de redação — não só dos dois jornais que analiso, mas também do Estado de S. Paulo e da editora Abril —, livros didáticos de jornalismo e entrevistas com profissionais e concluiu que a objetividade, o valor mais mencionado, é uma categoria “mitificada”. Mesmo atributos desejáveis na forma do texto jornalístico, como transparência e simplicidade, seriam maneiras de se chegar à objetividade, segundo o autor, que critica a falta de unidade na definição da objetividade no jornalismo e reconhece que, para autores contemporâneos que estudam o jornalismo, este valor está em desuso devido à sua ambiguidade. Franciscato (2006), Biroli e Miguel (2010) e Tuchman (1999) se alinham à crítica de que a objetividade é vagamente definida e compreendida pelos jornalistas e pelos veículos da imprensa. Além da objetividade, há valores correlatos encontrados por Hohlfeldt (2008) em textos-referência do jornalismo, como precisão, veracidade, imparcialidade e criatividade.

Reginato (2016) analisou 38 documentos institucionais (princípios editoriais, manuais de redação, códigos de ética e editoriais) dos jornais Folha de S. Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo, buscando identificar as finalidades do jornalismo para esses veículos. Diferente de outras pesquisas, no seu *corpus*, a autora não constatou a verdade como um valor recorrente, a qual se mostrou inclusive “inexpressiva no discurso dos jornais” (*Ibidem*, p. 208). A principal finalidade do jornalismo segundo os textos mapeados pela autora é “esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade”, um sentido reiterado em 34 sequências discursivas; em seguida, vem “fiscalizar o poder e fortalecer a democracia”, constatado em 25 sequências discursivas; “informar”, em 23 sequências discursivas; e “selecionar o que é relevante”, em 14 sequências discursivas (*Ibidem*, p. 107). Há certas particularidades dos jornais, como uma marcante filiação da Folha ao ideal do pluralismo — um princípio que a aproximaria da missão de ser “fiel à realidade e a tornar essa realidade ‘transparente’” (*Ibidem*, p. 111). Já O Globo demonstra repetidas vezes que informar é um objetivo prioritário do jornal, o qual “reiteradamente se autoelogia como um veículo que cumpre ‘bem’ essa missão” (*Ibidem*, p. 114). Outra descoberta de Reginato é o “apagamento da figura do jornalista” nos discursos institucionais e a grande valorização da figura do leitor:

O jornalista está presente no discurso dos veículos como tendo um dever de aprendizado ou treinamento para que consiga cumprir as funções que estão sendo estabelecidas para “o campo do jornalismo” ou para “os jornais”. O jornalista não é percebido pelos veículos enquanto um sujeito ativo no processo de negociação de sentidos. Já o leitor é figura constante no discurso dos veículos. O discurso institucional incorpora o leitor, e é ele quem justifica que os veículos cumpram as funções do jornalismo. (*Ibidem*, p. 126)

A autora também mapeou as finalidades do jornalismo segundo discursos dos jornalistas e dos leitores. Embora haja diferenças no ordenamento desses valores para os três grupos estudados (veículos, jornalistas e leitores), todos percebem como as principais finalidades do jornalismo “esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade”; “fiscalizar o poder” e fortalecer a democracia”; e “informar” (*Ibidem*, p. 204). Para Reginato, isto demonstra que os principais sujeitos envolvidos no contrato de comunicação jornalístico têm “um imaginário bastante consolidado sobre o que esperar do jornalismo na sociedade” (*Ibidem*, p. 205).

2.2 Metodologia

Do início ao fim, este foi um trabalho de constante esforço para delimitar o *corpus* e, ao mesmo tempo, garantir que o material coletado e analisado fosse rico e relevante para o estudo. Detalho aqui os critérios de seleção e os métodos de extração dos textos que levaram às 118 chamadas de capa e às 244 matérias que compõem o *corpus*. Também serão apresentados

resultados iniciais que não integram diretamente a análise discursiva, mas que consistem em dados, muitos deles quantitativos, que contribuem para o campo de estudo sobre evangélicos na imprensa e, também, para a análise da produção jornalística.

No primeiro ano desta pesquisa, que começou com uma busca simples pela palavra “evangélicos” nos acervos dos jornais, qualquer frase que tivesse esta menção, por menor que fosse — como em uma agenda de eventos ou uma pequena nota informativa —, era incorporada ao *corpus*. Conforme as buscas foram avançando e o volume de matérias coletadas crescendo, foi necessário refinar os critérios de seleção. Assim, cheguei à delimitação de matérias que tenham sido destacadas com chamadas de capa, um recurso gráfico e de hierarquização que demonstra a priorização daquele conteúdo, dentre muitos outros, pelo jornal. Aliás, ao longo desta pesquisa, é frequentemente explicitada a presença de recursos como estes nas matérias estudadas, como o destaque em uma manchete; a produção de um caderno especial; ou ainda a presença de infográficos ou fotos. Entende-se que o acionamento desses dispositivos gráficos e de hierarquização revela uma decisão editorial pela relevância daquele conteúdo e traz indícios do enquadramento adotado no tratamento da notícia. Embora sejam abordadas informações sobre recursos visuais, esta pesquisa não inclui análises imagéticas, e sim a análise do texto jornalístico como um discurso.

Aqui, falo em “matérias”, um termo recorrente no dia-a-dia do jornalismo que, no entanto, não aparece nas principais classificações de formatos jornalísticos — embora muitos pesquisadores também o utilizem, mesmo sem defini-lo. Entendo que “matéria” é um termo mais abrangente que inclui os formatos jornalísticos da nota, notícia, reportagem e entrevista, essas sim definidas pela classificação de Marques de Melo como parte do gênero informativo do jornalismo¹⁸ (MELO; ASSIS 2016). Esse é o único gênero que inclui no *corpus*, excluindo, portanto, formatos do gênero opinativo — do qual fazem parte o editorial, a coluna e o artigo, entre outros. O interesse aqui está no estudo do conteúdo informativo como fonte de enquadramentos jornalísticos, uma vez que o modelo dominante do jornalismo anglo-americano, reproduzido pela imprensa de referência brasileira, prioriza a informação objetiva e

¹⁸ Baseado em uma perspectiva funcionalista e em pesquisas empíricas com veículos da imprensa brasileira, Melo propõe a classificação de cinco gêneros jornalísticos, cada um abrigando diferentes formatos: informativo (nota, notícia, reportagem, entrevista); opinativo (editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, caricatura, carta, crônica); interpretativo (análise, perfil, enquête, cronologia, dossiê); diversional (história de interesse humano, colorida); utilitário (indicador; cotação; roteiro; serviço). Estes gêneros jornalísticos, por sua vez, são parte de divisões mais amplas. O campo da comunicação é composto por *conjuntos processuais*, entre eles a comunicação massiva; nesta, estão as *modalidades*, como a comunicação periodística. Dentro desta modalidade, estão as *categorias funcionais*, como o jornalismo. A ordem proposta seria, portanto, a seguinte, do mais amplo ao específico: conjuntos processuais; modalidades; categorias; gêneros e formatos (MELO; ASSIS 2016).

coloca a reportagem em um lugar central (PONTE, 2005). Foram desconsideradas as colunas noticiosas, compostas por notas informativas, como as da jornalista Mônica Bergamo (Folha) e do jornalista Ancelmo Gois (O Globo).

Ambos os jornais estudados dão acesso ilimitado ao seu acervo digitalizado mediante assinatura, o que foi utilizado nesta pesquisa. Eles oferecem ferramentas de buscas por palavras ou por datas específicas. Pesquisas anteriores (MAFRA, 2001; MARIANO, 2011) indicaram maior visibilidade pública dos evangélicos durante o processo de redemocratização no Brasil e de atividade da Assembleia Nacional Constituinte, instalada em 1987 e concluída em 1988, com a promulgação da Constituição Cidadã. Por isso, buscou-se acompanhar este processo com a coleta de matérias da década de 1980 em diante, de forma a observar permanências, alterações e características do discurso jornalístico sobre estes religiosos ao longo do tempo. No início desta pesquisa, limitou-se a coleta até o ano de 2010, por conta do grande volume de publicações reunidas já nos anos iniciais. Entretanto, devido à consolidação de algumas igrejas evangélicas e seus representantes no poder, evidenciada pelas declarações e decisões do presidente Jair Bolsonaro (cujo mandato foi de 2018 a 2022), decidiu-se incluir também os anos de 2015 e 2020 no *corpus*.

Escrevendo sobre métodos de análise de cobertura jornalística, o pesquisador inglês Anders Hansen (1998) aponta para a importância da definição de uma amostra e de critérios claros de coleta ao compô-la¹⁹. No recorte temporal, a comparação de períodos sequenciados aleatoriamente permite afastar os possíveis efeitos de ciclos e da sazonalidade que influenciam a cobertura e que podem se tornar mais dominantes em amostras pequenas — seria problemático comparar, segundo exemplifica o autor, um mês de verão na cobertura televisiva com algum outro mês do ano, já que nesta estação há redução na atividade política e legislativa; ou deixar de considerar que os programas noticiosos têm duração menor nos fins de semana do

¹⁹ Autor de diversos livros na área da comunicação, Hansen (1998) apresenta brevemente neste artigo a origem do que chamada de análise de conteúdo da imprensa e defende métodos sistemáticos, de forma a evitar uma “seletividade subjetiva e idiosincrasias” neste processo (*Ibidem*, p. 91; tradução minha). O autor discute algumas iniciativas para isso, não só relativas ao recorte temporal, como o cuidado na catalogação do conteúdo comunicacional, a realização de testes com pequenas porções da amostra (um “piloto”) e a combinação de métodos (como questionários, observação participante e etnografia). Hansen reconhece que a defesa de uma objetividade por analistas do conteúdo gerou críticas sobre uma herança positivista indesejável, mas minimiza esta influência e afirma que, hoje, pesquisadores desta área falam menos em objetividade e mais na importância de análises sistemáticas e replicáveis (*Ibidem*, p. 95). Embora por definição a análise de conteúdo seja um método quantitativo, diz Hansen, décadas de estudos de comunicação levaram ao entendimento da importância da *interpretação* desses dados. Mas, na comparação com abordagens puramente qualitativas e interpretativas, a análise de conteúdo, “por seguir regras e procedimentos claramente articulados, deixa aberto ao escrutínio os meios pelos quais os significados do texto são dissecados e examinados” (*Ibidem*, p. 98). Aliás, enquanto a análise de conteúdo tem sua natureza quantitativa explicitada, o autor categoriza a análise de *discurso* como um método mais qualitativo e focado em vocábulos e escolhas lexicais.

que nos dias de semana. Por isso, uma das sugestões que Hansen apresenta é escolher uma data aleatória para início do *corpus*, e depois coletar o material a cada “X” dias ou meses depois. Na presente pesquisa, optou-se por estudar a produção a cada cinco anos, de modo a limitar o volume de matérias analisadas e, ao mesmo tempo, percorrer todo este período. A amostra, portanto, compreende oito anos: 1985; 1990; 1995; 2000; 2005; 2010; 2015 e 2020. Um deles, 2010, é ano de eleição presidencial. Embora isto definitivamente afete o conteúdo jornalístico produzido naquele ano, o grande escopo temporal considerado na pesquisa permite minimizar os efeitos de diferentes ciclos na amostra — o que não aconteceria, por exemplo, se fossem estudados apenas os anos de 2009 e 2010, um ano não eleitoral e um ano eleitoral.

Como dito anteriormente, no início da pesquisa, qualquer texto que tivesse menção à palavra “evangélico” era incluído no *corpus*. Devido ao grande volume de matérias coletadas, foi preciso adotar um novo critério: por um período, passei a considerar apenas textos das editorias nacional (hoje com o nome de “Poder”, na Folha; e “País”, no Globo) e local (“Cotidiano” e “Rio”, respectivamente), e que além disso tivessem assinatura de algum repórter. Depois, percebi que um melhor critério seria a consideração apenas de matérias que tiveram chamada na capa, uma vez que a pesquisa parcial já mostrava que os textos mais ricos para a análise discursiva eram quase sempre aqueles que receberam maior destaque e esforço de reportagem — ou seja, na maior parte das vezes, aqueles destacados na capa e com assinatura do repórter. Essa escolha revelou ainda mais vantagens. Antes, ao buscar matérias nas páginas internas dos jornais, tivessem sido destacadas na capa ou não, era mais difícil garantir que alguns textos não tivessem escapado das ferramentas de busca dos acervos. Uma vez selecionando apenas aqueles que foram destacados na capa, foi possível revisar apenas essas páginas iniciais para garantir a acurácia da amostra. Outra vantagem foi o alargamento das editorias consideradas: uma vez na capa, todas as matérias sobre evangélicos brasileiros, seja na seção de política ou de esportes, foram incluídas. Isso é particularmente importante para a análise discursiva, já que, de outra forma, a seleção do conteúdo de apenas algumas editorias já limitaria os enquadramentos de acordo com temáticas correspondentes àquelas seções.

Os passos iniciais de coleta mostraram também que apenas a busca por “evangélicos” nos acervos não bastaria: embora esta palavra aparecesse nos textos, nos dispositivos de destaque²⁰ como títulos, ela não necessariamente estava lá, mas sim o nome de algum pastor ou denominação, por exemplo. Portanto, alarguei o escopo da busca por palavras-chaves, incluindo derivações de “evangélico” e nomes de igrejas classificadas como evangélicas pelo Censo

²⁰ A longo da tese, chamo de “dispositivos de destaque” os recursos gráficos e de hierarquização próprios dos jornais impressos: títulos, subtítulos, antetítulos, legendas de fotos e lides.

Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Assim, para cada ano incluído no *corpus*, foram realizadas buscas pelos seguintes termos nos acervos da Folha de S. Paulo e O Globo: evangélica; evangélico; evangélicas; evangélicos; luterana; presbiteriana; metodista; batista; congregacional; adventista; pentecostal; Assembleia de Deus; Congregação Cristã do Brasil; Brasil para Cristo; Evangelho Quadrangular; Igreja Universal do Reino de Deus; Casa da Benção; Deus é Amor; Maranata; e Nova Vida.

Estas buscas levaram a dezenas de capas, mas, mesmo assim, avalei ser importante checar a acurácia das ferramentas de busca dos acervos. Para isso, como teste, li todas as capas dos dois jornais publicadas no segundo semestre de 1995, que eu já sabia ser um dos períodos com maior produção de conteúdo sobre os evangélicos, e do 1º semestre de 2010, escolhido aleatoriamente. Uma motivação para esta nova tarefa foi a percepção de que, após as buscas no acervo, o volume de matérias encontradas na Folha foi significativamente menor do que no Globo, levando à desconfiança de que pudesse haver falhas na ferramenta de busca do jornal paulista. Nesta checagem, todas as chamadas de capa encontradas durante a leitura das edições diárias do Globo no 2º semestre de 1995 e no 1º semestre de 2010 já haviam sido detectadas pela busca no acervo digital, demonstrando a acurácia da ferramenta do jornal. Já para a Folha, 26 chamadas de capa escaparam à ferramenta, sendo encontradas apenas após a leitura de capa por capa destes dois semestres testados. Por isso, para garantir um certo controle do *corpus* e evitar diferenças na análise qualitativa da produção dos dois jornais devido a falhas tecnológicas, decidi ler todas as capas diárias, uma a uma, da Folha de S. Paulo nos anos definidos para amostra: 1985, 1990, 1995, 2000, 2005, 2010, 2015 e 2020. Ou seja, foram lidas 2.920 capas deste jornal. Com isso, chegamos ao total de 61 chamadas de capa da Folha e 57 do Globo, que compõem o *corpus* desta pesquisa.

É importante destacar que foram selecionadas chamadas e matérias que tivessem os evangélicos brasileiros como foco significativo da matéria, não bastando mera menção. Um exemplo de exclusão deste tipo é a capa de 2 de outubro de 1995 da Folha de S. Paulo, cuja manchete foi: “Rossi lidera sucessão em S. Paulo”. A chamada menciona rapidamente que o então candidato Francisco Rossi era evangélico, mas o restante desse texto introdutório e a matéria correspondente são predominados por resultados de pesquisas eleitorais, não só relativas à disputa pela prefeitura de São Paulo, mas também de várias capitais. Ou seja, a presença da temática dos evangélicos brasileiros é pequena neste material, fazendo com que não fizesse sentido incluí-lo no *corpus*.

A partir das chamadas de capa selecionadas, busquei então as matérias correspondentes, surgindo então mais um desafio para a delimitação do *corpus*: em alguns casos, uma chamada

de capa remetia a mais de uma matéria e, às vezes, a mais de uma página. Um exemplo é a edição de 18 de setembro de 1995 da Folha de S. Paulo, cuja chamada “Papa disputa fiéis na África com Universal” remete a uma única página que contém cinco matérias diferentes sobre a IURD — não apenas sobre sua atuação no continente africano, como destacado na primeira página. Em casos como esse, todas as matérias diretamente relacionadas às chamadas de capa foram incluídas no *corpus*. Outros conteúdos presentes nessas páginas que também se referiam aos evangélicos brasileiros e se mostraram enriquecedores à análise discursiva foram igualmente incorporados. Alguns textos sobre o mesmo assunto e com assinatura do mesmo repórter aparecem separados graficamente, por exemplo uma matéria e um *box* (literalmente uma caixa de texto pequena e com bordas). Nessas situações, aglutinei os conteúdos e considerei como um só, chamando o texto secundário de “matéria complementar”. Um exemplo disso é a edição de 14 de outubro de 2010 do Globo, que traz um abre da editoria “O País” com o título “A carta de Dilma” e um *box* intitulado “Dilma tem negociado com Garotinho” (considerada uma matéria complementar). Para inclusão no *corpus*, estes dois conteúdos separados graficamente foram considerados um só, como se pode ver na Figura 1. Uma vez definidos esses critérios, o total de 118 chamadas de capa nos levou às 244 matérias do *corpus* (135 da Folha e 109 do Globo). Todos os textos, suas respectivas chamadas de capa e matérias complementares, além de informações sobre editoria, data e página de publicação, estão listadas no Apêndice.

Mesmo com os procedimentos de checagem realizados, não se pode afirmar que esses números são estritamente fidedignos ao que foi publicado nas primeiras páginas dos jornais no período. Algumas chamadas de capa e matérias podem ter escapado, por falha na leitura ou, no caso do Globo, por ter sido mantida apenas a busca no acervo digital, uma vez que testes realizados com publicações de dois semestres haviam mostrado a eficácia da ferramenta de busca. Entretanto, para os fins desta pesquisa, considero que foi alcançada uma amostra bastante representativa e rica para análise.

Por conta do grande volume de matérias incluídas, o modelo de citação padrão da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para textos jornalísticos se mostrou inviável para a formatação e para a dinâmica do texto, por isso optei por citar itens do *corpus* na seguinte ordem: nome do jornal, data, editoria, página, título da matéria. Para facilitar a leitura, destaquei em *itálico* a reprodução de trechos das matérias, subtítulos, intertítulos e legendas maiores que uma linha.

Quarta-feira, 14 de outubro de 2015 O PAÍS 3

A carta de Dilma

Pressionada por evangélicos, petista aceita assinar texto contra aborto e casamento gay

Há 10 minutos

Enviado especial • TEREZINA

A candidata do PT à Presidência, Dilma Rousseff, costuma entrar o dia da carta a ser assinada com os evangélicos. Trata-se de decisão tomada nos últimos meses em Brasília. Além de se comprometer em não votar no Congresso projeto de lei que legaliza o aborto, Dilma assinou entre líderes religiosos não vai propor lei que permita o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Da lei, a legislação entre o que prescreva aos evangélicos e a lei civil entre homossexuais — “casamento de fato” —.

— O que não dá chance é que eu não assinaria no Congresso nenhuma legislação que impeça ou prejudique o Estado brasileiro a fazer uma legislação, ou não votaria no Congresso. Tanto a legislação da lei do aborto como todas as outras. Temos de discutir os termos de uma cartavergamento — disse Dilma, lembrando que o Estado é laico.

— O grande compromisso que assumi é que o Estado não vá se tornar um Estado de uma religião e que não vai interferir nas questões religiosas. O Estado não pode ser o Estado de uma religião. Dilma ressalta que a lei civil entre pessoas do mesmo sexo “não é uma questão relativa à religião”.

— O que é o direito à religião é a questão do casamento entre homossexuais. A lei civil dá direito aos direitos civis, mas de casamento entre pessoas do mesmo sexo é do respeito às igrejas. Qualquer pessoa tem o direito de se comprometer a responsabilidade de se casar com alguém, ou não casar, que fazemos em nome do Estado, que fazemos em nome do povo.

— Ela é a esposa do projeto de lei, que tramita no Congresso. — No PL 122, há a criminalização da homossexualidade, mas há também a criminalização, e a lei criminaliza, das manifestações e da liberdade de expressão. Eu não posso dar direito a um Estado e dos outros.

Petista volta a criticar boatos

De acordo com a candidata, o caso petista é o único que se ignora os seus princípios religiosos.

— A parte relativa ao processo contra Rousseff, inclusive, tem que respeitar. Mas a religião é coisa

Dilma de REUNE com líderes religiosos em Brasília. “O compromisso que assumi é que o Estado não seja laico e que não vai interferir nas questões religiosas”, disse ela

Pressão sobre a candidata, com Lula junto

Presidente participou de evento ao lado de Dilma, mas entrou e saiu pela garagem

Genes Camaroti, Cristiane Jungblut e Reine de Lima

Quadrangular, entre outros, à reabrir o debate. O pastor, depois de parlamentares ligados a igrejas evangélicas.

Segundo fontes de quem participou, Dilma entrou no evento, mas não entrou no debate, disse que é contra a política e que é um problema de saúde pública. E não se comprometer a assinar o casamento civil de pessoas do mesmo sexo.

— O casamento de fato é outro assunto.

Dilma, ao qual ela assinou duas cartas-peticionárias publicamente: o texto em apoio ao casamento civil entre homossexuais, assinado com o pastor Celso Nogueira, da Igreja Quadrangular, não assinou nenhuma.

— Presidência de posição não tem — disse ela.

O documento que seria assinado pelas igrejas, começou a ser elaborado após o episódio, e o texto seria genérico, talando que Dilma “reafirma a vida, a família” e

Dilma tem negociado com Garotinho

Ativa

• A renovação do 2º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDD-2) é o que levou Dilma a apoiar o Partido da República (PR) à candidatura do PT à Presidência, Dilma Rousseff. Era uma estratégia para fortalecer com Dilma, o engajamento

Figura 1 - Página do Globo de 14/10/2015 traz três textos graficamente separados, mas para registro no *corpus*, foram considerados dois: “A carta de Dilma” foi aglutinada com “Dilma tem negociado com Garotinho” (considerada matéria complementar), por tratarem de assuntos muito próximos; e “Pressão sobre a candidata, com Lula junto” foi tratada como uma matéria a parte, por tratar de um assunto significativamente distinto e por ter assinatura de repórteres diferentes da matéria principal. Fonte: Acervo O Globo.

2.3 Mapeando o *corpus*

Cada matéria selecionada para o *corpus* foi baixada e registrada em uma planilha com as seguintes informações: jornal; data; título da matéria; editoria; presença ou ausência de assinatura de repórter; e igreja destacada. O *corpus* é composto por um número ligeiramente maior de chamadas (61) e matérias (135) da Folha em relação ao Globo (57 e 109, respectivamente). Como mostram as tabelas 2 e 3, o maior volume de chamadas e matérias coletadas é de 1995, ano que se mostrou basilar para a produção jornalística sobre os evangélicos, como será detalhado nos próximos capítulos. É importante destacar que algumas editorias mudaram de nome ao longo do período estudado. Na Folha, a editoria de cobertura nacional já foi chamada de “Política”, “Brasil” e “Poder”; no Globo, de “O País” e “País”. No jornal fluminense, a editoria de cobertura local também já foi intitulada “Grande Rio”, e depois

“Rio”. Nas tabelas 4 e 5, estão as matérias do *corpus* divididas por editorias de cada jornal^{21 22}. Há editorias fixas e cadernos especiais, como “Eleições” e “Guerra Santa” (publicado em 22/10/1995, motivado pela agressão à imagem de Nossa Senhora Aparecida), da Folha, que tiveram publicação temporalmente limitada. Nota-se que a maioria das matérias do *corpus*, para os dois jornais, foi publicada nas editorias nacionais. É também maioria o número de matérias assinadas, tanto na Folha (104 de um total de 135, 77%) quanto no Globo (59 de 109, 54%).

Ano	Folha de S. Paulo	O Globo	Total
1985	3	0	3
1990	1	4	5
1995	26	31	57
2000	4	1	5
2005	5	4	9
2010	9	8	17
2015	4	3	7
2020	9	6	15

Tabela 2 - Número de chamadas incluídas no *corpus* por jornal. Fonte: Da autora.

Ano	Folha de S. Paulo	O Globo	Total
1985	3	0	3
1990	1	9	10
1995	98	67	165
2000	5	1	6
2005	5	9	14
2010	10	13	23
2015	4	3	7
2020	9	7	16

Tabela 3 - Número de matérias incluídas no *corpus* por jornal. Fonte: Da autora.

Editoria	Número de matérias
Cotidiano	3
Entrevista da 2ª	1
Especial Eleições	2

²¹ Uma breve definição dos temas cobertos por algumas editorias da Folha de S. Paulo cujos nomes talvez não sejam explicativos por si mesmos. Cotidiano: notícias locais, comportamento, educação, meio ambiente, ciência e saúde. Entrevista da 2ª: entrevistas em formato de pergunta e resposta (“pingue-pongue”, no jargão jornalístico) com pessoas de diversos perfis e profissões, publicadas às segundas-feiras. Mercado: economia e negócios. TV Folha: Atualmente, este setor é responsável pela produção de vídeos do jornal, mas anteriormente, era um caderno composto por textos informativos e utilitários sobre a produção televisiva.

²² Uma breve definição dos temas cobertos por algumas editorias do jornal O Globo cujos nomes talvez não sejam explicativos por si mesmos. O País/País: uma vez que o caderno local (Grande Rio/Rio) leva o nome do Estado em que o jornal é sediado e atua, o caderno nacional do Globo inclui também notícias de outras cidades, não apenas o noticiário político. Segundo Caderno: editoria de cultura do jornal. Sociedade: educação, meio ambiente, ciência, saúde e comportamento.

Especial Guerra Santa	16
Mercado	2
Mundo	5
Política/Brasil/Poder	99
Saúde	3
TV Folha	4

Tabela 4 - Número de matérias da Folha de S. Paulo por editoria. Fonte: Da autora.

Editoria	Número de matérias
Economia	1
Esportes	1
Grande Rio/Rio	11
O País/País	92
Segundo Caderno	1
Sociedade	3

Tabela 5 - Número de matérias de O Globo por editoria. Fonte: Da autora.

Por fim, registrei se cada matéria abordava predominantemente alguma igreja evangélica específica; se várias eram citadas em um texto ou nenhuma — como acontece por exemplo em matérias com participação de especialistas que discutem o crescimento dos evangélicos em geral, sem mencionar denominações. A Igreja Universal se mostrou o foco da maioria das matérias do *corpus*, tanto na Folha (90 de 135 matérias deste jornal, 66%) quanto no Globo (79 de 109, 72,4%). Em parte, isto se explica pela grande parcela de matérias publicadas em 1995, quando a Universal foi protagonista das principais coberturas jornalísticas sobre os evangélicos. Ainda assim, é notável a frequência de matérias envolvendo a Universal também nos anos seguintes. Das 244 matérias do *corpus*, a Universal é foco de 169 matérias. A segunda denominação mais citada foi a Assembleia de Deus, foco de apenas quatro matérias (três na Folha e uma no Globo) — embora seja, segundo o Censo Brasileiro de 2010, a igreja evangélica com maior número de membros no país (IBGE, 2010). Não se espera que o jornalismo vá pautar de forma direta sua produção a partir de dados estatísticos, ou seja, produzir mais matérias acerca das denominações com mais fiéis, e menos matérias daquelas com menos membros. Mas, alinhado à análise qualitativa, este dado acerca da Universal nos mostra que certas características e práticas desta igreja potencializaram enquadramentos sobre os evangélicos, às vezes de forma generalizante.

Depois do registro das informações básicas sobre as matérias, parti para a leitura detalhada de todos os textos, para anotações sobre eles e para o preenchimento de mais duas planilhas: uma com 19 palavras-chaves que me ajudaram ao longo da pesquisa a localizar

rapidamente assuntos abordados nas matérias, como “comunicação” para textos que abordam a compra ou existência de rádios e TVs evangélicas, e “dízimo”, quando este tipo de pagamento era citado. Em outra planilha, registrei fontes entrevistadas por categoria, considerando apenas aquelas pessoas que tiveram declarações diretas reproduzidas nos textos — ou seja, com aspas ou travessão, algo que facilita o mapeamento e ao mesmo tempo representa um espaço privilegiado de fala, em contraposição às declarações indiretas, que são integradas ao texto da matéria. Esta categorização de fontes foi motivada pelo trabalho de Cunha (2016) com matérias noticiosas do “Jornal Nacional” e da Folha de S. Paulo. Analisando diferenças na cobertura do telejornal e do jornal impresso acerca de diferentes religiões em 2014, a autora concluiu que uma das evidências de que o catolicismo é a religião hegemônica também na produção da imprensa brasileira é sua representação institucionalizada. Esta característica não foi constatada para os evangélicos:

O catolicismo enfatizado é o institucional, presente em 75% das matérias veiculadas sobre este grupo religioso. As autoridades religiosas católicas são as personagens que têm mais visibilidade no noticiário, sendo a mais destacada o Papa, figura central em quase 50% das matérias sobre o catolicismo e em 25% do total de notícias sobre religião, seguido de arcebispos, bispos, padres. O mesmo não ocorre com os outros grupos religiosos, como, por exemplo, os evangélicos. Nas 52 matérias da Folha e do JN referentes a este grupo, 85% dão voz a fiéis, celebridades deste grupo religioso, pesquisadores e autoridades públicas não religiosas. Apenas 15% das notícias destacam autoridades do segmento, ainda assim, algumas delas não são devidamente identificadas ou a instituição a que estão vinculadas não é registrada. (*Ibidem*, p. 16)

Segundo a autora, este tipo de representação contribui para a “imagem de que expressões religiosas não católicas carecem de base institucional, controle da parte de autoridades, solidez, seriedade e crédito” (*Ibidem*, p. 18). Assim, mapear as fontes também se mostrou relevante para o presente estudo. Entretanto, a contagem de fontes católicas em contraposição às evangélicas não é diretamente comparável à pesquisa feita por Cunha, já que nesta, o *corpus* incluía matérias de várias religiões. Neste estudo, trabalho apenas com notícias referentes aos evangélicos brasileiros. Porém, como será exposto no decorrer da tese, fontes católicas foram frequentemente acionadas para se posicionar sobre os evangélicos, então a criação desta e de outras classificações se mostrou importante conforme o material foi lido. Também optei por separar as igrejas evangélicas históricas das pentecostais, pois uma das minhas hipóteses é a de que representantes das denominações históricas são colocados como vozes legítimas nos textos, em detrimento de igrejas de origem mais recente. Isto, no entanto, só poderá ser examinado com uma análise mais qualitativa, e não apenas com esta contagem.

Considerando as relações de força que levam ao acionamento de uma ou outra categoria de fonte, priorizei ao longo da tese citar essas categorias, em vez de identificar os nomes — raramente reproduzo, por exemplo, o nome de um padre entrevistado, mas digo que a matéria

incluiu entrevista com um membro da hierarquia católica. As categorias de fontes que proponho, algumas brevemente explicadas, são as seguintes:

- Fiel evangélico: pessoa que frequenta cultos, atividades de uma igreja e/ou se declara como praticante daquela fé.
- Membro da hierarquia de igreja evangélica histórica: pessoa com função definida na hierarquia daquela igreja, como um pastor. Baseia-se na classificação do IBGE (2010), segundo a qual são consideradas igrejas evangélicas de missão a luterana; presbiteriana; metodista; batista; congregacional; e adventista.
- Membro da hierarquia de igreja evangélica pentecostal.
- Organização evangélica: representantes de associações e organizações que representam fiéis e membros da hierarquia de igrejas evangélicas, em alguns casos reunindo diversas denominações.
- Fiel católico
- Membro da hierarquia católica
- Organização católica
- Fiel outras religiões
- Hierarquia outras religiões
- Organização outras religiões
- Político ou pessoa com cargo público não identificada como religiosa: inclui candidatos a cargos eletivos, pessoas eleitas e com mandato, filiados a partidos políticos ou pessoas nomeadas para cargos públicos, como secretários municipais e estaduais.
- Político ou pessoa com cargo público identificada como evangélica
- Político ou pessoa com cargo público identificada como religiosa não-evangélica
- Especialista
- Justiça: participantes do sistema judiciário, como advogados, policiais, juízes, promotores, procuradores, entre outros.
- Sociedade civil: representantes de ONGs, associações ou movimentos sociais.
- Porta-voz de igrejas evangélicas: relações públicas da igreja, como assessores de imprensa.
- Outros

Seguindo o indicador adotado por Cunha (2016, p. 17), o de percentual de matérias por fonte acionada, encontrei na Folha de S. Paulo e no Globo tendências diferentes das constatadas pela autora, que mostrou baixo percentual de autoridades evangélicas e predominância de “fiéis,

celebridades deste grupo religioso, pesquisadores e autoridades públicas não religiosas”. Acompanhando estas classificações, contabilizei o percentual das 244 matérias do *corpus* da minha pesquisa contendo categorias semelhantes às mencionadas por Cunha: fiel evangélico; membro da hierarquia de igreja evangélica (histórica e pentecostal); político ou pessoa com cargo público não identificada como religiosa; e especialista. Como se pode ver na Tabela 6, o maior percentual de matérias segundo tipo de fonte incluída foi o de membros da hierarquia evangélica (28% das matérias do *corpus* tiveram a declarações de ao menos um membro da hierarquia de alguma igreja evangélica), para ambos os jornais. Somadas, as categorias fiel evangélico, político e especialista levam a um número superior a este — mas separadas, não.

Na Tabela 7, somei as citações em números absolutos. Ou seja, se uma matéria incluiu três fiéis evangélicos, foi computado o valor três. Considerando ambos os jornais, lidera quantitativamente a categoria “Membro da hierarquia de igreja evangélica pentecostal”, seguida por “Político ou pessoa com cargo público não identificada como religiosa” e “Membro da hierarquia católica”.

Categorias das fontes	Folha de S. Paulo	O Globo	Total	% das matérias
Fiel evangélico	8	7	15	6%
Membro da hierarquia de igreja evangélica (histórica e pentecostal)	44	24	68	28%
Político ou pessoa com cargo público não identificada como religiosa	15	18	33	14%
Especialista	17	5	22	9%

Tabela 6 - Números de matérias do *corpus* contendo diferentes categorias de fontes e o percentual relativo ao total de matérias (244). Fonte: Da autora

Categorias das fontes	Folha de S. Paulo	O Globo	Total
Membro da hierarquia de igreja evangélica pentecostal	43	20	63
Político ou pessoa com cargo público não identificada como religiosa	21	33	54
Membro da hierarquia católica	30	14	44
Político ou pessoa com cargo público identificada como evangélica	27	13	40
Outros	15	21	36
Justiça	12	21	33
Especialista	22	6	28
Seguidor evangélico	9	13	22
Membro da hierarquia de igreja evangélica histórica	14	7	21
Organização evangélica	6	5	11
Porta-voz de igrejas evangélicas	7	0	7
Sociedade civil	4	3	7

Seguidor católico	5	1	6
Hierarquia outras religiões	4	2	6
Político ou pessoa com cargo público identificada como religiosa não-evangélica	2	1	3
Organização católica	2	0	2
Seguidor outras religiões	1	0	1
Organização outras religiões	0	1	1

Tabela 7 - Números absolutos de matérias do *corpus* por jornal e por categorias de fontes. Fonte: Da autora.

Concordo com Hansen (1998) em sua ponderação de que identificar fontes representadas na mídia é um bom início de análise, mas insuficiente para demonstrar o papel dessas vozes na construção de discursos: “Principalmente, este tipo de análise normalmente não faz distinção entre as mensagens potencialmente muito diferentes vindas do mesmo grupo [...] nem indica os vários graus de ‘legitimidade’ concedidos pela mídia a diferentes fontes ou vozes” (*Ibidem*, p. 109). Mas, como o próprio trabalho de Cunha (2004) mostra, a validade deste tipo de informação está em sua integração à análise qualitativa. A autora faz isso ao demonstrar que, no seu *corpus*, composto de reportagens do “Jornal Nacional” e da Folha de S. Paulo, a representação pouco institucionalizada dos evangélicos se alinha com uma representação em geral negativa e pouco informada sobre estes religiosos, cujas denominações raramente são especificadas.

O *corpus* aqui estudado apresentou resultados diferentes, com presença numérica importante de representantes da hierarquia de igrejas evangélicas. Entretanto, caso me detivesse apenas nesta contagem, não perceberia que, em parte significativa das matérias que incluíram declarações de membros desta hierarquia, tais fontes cumpriram o papel de se posicionar — quando não defender — suas igrejas em um período de cobertura crítico para os evangélicos, como ocorreu em 1995. Tampouco seria possível perceber que membros do sistema judiciário, embora numericamente não tão presentes no conjunto de matérias, cumprem um papel de reforçar, no discurso jornalístico, a associação dos evangélicos à transgressão da lei e à corrupção. Por outro lado, a forte presença numérica de políticos e membros da hierarquia católica evidencia o quanto a atuação dos evangélicos no espaço público é abordada pelos jornais e quanto o catolicismo é convocado a se colocar diante da expansão evangélica.

2.4 Divisão por enquadramentos

O *corpus* é um conjunto “diversificado”, “disjunto”, “internamente contraditório”, como caracterizam Pêcheux e Léon (2012, p. 165). Não há uma homogeneidade evidente que emerja

de um objeto discursivo, o que exige um trabalho exaustivo de leitura e observação de sequências discursivas. Neste estudo, uma primeira aproximação do *corpus* foi orientada pela delimitação dos enquadramentos, que se mostram nos dispositivos de destaque, mas também no corpo dos textos. São eles: “Crescimento”; “Intolerância”; “Ameaça ao catolicismo”; “Vulnerabilidade”; “Enriquecimento”; “Irregularidades”; “Prestígio”; “Posicionamento em pautas públicas”; e “Eventos e caos” (Tabela 8).

Uma mesma matéria pode conter vários enquadramentos, o que mostra a força destes como padronizações reificadas do discurso jornalístico. Por isso, a cada enquadramento apresentado ao longo dos capítulos, listo algumas matérias que são representativas dele. Há matérias que se repetem em vários enquadramentos, enquanto há outras que não foram listadas mas podem também acionar, mesmo que em um pequeno trecho, algum enquadramento. Há enquadramentos propostos que são cronologicamente mais determinados que outros, como o da “Intolerância”, muito associado à produção jornalística de 1995. Já o enquadramento da “Irregularidades” se estende por todos os anos considerados no *corpus*.

Discurso	Enquadramentos
Expansão (Cap. 3)	"Crescimento"
	"Intolerância"
	"Ameaça ao catolicismo"
Exploração (Cap. 4)	"Vulnerabilidade"
	"Enriquecimento"
	"Irregularidades"
Espaço público (Cap. 5)	"Prestígio"
	"Posicionamento em pautas públicas"
	"Eventos e caos"

Tabela 8 - Divisão do *corpus* por discursos e enquadramentos. Fonte: Da autora.

Retomo a ressalva que a delimitação dos enquadramentos é uma interpretação minha, ou seja, trata-se de uma reconstrução dos sentidos a partir de processos de significação construídos pelo discurso jornalístico. Vejo o enquadramento como uma ferramenta que leva à passagem da superfície linguística para o objeto discursivo, nos termos de Orlandi (2000). Os nove enquadramentos estão agrupados em três discursos e capítulos correspondentes: expansão, exploração e espaço público. Estas categorizações não devem ser encaradas como divisões rígidas porque, além de serem uma proposta teórico-metodológica abstrata, os discursos e enquadramentos têm associações entre si — como o discurso do espaço público, indissociável do da expansão: o discurso jornalístico detecta e ressalta a expansão dos evangélicos em diversas áreas, inclusive na política, e esta maior participação no espaço público coloca em questão a laicidade e a influência em pautas públicas, como será visto nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 3 | ANÁLISE: DISCURSO DA EXPANSÃO

Parte significativa do *corpus* parece ser conduzida por um movimento, o de expansão. O discurso jornalístico destaca o avanço dos evangélicos em várias áreas, da política aos negócios e à comunicação. Esta expansão é materializada nos jornais na ênfase a dados quantitativos e a estatísticas do crescimento deste segmento religioso; nos grandes infográficos que apresentam ao leitor o “império” construído por algumas igrejas evangélicas; e em significantes que remetem à grandiosidade das igrejas. A Escola de Essex nos ensina que todo discurso é configurado pelo antagonismo e, nos enquadramentos propostos neste capítulo, o antagonismo é acentuado. Pouco a pouco — e me refiro mesmo à temporalidade, porque é algo que se evidencia a partir de 1995 —, a expansão dos evangélicos é constituída discursivamente em oposição ao catolicismo e a um ideal de tolerância religiosa no país. É como se o discurso jornalístico apontasse: os evangélicos estão crescendo para todos os lados (o que corresponde ao enquadramento que chamo de “Crescimento”); essa expansão se mostra ameaçadora para a convivência harmônica entre diferentes credos (“Intolerância”) e, em particular, para o catolicismo (“Ameaça ao catolicismo”).

Não faltam dados demográficos mostrando um franco crescimento dos evangélicos na população brasileira. O mais recente Censo Demográfico publicado, de 2010, mostrou que 22,2% dos brasileiros se declararam evangélicos; em 2000, o percentual era de 15,4%, o que significa que, em uma década, mais 16 milhões de pessoas passaram a se identificar assim (IBGE, 2012). Voltando algumas décadas, observa-se uma tendência de progressivo crescimento, já que, em 1980, o percentual de evangélicos registrado pelo IBGE foi de 6,6% e em 1991, 9%. O Instituto Datafolha, parte do grupo Folha, tem dados mais atualizados: em pesquisa realizada em dezembro de 2019, foi constatado que 31% dos brasileiros eram evangélicos (BALLOUSSIER, 2020). Também este instituto tem registrado um crescente percentual deste segmento religioso no país desde quando começou a sondar esse dado, em 1994 — ano em que os evangélicos representavam 14% da população (DATAFOLHA, 2016).

Enquanto isso, ambos institutos mostram que o percentual de católicos no país tem diminuído, embora eles ainda sejam maioria. O IBGE registra que os católicos eram 73,6% da população em 2000 e 64,6% em 2010 (IBGE, 2012). É importante destacar que a redução do percentual de católicos não é substituída na mesma medida pelos evangélicos, pois também foi registrado nos anos recentes o crescimento daqueles que se declaram espíritas e sem religião. Entretanto, o crescimento evangélico é muito substancial, e por isso é frequente, na mídia e na

academia, a indagação sobre quando os evangélicos superarão os católicos no país. Oro (2020), em uma revisão da literatura, mostra discordância entre autores que se debruçaram sobre esta questão, com alguns prevendo uma estabilização do crescimento evangélico e outros a superação dos evangélicos em relação aos católicos nos próximos anos. Concordo com Oro quando ele afirma que esta espécie de “futurologia” é “incompatível com a prática científica” (*Ibidem*, p. 74), bastando saber que houve um crescimento substancial da parcela evangélica da população nas últimas décadas e que isso foi detectado pelo discurso jornalístico. E, uma vez que proponho uma análise discursiva, importa estudar *como* este crescimento foi perpassado por processos de significação nos jornais.

Coelho, Dantas e Ferreira (2009), em sua análise discursiva de reportagens de capa da revista *Veja* entre 1981 e 2002, destacaram a frequência do tema do crescimento evangélico no país. Das sete edições em que as denominações evangélicas apareceram na capa da revista neste período, “quatro trataram especificamente sobre seu crescimento” (*Ibidem*, p. 3). Os autores analisam detidamente duas edições, uma de 1981 e outra de 2002. A partir do estudo da publicação mais antiga, Coelho, Dantas e Ferreira afirmam que este crescimento é qualificado negativamente pela revista: “Na *Veja*, quem avança não é uma multidão qualquer, indefinida, mas ‘os crentes’, cujo tom é de negatividade; trata-se de movimento assustador” (*Ibidem*, p. 5). Para os autores, embora o discurso jornalístico representado pela revista empregue diversos mecanismos para criar um efeito de objetividade, como a menção a estatísticas, escapam a ironia e a opinião dos jornalistas na colocação dos seguidores evangélicos como pessoas pobres, exploradas e submissas. As palavras acionadas nos textos demonstram isso: “O que caracteriza a negatividade do ‘avanço’, no texto, é o uso de expressões como ‘agarrar’, ‘ofensiva’ e ‘presa’” (*Ibidem*, p. 6). Em 2002, é observada uma caracterização mais positiva dos evangélicos e de seu crescimento, o que os autores atribuem à ascensão socioeconômica deste segmento religioso — que se aproxima, justamente, do perfil socioeconômico dos leitores da *Veja*.

Já em 2002, a reportagem apresenta visão mais positiva do evangélico, ao vinculá-lo como portador de possível capacidade de mudança no perfil social brasileiro. Sob uma visão mercadológica, as igrejas são vistas como empresas que mantêm relações contratuais com os fiéis e programam seus cultos de acordo com o público a que se destinam, já que não se restringe mais aos pobres, mas se estende a todas as camadas sociais. A mídia é considerada a força de arrecadação de dinheiro e, apesar de denunciar casos de “pastores ladrões”, a reportagem define os fiéis evangélicos como “honestos acima da média”, enfatizando que eles podem favorecer um modelo ético melhor, especialmente na política. (*Ibidem*, p. 13)

Em minha análise, não observei, como os autores, diferenças temporais substanciais na caracterização dessa expansão, de mais negativa a positiva. Entretanto, sobretudo nos primeiros

anos do *corpus* — 1985, 1990 e 1995 — há sim um discurso dominante na Folha e no Globo em que a expansão evangélica é colocada, no mínimo, com alarmismo. Ou talvez, como dizem Coelho, Dantas e Ferreira, como uma reação a um movimento “assustador” (*Ibidem*, p. 5). A conotação ameaçadora do crescimento evangélico se abastece de forma significativa de posicionamentos de instituições hegemônicas no país, como a Igreja Católica²³ e o judiciário. Quanto mais visibilidade cedida a seus representantes, mais essa conotação é reforçada, e isto tem um ápice em 1995.

Este é um ano fundamental nesta tese e, particularmente neste capítulo. Há três acontecimentos em 1995 que geram períodos de volumosa e intensa cobertura jornalística sobre os evangélicos: a exibição, em setembro, da minissérie “Decadência” pela TV Globo; em outubro, a veiculação de um programa da TV Record em que um bispo da Universal chutou uma imagem de Nossa Senhora Aparecida no dia da padroeira do Brasil; e em dezembro, a revelação de vídeos de bastidores da igreja pela TV Globo. O presente capítulo trata mais dos dois primeiros acontecimentos e suas respectivas coberturas; a exibição de vídeos de bastidores da Universal em dezembro de 1995 é examinada no próximo capítulo. Uma vez que todos esses acontecimentos envolveram diretamente a IURD, por vezes os enquadramentos aqui propostos parecem resumir os evangélicos aos membros dessa igreja. Por isso, procuro sempre ressaltar se uma matéria menciona uma ou várias igrejas evangélicas. Outra ressalva importante é que os três enquadramentos deste capítulo estão de fato muito situados em 1995, ano que vejo como uma espécie de matriz para enquadramentos que se reproduzirão nos anos seguintes. Nos termos de Sádaba (2007), podemos entender este período como uma sequência de eventos-chave. Não tenho o compromisso de apresentar as matérias cronologicamente, preferindo na verdade explorá-las por meio de mecanismos de construção de sentido em comum. Antes de prosseguirmos para a análise, discorrerei brevemente sobre o que aconteceu em setembro e em outubro de 1995.

O ponto de partida para a cobertura decorrente da minissérie “Decadência” é uma matéria de 09/09/1995 do caderno “Ilustrada”, da Folha, não incluída neste *corpus* por não ter sido chamada na capa do jornal. A matéria revelou que declarações do fundador da igreja Universal, Edir Macedo, à revista Veja foram incorporadas às falas do personagem pastor Mariel Batista no livro homônimo de Dias Gomes, que inspirou a minissérie da Globo. O personagem, assim como Macedo, havia sido processado por curandeirismo, estelionato e charlatanismo. Um infográfico publicado pela Folha colocando lado-a-lado as frases ditas por

²³ Nesta tese, quando escrevo “Igreja Católica”, refiro-me à Igreja Católica Apostólica Romana.

Macedo à Veja e as falas do personagem mostra uma similaridade quase literal entre elas. Na ocasião, Gomes e a Globo negaram que o personagem tivesse sido baseado em Macedo. Apenas a Folha de S. Paulo destacou na capa os desdobramentos referentes à minissérie naquele mês de setembro. Isso não causa grandes surpresas, uma vez que, primeiro, a Folha reivindicou o furo de reportagem que mostrou a semelhança nas falas do personagem da minissérie com declarações de Edir Macedo, e é comum que jornais repercutam e sigam cobrindo seus furos, de forma a reforçar seu prestígio. Segundo, o jornal O Globo faz parte do mesmo grupo empresarial que a emissora cuja produção estava sob escrutínio. Esta é uma condição de produção, nos termos de Charaudeau (2013), que neste caso se mostra determinante para a produção de conteúdo — com destaque na Folha e ausência no Globo. Não foi encontrada qualquer chamada de capa sobre o assunto no jornal carioca em setembro de 1995, quando a cobertura pela Folha foi frequente. O jornal paulista publicou matérias sobre medidas tomadas pela Universal e pela Globo após a revelação da similaridade entre o personagem Mariel Batista e Edir Macedo, assim como muitas matérias sobre a Universal e os evangélicos em geral, indo além deste conflito referente à minissérie.

Não me aprofundo na análise discursiva da cobertura desta disputa entre a TV Globo e a Universal por alguns motivos. Primeiro, eu mesma não consegui costurar sentidos desta cobertura em termos discursivos. Além disso, a Globo e a Universal, sendo uma emissora de TV e a outra, uma igreja evangélica, têm origem, atuação e função social distintas, tornando difícil a compreensão desta oposição, que se mostra pouco operativa para a análise — diferente da oposição entre igrejas, que atuam em um mesmo campo, o religioso. Também é obscura a relação entre a TV Globo e o catolicismo, assim como a ingerência da Universal no conteúdo da Record. Sabemos que estas associações estão em jogo no conflito, mas não há informações evidentes o suficiente que permitam, por exemplo, compreender esta disputa como sendo, no fundo, entre católicos e evangélicos, ou entre a TV Globo e a TV Record.

Torres (2011) buscou informações aprofundadas sobre a extensão da proximidade institucional entre a Igreja Católica e a TV Globo, mas não encontrou na bibliografia pesquisas substanciais. A autora afirma, porém, que este “vínculo é perceptível” (*Ibidem*, p. 76), algo revelado pela antiga e conhecida amizade entre o fundador da TV Globo, Roberto Marinho, e Dom Jaime de Barros Câmara, que já foi arcebispo do Rio de Janeiro; e pelo fato de que o único programa religioso na grade da TV Globo até hoje é católico, o “Santa Missa”. Tampouco devemos desprezar que o ponto de partida para a cobertura sobre a IURD e sobre os evangélicos em setembro foi uma minissérie da Globo em que um pastor foi retratado de forma negativa,

formando um circuito de intermedialidade²⁴ (MARCONDES FILHO, 2014) e reproduzindo traços estereotipados dos evangélicos observados também na produção cinematográfica brasileira (LIMA, 2014). Sobre a Record, Torres (2011) lembra que a emissora foi adquirida no final da década de 1980 pelo bispo Edir Macedo, fundador da Universal, mas “o processo de controle acionário da emissora é bastante controvertido e alvo de divergências políticas e jurídicas” (*Ibidem*, p. 78). Além disso, “tem sido adotada uma estratégia de apagamento da própria Igreja Universal do Reino de Deus nos discursos da emissora” (*Ibidem*), que afirma seu caráter comercial e interesse de chegar a todos telespectadores, independente da religião. Apesar desse esforço de afastamento entre igreja e emissora, é inegável que a IURD, detentora de um grande canal de TV aberta, de rádios e de outros meios de comunicação, tornou-se parte do campo jornalístico e ao mesmo tempo inseriu um fator religioso neste campo (GIUMBELLI, 2002). Isto deve ser incorporado à análise da produção jornalística, uma vez que

ao focar a IURD, os meios de comunicação não falam apenas de uma “igreja”, mas também de um “veículo concorrente”; inversamente, tornou-se impossível tratar da imprensa sem mencionar que parte dela é “religiosa”. O resultado é um quadro de tal modo emaranhado em suas personagens e com tamanha diversidade de aspectos, que inibe qualquer pretensão de analisar a todos eles. (*Ibidem*, p. 368-369)

Portanto, os laços que unem todos os atores sociais envolvidos nas controvérsias de setembro de 1995 não são evidentes, bastando para nós saber que neste mês, o discurso jornalístico já se estruturava pelo antagonismo através de matérias publicadas pela Folha sobre o conflito entre a Globo e a Universal, que por sua vez já passava por um escrutínio sobre suas atividades. O que ocorre em outubro de 1995, por sua vez, nos leva a uma cobertura inequívoca para a análise discursiva. Em 12 de outubro, dia de Nossa Senhora Aparecida, um bispo da Universal, Sérgio Von Helder, chutou uma imagem da santa católica e padroeira do Brasil na TV Record. Esse acontecimento é apropriado discursivamente pelos jornais de forma a configurar o enquadramento “Intolerância”, no qual os evangélicos, principalmente da Universal, são colocados como intolerantes diante de outros credos e valores.

Mariano (1999) afirma que, conduzidas na linha de frente pela Universal, algumas igrejas pentecostais incrementaram significativamente sua hostilidade contra os cultos afro-brasileiros nos anos 1980, considerando-as manifestações do demônio. A origem dessa postura está no literalismo bíblico e na crença da personificação do mal entre os pentecostais. Os neopentecostais se apropriam desta origem de tal maneira que, segundo a categorização de

²⁴ O paradigma comunicacional da medialidade, em contraposição à sua origem no conceito linguístico-literário de intertextualidade, diz respeito ao modo como diferentes meios (rádio, TV, cinema...) tematizam uns aos outros “se fundem e/ou se se imbricam enquanto meios isolados ou enquanto sistemas mediáticos, através de processos de citação, adaptação e hibridização” (MARCONDES FILHO, 2014, p. 332).

Mariano, a “guerra espiritual contra o diabo” é um dos “aspectos fundamentais” do neopentecostalismo (*Ibidem*, p. 36). Embora reconheça que a “umbanda, candomblé e suas variantes regionais têm motivos palpáveis para temer a expansão do neopentecostalismo [...]” (*Ibidem*, p. 117), o autor afirma que a mídia a partir dos anos 1980 passou a chamar, “inadvertida e exageradamente” (*Ibidem*, p. 111), estas hostilidades como uma “guerra santa”. Sua crítica é pelo exagero desta nomeação, já que aquilo que ocorria no Brasil tinha “proporção e gravidade infinitamente menores comparados (se é que se pode comparar) à guerra religiosa, política, econômica e territorial travada entre árabes e judeus, protestantes e católicos na Irlanda [...]” (*Ibidem*, p. 112). Mariano lembra também que não são os evangélicos que inauguram a discriminação contra os cultos afro-brasileiros e o kardecismo: “Basta ver que a Igreja Católica, auxiliada pela repressão policial e pela conivência de autoridades judiciais e políticas, perseguiu-os por longo período” (*Ibidem*, p. 117). Por parte do catolicismo, essa postura foi abandonada conforme, nas décadas recentes, a igreja passou a “difundir o ecumenismo e defender os direitos humanos” (*Ibidem*, p. 119).

A Universal, por sua vez, além de demonizar cultos afro-brasileiros, tem a Igreja Católica como “principal adversária” (*Ibidem*, p. 124), tanto pela hegemonia desta no Brasil quanto, a princípio, por diferenças teológicas. No ideário iurdiano, nem o catolicismo, nem outras denominações evangélicas, muito menos o espiritismo ou as religiões afro-brasileiras, seriam capazes de levar ao verdadeiro encontro com o divino (BENETTI, 2000). Sobre a rejeição ao culto aos santos, que está na origem do protestantismo e parece ter sido a motivação para o chute à imagem de Aparecida no Brasil, Mariano (1999) vai afirmar:

O curioso no episódio do “chute” consiste no fato de que a Universal é a igreja pentecostal que menos reúne condições teológicas de acusar quem quer que seja de idólatra, sem cair em evidente contradição, já que adota práticas religiosas assemelhadas às do catolicismo popular e da umbanda. Isto é, a Universal rompe abertamente com a tradição da Reforma Protestante, que suprimiu, com exceção da Bíblia e do corpo eclesiástico, todo tipo de mediação material e humana entre Deus e os homens. (*Ibidem*, p. 86)

Assim como o ocorrido em setembro, a agressão à imagem da santa em outubro leva às páginas da Folha e do Globo matérias que ultrapassam este acontecimento, abordando a expansão dos evangélicos e a ameaça que isso representava para o catolicismo. Na análise de Giumbelli (2002, p. 394), com a qual concordo, o episódio da agressão simplesmente “serviu para dar prosseguimento ao debate acerca da natureza da IURD que a minissérie ‘Decadência’ ressuscitara” na produção jornalística — cobertura esta que, por sua vez, foi em diversas ocasiões criticada por seu alinhamento ao catolicismo e pela espetacularização que ganhou forma, tornando-se um dos motivos para a criação do Observatório da Imprensa em 1996.

Munidos destas informações sobre 1995, podemos seguir à exploração dos três enquadramentos que proponho neste capítulo — “Crescimento”, “Intolerância” e “Ameaça ao catolicismo” —, nos quais a produção daquele ano é muito marcante, mas a ele não se limita.

3.1. Enquadramento “Crescimento”

Começamos pela detecção do crescimento dos evangélicos pela imprensa, algo constatado na produção jornalística de 1990 a 2005, mas mais evidenciado em 1995 (Tabela 9). Em setembro daquele ano, as disputas em torno da minissérie “Decadência” logo impulsionaram uma série de matérias que classifico como parte do enquadramento “Crescimento”. Esta é uma oportunidade para refletirmos brevemente sobre a prática jornalística do “gancho” em termos discursivos, já que nas rotinas das redações, esta prática é pouco refletida e diz respeito a um fato que serve como ponto de partida para pautas que são desdobramentos deste fato. Na definição de Marcondes Filho (2014, p. 274), o gancho é o “motivo que proporciona ou justifica a publicação de uma matéria, pela primeira vez ou como continuação de outra(s)”. Em setembro de 1995, provavelmente os repórteres e editores discutiram pautas tendo como gancho a minissérie da TV Globo. Mas o que justifica essa articulação de informações, por exemplo um personagem de um pastor evangélico impulsionar como desdobramento uma pauta sobre a bancada evangélica no Congresso? Ao estudar os ganchos, precisamos entendê-los como processos de significação construídos pela articulação de informações. Essa articulação não é arbitrária e revela, na verdade, um espaço em que os jornalistas e os jornais têm relativa liberdade para dar sentido ao noticiário. Isso é observado na Folha em 17/09/1995, uma edição dominical, quando é publicado o primeiro grande conjunto de matérias — mais de dez — sobre os evangélicos, principalmente sobre a IURD.

Jornal	Data	Título da matéria
O Globo	12/08/1990	TVs e rádios, as armas dos candidatos de Deus
O Globo	12/08/1990	Na Câmara, bancada tem 34 deputados
Folha de S. Paulo	15/04/1995	Igreja tem 10 milhões de fiéis em 38 países
Folha de S. Paulo	15/04/1995	Grupo amplia seus meios de comunicação
Folha de S. Paulo	15/04/1995	Meta é eleger 200 vereadores no ano que vem
O Globo	13/07/1995	Cultos no templo do rock
Folha de S. Paulo	17/09/1995	Igreja Universal expande negócios e conquista adeptos em 39 países
Folha de S. Paulo	17/09/1995	Universal inicia ofensiva na área social
Folha de S. Paulo	17/09/1995	Para intelectuais, novas igrejas são ‘fast-food’ da fé
Folha de S. Paulo	17/09/1995	Funcionamento segue lógica empresarial
Folha de S. Paulo	17/09/1995	Estimativa é de 8.000 fiéis em Nova York
Folha de S. Paulo	17/09/1995	Igreja Universal inicia ofensiva na área social

Folha de S. Paulo	17/09/1995	Bancada evangélica começou com um boato
Folha de S. Paulo	18/09/1995	Nova York tem cinco templos
Folha de S. Paulo	18/09/1995	África é uma das regiões onde grupo mais cresce
O Globo	15/10/1995	Rede de rádios amplia poder
O Globo	22/10/1995	Igreja arrecada como grande conglomerado
O Globo	29/10/1995	A seita 'fast food'
Folha de S. Paulo	26/11/1995	Universal dobra posse de TVs e vira 3ª rede
Folha de S. Paulo	26/11/1995	Assembléia lança o Jesus-Sat
Folha de S. Paulo	26/11/1995	Expansão no Nordeste é meta para 96
O Globo	23/12/1995	Império arrecadaria R\$ 750 milhões por ano
O Globo	25/12/1995	Estudiosos acham que seita seguirá crescendo
Folha de S. Paulo	26/12/1995	Líder quer 1 templo por semana na Argentina
O Globo	29/12/1995	A expansão rumo à cidade mística
Folha de S. Paulo	04/10/2000	Evangélicos crescem e articulam União
Folha de S. Paulo	04/10/2000	Universal faz a 2ª maior bancada
Folha de S. Paulo	13/01/2005	Igreja Universal vai criar partido político
O Globo	13/09/2005	Igreja Universal cria seu próprio partido
O Globo	25/05/2015	Evangélicos marcam território dentro dos presídios do Rio
Folha de S. Paulo	09/02/2020	Universal se une a quartéis e amplia sua atuação com policiais

Tabela 9 - Matérias da Folha de S. Paulo e de O Globo que fazem parte do enquadramento “Crescimento”. Fonte: Da autora, a partir do acervo da Folha de S. Paulo e de O Globo.

Não há menção, na chamada de capa, ao conflito em torno da minissérie como gancho para a série de textos. Entretanto, na matéria principal, este vínculo é explicitado e justifica o foco no crescimento da Universal: *“O crescimento da igreja esteve em evidência nas últimas duas semanas graças à minissérie ‘Decadência’, da Rede Globo, que tem como personagem principal um pastor corrupto que enriquece à custa de seus fiéis”* (Folha de S. Paulo, 17/09/1995, Brasil, p.10, “Igreja Universal expande negócios e conquista adeptos em 39 países”). Esta edição dominical é bastante representativa do enquadramento “Crescimento”, como mostra a própria capa, onde o conjunto de matérias foi destacado com uma chamada no centro da página com os dizeres “Universal amplia negócios da fé”; uma foto de fiéis erguendo os braços em templo da igreja em São Paulo; e um infográfico destacando os números do *“Reino da Igreja Universal”*: *“1.700 templos no Brasil”; “30 rádios no Brasil e 4 em Portugal”; “39 países onde atua”; “3.000 pastores”; “6 milhões de fiéis no mundo”* (Figura 2). A cobertura mobilizou repórteres e correspondentes em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Nova York.

A principal matéria da edição é acompanhada por um enorme infográfico intitulado “Números universais”, exibindo um mapa *mundi* com sinalizações onde a IURD está e uma

linha do tempo da sua atuação (Folha de S. Paulo, 17/09/1995, Brasil, p.10, “Igreja Universal expande negócios e conquista adeptos em 39 países”). Nesta e em outras matérias do enquadramento “Crescimento”, é frequente a menção a números que contribuem para a conotação de grandiosidade, além de um rastreamento das diferentes áreas de atuação das igrejas: dos negócios a templos no exterior, da comunicação à política. Ou, como denominou Giumbelli (2002, p. 379), são matérias com formato de “inventário”, reunindo informações sobre o patrimônio e os interesses institucionais das igrejas.

Ao mesmo tempo, a menção a estatísticas e a dados numéricos cumpre o efeito de objetividade buscado pelo jornalismo, uma vez que este tipo de informação é geralmente obtido através de práticas científicas — logo, próximas à herança positivista que permeia a prática jornalística (MEDINA, 2008). Como afirma Franciscato (2006, p. 6), existe “uma semelhança entre a matriz teórica quantitativa e um modelo tradicional de jornalismo: uma vocação para objetivar situações como se fossem dados acabados, a fim de construir um relato simplificado (modelo científico ou notícia) de um fenômeno complexo”. Moreira (2006), depois de analisar capas dos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo, endossou essas observações, afirmando que as manchetes têm “uma presença maciça dos números, como se estes fossem a prova da credibilidade da informação”: “A pesquisa empírica demonstrou que, se um fato tiver números, quaisquer que sejam, sua chance de ser manchete aumenta consideravelmente” (*Ibidem*, p. 142).



Figura 2 - Capa da Folha de S. Paulo de 17/09/1995 destaca crescimento da IURD em várias esferas e exhibe infográfico com vários dados numéricos. Fonte: Acervo da Folha de S. Paulo.

O primeiro parágrafo da matéria principal da edição de 17/09/1995 destaca o aspecto empresarial da Universal e cita dados numéricos: “Com cerca de 6 milhões de fiéis em 39 países, proprietária da TV Record, dona de 30 rádios e quatro publicações no Brasil, uma arrecadação anual que pode superar US\$ 600 milhões, a Igreja Universal do Reino de Deus está criando um império empresarial na Terra. Em 97, porá no ar uma TV paga. Pretende,

ainda, fundar um jornal popular e quer diversificar suas atividades na área social” (Folha de S. Paulo, 17/09/1995, Brasil, p.10, “Igreja Universal expande negócios e conquista adeptos em 39 países”). Após afirmar que *“o poderio da Universal está baseado em dois pilares”* — os meios de comunicação e a arrecadação de recursos vindos dos fiéis — o texto parte para a especulação do quanto a igreja arrecada anualmente. Em seguida, aborda-se os planos da IURD em outros países e continentes e afirma-se que *“a expansão empresarial é acompanhada da territorial”*. Outra matéria desta edição foca na presença da igreja em Nova York (Folha de S. Paulo, 17/09/1995, Brasil, p. 14, “Estimativa é de 8.000 fiéis em Nova York”) e, também com um formato de rastreamento, apresenta os números de templos, fiéis e cultos semanais nos Estados Unidos. O reconhecimento da expansão da igreja pela imprensa americana ratifica a detecção deste movimento pelo jornal paulista: *“O crescimento rápido da Universal vem sendo alvo de vários jornais, como o ‘The New York Times’, ‘The Washington Post’, ‘Los Angeles Times’, ‘The Boston Globo’, e de revistas como ‘Business Week’, ‘Time’ e ‘Forbes’.”*

São várias as matérias do *corpus* que ativam o enquadramento “Crescimento” focando nas atividades das igrejas evangélicas brasileiras no exterior, como a Universal na Argentina (Folha de S. Paulo, 26/12/1995, Brasil, p. 6, “Líder quer 1 templo por semana na Argentina”); na Inglaterra, onde a igreja negociava a compra de uma famosa casa de shows em Londres (O Globo, 13/07/1995, Segundo Caderno, p. 1, “Cultos no templo do rock”); e no continente africano (Folha de S. Paulo, 18/09/1995, Mundo, p. 2-10, “África é uma das regiões onde grupo mais cresce”). Nesta, embora o título e os parágrafos iniciais destaquem a situação e os planos da Universal na África, a matéria também aborda os planos de expansão em várias partes do mundo e o poderio comunicacional no Brasil, aglutinando informações que reforçam a grandiosidade da igreja: *“É dona da Rede de TV Record, de um grande número de emissoras de rádio e de jornais oficiais, entre eles a ‘Folha Universal’”*. Outra matéria, de abril de 1995, rastreou a presença da Universal pelo mundo, especificando os planos da igreja em diferentes partes do planeta (Folha de S. Paulo, 15/04/1995, Brasil, p. 8, “Igreja tem 10 milhões de fiéis em 38 países”). A ampliação dentro do Brasil também é abordada em algumas matérias do *corpus*, como uma que fala da “estratégia expansionista” da IURD, que tinha o Nordeste como “alvo” (Folha de S. Paulo, 26/11/1995, Brasil, p. 18, “Expansão no Nordeste é meta para 96”); e outra que se refere à “cartada audaciosa” da igreja ao planejar se instalar em uma cidade mística perto de Brasília (O Globo, 29/12/1995, O País, p. 9, “A expansão rumo à cidade mística”).

Mesmo matérias sobre ações sociais dos evangélicos, ao longo de diferentes anos do *corpus*, foram construídas com o enquadramento “Crescimento”. Em 1995, a Folha publicou

uma matéria falando no título da “ofensiva” da Universal na “área social”, enumerando no subtítulo que a igreja “*realiza campanha contra a fome, cria novos postos de saúde e recupera escolas públicas e albergues*” (Folha de S. Paulo, 17/09/1995, Brasil, p. 11, “Universal inicia ofensiva na área social”). Um trecho do texto diz que “*a Universal está determinada a ocupar os espaços vazios deixados pela falência do Estado e sua incapacidade de atuar na área social*”. Em 2015, uma matéria do Globo sobre a presença de várias igrejas evangélicas no sistema penitenciário do Rio — levando, para dentro da prisões, cultos e celas exclusivas para seus seguidores — evidenciou nos significantes do título o enquadramento “Crescimento”: “Evangélicos marcam território dentro dos presídios do Rio” (O Globo, 25/05/2015, Rio, p. 8). São citados na matéria dados numéricos sobre igrejas que atuam no sistema penitenciário e da população evangélica no país todo. Em 2020, a Folha publicou texto sobre a ampliação de ações da IURD com forças policiais através de eventos e palestras, os quais tinham a intenção de aliviar o estresse e estimular o desenvolvimento individual dos agentes (Folha de S. Paulo, 09/02/2020, Poder, p. A14, “Universal se une a quartéis e amplia sua atuação com policiais”).

Um passo quase imediato à detecção da expansão dos evangélicos em várias áreas pela imprensa é a busca por explicações para tal crescimento. É um esforço para dar sentido ao fenômeno. Algumas das respostas fornecidas pelo discurso jornalístico na forma de matérias poderiam ser resumidas da seguinte forma: os evangélicos crescem porque adotam uma operação empresarial e porque investem na comunicação. Na construção destas respostas, os especialistas acionados como fontes são fundamentais. Retomo brevemente algumas colocações de Torres (2011) sobre o papel dos especialistas em matérias acerca dos evangélicos no “Jornal Nacional”, uma vez que este tipo de fonte se mostra fundamental para a construção do enquadramento de que tratamos aqui, além de outros que veremos a seguir. Para a autora, os especialistas enquanto representantes do discurso científico, a quem a imprensa se filia, são colocados pelo discurso jornalístico em uma posição privilegiada e que subjuga o discurso dos próprios evangélicos, estes limitados a um lugar de fala “quase sempre testemunhal, particular, subjetivo” (*Ibidem*, p. 44).

O uso de especialistas é que possibilita ao repórter, em diversos momentos das matérias analisadas, a manter a representação de uma identidade evangélica calcada na alteridade, a partir das falas de autoridade dos portadores do saber legitimado e, portanto, detentor do poder de discurso sobre esses grupos. Fica, ainda, preservada a objetividade, categoria fundamental da projeção identitária do jornalista. (*Ibidem*, p. 117)

Em uma matéria de setembro de 1995 da Folha, o enunciador buscou explicações sobre a expansão das igrejas neopentecostais, conforme explicitado no texto (Folha de S. Paulo,

17/09/1995, Brasil, p. 14, “Para intelectuais, novas igrejas são ‘fast-food’ da fé”). Quatro intelectuais foram entrevistados, entre eles o dominicano (logo, católico) Frei Betto, mas nenhum deles — ao menos do que se pode ver das declarações reproduzidas nos textos — faz esta analogia com redes de *fast-food*, presente no título e no primeiro parágrafo do texto (“*Uma espécie de ‘fast-food’ da fé. É assim que os intelectuais que estudam as igrejas neopentecostais tentam explicar o êxito que elas alcançaram no Brasil e fora dele.*”). Esta parece ser uma comparação proposta pelo jornal, buscando tornar as análises dos pesquisadores inteligíveis para o leitor. No segundo parágrafo, algumas explicações para a expansão são elencadas: “*Promessa de salvação instantânea, intimidade com o dinheiro, tolerância em relação aos costumes dos fiéis, organização empresarial sofisticada, exploração dos meios de comunicação de massa e técnicas de persuasão enérgicas fazem dos neoevangélicos o McDonald’s da religião contemporânea.*”

ie lógica empresarial

igreja foi fundada em 1977— reforça, de acordo com o sociólogo e outros pesquisadores, essa adequação ao “mercado”.

Pesquisador do Iser (Instituto de Estudos Religiosos), André Mello afirma ter lido em uma publicação norte-americana declaração de um pastor da Universal que lamentava ainda não ter “descoberto” o que mais desejava o público de Nova York, onde a igreja tem templos.

Entre outros motivos para o sucesso da Universal, Fonseca enumera algumas hipóteses:

1. Uso de linguagem e símbolos populares. Apesar da crítica às religiões afro-brasileiras acaba reconhecendo a existência de entidades

como orixás e exus;

2. Adoção do que já foi chamado de “Teologia da Prosperidade”, ou seja, o constante apelo ao progresso individual;

3. Menor exigência em relação a outras igrejas pentecostais de um comportamento moral rígido;

4. Uso da lógica da perseguição: a Universal procura angariar simpatias ao se dizer perseguida.

André Mello também ressalta que a igreja —ao criar objetos como óleos santos, fitas e copos d’água e ao estimular “correntes de oração”— soube capitalizar elementos da religiosidade popular com os quais a Igreja Católica tinha dificuldades em lidar.

Figura 3 - Trecho de matéria da Folha de S. Paulo de 17/09/1995, intitulada “Funcionamento segue lógica empresarial”, lista em tópicos numéricos algumas das explicações de um especialista para o “sucesso da Universal”. Fonte: Acervo Folha de S. Paulo.

Na mesma página, abaixo, outra matéria com participação de dois especialistas afirma no título que “Funcionamento segue lógica empresarial” (Folha de S. Paulo, 17/09/1995, Brasil, p. 14) (Figura 3). O texto, que busca elucidar o “sucesso da Universal”, enumera, literalmente, as explicações de cada especialista para tal — como o acompanhamento, pela igreja, da produtividade dos pastores e o “apelo ao progresso individual”. No Globo de 25/12/1995, mais

uma matéria buscou especialistas para analisar a “*escalada da seita chefiada pelo ‘bispo’ Edir Macedo e das demais igrejas evangélicas*” e até a possibilidade de Macedo se candidatar à presidência da República, cenário que é refutado pelos dois pesquisadores entrevistados (O Globo, 25/12/1995, O País, p. 3, “Estudiosos acham que seita seguirá crescendo”). Talvez esta não fosse uma perspectiva tão injustificada na época, uma vez que o mesmo jornal noticiava os planos de expansão da IURD como um movimento desenfreado, incluindo a política, como mostra este trecho de outra matéria: “*O plano de Macedo não se limita a ter a maior rede de rádios do país [...] Ele quer dominar o Estado e vem pouco a pouco fazendo isso, dizem deputados federais e estaduais que convivem com parlamentares ligados à seita [...]*” (O Globo, 22/10/1995, O País, p. 13, “Igreja arrecada como grande conglomerado”).

O Globo publicou, em outubro de 1995, um conjunto de reportagens sobre a presença da Universal em Nova York e nos EUA, como fez a Folha no mês anterior. Não por acaso, se pensarmos as muitas consonâncias entre os jornais que levam a uma uniformização do conteúdo, O Globo também publicou uma matéria que compara no título a IURD a uma rede de *fast food* (O Globo, 29/10/1995, O País, p. 14, “A seita ‘fast food’”). Esta matéria faz um rastreamento da presença da Universal nos Estados Unidos e entrevista fiéis da igreja no país, mas não especialistas, como fez o jornal paulista. A comparação entre a igreja e uma lanchonete, presente no título e no primeiro parágrafo (“*Será o 22º templo americano de Macedo, que há dez anos chegou ao país e transformou em igreja um velho cinema do Brooklyn. Hoje inaugura filiais com a velocidade de quem abre franquias de lanchonete*”), pode ser atribuída ao próprio jornal, e não às fontes. Este destaque às habilidades empresariais das igrejas encontrado em diversas matérias se relaciona a um forte discurso sobre a exploração econômica por parte das igrejas, como veremos no próximo capítulo.

É o que mostra outra matéria do Globo, de 1990, cujo lide afirma que Edir Macedo, ao fundar a IURD, fez “o melhor negócio da sua vida” (O Globo, 29/04/1990, Grande Rio, p. 16, “Lucro certo no reino da Igreja Universal”). Este primeiro parágrafo tem o enquadramento “Crescimento” bem evidente ao dizer que Macedo fundou um “*verdadeiro império empresarial, com tentáculos em nada menos do que nove países em três continentes*”, continuando: “*Macedo se transformou no ‘líder espiritual’ de 12 milhões de seguidores no Brasil e 20 milhões no exterior, que buscam curas milagrosas em quase mil templos no Brasil, quatro nos Estados Unidos, dois na Argentina e ainda na Europa e na África.*” Esta matéria aborda também a “*rede de comunicação cada vez mais sofisticada da Universal*” e os planos de expansão da igreja para a então União Soviética. Baseada em entrevistas com teólogos e pastores de igrejas evangélicas históricas, uma matéria complementar compara, no título, a

Universal a um supermercado: “Salvação à venda no supermercado da fé”. O título foi baseado na declaração de um pastor presbiteriano, segundo quem o fiel da IURD *“consome os bens simbólicos da mesma forma como vai ao supermercado”*. Ainda que a origem da comparação esteja na fala de um entrevistado, ao alçá-la ao título, o jornal endossa a associação.

O investimento dos evangélicos na comunicação, tanto na TV como no rádio, é outra resposta que o discurso jornalístico oferece para explicar a expansão destas igrejas. Uma matéria representativa disto vem do Globo de outubro de 1995, cujo primeiro parágrafo afirma que *“Os evangélicos vêm ampliando o seu poder de influência graças a um poderoso e ramificado sistema de comunicação”* (O Globo, 15/10/1995, O País, p. 5, “Rede de rádios amplia poder”). Entretanto, para realmente entendermos o papel da comunicação no discurso jornalístico sobre os evangélicos, lembremos que estamos tratando neste capítulo de um discurso impulsionado pelo antagonismo. Por isso, abordarei na última parte deste capítulo o enquadramento “Ameaça ao catolicismo”, que trata do enfoque jornalístico na disputa entre católicos e evangélicos pela presença midiática. Antes disso, trago a análise do enquadramento “Crescimento” relacionado à política.

O movimento de ampliação do poder das igrejas evangélicas reconhecido pelo discurso jornalístico nos negócios, nos números de igrejas e fiéis, na presença no exterior, na comunicação, nas ações sociais, entre outros, também é percebido em algumas matérias que abordam a atuação política destes religiosos. Como em 1990, quando O Globo publicou matéria com título “Na Câmara, bancada tem 34 deputados” (O Globo, 12/08/1990, O País, p. 10). A matéria quantifica a bancada evangélica na Câmara dos Deputados e traça um perfil de sua atuação, afirmando por exemplo que a *“maioria dos parlamentares evangélicos apóia o governo”* e que *“esses parlamentares engordam a lista de projetos excêntricos”* no Congresso, como a criação de um Dia Nacional da Fé Cristã. Na mesma página, uma matéria aborda o domínio de meios de comunicação como um dos trunfos da inserção dos evangélicos de diversas igrejas na política, que usam a rádio e a TV para impulsionar candidatos próprios ou a quem apoiam (O Globo, 12/08/1990, O País, p. 10, “TVs e rádios, as armas dos candidatos de Deus”). Um trecho afirma que *“os evangélicos demonstram um apetite fora do comum por ondas radiofônicas”*.

Cinco anos depois, já em meio à cobertura da minissérie “Decadência”, a Folha fez um rastreamento da presença de evangélicos de diversas igrejas no Congresso, detalhando os planos de expansão na política da Assembleia de Deus e da Universal (Folha de S. Paulo, 17/09/1995, Brasil, p. 15, “Bancada evangélica começou com um boato”). Um infográfico que acompanha a matéria traz os nomes de parlamentares vinculados a oito igrejas diferentes, além de destacar

alguns números: “Os evangélicos elegeram 27 deputados federais”; “No Senado, a bancada tem 4 representantes”. Já em 2000, a Folha destacou na capa que 11 dos vereadores eleitos na cidade de São Paulo eram evangélicos — quatro “ligados à Igreja Universal do Reino de Deus” e outros a diversas igrejas, segundo a matéria correspondente à chamada (Folha de S. Paulo, 04/10/2000, Especial Eleições, p. A12, “Evangélicos crescem e articulam união”). A IURD, em particular, também tem sua expansão na política destacada, como seus planos para a eleição municipal de 1996 (Folha de S. Paulo, 15/04/1995, Brasil, p. 8, “Meta é eleger 200 vereadores no ano que vem”), o sucesso na eleição de vereadores no Rio (Folha de S. Paulo, 04/10/2000, Especial Eleições, p. A12, “Universal faz a 2ª maior bancada”) e a criação de um partido, o Partido Municipalista Renovador (PMR), noticiada pela Folha (13/01/2005, Brasil, p. A7, “Igreja Universal vai criar partido político”) e pelo Globo (13/09/2005, O País, p. 8, “Igreja Universal cria seu próprio partido”).

Embora saiba que as palavras não constroem os discursos por si mesmas, considero que estas são expressões relevantes deles. Conforme Charaudeau (2005, n.p.), a “carga semântica das palavras, através dos modos de organização do discurso que as integram” revela traços dos interesses em jogo na significação psicossocial dos atos de linguagem. Por isso, resalto por fim alguns significantes encontrados no *corpus* que considero representativos do enquadramento “Crescimento”, remetendo a um vocabulário bélico e revelando o teor antagônico do discurso jornalístico: “armas”; “império”; “reino”; “quartel-general”; “exército neopentecostal”; “poder de fogo”; “expansão”; “tática guerrilheira”; “marcam território”; “ofensiva”; “multiplicação”; e variações dos verbos “ampliar”, “crescer”; “expandir” e “proliferar” (Tabela 10).

Jornal	Data	Localização	Texto
Folha de S. Paulo	03/03/1985	Trecho de matéria	O quartel-general dos novos missionários no Brasil está em pleno centro de São Paulo.
O Globo	29/04/1990	Trecho de matéria	[...] Edir Macedo Bezerra por certo não esperava que estivesse fazendo o melhor negócio da sua vida e que em pouco mais de um decênio estivesse liderando um verdadeiro império empresarial, com tentáculos em nada menos do que nove países em três continentes.
O Globo	29/04/1990	Título	Lucro certo no reino da Igreja Universal
O Globo	12/08/1990	Título	TVs e rádios, as armas dos candidatos de Deus
O Globo	12/08/1990	Trecho de matéria	Eles pertencem às chamadas igrejas pentecostais, que proliferaram no País a partir da década de 1910, vindas dos Estados Unidos.
Folha de S. Paulo	15/04/1995	Título	Grupo amplia seus meios de comunicação
Folha de S. Paulo	17/09/1995	Chamada de capa	Universal amplia negócios da fé

Folha de S. Paulo	17/09/1995	Título	Universal inicia ofensiva na área social
Folha de S. Paulo	17/09/1995	Título	Igreja Universal expande negócios e conquista adeptos em 39 países
Folha de S. Paulo	17/09/1995	Trecho de matéria	Por dois anos, Macedo e seus companheiros desenvolveram uma tática 'guerrilheira' de evangelização.
O Globo	15/10/1995	Título	Rede de rádios amplia poder
O Globo	29/10/1995	Trecho de matéria	O milagre da multiplicação de templos foi acelerado nos últimos dois anos.
Folha de S. Paulo	26/11/1995	Título	Expansão no Nordeste é meta para 96
O Globo	23/12/1995	Título	Império arrecadaria R\$ 750 milhões por ano
O Globo	23/12/1995	Trecho de matéria	Poder de fogo este que vai ajudar que a igreja siga crecendo , somando novas estações de rádio e TV, ampliando suas bancadas no Legislativo e começando a ocupar espaços no Executivo.
O Globo	29/12/1995	Título	A expansão rumo à cidade mística
Folha de S. Paulo	04/10/2000	Chamada de capa	Cresce bancada evangélica em SP
Folha de S. Paulo	04/10/2000	Título	Evangélicos crecem e articulam União
O Globo	25/05/2015	Título	Evangélicos marcam território dentro dos presídios do Rio
Folha de S. Paulo	09/02/2020	Título	Universal se une a quartéis e amplia sua atuação com policiais

Tabela 10 - Textos com significantes representativos do enquadramento “Crescimento”. Fonte: Da autora, a partir do acervo da Folha de S. Paulo e de O Globo.

É imperativo também explorar o significante “seita”, usado pelos jornais nos anos de 1985, 1990 e 1995 (e pelo Globo, ainda em 2005). Conforme afirma Giumbelli (2002, p. 64), este significante tem muitas e divergentes definições, mas “possui um indelével sinal pejorativo”. Além disso, as seitas “são sempre os outros”: “é extremamente raro que nos deparemos com situações em que ‘seita’ designe uma identidade auto-assignada ou assumida” (*Ibidem*, p. 65). No latim, origem de “seita”, *sectare* significa cortar: logo, o significado original remete a um movimento de cisão a partir de uma grande religião (GUERRIERO, 2006). Uma delas, a Igreja Católica, adotou intensamente o significante para se referir à proliferação de grupos religiosos que se separaram do protestantismo entre o final do século XVIII e a metade do século XIX, um processo de fragmentação carregado de “conotação pejorativa”, pois partia do pressuposto de as seitas seriam menos verdadeiras ou, no mínimo, menores do que as igrejas, fossem católicas, ortodoxas ou protestantes (*Ibidem*, p. 30). Pesquisas realizadas por Renders (2011) e Guerriero (2006) em dicionários brasileiros contemporâneos mostraram que as definições das seitas ratificam um referencial católico e uma conotação negativa, em que as seitas são colocadas no campo da ilegitimidade, do radicalismo e da hostilidade. Devido a esta

conotação, a partir da década de 1970 alguns pesquisadores passaram a adotar em substituição a nomenclatura “novos movimentos religiosos”, conhecida também pela sigla NMR (MEDEIROS, 2019). O termo tem definição problemática, abarcando fenômenos diversificados, e pouco a pouco ganhou igualmente conotação negativa (*Ibidem*).

Mantendo alguns laços com as definições clássicas de Max Weber (1864-1920) e Ernst Troeltsch (1865-1923) para as seitas, Guerriero (2006) faz um esforço para defini-las também, considerando debates mais recentes. O autor identifica as seitas, em resumo, por sua clivagem a partir de um grupo religioso mais institucionalizado; pela centralidade do líder; pela adesão voluntária dos fiéis; e pela rigidez e pelo fechamento da comunidade.

Os termos seita e culto representam uma ruptura, uma separação diante das crenças, práticas e instituições religiosas. Em geral rechaçam a autoridade dos líderes ortodoxos, colocando sob suspeita a representatividade destes diante dos serviços religiosos, bem como a da própria instituição. Em geral, toda religião, em seu início, foi uma seita. Assim, o próprio cristianismo foi uma seita judaica. A seita ou culto é um grupo religioso pouco estruturado, agrupado em torno de um líder carismático que traz, em geral, uma mensagem de inovação. O compromisso do fiel para com a seita é voluntário, pois se trata de uma adesão que este faz rompendo com seu passado religioso. Muitas vezes essa ruptura é radical, implicando um isolamento e crítica ao mundo exterior e às outras práticas religiosas. O comportamento sectário é rígido na disciplina e por vezes obriga o convertido a assumir uma nova identidade, divergindo das demais pessoas pelo uso de vestimentas próprias, novo corte de cabelo e, inclusive, um novo nome. Apesar da adesão ser voluntária, seu ingresso no novo grupo passa por uma seleção por parte dos integrantes da seita. Só são admitidos aqueles voluntários que demonstram comprometimento e convicção. O grupo também conta com certos procedimentos que garantem a possibilidade de expulsar os membros que não se comportarem de acordo com as normas, cujo compromisso não esteja à altura das exigências da seita. Os fiéis que pertencem a uma seita põem sua fé acima de tudo e acabam ordenando suas vidas de acordo com os princípios estabelecidos pelo grupo religioso. Nesse sentido, afastam-se dos fiéis de uma religião tradicional, que procuram fazer com que sua fé combine com outros elementos e interesses, acomodando a religião às exigências da sociedade secular. (*Ibidem*, p. 28)

Embora reconheça e analise os esforços para definir este significante, Giumbelli (2002, p. 64) afirma que as “seitas” acabam designando uma “coletivização de singularidades”, e a própria delimitação do que é religioso ou não é passível de debate. Um reflexo disso é a recorrente formação de listas que buscam catalogar seitas ou novos movimentos religiosos existentes, mesmo que sejam muito distintos entre si. Giumbelli, em sua pesquisa sobre as reações institucionais e midiáticas às seitas na França e à IURD no Brasil, dedica-se mais à aplicação corrente do significante, em contraposição à sua origem etimológica ou teológica. Na imprensa, na esfera jurídica ou em publicações de associações francesas criadas para combater as seitas, o autor observa o “surgimento e a multiplicação de categorias compostas, a fim de reafirmar e explicitar uma apreciação negativa: ‘seitas totalitárias’, ‘seitas perigosas’, ‘seitas manipulatórias’, ‘seitas destrutivas’, ‘seitas abusivas’, ‘seitas sectárias’.” (*Ibidem*, p. 65).

Na imprensa brasileira, particularmente na revista *Veja*, Santos (2011) observou que o significante foi acompanhado de adjetivos com conotação negativa, como uma matéria da revista de 1990 que se refere à Assembleia de Deus como uma “seita exorcista e milagreira”; ou uma publicação de 1995 que atesta o poder da Universal afirmando que a igreja não é uma “seita fundo de quintal” qualquer. A autora destaca ainda que a identificação de igrejas evangélicas como “seitas” muitas vezes parte de declarações de representantes da Igreja Católica. Na análise da produção jornalística por parte do Globo e da Folha, observei que este significante frequentemente vem associado a adjetivos ou informações com conteúdo negativo; ou partem de um posicionamento de representantes católicos sobre igrejas evangélicas, reforçando o papel do catolicismo como a religião dominante no Brasil (Tabela 11).

Jornal	Data	Localização	Texto
Folha de S. Paulo	03/03/1985	Chamada de capa	CNBB está preocupada com seitas
Folha de S. Paulo	20/05/1990	Chamada de capa	CNBB se dá prazo para conter seitas evangélicas
Folha de S. Paulo	20/05/1990	Título	Igreja monta em 3 anos estratégia contra seitas
O Globo	25/09/1990	Trecho de matéria	Ontem, a Polícia Militar resgatou os corpos de dois fiéis da seita que morreram afogados durante a cerimônia de batismo.
O Globo	22/04/1995	Título	Seita causa manhã infernal no Maracanã
O Globo	23/09/1995	Chamada de capa	Evangélicos desautorizam a seita de Edir Macedo
Folha de S. Paulo	22/10/1995	Trecho de matéria	No último encontro promovido pelo Vaticano para a análise do fenômeno das ' seitas ', bispos, padres e leigos concluíram que [...]
O Globo	26/10/1995	Chamada de capa	Seita ofende santa também em fita
O Globo	29/10/1995	Matéria	A seita 'fast food'
O Globo	25/12/1995	Trecho de matéria	O novo escândalo em que está envolvida a cúpula da Igreja Universal do Reino de Deus não vai interromper a escalada da seita chefiada pelo 'bispo' Edir Macedo e das demais seitas evangélicas.
O Globo	29/12/1995	Matéria	Justiça já condenou seita parecida com a Igreja Universal
O Globo	14/07/2005	Trecho de matéria	Pela versão da Universal, o dinheiro foi arrecadado nos cultos da seita [...]
O Globo	13/09/2005	Intertítulo	Deputado está afastado da seita desde caso Waldomiro

Tabela 11 - Exemplos de textos com menção ao significante “seita”. Fonte: Da autora, a partir do acervo da Folha de S. Paulo e de O Globo.

Se considerarmos a estruturação dos enquadramentos²⁵ proposta por Entman (1993) e adotada por Gadret (2016), o enquadramento “Crescimento”, como vimos, é composto por matérias que detectam o crescimento evangélico, demonstrado por números superlativos, pela

²⁵ Relembrando, os enquadramentos jornalísticos, segundo Entman (1993), definem problemas; diagnosticam causas; fazem julgamentos morais; e sugerem soluções.

presença em vários campos da vida social e em diversos países. Então, há matérias que diagnosticam as causas para este crescimento, e os jornais, baseando-se em posicionamentos de especialistas, apresentam como respostas principalmente o funcionamento empresarial das igrejas e seu investimento nos meios de comunicação. A crescente presença política dos evangélicos também não passa despercebida e é colocada pelo discurso jornalístico como parte da explicação para o bem-sucedido crescimento evangélico. O julgamento sobre essa expansão e as soluções oferecidas para tal resultam nos enquadramentos a serem explorados a seguir.

3.2 Enquadramento “Intolerância”

Nos anos estudados, não foram encontradas até outubro de 1995 matérias que abordassem a intolerância com outros credos por parte dos evangélicos em dispositivos de destaque. Apenas um trecho de uma matéria da Folha de abril daquele ano, sobre o “marketing social” da IURD, afirmou: *“A Universal é uma igreja evangélica que se opõe a todas as crenças não evangélicas, especialmente à Igreja Católica e aos rituais de origem africana, como a umbanda e o candomblé”* (Folha de S. Paulo, 15/04/1995, Brasil, p. 8, “Igreja Universal adota marketing social”). É apenas no segundo semestre de 1995 que este enquadramento ganha corpo, depois que um bispo da IURD apareceu na TV chutando uma imagem de Nossa Senhora Aparecida em outubro (Tabela 12). Há rapidamente uma intensa cobertura, tanto pela Folha quanto pelo Globo, sobre a agressão e as reações a ela — por parte de representantes da Universal; de outras igrejas evangélicas, que participam de um processo discursivo de diferenciação entre as denominações; e da Igreja Católica (a ser abordada no item 3.3).

Também ganham espaço as reações de autoridades, como a declaração do vice-presidente na época (Folha de S. Paulo, 16/10/1995, Brasil, p. 8, “Marco Maciel ‘deplora’ agressão”); um projeto do Executivo para conter a intolerância (Folha de S. Paulo, 03/11/1995, Brasil, p.8, “Projeto agrava punição a agressão religiosa”); e a repercussão na Justiça, como a abertura de inquéritos (O Globo, 15/10/1995, O País, p. 5, “Juiz determina inquérito contra pastor”; Folha de S. Paulo, 17/10/1995, Brasil, p. 12, “Procurador da Justiça pede inquérito) e a previsão de indiciamento (O Globo, 24/10/1995, O País, p. 9, “Delegado vai indiciar pastor que agrediu santa”). Estas reações importam por reiterarem, através de vozes legitimadas, o destaque à agressão — um ato indubitavelmente intolerante e repreensível. Mais do que isso, porém, interessa explorar como esta cobertura produziu o enquadramento “Intolerância”, ou seja, aquele estruturado pela colocação dos evangélicos, principalmente da Universal, como um risco à tolerância a diferentes credos no Brasil.

Jornal	Data	Título da matéria
Folha de S. Paulo	10/09/1995	Igreja Católica afirma que sofre 'censura mesquinha' da Record
Folha de S. Paulo	10/09/1995	Universal diz que "não dá outra face"
Folha de S. Paulo	10/09/1995	"Briga é só de Edir Macedo"
Folha de S. Paulo	17/09/1995	O dia em que escapei da fogueira
Folha de S. Paulo	21/09/1995	Universal promete ações contra Globo
Folha de S. Paulo	21/09/1995	Pastor pede decadência global
Folha de S. Paulo	21/09/1995	Rede Globo tenta reduzir impacto
Folha de S. Paulo	13/10/1995	Universal discute agressão
Folha de S. Paulo	13/10/1995	Igreja está perdendo infieis'
Folha de S. Paulo	13/10/1995	Evangélicos atacam culto a Nossa Senhora
Folha de S. Paulo	14/10/1995	Universal pode repreender 'radical' Von Helder
Folha de S. Paulo	14/10/1995	Evangélicos acham perigosa agressão de bispo
O Globo	14/10/1995	Religiosos ficam indignados
O Globo	14/10/1995	Caio Fábio condena agressão
O Globo	14/10/1995	Igreja Universal apóia Von Helder
Folha de S. Paulo	14/10/1995	'Não queremos guerra', afirma CNBB
O Globo	14/10/1995	Católicos reagem à agressão a Nossa Senhora Aparecida
O Globo	15/10/1995	Juiz determina inquérito contra pastor
O Globo	15/10/1995	Evangélicos condenam atitude
Folha de S. Paulo	16/10/1995	Edir Macedo pede perdão aos católicos
Folha de S. Paulo	16/10/1995	Marco Maciel 'deplora' agressão
O Globo	16/10/1995	Edir Macedo critica bispos e pede desculpas aos católicos
Folha de S. Paulo	16/10/1995	Católicos promovem protestos
Folha de S. Paulo	17/10/1995	Bispo culpa também governo por agressão
Folha de S. Paulo	17/10/1995	Agressor de santa desiste de se desculpar
Folha de S. Paulo	17/10/1995	Procurador da Justiça pede inquérito
O Globo	17/10/1995	Aberta sindicância contra Record
Folha de S. Paulo	17/10/1995	Católicos querem a imagem
Folha de S. Paulo	18/10/1995	Pastor chama PM para dispersar manifestação
Folha de S. Paulo	18/10/1995	Católico é preso após depredar templo da Igreja Universal em PE
Folha de S. Paulo	18/10/1995	Bispo errou ao expor prática interna na TV

Folha de S. Paulo	18/10/1995	Universal pune bispo que chutou santa
O Globo	18/10/1995	Católicos preparam ato nacional
O Globo	19/10/1995	Marcello exonera subsecretário pastor
O Globo	19/10/1995	Santa agredida terá desagravo
O Globo	21/10/1995	Igreja católica é depredada em SP
O Globo	21/10/1995	Católicos tomam as ruas de Recife
Folha de S. Paulo	22/10/1995	Agressão a padroeira gera reação em favelas
Folha de S. Paulo	22/10/1995	Mãe-de-santo diz que clima está "pesado" na região
Folha de S. Paulo	22/10/1995	Universal cresce na BA chamando culto afro de "ritual do demônio"
Folha de S. Paulo	22/10/1995	Universal modera atuação, mas mantém agressividade
O Globo	22/10/1995	Macedo planejou ataque aos católicos
Folha de S. Paulo	22/10/1995	Agressão revigora catolicismo, diz CNBB
Folha de S. Paulo	22/10/1995	Boff vê risco de católicos reagirem com intolerância
Folha de S. Paulo	22/10/1995	Rabino apóia católicos e aposta em tolerância
Folha de S. Paulo	22/10/1995	Pesquisa mostra troca de culto em periferias
Folha de S. Paulo	22/10/1995	Socióloga vê impacto positivo de pentecostais
Folha de S. Paulo	22/10/1995	Família supera divergências no templo do samba carioca
Folha de S. Paulo	22/10/1995	Religiosos baianos dizem que há tolerância e respeito mútuo
Folha de S. Paulo	22/10/1995	Líder umbandista teme confronto com "derramamento de sangue"
Folha de S. Paulo	22/10/1995	Frequentar igrejas de diferentes religiões é comum entre favelados
O Globo	22/10/1995	Igrejas tentam evitar guerra
O Globo	23/10/1995	Pastor da Assembleia prega contra católicos
O Globo	24/10/1995	Santas quebradas a marretadas
O Globo	24/10/1995	Delegado vai indiciar pastor que agrediu a santa
O Globo	24/10/1995	Mulher denuncia fiéis por agressão
Folha de S. Paulo	25/10/1995	Católicos recusam tempo em TV evangélica
Folha de S. Paulo	25/10/1995	Universal faz frente anti-Globo
Folha de S. Paulo	25/10/1995	Pressionado, d. Lucas faz pronunciamento
Folha de S. Paulo	25/10/1995	Católicos pagam seus pecados, diz Wright
O Globo	26/10/1995	Seita ofende santa também em fita
Folha de S. Paulo	26/10/1995	CNBB exalta aumento de devoção a Maria
O Globo	26/10/1995	D. Lucas: Papa desencoraja reação
O Globo	27/10/1995	Evangélicos: do culto ao tumulto
O Globo	27/10/1995	Von Helder: 'Apenas encostei o pé na santa'

Folha de S. Paulo	02/11/1995	Culto no Congresso une católicos e evangélicos
Folha de S. Paulo	03/11/1995	Bispo que chutou santa viaja para os EUA
Folha de S. Paulo	03/11/1995	Projeto agrava punição a agressão religiosa
O Globo	13/11/1995	Tumulto em culto da Universal
Folha de S. Paulo	25/12/1995	Macedo diz que Globo teme concorrência
Folha de S. Paulo	26/12/1995	Pesquisadora vê democracia religiosa
Folha de S. Paulo	11/10/2005	Evangélico ataca imagem de santa no Círio

Tabela 12 - Matérias da Folha de S. Paulo e de O Globo representativas do enquadramento “Intolerância”. Fonte: Da autora, a partir do acervo da Folha de S. Paulo e de O Globo.

Depois da agressão à imagem da santa, algumas matérias colocaram o ocorrido como apenas uma expressão de práticas internas e antigas da IURD, como um texto intitulado “Bispo errou ao expor prática interna na TV” (Folha de S. Paulo, 18/10/1995, Brasil, p. 12). Baseada na entrevista com um pesquisador, a matéria afirma que a agressão mostrou ao *“público externo, via televisão, uma prática de tipo agressivo que a Universal cultiva com frequência internamente, durante os cultos para seus fiéis”*. Dias depois, outra matéria no mesmo jornal relata que a vitória da “ala moderada” da Universal, que se impôs após a agressão à imagem de Nossa Senhora Aparecida, não representaria *“o abandono da agressividade crítica em relação principalmente aos católicos, afro-brasileiros e orientais”* (Folha de S. Paulo, 22/10/1995, Especial Guerra Santa, p. 3, “Universal modera atuação, mas mantém agressividade”).

O Globo vai mais longe e, em uma matéria também de 22/10/1995, diz no título que “Macedo planejou ataque aos católicos” (O Globo, 22/10/1995, O País, p. 12) (Figura 4). Esta matéria gerou a manchete do jornal naquele dia, “Confronto com católicos foi planejado”. Embora estes dispositivos de destaque deem a entender que houve um planejamento deliberado para a agressão à imagem da santa na TV Record, o que intensifica a dramaticidade, seu conteúdo na verdade explora manifestações de intolerância anteriores por parte da Universal — o que, segundo o lide, faz parte de uma estratégia de Edir Macedo, que planejou primeiro ataques à umbanda e candomblé, depois ao espiritismo e, finalmente, ao catolicismo. Um infográfico com título “Cronologia do fanatismo” traz episódios de intolerância *“cometidos pela Igreja Universal do Reino de Deus”* desde 1988. Dias depois, o jornal carioca apresentou o conteúdo de um filme que era transmitido em cultos e vendidos a fiéis da IURD sobre Nossa Senhora Aparecida no período da agressão, vídeo que segundo a matéria tinha *“formato de*

documentário, questiona as doutrinas da santa e nada fica a dever, em agressividade, aos atos do bispo Sérgio Von Helder” (O Globo, 26/10/1995, O País, p. 10).

12 • O País 2ª EDIÇÃO O GLOBO Domingo, 22 de outubro de 1995

Macedo planejou ataque aos católicos

BERNARDINO FURTADO e MONICA TORRES MAIA

SÃO PAULO — A estratégia de conquistar seus primeiros fiéis entre destituídos com as religiões afro-brasileiras, adotada por Edir Macedo na fundação da Igreja Universal do Reino de Deus, há 17 anos, já tinha parte de um objetivo maior: preparar o terreno para, um dia, atacar também a Igreja Católica. Dizendo que sua igreja era perseguida pelas demais, Macedo começou atacando a umbanda e o candomblé. Depois, chegou até os espíritas. A agressão à imagem de Nossa Senhora Aparecida diante das câmeras da TV Record, dia 12, logo de se tratar de uma atitude isolada do pastor Von Helder, foi o clímax de uma pregação agressiva contra a padroeira do Brasil.

Em outubro de 1995, artigo publicado na revista "Plenitude", sob o título "Ela é de barro", atribuiu a um engodo preparado pelo padre José Alves Vilela a descoberta da imagem da santa por três pescadores no rio Paratiba em 1717: "Ingratidão, os pescadores sequer desconheciam que o padre fora durante a madrugada ao rio para plantar aquela pequena imagem. (...) Foi uma atitude, não uma guerra".

Na década de 80, avisei a d. Eugênio que os universais iriam atacar os católicos.

Atila Nunes, deputado umbandista

— Em meados de 90 avisei a dom Eugênio que os universais estavam nos atacando e se voltariam depois contra os católicos — conta o deputado umbandista Atila Nunes (PMDB).

A respeito do cardeal, segundo o deputado, foi que os católicos só reagiriam quando atacados.

Naquela época, em nome do Conselho Nacional Deliberativo da Umbanda e Cultos Afro-Brasileiros, o deputado entrou na Justiça do Rio contra Edir Macedo, acusando-o de intolerância religiosa.

meio de a Igreja Católica comandar ainda mais o Brasil".

O ano de 89 registrou também o primeiro ataque aos católicos. Seguidores da Universal tumultuaram a procissão do Senhor Morto, no Maracanã, na Semana Santa. Como ameaçaram fazer o mesmo na procissão de Corpus Christi, "para mostrar a farsa da Igreja Católica", o arcebispo Paulo Pimenta pediu proteção policial.

As agressões não se limitaram à padroeira nem à Igreja Católica. Cena semelhante, também nos estúdios da Record, foi protagonizada em 28 de abril deste ano, Dia de São Jorge. Um pastor agrediu o santo, mas a imagem foi tirada do ar a tempo. O ataque era ao Ogum (São Jorge, no sincretismo) dos umbandistas e candomblés.

— Com meados de 90 avisei a dom Eugênio que os universais estavam nos atacando e se voltariam depois contra os católicos — conta o deputado umbandista Atila Nunes (PMDB).

A respeito do cardeal, segundo o deputado, foi que os católicos só reagiriam quando atacados.

Naquela época, em nome do Conselho Nacional Deliberativo da Umbanda e Cultos Afro-Brasileiros, o deputado entrou na Justiça do Rio contra Edir Macedo, acusando-o de intolerância religiosa.

Cronologia do fanatismo

Atos de intolerância religiosa cometidos pela Igreja Universal do Reino de Deus

1988
ABRIL: Sônia, frequentadora de Tenda Espírita Antônio da Angélica, no Irajá, Zona Norte do Rio, aceita convite para contar um tempo da Igreja Universal em Duque de Caxias. Era um clichê: foi mantida em cárcere privado por dois dias.

OUTUBRO
Seguidores do bispo Macedo, enturpecidos, atacaram com uma festa de orações promovida por centros espíritas, na Quinta de Boa Vista.

NOVEMBRO
Uma mulher que usava um turbante próprio dos umbandistas é expulsa por evangélicos do ônibus em que viajava, na Zona Norte do Rio.

1989
MARÇO
O candidato de São Luís, dom Paulo Pontes, pede proteção policial contra seguidores da Universal que, depois de provocarem tumultos durante a procissão do Senhor Morto, na Semana Santa, ameaçaram repetir as agressões na procissão de Corpus Christi.

AGOSTO
Quase 5 mil pessoas recrutadas pela Igreja Universal, em Salvador, cortam o trajeto de um ídolo elétrico. Estádão fêico e carismático, podem o fim dos sacrifícios de crianças nos terreiros de macumba.

JULHO
Macedos da Travessa Santa Mariana, na Abolição, no Rio, chamam a polícia porque cerca de 500 frequentadores da Universal invadiram o templo.

1990
ABRIL
O marceneiro José Targino, de 30 anos, adepto da Universal, mata com um golpe de machete o bispo José Jovimar Vaz dos Santos, de 40 anos, umbandista. Ambos moravam na Rocinha. Segundo a polícia, há algum tempo Targino tentava convencer Jovimar a mudar de religião.

JULHO
Igreja Universal reúne 2 mil fiéis na Praça Castro Alves, em Salvador, para um ato pacífico contra a imprensa. Um ano antes, num megaaula no Maracanã, Edir Macedo já se exaltara dizendo: Estamos sendo castigados e perseguidos pela imprensa como ovelha dourada. Eles querem arrancar nossa cabeça, isto só aumenta nossa fé.

AGOSTO
Pastor da Igreja Universal confessa, dócil, que destruiu uma estátua de Iemanjá em Praia Grande, no litoral paulista.

1992
MAIO
Promotora de São Paulo apresenta denúncias contra Edir Macedo por vilipêndio de culto religioso e incitação ao crime. Macedo e seus pastores encerraram féia a invadir terreiros de umbanda e destruir suas imagens.

1995
SETEMBRO
Um pastor é acusado de espancar uma donzelita de 24 anos, durante um culto no Guarujá, porque acreditava que ela tinha o demônio no corpo.

Ante a indignação da comunidade católica, a hierarquia está sendo empurrada para uma posição mais dura, mas ainda busca a prudência.

— Os fiéis estão revoltados, e o outro lado (a Igreja Universal) é truculento. Temos que pregar uma reação pacífica, para que não haja confrontos — disse o padre Rubens Gomes Curvello, pároco de Aparecida do Norte.

Por conta desse temor, passaram a ser recomendadas missas de desagravo em todo o país. A cúpula católica decidiu ouvir primeiro o presidente da CNBB, dom Lucas Moreira Neves, cardeal-arcebispo de Salvador e prímaz do Brasil, que voltou de Roma na sexta-feira.

O padre Celso Cipriani, assessor da Comissão pelo Diálogo Eclesiástico da CNBB, diz que o gesto de intolerância do pastor fere as próprias tradições cristãs, marcadas pela coexistência pacífica entre as religiões.

Igrejas tentam evitar guerra

JOSÉ LUIZ LOPES

SÃO PAULO — As igrejas temem a deflagração de uma guerra religiosa no país. Ambiente existe, e a prova maior disso é a própria trajetória da Igreja Universal do Reino de Deus. Por isso, a palavra de ordem de líderes religiosos é comedimento, para não estimular excessos entre os fiéis e evitar o acirramento de ânimos.

Figura 4 - Matéria do Globo de 22/10/1995 afirma no título que “Macedo planejou ataque aos católicos” e é acompanhada de infográfico intitulado “Cronologia do fanatismo”. Fonte: Acervo O Globo.

A Folha, por sua vez, acionou este enquadramento para discutir não apenas a intolerância da Universal no passado, como a perspectiva de um novo cenário de intolerância no Brasil motivada pela agressão à imagem. Isto foi materializado na publicação de um caderno especial chamado “Guerra Santa”, em 22/10/1995, composto por quase 20 matérias produzidas em São Paulo, Rio de Janeiro, Caxambu e Salvador. “Guerra Santa” já havia sido utilizado como antetítulo de diversas matérias sobre o conflito em outubro. Na capa do jornal, o especial foi destacado com a chamada “País rediscute o mito da tolerância religiosa” e texto afirmando que “a agressão a uma imagem de Nossa Senhora Aparecida por bispo da Igreja Universal reacendeu o debate sobre o mito da tolerância religiosa no país” (Figura 5). A primeira página do caderno “Guerra Santa” traz o título “Mobilização religiosa leva país a rediscutir imagem de tolerância” e um texto introdutório, sem assinatura de algum repórter ou editor, combinando declarações de entrevistados de diferentes reportagens do especial (Figura 6). Este texto de apresentação traz primeiro fontes indicando a possibilidade de agravamento dos conflitos, seguidas de outras apostando na prevalência do pacifismo. As evidências de uma guerra são apresentadas de forma claudicante, como o trecho que fala na “hipótese de uma espécie de ‘guerra santa’”: “O episódio da agressão à imagem de Nossa Senhora Aparecida pelo pastor Sérgio Von Helder, da Igreja Universal do Reino de Deus, mobiliza sentimentos religiosos e

levanta a hipótese de uma espécie de ‘guerra santa’ no país.” (Folha de S. Paulo, 22/10/1995, Especial Guerra Santa, p. 1). Apesar da ponderação de algumas fontes, os dispositivos de destaque são baseados no antagonismo.



Figura 5 - Capa da Folha de 22/10/1995; no canto esquerdo, aparece chamada para o caderno especial “Guerra Santa”. Fonte: Acervo Folha de S. Paulo.



Figura 6 - Capa do caderno “Guerra Santa”, da Folha de 22/10/1995. Fonte: Acervo Folha de S. Paulo.

No conjunto de textos, há até mesmo entrevistados que colocam em questão a existência de uma “guerra santa”, como representantes de igrejas evangélicas históricas que falam da força da tolerância religiosa no Brasil, como neste trecho: *“Assim como os metodistas, os anglicanos não enxergam na agressão de Sérgio Von Helder potencial para detonar uma ‘guerra santa’ no país”* (Folha de S. Paulo, 22/10/1995, Especial Guerra Santa, p. 3, “Igrejas querem fixar diferenças de evangélicos”). Em outra matéria, fruto de uma entrevista com um rabino, o texto diz: *“Para o rabino, Von Helder ‘queria se promover ao desrespeitar a Igreja Católica’. Mesmo assim, Sobel não acredita que o episódio deflagre uma ‘guerra santa’ no país. A tradição de tolerância religiosa no Brasil, acha o rabino, é suficiente para encerrar o caso.”* (Folha de S. Paulo, 22/10/1995, Especial Guerra Santa, p. 3, “Rabino apóia católicos e aposta em tolerância”). Neste texto, chama a atenção também o título, que coloca o rabino apoiando um dos lados — reforçando o discurso antagônico, a partir do qual seria necessário tomar algum partido. Assim, a produção jornalística busca cumprir o ideal da diversidade de opiniões, neste caso sobre o respeito da tolerância religiosa no Brasil, mas nos dispositivos de destaque como títulos e chamadas, e na hierarquia de apresentação do conteúdo, prioriza-se o antagonismo.

Algumas matérias neste caderno especial abordaram especificamente o sincretismo e a possibilidade de convívio harmonioso entre pessoas de diferentes religiões no país. Da Bahia, um pai-de-santo entrevistado falou da convivência harmônica com seus vizinhos protestantes, e um bispo da Universal afirmou que, embora cultos do candomblé sejam “coisas do demônio”, a relação entre fiéis das diferentes religiões era normal e ele mesmo poderia ser amigo de um pai-de-santo (Folha de S. Paulo, 22/10/1995, Guerra Santa, p. 6, “Religiosos baianos dizem que há tolerância e respeito mútuo”). Outro texto demonstrou a convivência harmônica entre diferentes religiões na família da sambista Dona Zica, moradora do morro da Mangueira, no Rio de Janeiro: *“A casa de Dona Zica é um símbolo da convivência fraterna entre pessoas de igrejas diferentes. Ali, no famoso morro da zona norte, moram três católicos e dois pentecostais da Universal.”* (Folha de S. Paulo, 22/10/1995, Guerra Santa, p. 6, “Família supera divergências no templo do samba carioca”). Na página seguinte, um outro texto, com título “Frequentar igrejas de diferentes religiões é comum entre favelados”, traz histórias de moradores de favelas da cidade de São Paulo que transitam rotineiramente, ou que transitaram ao longo da vida, entre o catolicismo, a umbanda e diferentes denominações evangélicas (Folha de S. Paulo, 22/10/1995, Guerra Santa, p. 7).

Por outro lado, a intolerância contra religiões afro-brasileiras motivou algumas matérias no caderno. Nota-se que estas são as únicas matérias do *corpus* em que a intolerância de evangélicos contra a umbanda e o candomblé é destacada. A primeira matéria trata do

crescimento da Universal na Bahia, tanto em número de templos quanto no domínio de estações de rádio. No final, um pesquisador afirma que “as agressões são muitas”, referindo-se a atos da IURD contra religiões afro-brasileiras, o que é destacado no título (Folha de S. Paulo, 22/10/1995, Guerra Santa, p. 6, “Universal cresce na BA chamando culto afro de ‘ritual do demônio’”). Em outra matéria, um líder umbandista afirma que “o conflito religioso já existe”, e menciona diversas formas de ataques promovidas pela Universal: o “deboche” a orixás e guias; o frequente retrato de pais-de-santo como possuídos pelo demônio em programas da Record; e a convocação para que crianças deixem de celebrar o dia de Cosme e Damião, uma data importante na umbanda (Folha de S. Paulo, 22/10/1995, Guerra Santa, p. 7, “Líder umbandista teme confronto com ‘derramamento de sangue’”). Na mesma página, outra entrevista com uma mãe-de-santo endossa essa avaliação sobre a IURD. O texto diz: “*Segundo ela, as demais igrejas evangélicas admitem o convívio pacífico de religiões. Diz que seguidores da Igreja Universal gritam ‘moradia de satanás’ e ‘casa do diabo’ quando passam pelo centro umbandista.*” (Folha de S. Paulo, 22/10/1995, Guerra Santa, p. 7, “Mãe-de-santo diz que clima está ‘pesado’ na região”).

Embora já houvesse um histórico de ataques, verbais e físicos, às religiões afro-brasileiras, no discurso jornalístico, considerando os anos do *corpus*, a intolerância é ressaltada nos dispositivos de destaque apenas a partir do momento em que o catolicismo se torna um alvo. Quando isto ocorre, um ato de intolerância se transforma em algo maior, o significante “guerra”. A narrativa predominantemente conflituosa simbolizada pelo caderno especial “Guerra Santa” vai ao encontro do que Charaudeau (2013, p. 273) chamou de *focalização dramatizante* do relato midiático, uma “operação de metonímia” que “reduz o conjunto dos componentes de um acontecimento a uma de suas partes”, como herói versus vilão. Isso atende a uma das duas lógicas da produção midiática, a da captação. É preciso fornecer informação, mas também promover o desejo de consumi-la: “O imperativo de captação a obriga a recorrer à sedução [...]” (*Ibidem*, p. 58). O caderno especial traz uma diversidade de fontes religiosas e visões divergentes quanto à existência ou não de um cenário de intolerância no Brasil, embora em dispositivos de destaque impere o antagonismo. Encenando debates como este, as mídias “assumem uma parte da simbólica democrática”, simulando o espaço público através da pretensa diversidade de vozes, como aponta Charaudeau (*Ibidem*, p. 189). Isso, porém, não impede que esta convocação tenha “efeitos perversos”: os atores participam de uma “encenação que está a serviço do espetacular”, constituindo um “simulacro da democracia” uma vez que o interesse público é submetido ao imperativo de captação (*Ibidem*, p. 199).

O linguista coloca em questão também o papel dos especialistas neste pretense fórum construído pelas mídias ao afirmar que “os atores do espaço público aos quais a mídia concede a palavra prioritariamente não são sempre aqueles que estão implicados de modo direto nos fatos, mas aqueles eleitos especialistas ou cidadãos suscetíveis de ter certa visibilidade social, o que acarreta alguns problemas” (*Ibidem*, p. 192). Uma vez que o acesso às mídias é limitado, não se pode subestimar que as mídias “têm um domínio real sobre a escolha dos atores” desta encenação (*Ibidem*, p. 193). Charaudeau afirma que os especialistas — categoria de fonte muito presente no caderno “Guerra Santa” — não são vozes desinteressadas e totalmente independentes, embora sejam colocados como representantes do saber e alheios ao campo de poder, que seria o terreno dos políticos. Para o autor, os especialistas ora estão ligados ao campo do poder por já terem prestado serviços ou por terem alguma relação com os governos; ora estão ligados às mídias pelo fato de se posicionarem atendendo às expectativas implícitas destas sobre como se colocar.

Já os cidadãos a quem se concede a palavra na mídia, na análise de Charaudeau, cumprem em geral algum dos seguintes papéis: o de cidadão vítima/reivindicador; ou o de cidadão testemunha. Ambas as posições correspondem ao espaço minoritário que os cidadãos ou anônimos têm nas mídias, em contraposição aos representantes do Estado e do *establishment*. O caderno “Guerra Santa” traz em suas últimas páginas — uma escolha gráfica e editorial representativa do menor destaque geralmente dado a este tipo de fonte — matérias estruturadas por entrevistas com cidadãos que parecem ratificar a tipificação do cidadão testemunha²⁶: aquele que autentica fatos ou comentários, sem que sua personalidade e identidade façam diferença. No caderno especial, os cidadãos entrevistados são como peças que endossam matérias orientadas pela denúncia de um clima de intolerância ou pela aposta na convivência harmônica interreligiosa.

Diferente da Folha, O Globo não usou o acontecimento de 12 de outubro como gancho para se debater a tolerância religiosa no Brasil, a não ser na matéria intitulada “Igrejas tentam evitar guerra” (O Globo, 22/10/1995, O País, p. 12). Esta é baseada na entrevista com dois padres católicos e um líder umbandista. O primeiro parágrafo coloca a guerra como iminente: “As igrejas temem a deflagração de uma guerra religiosa no país. Ambiente existe, e a prova maior disso é a própria trajetória da Igreja Universal do Reino de Deus. Por isso, a palavra

²⁶ A outra tipificação oferecida por Charadeau (2013), a do cidadão vítima ou reivindicador, diz respeito àquele cidadão posicionado discursivamente como parte afetada por “intrigas dramáticas do mundo social” (*Ibidem*, p. 194), como injustiças e desgraças do destino. Sua posição desfavorecida gera visibilidade e espetacularização.

de ordem de líderes religiosos é comedimento, para não estimular excessos entre os fiéis e evitar o acirramento de ânimos.” Talvez respondendo ao temor de uma guerra que ela mesma declarou, no início de novembro de 1995 a Folha deu destaque na capa a um culto ecumênico no Congresso Nacional que reuniu católicos e evangélicos, mostrando um esforço pela tolerância (Folha de S. Paulo, 02/11/1995, Brasil, p. 10, “Culto no Congresso une católicos e evangélicos”) (Figura 7).

Culto no Congresso une católicos e evangélicos

Da Sucursal de Brasília

Católicos e evangélicos participaram ontem de manhã na celebração de um culto ecumênico no restaurante do Senado.

O encontro dos parlamentares começou com um café da manhã e terminou em oração.

O vice-presidente Marco Maciel enviou um fax do Japão, onde cumpre agenda oficial, explicando o motivo de sua ausência e manifestando sua intenção de participar de outros encontros ecumênicos.

“O encontro demonstra que, acima de qualquer divergência, está Jesus Cristo”, afirmou o deputado Salvador Zimbaldi (PSDB), católico carismático.



Parlamentares participam de culto ecumênico no Senado

Figura 7 - Pequena matéria da Folha de 02/11/1995 registra realização de culto ecumênico no Senado. Fonte: Acervo Folha de S. Paulo.

Outra forma com que o enquadramento da intolerância foi acionado em 1995 se configurou com a frequente cobertura de atos populares de repúdio à agressão por Von Helder e de outros ataques a igrejas católicas. Esses atos posteriores reificaram o ocorrido em 12 de outubro, atualizando o discurso marcado pelo antagonismo. Uma pequena matéria do Globo de 21/10/1995, por exemplo, reportou que uma igreja católica em São José do Rio Pardo (SP) foi invadida e depredada (O Globo, 21/10/1995, O País, p. 9, “Igreja católica é depredada em SP”). Sem informações sobre a autoria do ataque, ele é insinuado como partindo de “fanáticos de alguma seita religiosa”: *“De madrugada, o local é freqüentado por drogados, o que leva a Polícia a não afastar a possibilidade de um ato de vandalismo. Mas não está descartada também a hipótese de a depredação ter sido obra de fanáticos de alguma seita religiosa.”*. Três dias depois, outra matéria no mesmo jornal noticiou que duas imagens de santas em uma gruta de Xanxerê (SC) foram quebradas, uma delas de Nossa Senhora Aparecida (O Globo, 24/10/1995, O País, p. 9, “Santas quebradas a marretadas”). A Universal, segundo católicos citados na matéria, é acusada pelos ataques e tem sua expansão para a cidade brevemente abordada: *“Revoltados, católicos disseram que a Igreja Universal do Reino de Deus — principal suspeita do vandalismo — se estabeleceu na cidade há quatro meses. Seu líder, Edir*

Macedo, alugou um prédio no centro de Xanxerê e já comprou o único canal de TV da cidade, que tem 45 mil habitantes.” O último parágrafo menciona a ocorrência de outro ataque, desta vez contra um templo da IURD em Taguatinga (DF), que foi incendiado por um “desconhecido”.

Outro ataque a uma igreja da Universal foi noticiado pela Folha em 18/10/1995, que identifica no título um católico como autor, já que ele havia confessado o crime e foi levado preso (Folha de S. Paulo, 18/10/1995, Brasil, p. 12, “Católico é preso após depredar templo da Igreja Universal em PE”). A matéria reporta que o homem disse ter se arrependido do ato e que agiu emocionado por ter visto na TV as imagens de Von Helder agredindo a imagem de Nossa Senhora Aparecida, da qual se declarou devoto. O pastor da Universal responsável pela igreja depredada, em Garanhuns (PE), relatou os prejuízos e condenou os atos de Von Helder, que segundo ele plantou algo que toda a IURD estava colhendo. Na mesma página, outra matéria relata que uma manifestação em represália à igreja no Rio de Janeiro (RJ), em frente a um templo da igreja evangélica, fez um pastor da Universal “muito nervoso” chamar a polícia e pedir a dispersão do ato (Folha de S. Paulo, 18/10/1995, Brasil, p. 12, “Pastor chama PM para dispersar manifestação”). Sobre o dia em que Von Helder compareceu a uma delegacia para prestar depoimento, O Globo reportou “tumulto” e “pancadaria generalizada” entre equipes de jornalismo e pastores e seguranças da IURD, como mostra o início do lide: “*Dirigentes, seguranças e fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus transformaram o depoimento e indiciamento do pastor Sérgio Von Helder, ontem no 27º DP, numa guerra contra a imprensa e a polícia*” (O Globo, 27/10/1995, O País, p. 7, “Evangélicos: do culto ao tumulto”). Esta sequência de incidentes reportados por ambos os jornais no período contribuiu para a construção de um discurso baseado no antagonismo.

Todas as matérias deste enquadramento que exploramos até aqui tratam da Universal, mas algumas, como a que acabamos de abordar, colocam os “evangélicos” nos dispositivos de destaque, contribuindo para a colocação desta igreja como representação dos evangélicos como um todo. Um exemplo é a edição da Folha do dia seguinte ao de Nossa Senhora Aparecida, a primeira a reportar as agressões à imagem da santa. Na capa, a chamada teve como título “Evangélicos fazem ataques a Aparecida” e a matéria principal, “Evangélicos atacam culto a Nossa Senhora” (Folha de S. Paulo, 13/10/1995, Brasil, p. 10). É preciso ressaltar que a matéria cita também um ato de protesto realizado em frente à basílica de Aparecida por evangélicos cuja igreja não foi especificada, o que pode justificar a identificação dos atos como partindo dos “evangélicos”, mas este tipo de generalização é recorrente na cobertura a partir dali. Curiosamente, no dia seguinte à agressão, várias matérias da Folha repercutiram o ocorrido,

mas uma delas destacou com um breve texto e uma foto um “desfile cívico” da Universal contra a miséria e a fome realizado em São Paulo, possivelmente uma tentativa do jornal de equilibrar um noticiário acusatório em relação à igreja com a notícia de uma ação beneficente (Folha de S. Paulo, 13/10/1995, Brasil, p. 10, “Contra a fome”).

Por outro lado, no segundo semestre de 1995, observa-se em algumas matérias um esforço de diferenciação entre as igrejas evangélicas — esforço esse vocalizado por representantes de denominações que se contrapunham à Universal, principalmente de igrejas históricas, e endossado pelo discurso jornalístico (Tabela 13). Isso já apareceu em setembro, quando o então presidente da Associação Evangélica Brasileira e pastor presbiteriano, Caio Fábio, adiantou ao jornal a informação de que divulgaria uma nota afirmando que “*a Igreja Universal do Reino de Deus não pertence ao rol das igrejas evangélicas*” (O Globo, 20/09/1995, Rio, p. 16, “Evangélicos repudiam igreja de Macedo”). Caio Fábio, a fonte principal e única da matéria, compara a IURD a um tumor, por impactar todas as igrejas evangélicas com uma atuação que o pastor critica — entre outros motivos, pela rotineira cobrança do dízimo. Poucos dias depois, o jornal novamente destacou na capa a nota da associação, naquele momento efetivamente publicada (O Globo, 23/09/1995, Rio, p. 10, “Evangélicos rompem com a Igreja Universal”). Depois da agressão à imagem de Nossa Senhora Aparecida, o pastor é novamente ouvido pelo jornal carioca e condena o ocorrido (O Globo, 14/10/1995, O País, p. 4, “Caio Fábio condena agressão”).

Jornal	Data	Título da matéria
O Globo	20/09/1995	Evangélicos repudiam igreja de Edir Macedo
O Globo	23/09/1995	Evangélicos rompem com a Igreja Universal
Folha de S. Paulo	14/10/1995	Evangélicos acham perigosa agressão de bispo
O Globo	14/10/1995	Religiosos ficam indignados
O Globo	14/10/1995	Caio Fábio condena agressão
Folha de S. Paulo	22/10/1995	Igrejas querem fixar diferenças de evangélicos
O Globo	24/12/1995	Religiosos repudiam atitudes da Universal
Folha de S. Paulo	21/09/1995	Evangélicos criticam Universal
Folha de S. Paulo	22/10/1995	Igrejas querem fixar diferenças de evangélicos

Tabela 13 - Matérias evidenciam tentativas de definir identidades e diferenças entre evangélicos. Fonte: Da autora, a partir do acervo da Folha de S. Paulo e de O Globo.

Após o episódio, a Folha também se volta a representantes de igrejas evangélicas históricas, acentuando o processo de diferenciação da Universal. Em uma única matéria, o

jornal paulista ouviu cinco representantes destas igrejas, reforçando a divisão no lide: “*Os chutes do bispo Sérgio Von Helder não ameaçam a suposta tradição de tolerância religiosa no Brasil, mas delimitam definitivamente para o público externo as diferenças entre a Igreja Universal do Reino de Deus e as igrejas evangélicas históricas, acreditam os líderes dessas igrejas*” (Folha de S. Paulo, 22/10/1995, Especial Guerra Santa, p. 3, “Igrejas querem fixar diferenças de evangélicos”). Foi encontrada no *corpus* apenas uma matéria em que um representante de outra igreja evangélica, a Assembleia de Deus — pentecostal —, se colocou contrário à postura da Associação Evangélica Brasileira e pediu a união de todos os evangélicos diante da reação católica (O Globo, 23/10/1995, O País, p. 5, “Pastor da Assembleia prega contra católicos”).

Nos termos de Laclau (2013), podemos compreender estes esforços ecoados pela imprensa como um movimento de exclusão da Universal que assegura a afirmação da identidade de algumas denominações e associações evangélicas, em que a ética é um fator diferencial. Giumbelli (2002, p. 395) também destaca estes esforços por delimitações no ano de 1995, afirmando que o trabalho jornalístico contribuiu no período para “respaldar ou expandir as pretensões de entidades envolvidas com as definições dos limites e características do universo protestante, tornando-se ele mesmo parte das disputas do campo evangélico.” Após o chute na santa, diz o autor, os jornais disseminaram mais intensamente a oposição entre os evangélicos e a IURD, e às vezes uma oposição entre todas as religiões e esta igreja. É marcante também a forte interlocução dos jornalistas com as igrejas históricas e seus intelectuais (*Ibidem*, p. 373). Giumbelli cita nominalmente o papel do pastor Caio Fábio, então presidente da Associação Evangélica Brasileira: para o autor, este foi colocado no discurso jornalístico na posição de “líder dos evangélicos éticos” e um “anti-bispo Macedo” (*Ibidem*, p. 395).

Enquanto estes líderes de igrejas evangélicas operam um processo de exclusão, pouco a pouco a interlocução com intelectuais gera outro processo, o esforço pela definição de uma identidade da Igreja Universal e organizações semelhantes: “Se, para a exclusão, o apoio era encontrado no interior do próprio espaço religioso, através de uma entidade representativa dos evangélicos, a busca de uma identidade positiva leva o olhar dos jornalistas a voltar-se para os estudiosos da religião” (*Ibidem*, p. 397). Afinal, este esforço na imprensa é contemporâneo às tentativas, no campo intelectual, de definir os evangélicos e suas correntes, o que abastece o discurso jornalístico — que, no entanto, se apropria desses debates e informações à sua maneira. Passa a se consolidar a identificação da Universal e de outras igrejas como “neopentecostais”, situando-as como um segmento específico o universo evangélico. Esta identificação ganha aderência no discurso jornalístico, segundo Giumbelli, em parte porque “ela se adequa bem à

economia dos elementos que integram as descrições que se fazia da IURD, mesmo antes dos intelectuais serem consultados” (*Ibidem*, p. 398). Estas descrições, de um funcionamento empresarial da igreja e da oferta de salvação instantânea mediante doações por parte dos fiéis, compõem a “teologia da prosperidade”, que passa a fomentar a identidade dos neopentecostais (*Ibidem*, p. 400). Essa tipificação se insere muito bem no discurso jornalístico, que a ela adere sem maiores questionamentos e ressalta o dinheiro, um significante de forte captação para o público, como um símbolo desta nova categoria evangélica. A centralidade do dinheiro no discurso jornalístico será examinada no próximo capítulo.

Falando em identidades e diferenças disseminadas pelo discurso jornalístico, trago uma matéria publicada em 2005 pela Folha que mostra a agência do jornal em operar conexões. Dez anos depois dos ataques no dia de Nossa Senhora Aparecida, o jornal paulista noticiou que um homem que tomava remédios controlados e “portava uma carteirinha da Assembleia de Deus” atirou pedras contra a imagem da Nossa Senhora de Nazaré no Círio, tradicional evento de Belém do Pará (Folha de S. Paulo, 11/10/2005, Brasil, p. 14, “Evangélico ataca imagem de santa no Círio”) (Figura 8). Entrevistado, um pastor da Assembleia de Deus local repudiou a agressão e afirmou que se tratou de um ato isolado, sem relação com a postura da igreja. O jornal ressaltou a conexão entre este acontecimento e as agressões de 1995 ao publicar, ao lado da matéria, um *box* com título “Bispo da Universal chutou santa na TV Record há dez anos”, acionando, portanto, mais uma vez o enquadramento “Intolerância”, mesmo que as agressões tenham sido feitas por membros de igrejas diferentes. Assim, os evangélicos enquanto significante genérico, independente da igreja, são associados à intolerância.

RELIGIÃO José Leite, que toma remédios controlados, atingiu imagem durante procissão e foi protegido da multidão por PMs

Evangélico ataca imagem de santa no Círio

COMUNICADO

A S. Motors do Brasil, importador oficial da Subaru no país, está convocando, com a máxima urgência, os proprietários dos veículos **Subaru Legacy Sedan 3.0, modelo 2005, e Subaru Outback 2.5 e 3.0, modelos 2004 e 2005**, identificados pelos números de chassi relacionados abaixo, a comparecerem, a partir do dia 13/10/2005 até 31/1/2006, em um de nossos serviços credenciados Subaru, para a inspeção e/ou substituição gratuita das maçanetas externas das portas traseiras (PIN 61022AG010 e 61022AG000).

A Fuji Heavy Industries Ltd. (FHI), em testes que são continuamente realizados, detectou a possibilidade, mesmo que remota, de que a porta traseira do lado esquerdo e/ou do lado direito poderá abrir-se quando o veículo estiver em movimento, em certas circunstâncias. Mesmo não tendo havido nenhuma ocorrência dessa natureza, caso ocorra a abertura da porta traseira nessa condição, existe o risco de acidente para os ocupantes do banco traseiro. Para garantir a satisfação de nossos consumidores e a rapidez do serviço, solicitamos que o agendamento para a inspeção e/ou substituição da maçaneta externa seja feito através de nossa central de atendimento ao consumidor, pelo telefone gratuito SAC 0800 55 95 45.

VEÍCULOS ENVOLVIDOS

Legacy Sedan 3.0
Ano/Modelo 2005
Produção - JF18LELU55G10047 até JF18LELU55G011042

Outback 2.5
Ano/Modelo 2004/2005
Produção - JF18P9LLAAG015236 até JF18P9LLAAG022747

Outback 3.0
Ano/Modelo 2004/2005
Produção - JF18P9LLAAG015247 até JF18LELU55G022380

S. Motors Comércio Importação e Exportação Ltda.

THIAGO REIS
DA AGÊNCIA FOLHA

A imagem da Nossa Senhora de Nazaré carregada na procissão do Círio — a maior manifestação religiosa do país — foi parcialmente destruída ontem, um dia após o evento, em Belém (PA).

A santa foi atingida por duas pedras atiradas a uma distância de 5 m pelo segurança José Ubiratan Leite, 34. Ele toma remédios controlados e terá de passar por exames que atestem sua sanidade mental. Segundo o delegado Edimar Melo, Leite, que se recusou a prestar esclarecimentos, é evangélico e portava uma carteirinha da Assembleia de Deus.

O incidente ocorreu por volta de 11h30. A multidão que se aglomerava em volta da praça santuária para cultuar a santa tentou linchar Leite, que foi protegido por policiais. A imagem de madeira, de 48 cm e 3 kg, teve danos na coroa e em sua base de sustentação.

Leite foi preso e autuado por danos ao patrimônio histórico e cultural — crime que pode dar de um a três anos de reclusão.

A santa, construída em 1669, na Itália, é uma réplica da original, datada de 1793, que está protegida no interior da Basílica de Nazaré, fora do alcance dos fiéis. Uma pericia seria realizada ontem. O objetivo é restaurar a peça ainda hoje, para que ela volte a ficar expos-

ta ao público.

Segundo o coordenador do Círio, Flávio Américo, a segurança, feita por apenas dois guardas, será reforçada nos próximos dias.

Para o arcebispo metropolitano de Belém, dom Orani João Tempesta, a atitude demonstra "uma certa intolerância perigosa".

"O que me preocupa é o futuro, pois nossa cultura católica cristã sempre foi de respeito mútuo", disse. A santa danificada é carregada todos os anos na procissão do Círio, que tem início no segundo domingo de outubro.

A festa levou, ontem, 2 milhões de pessoas às ruas da capital. No percurso de 4 km, os devotos transportam a réplica da cate-

dral de Belém à Basílica. São feitas ainda novenas, missas e manifestações culturais. Essa foi a 213ª edição do evento.

A peça fica em exposição 15 dias após a festa. Depois, é substituída por outra réplica, maior, de gesso.

Assembleia de Deus

O pastor Cesar Vasconcelos, da Assembleia de Deus de Belém, disse que a igreja "repudia qualquer ato de violência religiosa" e que o incidente se caracteriza como um "ato isolado".

De acordo com o pastor, "ficou claro de que se trata de uma pessoa que tem uma deficiência e que a atitude não tem relação com a prática da igreja".



José Leite é carregado por policiais depois de ter apedrejado imagem de santa na procissão do Círio

MEMÓRIA

Bispo da Universal chutou santa na TV Record há dez anos

DA REDAÇÃO

A Igreja Universal do Reino de Deus levou ao auge seu repúdio ao culto que a Igreja Católica faz de imagens de santos em 12 de outubro de 1995. No dia de Nossa Senhora Aparecida (padroeira do Brasil), o bispo Sérgio Von Helder, então líder da igreja em São Paulo, deu 11 chutes e três socos em uma imagem da santa durante a gravação dos programas "Despertar da Fé" e "Palavra de Vida", transmitidos pela TV Record.

Dizendo tratar-se de "um pedaço de gesso", Von Helder disse: "Isso não é santo coisa nenhuma". "Será que Deus pode ser comparado a um boneco desse, tão feio, tão horrível?", questionou.

Ativ

Figura 8 - Matéria da Folha de S. Paulo de 11/10/2005 registra ataque à imagem de Nossa Senhora de Nazaré no Pará por parte de homem que carregava uma carteirinha da Assembleia de Deus; box ao lado da matéria principal relembra ataque à imagem de Nossa Senhora Aparecida em 1995 por bispo da igreja Universal. Fonte: Acervo Folha de S. Paulo.



Figura 9 - Página da Folha de S. Paulo de 17/09/1995 mostra que posição minoritária de socióloga, a qual aponta o “impacto positivo de pentecostais” também se reproduz graficamente, com texto correspondente aparecendo no canto inferior e abaixo de matéria intitulada “Novas igrejas trocam a ética pela mágica”. Fonte: Acervo Folha de S. Paulo.

Trago também duas matérias que destoam do enquadramento “Crescimento”, colocado como ameaçador e avassalador, e da “Intolerância”. Interessa-nos seu conteúdo e sua colocação minoritária diante do discurso jornalístico predominante. Ambas foram publicadas pela Folha em 1995 e tiveram como base a entrevista com uma mesma pesquisadora — para quem a expansão dos evangélicos era algo positivo e representava não uma ameaça à tolerância no Brasil, mas sim o sinal de uma desejável diversificação no campo religioso. A própria disposição gráfica de uma dessas matérias, intitulada “Socióloga vê impacto positivo de pentecostais” (Folha de S. Paulo, 22/10/1995, Especial Guerra Santa, p. 5), reproduz sua posição minoritária: ela aparece no canto inferior direito de uma página, dividindo espaço com uma matéria de página dupla intitulada “Novas igrejas trocam a ética pela mágica” (Figura 9).

A socióloga entrevistada defende, com base em sua tese, que as igrejas pentecostais estimulam seus membros, sobretudo as mulheres, a conquistarem autonomia. Dois meses depois, outra matéria baseada em entrevista com a mesma pesquisadora destacou a avaliação dela de que membros da Universal não são fundamentalistas e que o dízimo estimula o esforço pessoal (Folha de S. Paulo, 26/12/1995, Brasil, p. 6, “Pesquisadora vê democracia religiosa”). O lide contrapõe a análise da socióloga à “guerra santa” declarada pelo jornal: *“Mais do que o risco de uma ‘guerra santa’, o crescimento da Igreja Universal do Reino de Deus e seu recente enfrentamento com a Igreja Católica estão forçando uma democratização inédita do campo religioso no Brasil.”*

Por fim, destaco que das dezenas de matérias produzidas depois do 12 de outubro de 1995, apenas uma realmente abordou a origem teológica, no protestantismo, da rejeição ao culto aos santos — que se manifestou, de maneira indefensável, no ato do bispo Von Helder. Em 14 de outubro, a Folha publicou uma matéria buscando contextualizar historicamente a origem desta rejeição, remontando às teses de Lutero (Folha de S. Paulo, 14/10/1995, Brasil, p. 10, “Veja diferenças entre os credos”). Assim, conclui-se que os jornais priorizaram neste período um discurso conflituoso em detrimento do fornecimento deste tipo de informação. O discurso predominante acionou o antagonismo nos dispositivos de destaque e, nesta focalização dramatizante, a intolerância da Universal foi endossada pela recuperação de casos antigos de intolerância e com a cobertura sobre novos conflitos, posteriores ao 12 de outubro de 1995. Neste processo, o significante “evangélicos” foi frequentemente associado aos evangélicos da IURD, uma generalização. Ao mesmo tempo, algumas matérias dos jornais deram espaço para os esforços de igrejas evangélicas históricas em se diferenciarem da Universal. No todo, a cobertura de 1995 coloca a ascensão dos evangélicos, sobretudo os pentecostais, como uma ameaça à tolerância religiosa no Brasil.

3.3 Enquadramento “Ameaça ao catolicismo”

No enquadramento anterior, vimos que a agressão à imagem da santa promoveu em 1995 uma aproximação dos significantes “evangélicos” e “intolerância” — da qual os católicos, assim como seguidores de outras religiões, foram vítimas. Neste enquadramento, continuaremos a falar do catolicismo, mas focaremos em suas reações institucionais aos evangélicos, não apenas no episódio do chute (Tabela 14). Nesta construção discursiva, a oposição entre evangélicos e católicos é ratificada e o antagonismo, intensificado. Esse antagonismo foi acentuado em 1995, mas observado em matérias que vão de 1985 a 2010, em ambos os jornais. Começamos por este ano em que o discurso jornalístico declarou uma “guerra

santa” entre os religiosos. Em 1995, a convocação à reação católica é esperada por representar a fé em torno da parte agredida, a imagem de Nossa Senhora Aparecida. Entretanto, tamanha repercussão e foco em declarações e ações da Igreja Católica vão ao encontro do que Cunha (2016) chamou de imaginário exclusivista na cobertura de assuntos religiosos pela imprensa brasileira, em que o catolicismo é hegemônico. A autora argumenta que a posição dominante do catolicismo romano no Brasil é perpetuada pelos produtores de notícias. A posição dominante desta religião na sociedade brasileira é atribuída ao vínculo do catolicismo com o sistema colonial e posteriormente com a República, à histórica superioridade numérica dos católicos no país e a seus privilégios na esfera pública.

Embora a autora lembre que, nestes quesitos, o catolicismo vem perdendo posições para o pentecostalismo, ele se mantém hegemônico — considerando a noção de hegemonia em Gramsci e ao seu reflexo cultural em Raymond Williams — através das práticas culturais e do imaginário social, ocupando a posição de “verdadeira e válida religião” no Brasil, contexto no qual os profissionais da mídia operam: “[...] a notícia não é o resultado de um trabalho técnico em que o profissional escreve por si só seus textos, mas, sim, de um processo de construção que começa com a compreensão do jornalista da realidade social na qual os eventos acontecem” (*Ibidem*, p. 5).

Jornal	Data	Título da matéria
Folha de S. Paulo	03/03/1985	Atuação de novos missionários preocupa a Igreja
Folha de S. Paulo	20/05/1990	Igreja monta em 3 anos estratégia contra seitas
Folha de S. Paulo	17/09/1995	Católico vê instrumentalização
Folha de S. Paulo	18/09/1995	Papa disputa fiéis com a Universal na África do Sul
Folha de S. Paulo	13/10/1995	'Igreja está perdendo infiéis'
Folha de S. Paulo	14/10/1995	'Não queremos guerra', afirma CNBB
O Globo	14/10/1995	Católicos reagem à agressão a Nossa Senhora Aparecida
Folha de S. Paulo	16/10/1995	Católicos promovem protestos
Folha de S. Paulo	17/10/1995	Católicos querem a imagem
O Globo	18/10/1995	Católicos preparam ato nacional
O Globo	19/10/1995	Santa agredida terá desagravo
O Globo	21/10/1995	Católicos tomam as ruas de Recife
Folha de S. Paulo	22/10/1995	Documento critica o 'consumo' de religiões
O Globo	22/10/1995	Presidente da CNBB pede uma TV católica
Folha de S. Paulo	25/10/1995	Católicos recusam tempo em TV evangélica

Folha de S. Paulo	25/10/1995	Pressionado, d. Lucas faz pronunciamento
Folha de S. Paulo	26/10/1995	CNBB exalta aumento de devoção a Maria
O Globo	26/10/1995	D. Lucas: Papa desencoraja reação
O Globo	28/10/1995	Católicos decidem ampliar sua rede de TV
O Globo	11/09/2010	Papa faz alerta para fuga de fiéis no Brasil

Tabela 14 - Matérias da Folha de S. Paulo e de O Globo representativas do enquadramento “Ameaça ao catolicismo”. Fonte: Da autora, a partir do acervo da Folha de S. Paulo e de O Globo.

No dia seguinte à agressão à imagem, foi publicada uma entrevista com o então arcebispo de Aparecida, o qual qualificou o crescimento da Universal como “preocupante”, argumentando que a igreja evangélica não respeitava a “dignidade humana”, como demonstrado pelo chute (Folha de S. Paulo, 13/10/1995, Brasil, p. 10, “Igreja está perdendo infieis”). No dia seguinte, o mesmo jornal trouxe uma matéria com título “‘Não queremos guerra’, afirma CNBB” — mas no antetítulo, diferente do afirmado no título, o conflito já estava instalado: “Evangélicos x Católicos” (Folha de S. Paulo, 14/10/1995, Brasil, p. 10) (Figura 10). É curioso que, rapidamente, as matérias vão da reação ao ocorrido à busca por soluções para conter a expansão evangélica e para impulsionar a resposta católica, como na comunicação. Aqui, a preocupação ecoada pelas matérias não é tanto com o convívio interreligioso, mas com disputas pelo poder entre igrejas. A parte final da matéria da Folha reporta que membros da hierarquia católica haviam se encontrado para elaborar um programa que tinha “*como um dos principais objetivos conter o avanço das igrejas evangélicas*”. O texto termina dizendo: “*Um dos pontos do projeto prevê uma ofensiva da Igreja Católica junto aos meios de comunicação. Estão sendo analisadas também formas de aumentar o número de emissoras católicas.*”



Figura 10 - Antetítulo de matéria da Folha de 14/10/1995 investe no antagonismo entre “Evangélicos x Católicos”. Fonte: Acervo Folha de S. Paulo.

A partir de entrevistas com membros da hierarquia católica, uma matéria do Globo também aborda a reação da igreja à agressão, na qual se relata que *“estão sendo feitos estudos para aumentar a influência da Igreja Católica junto aos brasileiros”* (O Globo, 14/10/1995, O País, p. 4, “Católicos reagem à agressão a Nossa Senhora Aparecida”). Alguns dias depois, na Folha, representantes da Igreja Católica colocaram a agressão como impulsionadora de um novo crescimento do catolicismo. Este discurso marcado pelo antagonismo pode ser muito bem observado nos primeiros parágrafos desta matéria: *“Ao agredir uma imagem de Nossa Senhora Aparecida, o bispo Sérgio Von Helder, da Igreja Universal do Reino de Deus, acabou fornecendo combustível para os católicos que procuravam alternativas para barrar o que classificam como ‘proliferação das seitas’. A agressão está sendo encarada por setores da Igreja Católica como um fato que deverá facilitar o combate às igrejas evangélicas pentecostais, como a Igreja Universal do Reino de Deus.”* (Folha de S. Paulo, 22/10/1995, Especial Guerra Santa, p. 2, “Agressão revigora catolicismo, diz CNBB”). Mais uma vez a partir de um posicionamento da CNBB, outra matéria do jornal paulista publicou que a entidade observou um “aumento” da “devoção a Maria” após as agressões de Von Helder (Folha de S. Paulo, 26/10/1996, Brasil, p. 11, “CNBB exalta aumento de devoção a Maria”). Além destas reações institucionais, diversas matérias dos dois jornais destacaram que católicos planejaram e realizaram atos de repúdio contra a agressão, como protestos que aconteceram em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo (Folha de S. Paulo, 16/10/1995, Brasil, p. 8, “Católicos promovem protestos”); em Pernambuco (O Globo, 21/10/1995, O País, p. 9, “Católicos tomam as ruas de Recife”); e um ato nacional (O Globo, 18/10/1995, O País, p. 9, “Católicos preparam ato nacional”) (Figura 11).



Figura 11 - Capa do Globo de 21/10/1995 destaca com foto protesto de católicos em Recife.

Fonte: Acervo O Globo.

Antes e depois de 1995, o discurso jornalístico também destacou em diversas ocasiões declarações de membros da hierarquia católica e posicionamentos institucionais da igreja sobre os evangélicos, além de revelar o conteúdo de documentos internos de instituições católicas. Em 1985, uma matéria da Folha que teve chamada de capa (“CNBB está preocupada com seitas”) apresentou um relatório atribuído à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), católica, que estaria “preocupada” com “*o fenômeno dos novos missionários, vindos principalmente dos Estados Unidos e que vão ampliando suas bases junto aos pobres do continente [...]*” (Folha de S. Paulo, 03/03/1985, Política, p. 7, “Atuação dos novos missionários preocupa a Igreja”). O texto da chamada de capa evidencia que os evangélicos eram apresentados como uma novidade pelo jornal, que fala nas “chamadas igrejas evangélicas”: “*No Dossiê-Folha o repórter Dermi Azevedo faz um levantamento geral da atuação das chamadas igrejas evangélicas no país*”. A matéria correspondente se refere aos evangélicos e aos missionários de forma genérica, sem especificar igrejas e denominações. Ela vem acompanhada do selo “Dossiê Folha”, um dispositivo gráfico e editorial que destaca o caráter investigativo do conteúdo. Outro texto na mesma página afirma que não só os católicos

estavam atentos à atuação dos novos missionários, mas também as “Igrejas Evangélicas chamadas históricas” (Folha de S. Paulo, 03/03/1985, Política, p. 7, “Os quatro grupos de Missões de Fé”).

Cinco anos depois, outra matéria da Folha reportou que a CNBB, em uma assembleia, *“estipulou um prazo de três anos para decidir o que a Igreja Católica pode fazer frente ao crescimento das seitas evangélicas no país”* (Folha de S. Paulo, 20/05/1990, Política, p. A6, “Igreja monta em 3 anos estratégia contra seitas”). Nessa disputa, os católicos são colocados discursivamente como anacrônicos em comparação aos evangélicos, como mostra o primeiro parágrafo da matéria: *“A Igreja sempre se mexeu devagar nas suas mudanças ao longo da história, mas a velocidade com que essas seitas crescem no Brasil — praticamente dobraram o número de seus adeptos na última década — torna a reação uma operação cada vez mais complexa à medida que o tempo passa”*. Há quatro fontes entrevistadas, um pastor luterano e três membros da hierarquia católica. Estes oferecem como explicação para a expansão evangélica fatores sociais, como a carência de educação, e a “alienação” dos fiéis evangélicos mediante a colocação do demônio como o causador de todos os males. O pastor luterano entrevistado também argumenta que igrejas protestantes tradicionais e a Igreja Católica podem ter demorado a “aproveitar o potencial de comunicação de massa”. Apesar de os dispositivos de destaque se basearem na convocação de uma reação do catolicismo, duas fontes católicas minimizam o empenho da igreja nessa disputa. Entrevistado, um monsenhor afirma: *“Não estamos mudando nossa vida por causa disso”*.

Como se pode observar, a busca por explicações para o crescimento dos evangélicos, explorada no enquadramento “Crescimento”, é acionada também quando um posicionamento católico é demandado pelos jornais. Uma matéria bem representativa disto foi publicada pela Folha em setembro de 1995, com o título “Católico vê instrumentalização” (Folha de S. Paulo, 17/09/1995, Brasil, p. 14). Dois membros da hierarquia católica apresentam explicações para o crescimento de “igrejas como a Universal”. Um padre compara essas igrejas a “supermercados” que “oferecem ao fiel a ‘mercadoria’ que ele está procurando”, e acrescenta que elas apostam na “demonização do mundo”. Antes de apresentar algumas soluções para melhorar a evangelização pela Igreja Católica, um bispo tem suas explicações sobre as causas do “crescimento dos pentecostais” listadas: *“forte propaganda individual e familiar; liturgia muito viva e carregada de experiências; atenção aos problemas concretos da vida e atitudes de acomodação da Igreja Católica”*.

Em 1995 e em 2010, uma matéria da Folha e outra do Globo, respectivamente, enquadram esta disputa ao cobrir a agenda dos papas João Paulo II e Bento XVI. A primeira,

assinada por agências internacionais — o que nos lembra da múltipla autoria dos textos jornalísticos —, reporta que a cidade de Joanesburgo, na África do Sul, recebeu no mesmo dia uma missa celebrada pelo papa João Paulo II e um evento da IURD (Folha de S. Paulo, 18/09/1995, Mundo, p. 2-10, “Papa disputa fiéis com a Universal na África do Sul”). Embora um trecho afirme que, segundo representantes da Universal, a coincidência de datas ocorreu por acaso, os eventos são conectados pelo antagonismo, como mostra o lide: *“Em sua primeira visita à África do Sul, o papa João Paulo 2º travou ontem uma acirrada disputa por fiéis com a Igreja Universal do Reino de Deus, do bispo brasileiro Edir Macedo.”* São citados números de pessoas presentes na missa do papa (cerca de 100 mil) e no evento da IURD (cerca de 50 mil), para em seguida um porta-voz do Vaticano afirmar que o público no evento católico foi aquém do esperado. Pela estruturação baseada na disputa e pelo encadeamento das informações, é possível dizer que o texto insinua como causa do esvaziamento da missa do papa o evento da Universal, construindo isto com afirmações como *“As igrejas católicas africanas têm manifestado inquietação com relação ao sucesso de cultos como o da Igreja Universal no continente”*.

O texto prossegue com uma breve contextualização da presença da Universal na África do Sul, cita a cobrança do dízimo no país e então descreve o culto em Joanesburgo: primeiro o “transe, momento do ritual da igreja no qual parecem sofrer uma espécie de convulsão” e depois o movimento de pastores que “correram às grades do estádio para curar os doentes”. Já a missa do papa é explorada menos pelos ritos e mais por sua institucionalidade e pela relação com o contexto político e social do país africano. É mencionado, primeiro, que a cerimônia “marcou a aprovação do Vaticano ao fim do apartheid” e que a multidão gritava “João Paulo 2º, nós te amamos”. Por fim, são reproduzidas declarações do papa pedindo o fim do tráfico de armas e a mobilização de governos africanos pelo bem-estar de suas populações. Esta diferença no tratamento dos eventos — o evangélico, com estranhamento, e o católico, focando na institucionalidade — faz lembrar a análise discursiva de Santos (2011), que se debruçou sobre reportagens de capa da revista *Veja* de 1968 a 2010. A adjetivação foi um dos principais indicadores observados pela autora na comparação entre evangélicos e católicos:

[...] a adjetivação constrói um discurso que tende a qualificar as igrejas evangélicas, suas lideranças e fiéis de forma negativa, reforçando o imaginário religioso do jornalista acerca dos evangélicos. Estabelecendo um comparativo, quanto a forma de retratar as igrejas evangélicas e a Igreja Católica, nota-se os adjetivos opinativos empregados aos evangélicos enquanto igrejas: “barulhentas, grotescas, gigantescos, belicista, quadrilha”. Já para a igreja católica lê-se “imperial, garbosa, carismáticos”. (*Ibidem*, p. 93)

Em 2010, durante o papado de Bento XVI, o relato de um encontro do pontífice com bispos brasileiros em Roma novamente foi estruturado pela sequência de diagnósticos das causas para a perda de fiéis pelo catolicismo — e soluções para isso. Na capa, os evangélicos são citados como a outra face da diminuição de católicos no país: *“O Papa Bento XVI pediu ontem a bispos brasileiros, que o visitam na Itália, esforços para deter a redução do número de católicos no país e a expansão dos evangélicos e neopentecostais”*. Na matéria correspondente à chamada de capa, intitulada “Papa faz alerta para fuga de fiéis no Brasil” (O Globo, 11/09/2010, O País, p. 20), a reprodução de posicionamentos de membros da hierarquia católica ocupa todo o conteúdo, sem o acionamento de fontes com outros perfis. Isto foi observado em outras matérias do enquadramento “Ameaça ao catolicismo” e demonstra que os católicos ocupam uma posição privilegiada e pouco mediada no discurso jornalístico.

Voltemos a 1995, quando um “documento obtido pela Folha” e produzido durante reunião realizada pelo Vaticano em Petrópolis (RJ) “para a análise do fenômeno das ‘seitas’” foi base para matéria intitulada “Documento critica o ‘consumo’ de religiões” (Folha de S. Paulo, 22/10/1995, Especial Guerra Santa, p. 2). A matéria é estruturada, primeiro, pela apresentação das causas para a “proliferação das ‘seitas’”; e depois, pela exposição das soluções apontadas por bispos, padres e leigos de vários países latino-americanos presentes no encontro: *“Entre as providências a serem tomadas, os participantes do encontro destacaram a necessidade de ampliação do papel dos leigos, a busca de multiplicação de comunidades eclesiais e a ênfase no papel da família, sujeito e objeto da ‘Nova Evangelização’*. O documento recomenda também uma ‘eficaz utilização’ dos meios de comunicação.”

Como visto nesta e em outras matérias, os meios de comunicação de massa são colocados pelas fontes e incorporados pelo discurso jornalístico como um campo de disputa entre evangélicos e católicos — os quais aparecem como perdedores nessa corrida. Em meio à cobertura sobre a agressão à imagem de Nossa Senhora Aparecida por um bispo da Universal, exibida na TV Record, parece que a exigência por uma reação católica na televisão se impôs, algo a que os jornais dão destaque. O Globo publicou duas matérias especificamente sobre esses planos. Em uma delas, o presidente da CNBB anuncia que vai propor a criação de uma rede nacional católica de TV que “divulgue a evangelização”, nas palavras do entrevistado, o qual cita as imagens exibidas pela Record: *“Se brasileiros usam um canal de TV, comprado Deus sabe como, para insultar a mãe de Jesus, precisamos ter uma TV que divulgue a evangelização”* (O Globo, 22/10/1995, O País, p. 13, “Presidente da CNBB pede uma TV católica”). Uma semana depois, o mesmo jornal publica na capa uma chamada afirmando: “CNBB amplia rede de TV por causa de evangélicos”. Aqui e no primeiro parágrafo da matéria,

há uma causalidade entre a ampliação de uma rede de TV católica e a atuação dos evangélicos, representados no texto pela IURD e pela TV Record: *“A ampliação da Rede Vida de Televisão, da Igreja Católica, foi considerada prioritária pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), diante dos ataques que o catolicismo vem sofrendo por parte da Rede Record, que pertence à Igreja Universal.”* (O Globo, 28/10/1995, O País, p. 5, “Católicos decidem ampliar sua rede de TV”).

Cinco anos depois, passada a cobertura sobre a agressão à imagem da santa, uma matéria da TV Folha abordou a numerosa presença — em quantidade de programas e em horas de exibição — de religiosos na televisão, especificamente os católicos e evangélicos (Folha de S. Paulo, 10/09/2000, TV Folha, p. 12 e 13, “TV se transforma em templo eletrônico”). Neste texto, já não é tão forte o caráter de disputa, nem a colocação de uma vantagem de um sobre o outro, como mostra o trecho: *“E não são apenas os evangélicos que ocupam seu espaço na TV. Os católicos também marcam forte presença [...]”*. Entretanto, uma matéria complementar na mesma página destaca a avaliação de uma especialista no título, estruturado por este antagonismo: *“Evangélicos são mais dinâmicos, diz antropóloga”*. Na entrevista, o repórter pergunta à pesquisadora por que “há uma diferença tão grande entre a linguagem dos programas evangélicos e católicos”, e esta responde que a segmentação e a autonomia das igrejas evangélicas dão a elas agilidade na TV, em contraposição à hierarquia do catolicismo.

Como já discutido, o crescimento evangélico associado à perda de fiéis pelo catolicismo é algo constatado em pesquisas demográficas e é tema de debate não só na mídia, mas na academia. Entretanto, uma vez que o jornalismo é movido pela função de captação, que resulta na frequente focalização dramatizante observada neste capítulo, de acordo com termos de Charaudeau (2013), a oposição entre as igrejas é colocada como uma competição pelos jornais, formando um discurso baseado no antagonismo. Em parte, isto é construído discursivamente com a convocação de fontes católicas, que respondem caracterizando o avanço evangélico como uma ameaça. Embora em algumas matérias os católicos, em contraposição aos evangélicos, sejam colocados como anacrônicos, principalmente no que diz respeito ao uso dos meios de comunicação, o discurso jornalístico revela no *corpus* sua afinidade com a religião hegemônica no país, o que fica demonstrado em textos que buscam quase proativamente soluções para uma reação católica. É preciso lembrar que a imprensa, ao conceder espaço para diferentes vozes reguladas por sua posição apresentada como imparcial, produz na verdade um *simulacro de pluralidade*, segundo Biroli e Miguel (2010). Isto porque a abertura a distintas perspectivas na verdade é limitada e condicionada por certos padrões discursivos e temáticos.

A reivindicação da imparcialidade é, no fundo, um esforço do jornalismo para garantir seu capital, de acordo com os autores:

Afinal, o domínio da linguagem é, ao lado do acesso a indivíduos em cargos de decisão, um dos principais capitais de que os jornalistas dispõem. Ao reforçar a importância deste capital, a imprensa contribui para rejeitar as tentativas de ingresso, no debate público, daqueles que escapam das normas dominantes de produção do discurso. (*Ibidem*, p. 70)

Esta observação nos lembra da associação do jornalismo com o *status quo*. Os autores afirmam que “as práticas jornalísticas tendem a se acomodar em representações da política, da democracia e dos conflitos sociais que correspondem à manutenção da política dita democrática” (*Ibidem*, p. 72). Ou seja, tais práticas naturalizam a ordem social estabelecida e marginalizam vozes não dominantes. Os contradiscursos “são silenciados ou não se tornam públicos a não ser como estereótipos verbais, oscilando entre a mimese dos padrões dominantes de expressão e sua apresentação como ‘outros’ absolutos” (*Ibidem*). No que diz respeito à religião, esta observação vai ao encontro da hegemonia católica perpetuada por produtores de notícia destacada por Cunha (2016) e observada também aqui na análise da produção jornalística sobre os evangélicos. Reproduzindo a perspicaz avaliação de Biroli e Miguel (2010, p. 74), concordo que as práticas jornalísticas “produzem, na realidade, um equilíbrio que consiste em simulação controlada dos conflitos sociais”.

CAPÍTULO 4 | ANÁLISE: DISCURSO DA EXPLORAÇÃO

Os enquadramentos a serem explorados neste capítulo, em que analiso a construção de um discurso jornalístico no qual a relação entre fiéis evangélicos e igrejas é posta como uma relação entre explorados e exploradores, não poderiam existir sem os julgamentos morais. Na realidade, conforme já discutido, toda produção jornalística é atravessada pela posição social das individualidades e coletividades nela envolvidas. O que há de específico quando falamos em julgamento moral e nas matérias aqui analisadas é, primeiro, uma tendência de divisão de significantes, pessoas e práticas em posições opostas: o certo e o errado, a inocência e a culpa, a vítima e o vilão. Segundo, uma posição privilegiada no discurso de instituições sociais que têm essencialmente a função de definir e resguardar padrões de moralidade, sobretudo aquelas do sistema judiciário.

Ettema e Glasser (1998) apontam para o paradoxo entre o caráter contestatório do jornalismo — que teria o papel de chegar à verdade e denunciar falhas que afetam a vida social, o que é simbolizado pela representação da imprensa como “cão de guarda” do poder — e a alegação de jornalistas de que é possível cumprir essas funções mantendo uma conexão com o ideal de objetividade e a ausência de julgamentos morais. Estes autores ecoam a avaliação de muitos outros estudiosos de que, na imprensa, já não há defensores contumazes do ideal de objetividade. Entretanto, a partir de entrevistas com repórteres investigativos²⁷ renomados, os autores observaram que “a noção de conhecimento ‘desinteressado’ continua a moldar a notícia como uma forma de discurso e também a moldar o discurso dos jornalistas sobre as notícias” (*Ibidem*, p. 9, tradução minha). Para Ettema e Glasser, seus entrevistados “encontraram uma maneira de conviver, embora não de resolver, o paradoxo da consciência desengajada” (*Ibidem*, p. 70). Os jornalistas que se mostraram dispostos a reconhecer, ainda que timidamente, o papel dos julgamentos morais no seu trabalho afirmaram que estes eram simplesmente um reflexo direto dos valores da comunidade para quem escrevem. Uma referência importante para os jornalistas justificarem esse trabalho moral são padrões estabelecidos, como leis, códigos de conduta profissional, de ética, regulamentações, entre outros. Com isso, estes profissionais podem alegar que “reportam violações empiricamente verificáveis de padrões estabelecidos” e

²⁷ Os autores se debruçam sobre o jornalismo investigativo, apresentado no livro em contraponto ao jornalismo diário. Para eles, o jornalismo investigativo tem mais preponderante o compromisso com a busca pela verdade e o “esforço para relatar fatos morais profundos [...] de sofrimento e injustiça no mundo” (ETTEMA; GLASSER, 1998, p. 185). Entretanto, considero que a análise deles pode ser estendida para se compreender a lógica simbólica do jornalismo em geral.

conseguem uma solução provisória para diferenciar fatos de valores (*Ibidem*, p. 8). A partir dessas constatações, os autores propõem o conceito de *objetivação dos padrões morais*:

[...] estabelecer que a transgressão é de fato uma transgressão requer um processo que denominamos de objetivação dos padrões morais. Nesse processo, os repórteres tentam cumprir sua afirmação de que fazem julgamentos de notícias em vez de julgamentos morais; isto é, eles tentam transformar afirmações morais em afirmações empíricas para que, em última análise, os padrões de avaliação usados para analisar a transgressão pareçam tão empiricamente inequívocos quanto a evidência usada para documentar sua existência. Pela lógica desse processo, a ordem moral se torna fato, e o fato pode ser relatado com distanciamento. Em termos mais simples, a objetivação de uma reivindicação moral é realizada através da relação com padrões de conduta estabelecidos que podem colocar um “limiar” de certo e errado. Entre as matérias investigativas que analisamos, esses padrões foram extraídos da lei; regulamentos, códigos e diretrizes formalizados; perícia reconhecida; comparações estatísticas; e interpretações de senso comum de justiça e decência. (*Ibidem*, p. 71-72)

Portanto, de acordo com os autores, faz parte da produção jornalística a busca por padrões estabelecidos que possam ser apresentados como objetivos. Como disse uma repórter entrevistada pelos pesquisadores, esses padrões são “emprestados” de outras instituições da sociedade (*Ibidem*, p. 192). Uma vez encontradas essas referências, por exemplo leis transgredidas, as narrativas permitem a construção de posições de vítimas e vilões — papéis que não são distribuídos arbitrariamente, mas que tampouco estão dados na realidade. Estas narrativas permitem tornar inteligíveis certas situações que são sempre, na verdade, eventos ambíguos ou complexos. É importante frisar também que o trabalho da imprensa, aliás predominantemente conservador na manutenção de valores dominantes, segundo Ettema e Glasser, não resulta apenas da reafirmação da ordem existente. Para estes autores, o jornalismo empreende uma interpelação contínua sobre valores com a comunidade, definindo novas fronteiras para novas situações: “[...] o trabalho desses repórteres nos conclama, enquanto sociedade, a decidir o que é, e o que não é, um ultraje ao nosso senso de ordem moral e a considerar nossas expectativas sobre nossas autoridades, nossas instituições e, em última instância, nós mesmos” (*Ibidem*, p. 3). Ao apontar o paradoxo da consciência desengajada, Ettema e Glasser dizem não desejar atingir as fundações do jornalismo até um ponto de colapso, mas contribuir para a reconstrução destas. Ainda que existam valores dominantes, Biroli e Miguel (2012) lembram que discurso estáveis e permanentes não existem. Por isso, o trabalho cotidiano dos jornalistas envolve “lapidar consensos”:

Essa lapidação pode corresponder à acomodação dos conflitos entre segmentos (ou classes) sociais diferentes em representações do “bem comum”. Isto é, à sua organização em uma gramática moral comum que neutraliza os conflitos. E o jornalismo pode, também, e concomitantemente, assumir o papel de árbitro nas disputas entre as elites políticas. Nesse caso, o trabalho consistiria em atribuir significados ao comportamento dos atores e ao funcionamento das instituições, colando a eles julgamentos que exibem, diante do público, seu grau de adequação às

práticas que seriam incontestavelmente adequadas e aos valores tidos como universais. (*Ibidem*, p.33)

Para estes autores, valores dominantes estão no primeiro, e não no segundo nível da construção dos discursos jornalísticos. Já “o segundo nível, no qual se encontram as marcas discursivas dos procedimentos e rituais que garantiriam a objetividade, deve seu sentido àquele” (*Ibidem*, p. 31). Os discursos valorativos é que dão sentido às informações. Nesta construção discursiva, a heterogeneidade social se transforma “na oposição entre valores legítimos e atores (ou comportamentos) desviantes”, e esta oposição é expressa em “denúncias, acusações e a vilanização de atores e instituições” (*Ibidem*, p. 32). Como estudo de caso, os autores se debruçaram sobre duas reportagens de capa da revista *Veja* de 2002 e 2010 acerca dos “riscos” de “extremismo” representados pela vitória do PT nas respectivas eleições presidenciais. Segundo Biroli e Miguel, a revista “adota um estilo de jornalismo que rompe ostensivamente com os cânones da objetividade”: “Sua adjetivação é agressiva, suas antipatias são explícitas, sua predileção por determinados temas da agenda é indisfarçada [...]” (*Ibidem*, p. 26). A partir das capas estudadas, os autores afirmam que a *Veja* revela uma filiação à moderação como valor.

[...] a revista e seus leitores compartilham de um mesmo universo mental, no qual a modernidade (o oposto do atraso) e a democracia (o oposto do autoritarismo) correspondem aos países capitalistas centrais, nos quais, por sua vez, todo o jogo político se dá sob o signo da moderação (o oposto do radicalismo). Qualquer ideia que fuja da conformidade com um modelo, aliás bastante estrito, de ordenamento econômico e político liberal é “radical”, logo, atrasada e autoritária. Qualquer inconformidade com o padrão dado de gestão dos meios de comunicação de massa é censura. (*Ibidem*, p.37)

Agora, é a vez de analisar a expressão de julgamentos morais em matérias dos jornais *O Globo* e *Folha* sobre os evangélicos no Brasil. Já temos como pista a análise de Coelho, Dantas e Ferreira (2009, p. 6) de uma edição da revista *Veja* de 1981, na qual a expansão dos evangélicos era colocada como um movimento composto por uma “investida violenta” de igrejas e pastores e, em contrapartida, da “entrega pacífica” dos fiéis. Essa relação desigual é simbolizada pela referência aos fiéis como “presas”: “O termo ‘presa fácil’ remete às dificuldades cotidianas, à luta por sobrevivência, ao referir-se à conversão dos fiéis, que transformam completamente seu estilo de vida e não questionam os dogmas religiosos, de acordo com a reportagem” (*Ibidem*). Como nota também Giumbelli (2002) no discurso jornalístico, “os aproveitadores só prosperam onde há de quem se aproveitar”: os fiéis, “mais do que explorados”, são “exploráveis” (*Ibidem*, p. 387). Na *Folha* e no *Globo*, as vulnerabilidades sociais dos seguidores de igrejas evangélicas são também ressaltadas,

sobretudo nos primeiros anos do *corpus*. Estas matérias compõem, então, o primeiro enquadramento a ser explorado: o da “Vulnerabilidade”. Neste, o dízimo tem papel fundamental, pois condensa o discurso da exploração ao representar uma transação em que os fiéis têm desvantagens e as igrejas e pastores, vantagens. Aí temos o próximo enquadramento a ser analisado, “Enriquecimento”, em que o caráter empresarial das igrejas e dos pastores e os frutos valiosos por estes colhidos são destacados. Por último, debruço-me sobre o enquadramento “Irregularidades”, em que o julgamento moral acerca dos dirigentes das igrejas é consolidado por acusações que batem à porta da Justiça.

Cabe, por fim, apresentar dois acontecimentos, em 1995 e em 2005, que levaram a coberturas jornalísticas se estendendo por vários dias e que atravessam alguns dos enquadramentos deste capítulo. Fechando 1995 — ano em que a cobertura sobre os evangélicos se intensificou devido à exibição da minissérie “Decadência”, em setembro, e da agressão à imagem de Nossa Senhora Aparecida, em outubro —, o “Jornal Nacional”, da TV Globo, exibiu em 22 de dezembro imagens de encontros, muitos deles descontraídos, entre membros da hierarquia da IURD, incluindo o bispo Edir Macedo. Desde o início, a Globo divulgou que os vídeos tinham sido entregues à TV por um ex-pastor da igreja, Carlos Magno, que fez muitas das imagens escondido. Neste período, os vídeos mais destacados pela imprensa mostraram Macedo ensinando subordinados a pedirem doações de fiéis, dizendo a frase “ou dá ou desce”; e sorrindo enquanto manipulava notas de dinheiro no chão, em uma igreja em Nova York. Conforme afirma Giumbelli (*Ibidem*, p. 404), depois de uma cobertura jornalística já intensa no segundo semestre de 1995, em dezembro as reportagens assumiam “um tom mais de indignação do que de revelação ou informação”. O Globo e a Folha conduziram suas coberturas de formas um pouco distintas, com o primeiro acionando o discurso da exploração com um tom acusatório mais evidente. A Folha também acionou este discurso, mas publicou, além disso, matérias colocando em questão os interesses do ex-pastor autor das filmagens, conforme será explorado mais adiante.

Dez anos depois, em 2005, novamente os jornais tomaram rumos diferentes ao tratar de malas repletas de dinheiro vivo encontradas pela Polícia Federal (PF) em um avião particular onde estavam o deputado federal e bispo da Universal João Batista, além de outros bispos da IURD. A Folha publicou matérias sobre a apreensão das malas e seus desdobramentos, com algumas chamadas de capa, mas não explicitou tão fortemente quanto O Globo a conexão de João Batista com a IURD. Portanto, minha análise desta cobertura se volta para o jornal carioca. Longe dos dispositivos de destaque, O Globo informou em alguns textos neste período que o transporte de dinheiro vivo não era proibido, mas que a PF fez a apreensão para apurar possíveis

irregularidades. A Universal declarou que a quantia havia sido doada por fiéis e era transportada — segundo a igreja, legalmente — para sua matriz em São Paulo.

Como vemos, novamente a IURD é a protagonista das reportagens que constroem o discurso da exploração, indo ao encontro de algo observado por Mariano (1999), segundo quem os líderes pentecostais são há muitas décadas acusados de charlatanismo pelo “trio imprensa, polícia e Justiça” (*Ibidem*, p. 179). De acordo com o autor, nos anos 1950, a igreja mais “assediada” por esses atores era a Brasil para Cristo (*Ibidem*); nos anos 1980, “foi a vez da Deus é Amor ser contemplada pela imprensa” (*Ibidem*, p. 180). No fim da década de 80, “o fisiologismo de parlamentares da bancada evangélica na Constituinte e, logo a seguir, os controversos métodos de arrecadação da Universal macularam a imagem de parte da liderança pentecostal” (*Ibidem*). O dízimo, mais ou menos obrigatório a depender da igreja evangélica, das históricas às pentecostais, torna-se no discurso jornalístico um signifiante poderoso para caracterizar as igrejas pentecostais, por sua fácil captação e pela carga moral a ele associado. Mariano explica que o dízimo, no âmbito da doutrina da teologia da prosperidade — um dos pilares do neopentecostalismo, segundo sua tipologia — é uma das principais provas de fé do crente.

Cumprir dizer que os pentecostais, incluindo os que se opõem às doutrinas da Teologia da Prosperidade, acreditam que Deus fica propenso a recompensar materialmente os dizimistas, nem que seja não permitindo que lhes falem os meios de subsistência. Pois, para eles, Deus conhece as reais necessidades de seus servos e, na hora certa, tudo provê. Unânime entre fiéis e pastores entrevistados, essa crença abre portas para a entrada da Teologia da Prosperidade nesse meio religioso. Sua probabilidade de aceitação e propagação é imensa, já que a associação entre contribuição financeira à igreja e prosperidade do ofertante encontra-se presente há muito tempo no protestantismo histórico. (*Ibidem*, p. 164)

Benetti (2000) afirma que, na doutrina da Universal, o dízimo é considerado obrigatório pois “representa a consciência do indivíduo de que o verdadeiro dono de todas as suas posses seria Deus, que apenas estaria lhe dando o direito de usufruir delas” (*Ibidem*, p. 67). Já as ofertas espontâneas, diferentes do dízimo, estabelecem uma relação com o poder divino orientada pela ideia de desafio: o fiel dá “uma quantia considerada relevante, em troca da obtenção de alguma graça” (*Ibidem*). Como crítico das tipologias evangélicas, Giumbelli (2002) observa, por sua vez, que a exploração financeira dos fiéis passa a ser acionada pela imprensa para diferenciar o pentecostalismo recente dos demais pentecostais e dos protestantes históricos — uma distinção que é parte de um processo de isolamento da IURD na construção da categoria “neopentecostal”. A inclinação para “singularizar certos grupos, práticas ou doutrinas em relação aos demais segmentos religiosos” (*Ibidem*, p. 423) é análoga à delimitação das seitas, fazendo da IURD uma “espécie de seita *sui generis*” no Brasil (*Ibidem*, p. 295).



Figura 12 - Reportagem da Folha de 03/03/1985 aborda preocupação de instituições católicas com missões estrangeiras evangélicas na América Latina; ilustração mostra no primeiro plano uma mulher carregando um objeto na cabeça, apoiado em um lenço; e, ao fundo, um vulto erguendo uma cruz em meio à mata sombreada. Fonte: Acervo Folha de S. Paulo.

Nos primeiros anos estudados, a representação predominante dos seguidores das igrejas evangélicas foi marcada pela pobreza e por vulnerabilidades sociais. Citada no capítulo anterior, a matéria da Folha intitulada “Atuação dos novos missionários preocupa a Igreja” (Folha de S. Paulo, 03/03/1985, Política, p. 7) contém elementos textuais e mesmo visuais que retratam o fiel evangélico como pobre e vulnerável às igrejas evangélicas. Há uma ilustração que mostra no primeiro plano uma mulher carregando um objeto na cabeça, apoiado em um lenço; e, ao fundo, um vulto escondido na mata erguendo uma cruz (Figura 12). É uma imagem que remete à pobreza e à chegada de evangelizadores. O texto endossa esse retrato ao afirmar que a chegada ao Brasil de novos missionários de várias denominações preocupava os católicos, conforme aqueles ampliavam “*suas bases junto aos pobres do continente, anunciando dias melhores para a outra vida*” e “*junto aos índios*”.

Cinco anos depois, um texto do Globo sobre a Universal afirmou que a igreja era sustentada pelas “contribuições financeiras de seus seguidores — a maioria pobres” (O Globo, 29/04/1990, Grande Rio, p. 16, ““Se eu quisesse ganhar dinheiro, seria político”). Em 1990, também a Folha publicou uma matéria colocando que o “*crescimento acelerado da Universal*” era “*amparado em fartas doações em dinheiro, mesmo entre seu maior público, de baixa renda, que tenta obter curas e outras graças*” (Folha de S. Paulo, 20/05/1990, Política, p. 6, “Igreja monta em 3 anos estratégia contra seitas”). Já em 1995, uma matéria sobre os planos de expansão da Assembleia de Deus na TV colocou as famílias de baixa renda como “mais

suscetíveis à pregação evangélica”: *“Calcula-se que existam mais de 3 milhões de residências com parabólicas e que grande parte são de famílias de baixa renda, mais suscetíveis à pregação evangélica”* (Folha de S. Paulo, 26/11/1995, Brasil, p. 18, “Assembléia lança o Jesus-Sat”). Além da pobreza, algumas matérias caracterizaram os seguidores evangélicos como pessoas enfrentando problemas de saúde, familiares, desemprego, entre outros (Tabela 15).

Jornal	Data	Título da matéria
Folha de S. Paulo	03/03/1985	Atuação de novos missionários preocupa a Igreja
O Globo	29/04/1990	Lucro certo no reino da Igreja Universal
O Globo	12/08/1990	Pastores vendem votos de seus rebanhos
Folha de S. Paulo	17/09/1995	Nos cultos, fiéis doam dinheiro para vencer o diabo
Folha de S. Paulo	22/10/1995	Novas igrejas trocam a ética pela mágica
O Globo	29/10/1995	‘Quem vai dar cem dólares?’
O Globo	24/12/1995	Fiel grávida é agredida no templo
O Globo	28/12/1995	Ex-fiéis processam Edir Macedo
Folha de S. Paulo	28/12/1995	Ex-fiel tem diploma assinado por Jesus
Folha de S. Paulo	28/12/1995	Fiéis pedem devolução de bens doados
Folha de S. Paulo	25/08/2000	Justiça condena Igreja Universal a devolver R\$ 600 doados por fiel
O Globo	12/07/2005	A multiplicação das malas
O Globo	13/07/2005	Universal alega que dinheiro foi doado por fiéis
O Globo	13/07/2005	Uma igreja polêmica
O Globo	14/07/2005	Universal também voou com 11 caixas de dinheiro
Folha de S. Paulo	13/04/2010	Em vídeo, bispo da Universal ensina a arrecadar na crise
Folha de S. Paulo	04/09/2015	Universal é condenada a indenizar fiel no RS por prometer cura do HIV
Folha de S. Paulo	01/02/2020	Funai quer nomear evangélico para chefia de índios isolados

Tabela 15 - Matérias da Folha de S. Paulo e de O Globo representativas do enquadramento “Vulnerabilidade”. Fonte: Da autora, a partir do acervo da Folha de S. Paulo e de O Globo.

A expansão das igrejas evangélicas, de que tratamos anteriormente, é caracterizada em algumas matérias como um movimento agressivo em direção a fiéis em potencial, como revela o signifiante “alvo”, acionado em um título da Folha para se referir ao Nordeste, região na qual a Universal planejava crescer (Folha de S. Paulo, 26/11/1995, Brasil, p. 18, “Expansão no Nordeste é meta para 96”); e “mira”, como no trecho *“Outra etnia na mira dos evangélicos são os zuruahãs, no Amazonas”* (Folha de S. Paulo, 01/02/2020, Poder, p. A12, “Funai quer nomear evangélico para chefia de índios isolados”). Destaco ainda o recorrente uso, na década de 1990,

do significante “rebanho” e variações, como o verbo “arrebancar” (Tabela 16). É evidente que uma primeira justificativa para seu uso é a metáfora em torno da figura do pastor, que conduz animais mas, entre os protestantes, também é aquele que orienta as pessoas espiritualmente (HOUAISS, 2009). Entretanto, no sentido figurado, o rebanho remete também a um “grupo de pessoas sem vontade própria e facilmente manipuláveis” (*Ibidem*).

Nas matérias analisadas, vemos que este significante se associa à vulnerabilidade e à passividade dos fiéis evangélicos. Um bom exemplo disso é uma matéria do Globo de 1990, “Pastores vendem votos de seus rebanhos” (O Globo, 12/08/1990, O País, p. 10), que teve como chamada de capa a frase “Pastores trocam voto do rebanho por ajuda”. A reportagem visitou seis pastores sem se identificar, e cinco deles — pertencentes “às chamadas igrejas pentecostais”, segundo a matéria — concordaram em orientar fiéis a votarem em determinados candidatos em troca de benefícios materiais, como a ajuda no pagamento do aluguel ou na compra de material de construção. Há vários outros exemplos do uso de “rebanho” no *corpus*, principalmente sendo este significante associado a um agrupamento de fiéis que são explorados financeira e espiritualmente, como neste trecho: “[...] para o rebanho que segue os pastores da Universal é difícil não sair tosquiado ao final do culto” (O Globo, 29/04/1990, Grande Rio, p. 16, “Lucro certo no reino da Igreja Universal”); e como um meio de enriquecimento para pastores, como mostra a chamada de capa do Globo de 29/10/1995, “Macedo acha rebanho ideal nos EUA e fatura mais”.

Jornal	Data	Localização	Texto
O Globo	29/04/1990	Trecho de matéria	[...] para o rebanho que segue os pastores da Universal é difícil não sair tosquiado ao final do culto.
O Globo	12/08/1990	Título	Pastores vendem votos de seus rebanhos
O Globo	12/08/1990	Chamada de capa	Pastores trocam voto do rebanho por ajuda
O Globo	22/10/1995	Legenda de foto	Cenas de histeria uma sessão de exorcismo: segredo para multiplicar o rebanho e, também, o faturamento.
Folha de S. Paulo	22/10/1995	Trecho de matéria	O pastor luterano atribui o fato a uma questão sociológica, já que os seguidores de Macedo seriam arrebancados graças ao clima de miséria e desesperança no país.
O Globo	29/10/1995	Chamada de capa	Macedo acha rebanho ideal nos EUA e fatura mais
O Globo	23/12/1995	Subtítulo	‘Peça! Peça! Peça!': essa é a melhor maneira de recolher os dízimos de seu rebanho humilde, segundo o fundador da seita

Tabela 16 - Exemplos de textos com menção ao significante “rebanho” e suas variações. Fonte: Da autora, a partir do acervo da Folha de S. Paulo e de O Globo.

Voltando à matéria do Globo intitulada “Pastores vendem votos de seus rebanhos” (O Globo, 12/08/1990, O País, p. 10), observa-se a colocação dos fiéis como explorados e dos dirigentes de várias igrejas como atores tomando vantagem desta relação, a ponto de recorrerem à corrupção. O lide, por sua vez, é baseado na oposição entre o catolicismo e o pentecostalismo, este colocado como intrometido e digno de vergonha: *“A Igreja Católica abandonou a prática de indicar seus candidatos oficiais, mas, em compensação, a intromissão de pastores evangélicos pentecostais na cédula dos fiéis registra hoje um fenômeno que deixaria Jesus Cristo corado de vergonha: a venda de votos do ‘rebanho’”*. A contraposição entre materialidade e espiritualidade é observada na estruturação deste e de vários outros textos, mostrando que o discurso jornalístico enfatiza, em muitos casos, a finalidade pragmática das igrejas, em detrimento do seu caráter propriamente religioso. Como neste trecho: *“A intenção de garantir bancadas fiéis aos interesses nem sempre espirituais das igrejas pentecostais levou três dessas igrejas — a Universal do Reino de Deus, a Internacional da Graça de Deus e a Casa da Bênção — a indicarem oficialmente seus candidatos à Câmara dos Deputados e à Assembléia Legislativa.”*

Lucro certo no reino da Igreja Universal

PAULO SÉRGIO MARQUEIRO
HELOISA VILELA
Especial para O GLOBO

Há 13 anos, quando sob “uma inspiração divina” decidiu fundar a Igreja Universal do Reino de Deus, o então pastor da Igreja da Nova Vida Edir Macedo Bezerra por certo não esperava que estivesse fazendo o melhor negócio da sua vida e que em pouco mais de um decênio estivesse liderando um verdadeiro império empresarial, com tentáculos em nada menos do que nove países em três continentes. Nesse tempo, o hoje Bispo Macedo se transformou no “líder espiritual” de 12 milhões de seguidores no Brasil e 20 milhões no exterior, que buscam curas milagrosas em quase mil templos no Brasil, quatro nos Estados Unidos, dois na Argentina e ainda na Europa e na África.

O Bispo Macedo por certo não esperava, também, tantas complicações com a Polícia em razão das curas que alardeia fazer em troca dos dez por cento do salário e de generosas ofertas de seus fiéis. Curas tão milagrosas que levaram alguns teólogos a classificá-las de “prática perversa” e “show de manipulação”. E que fizeram com que o Delegado José Carlos Ribeiro Franco, da 18ª DP determinasse a abertura de uma investigação para apurar a possível prática de curandeirismo durante o culto realizado no Maracanã, no dia 13 de abril. “Isso é perseguição da Igreja Católica”, afirmou Macedo ao GLOBO, em entrevista que deu em Purchase, pequeno distrito de Harrison, ao norte de Nova York, onde mora numa casa avaliada em US\$ 800 mil (Cr\$ 57 milhões).



Salvação à venda no supermercado da fé

Exploração da fé, show de manipulação, prática perversa. Expressões como estas foram usadas por alguns teólogos, sociólogos e pastores evangélicos para comentar as atividades da Igreja Universal do Reino de Deus. A igreja está sendo investigada pelo Delegado da 18ª DP (Praça da Bandeira), José Carlos Ribeiro Franco, para apurar a possível prática de curandeirismo durante o culto realizado no Maracanã no dia 13 de abril. E, também, pela Polícia Federal, por suspeita de fraude fiscal e de remessa de dinheiro para o exterior. Ligada à corrente pentecostalista (oriada nos Estados Unidos e desenvolvida fora do protestantismo tradicional), a Igreja Universal afirma ter fundamento evangélico. Segundo o pastor evangélico José Bittencourt Filho, Assessor do Centro Ecumênico de Documentação e Informação e membro da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, todas as igrejas pentecostais costumam trabalhar com a doutrina cura-exorcismo-prosperidade. Mas, no caso da Igreja Universal, há uma ênfase exagerada na questão da prosperidade.

Figura 13 - Reportagem do Globo de 29/04/1990 destaca foto em que, segundo a legenda do jornal, “os ‘obreiros’ carregam sacos com as ‘contribuições espontâneas’ dos fiéis”. Fonte: Acervo O Globo.

O maior símbolo desta relação desigual entre fiéis e igrejas no discurso jornalístico é, definitivamente, o dízimo. A cobrança desta doação e seu pagamento pelos fiéis foi o foco de muitas matérias, em vários anos. Outras formas de doação também foram abordadas pelos jornais. Em 1990, uma matéria do Globo, como muitas outras, exibiu uma foto de dinheiro sendo recolhido em um culto da Universal (O Globo, 29/04/1990, Grande Rio, p. 16, “Lucro certo no reino da Igreja Universal”) (Figura 13). A legenda diz, com algumas aspas: *“No culto do Maracanã, no dia 13, os ‘obreiros’ carregam sacos com as ‘contribuições espontâneas’ dos*

fiéis”. O lide é estruturado pela dualidade entre espiritualidade e a materialidade nos negócios da Universal, em que a segunda dimensão se sobrepõe à primeira: “*Há 13 anos, quando sob ‘uma inspiração divina’ decidiu fundar a Igreja Universal do Reino de Deus, o então pastor da Igreja da Nova Vida Edir Macedo Bezerra por certo não esperava que estivesse fazendo o melhor negócio da sua vida e que em pouco mais de um decênio estivesse liderando um verdadeiro império empresarial, com tentáculos em nada menos que nove países em três continentes. Macedo se transformou no ‘líder espiritual’ de 12 milhões de seguidores no Brasil e 20 milhões no exterior, que buscam curas milagrosas em quase mil templos no Brasil, quatro nos Estados Unidos, dois na Argentina e ainda na Europa e na África*”. O texto afirma que as curas são oferecidas mediante doações: “*O Bispo Macedo por certo não esperava, também, tantas complicações com a Polícia em razão das curas que alardeia fazer em troca dos dez por cento do salário e de generosas ofertas de seus fiéis. Curas tão milagrosas que levaram alguns teólogos a classificá-las de ‘prática perversa’ e ‘show de manipulação’.*”

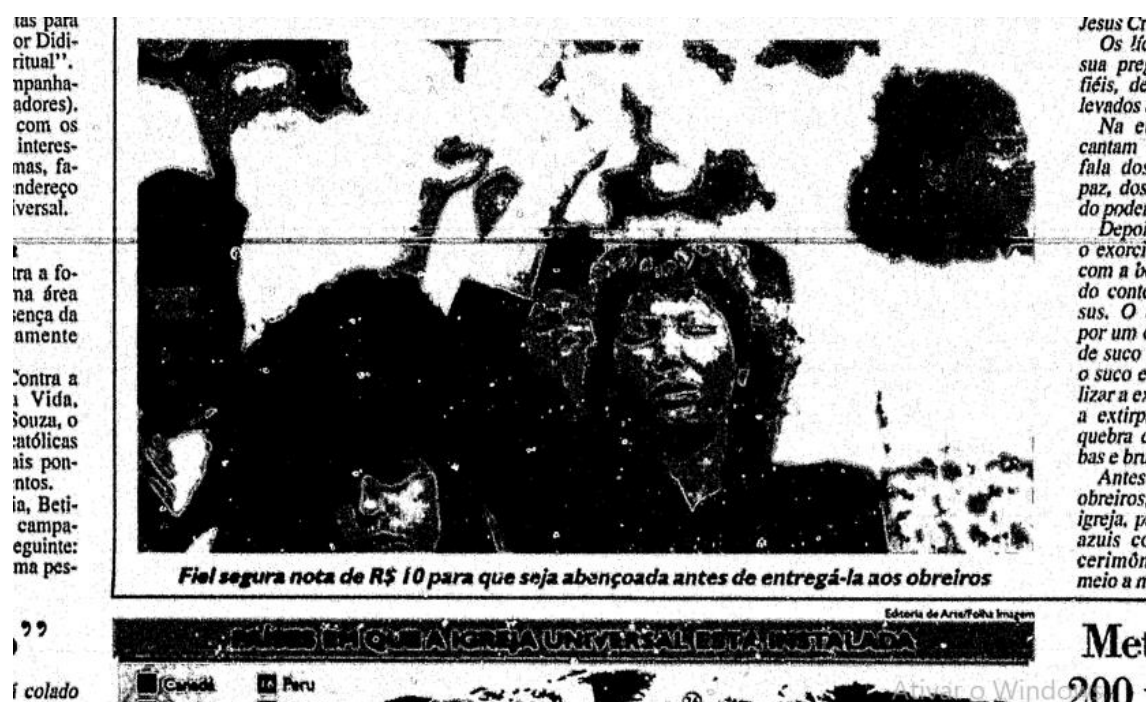


Figura 14 - Matéria da Folha de 15/04/1995 destaca com foto doação de R\$ 10 por mulher em culto em Taguatinga (DF). Fonte: Acervo Folha de S. Paulo.

Em outra matéria sobre um evento da Universal — mas com o genérico antetítulo “Evangélicos” —, a Folha publicou uma foto com legenda que também destacou o ato da doação monetária: “*Fiel segura nota de R\$ 10 para que seja abençoada antes de entregá-la aos obreiros*” (Folha de S. Paulo, 15/04/1995, Brasil, p. 8, “Culto reúne 40 mil em estádio de Taguatinga”) (Figura 14). Além da cobertura de eventos como estes, duas matérias de 1995 que fazem parte do enquadramento “Vulnerabilidade” consistiram na ida de repórteres a algum

culto, posteriormente descrito no texto. Das muitas coisas que podem ser observadas e relatadas dos cultos evangélicos, os dispositivos de destaque se centraram nas doações e no dízimo. Como uma matéria da Folha intitulada: “Nos cultos, fiéis doam dinheiro para vencer o diabo” (Folha de S. Paulo, 17/09/1995, Brasil, p. 12). A partir da visita de um repórter a uma igreja da Universal na cidade de São Paulo, o texto coloca os fiéis — “vestidos com roupas humildes” e “vigiados por ‘obreiros’ (assistentes do pastor)” — em uma posição submissa ao pastor que conduz o culto, como mostra esse trecho: *“Enquanto o pastor fala, as pessoas, sentadas, não olham para o lado. Respondem a quase toda pergunta que ele faz. [...] Também pede acenos de mão para ‘quem sente a presença de Deus’. Todos fazem o gesto.”* Em outro trecho, afirma-se que um comando do pastor é “seguido pela massa”. O sermão e os argumentos do pastor são descritos, e um trecho associa o desamparo emocional dos seguidores ao posterior pedido de doações: *“Mas o assunto dinheiro fica para a parte final do discurso. Antes, ele se dirige ao desamparo emocional das pessoas. ‘As pessoas se subestimam’, diz. Quase tudo que é dito é ilustrado. Para mostrar como a falta de auto-estima prejudica a vida, ele pode pintar a seguinte imagem: ‘Não adianta você parar diante de um prédio, olhar para cima e dizer: ‘Ah, se esse apartamento fosse meu’. Você tem que dizer: ‘Esse apartamento será meu’.”*

No fim do texto, o momento alçado aos dispositivos de destaque: o pedido de doações. O texto introduz esta parte do culto novamente se baseando na dualidade entre o material (a ampliação de igrejas pelo mundo) e o espiritual (derrotar o diabo): *“Está na hora de começar a falar nas doações de dinheiro. Também na quinta-feira, o pastor deu nesse instante uma justificativa ao mesmo tempo prática e ‘teológica’. ‘Temos igrejas em vários países’, disse, logo emendando, com voz mais elevada: ‘Mas ainda é pouco! Temos de ter igrejas no mundo inteiro, porque só assim vamos destruir o diabo’.”* O texto é finalizado com breves entrevistas com seguidores da IURD, identificados apenas como “a balconista Regina” e o “mecânico Roberval” — ratificando a posição de cidadãos testemunhas, como tipificou Charaudeau (2013) ao se referir à colocação de cidadãos no discurso jornalístico com a função apenas de reforçarem sentidos, não importando tanto suas personalidades e identidades.

Em outubro de 1995, O Globo publicou o relato de uma repórter que acompanhou um culto da Universal em Nova York, frequentado por muitos latino-americanos. A jornalista adjetivou como “chocante” os pedidos de doação: *“É chocante. Além das ‘oferendas espontâneas’ a cada culto, os fiéis da Iglesia Universal doam mensalmente 10% de seu salário à organização”* (O Globo, 29/10/1995, O País, p. 15, “Quem vai dar cem dólares?”). Segundo a matéria, os cultos da igreja *“têm quase a metade do tempo dedicada ao recolhimento de oferendas”*. Uma parte do culto é comparada a um leilão: *“Como poucos atendem ao apelo*

pelas doações mais elevadas, eles vão, pouco a pouco, baixando o valor, como num leilão às avessas”. Em dezembro daquele ano, depois da exibição de vídeos de bastidores da Universal pelo “Jornal Nacional”, a Folha e O Globo novamente destacaram a exploração da fé, simbolizada pelo dízimo. Na primeira matéria publicada pelo Globo sobre as imagens, o subtítulo afirma que, nos vídeos, o “*fundador da seita*” ensinava “*a melhor maneira de recolher os dízimos de seu rebanho humilde*” (O Globo, 23/12/1995, O País, p. 9, “Falso Reino de Deus é desmascarado”). O lide diz que Macedo e seus pastores “*degeneraram*”. Já a Folha noticiou a divulgação dos vídeos com matéria intitulada “Vídeo ensina pastor a arrecadar dinheiro” (Folha de S. Paulo, 23/12/1995, Brasil, p. 8) e uma imagem de Macedo agachado contando dinheiro.

Neste período, porém, os fiéis inauguram uma nova posição de sujeito. Os jornais começam a publicar matérias com denúncias de fiéis contra as igrejas, algumas dessas alegações se transformando em acusações perante a Justiça. O discurso jornalístico segue denunciando uma relação de exploração mas, discursivamente, estes fiéis são colocados em uma posição mais privilegiada do que em outros momentos, quando os seguidores evangélicos eram passivos em relação aos pastores e às igrejas. As acusações de ex-fiéis apontam para prejuízos financeiros e na saúde, neste caso devido à promessa de cura de enfermidades. Dizendo-se estimulada a denunciar depois de ter assistido os vídeos revelados pelo “Jornal Nacional”, uma mulher grávida acusou um pastor da Universal de agressão depois que tentara reaver R\$ 12 mil doados à igreja (O Globo, 24/12/1995, O País, p. 10, “Fiel grávida é agredida no templo”). O procurador-geral da Justiça da época, que se mostrou uma fonte recorrente nesta cobertura, afirmou ao Globo que, tendo provas, fiéis da Universal poderiam recorrer à Justiça para recuperar doações (O Globo, 27/12/1995, O País, p. 3, “Brindeiro sugere ação na Justiça”). Nesta matéria, há especialistas que dão dicas sobre o que é preciso para abrir uma ação do tipo e até um *box*, intitulado “É preciso reunir provas”, resumindo estas instruções (Figura 15).

DOAÇÕES DOCUMENTADAS SÃO AS MAIS FÁCEIS

É PRECISO REUNIR PROVAS

• As provas necessárias para reaver o que foi dado variam conforme dois tipos de doação: a de bens e a de dinheiro.

• **BENS:** No caso de bens — carros e imóveis, por exemplo — é mais fácil. Basta uma cópia do documento de transferência ou da declaração de bens onde o fiel registrou a doação. No caso de a doação não ter sido registrada e comunicada em declaração de renda à Receita Federal, a Igreja ou seita poderá perdê-la, além de ser processada por crime de sonegação fiscal.

• **DINHEIRO:** A doação em dinheiro é mais difícil de comprovar, por causa da falta de documento. A recomendação nesse caso é a de que o fiel que se sentiu enganado tente reunir provas materiais que comprovem a doação. Lembranças que são dadas em troca de dinheiro servem. Nesse caso, porém, são necessárias testemunhas da doação para que ela tenha validade.

Figura 15 - Box em matéria do Globo de 27/12/1995 traz instruções para fiéis tentarem reaver doações a igrejas evangélicas. Fonte: Acervo O Globo.

No dia seguinte, o jornal publicou que pessoas de várias partes do Brasil já estavam acionando a Justiça para recuperar bens, e muitas dessas histórias foram contadas com a seguinte sequência: relato de alguma necessidade, como de emprego; a coação ou decisão pela doação à igreja; e posterior penúria da vítima (O Globo, 28/12/1995, O País, p. 3, “Ex-fiéis processam Edir Macedo”). A Folha também noticiou uma onda de pedidos de devolução de doações (Folha de S. Paulo, 28/12/1995, Brasil, p. 14, “Fiéis pedem devolução de bens doados”) e, anos depois, destacou na capa outros casos de fiéis que tiveram vitórias na Justiça contra a Universal, como em 2000 (Folha de S. Paulo, 25/08/2000, Brasil, p. 6, “Justiça condena Igreja Universal a devolver R\$ 600 doados por fiel”) e em 2015 (Folha de S. Paulo, 04/09/2015, Cotidiano, p. B5, “Universal é condenada a indenizar fiel no RS por prometer cura do HIV”).

Em 2005, com a apreensão de malas com dinheiro vivo em um avião que conduzia bispos da IURD, o significante “dízimo” teve o sentido de exploração reforçado e atualizado. Independente das diferentes versões e do desenrolar do caso, no primeiro dia de cobertura O Globo já falava em “Escândalo do Dizimão” no antetítulo de sua matéria principal (O Globo, 12/07/2005, O País, p. 3, “A multiplicação das malas”) (Figura 16). Esse mote foi repetido por diversos dias, nos textos e dispositivos de destaque, apesar de sua origem imprecisa, como mostra o seguinte trecho da matéria: “Uma denúncia anônima motivou a abordagem, segundo a PF, que acabou descobrindo o esquema que já está sendo chamado de dizimão.” Novamente, vemos aqui que o imperativo de captação se sobrepõe ao compromisso simbólico de fornecer informação, resultado da dupla lógica a que a imprensa é submetida. O próprio jornal conecta

diferentes episódios de que estamos tratando ao publicar, na mesma edição, uma matéria com título “Uma igreja polêmica”, referindo-se à Universal (O Globo, 12/07/2005, O País, p. 5). Ela traz fotos de arquivo: uma do culto no Maracanã em 1990, em que se pode ver homens carregando sacos de dinheiro no evento; e outra de 1995, a imagem de Edir Macedo sorrindo ao mexer em cédulas de dólares na igreja de Nova York. O lide, impulsionado pela recente apreensão de malas pela PF, afirma: *“Sacos de dinheiro vivo não são novidade na história da Igreja Universal do Reino de Deus.”* O texto relembra o evento no Maracanã em 1990 e, ao reproduzir uma fala do bispo Edir Macedo pedindo doações, cria a imagem de uma resposta passiva do público: *“A frase foi uma espécie de senha para que centenas de obreiros uniformizados saíssem com sacolas no meio da multidão recolhendo a contribuição de fiéis”*. O texto relembra ainda as denúncias do ex-pastor Carlos Magno em 1995, além de suspeitas sobre a compra da TV Record.



Figura 16 - No primeiro dia de cobertura sobre a apreensão de malas de dinheiro em avião, em 12/07/2005, O Globo já nomeia episódio como “Escândalo do dizimão”. Fonte: Acervo O Globo.

Em 2010, a arrecadação do dízimo segue recebendo destaque de capa, como mostra a matéria da Folha “Em vídeo, bispo da Universal ensina a arrecadar na crise” (Folha de S. Paulo, 13/04/2010, Brasil, p. 4). Ela se baseia em vídeos da época da crise econômica de 2008 que foram entregues por um ex-voluntário da IURD ao Ministério Público (MP) de São Paulo, aos quais a reportagem teve acesso. O jornal destaca no texto e em um infográfico que as imagens entregues se juntaram a um inquérito civil e a uma ação penal já em curso, mas não predominam na matéria informações sobre esses processos na Justiça, e sim os argumentos de bispos para arrecadar doações, registrados nas filmagens. O infográfico destaca no topo as falas de bispos e pastores durante videoconferências, como a sugestão de perguntar aos fiéis: *“Você crê mais na crise ou você crê em Deus?”*. Segundo o texto, as gravações obtidas pela Folha *“oferecem rara visão sobre as práticas da Igreja”*.

Algumas matérias colocam, através de certos significantes, as práticas das igrejas, sobretudo da Universal, como ilusionistas, o que explicaria em parte a submissão dos fiéis à exploração. Isso já havia se manifestado em setembro de 1995, quando a Folha publicou um texto em primeira pessoa de um repórter que acompanhou um culto da IURD em Nova York (Folha de S. Paulo, 18/09/1995, Mundo, p. 2-10, “Como fui exorcizado em NY”). Descreve-se um momento de cura, em que um parálítico disse ter voltado a andar — mas o repórter, colocando-se como um narrador onisciente em relação aos seguidores da igreja, diz: *“Tamanha a emoção que nem sequer notaram um detalhe: a muleta do ‘paralítico’ era nova em folha”*.

No mês seguinte, o jornal publicou uma matéria intitulada “Novas igrejas trocam a ética pela mágica” (Folha de S. Paulo, 22/10/1995, Especial Guerra Santa, p. 4 e 5), baseada na entrevista com um pesquisador. Esta “*mágica*” seria a diferença dos “*neopentecostais, como a Universal do Reino de Deus*” e os protestantes tradicionais: *“Este último era ético, os neopentecostais são mágicos. Aquele dizia ‘trabalhe, discipline-se, acorde cedo’. Agora, o que se promete é a felicidade para depois de amanhã, como se, dando dinheiro a Deus, o fiel o desafiasse a devolvê-lo em dobro logo a seguir. A análise é de Antônio Flávio Pierucci, 49, professor do Departamento de Sociologia da USP [...]”* Novamente, embora no texto esta caracterização seja atribuída ao especialista, o jornal se apropria e endossa a análise ao colocá-la em destaque no título e nos parágrafos iniciais. Em dezembro daquele ano, um texto associado à matéria “Ex-fiéis processam Edir Macedo” (O Globo, 28/12/1995, O País, p. 3) e intitulado “Fiéis caem nos ‘contos do bispo’ da Igreja Universal” detalhou as “bugigangas sem valor” vendidas pela igreja em seus cultos, como as “trombetas de Jericó” e um vidro de azeite que “seria ungido em Israel”. Segundo o jornal, tudo não passava de uma forma de arrecadar mais dinheiro, como diz o lide: *“São vários os expedientes usados pelos pastores da Igreja Universal para tomar dinheiro dos fiéis.”* No mesmo dia, a Folha também publicou uma matéria sobre um desses objetos: um “diploma de dizimista” recebido por uma fiel que fez doações vultuosas à IURD (Folha de S. Paulo, 28/12/1995, Brasil, p. 14, “Ex-fiel tem diploma assinado por Jesus”).

Seja o dízimo, o azeite ungido ou diploma de dizimista, toda transação entre fiéis e igrejas evangélicas envolvendo dinheiro foi predominantemente colocada pelo jornalismo no mínimo com desconfiança e, às vezes de forma mais evidente, como uma condenação moral — como mostram as matérias publicadas pelo Globo em dezembro de 1995 e em julho de 2005. O caráter material envolvido no universo evangélico se sobrepõe, nos jornais, à própria espiritualidade, e em matérias que resultaram da ida de repórteres a cultos, é também o dinheiro, solicitado pelos pastores e doados pelos fiéis, que ganha destaque. Estes, desde 1985 retratados

como vítimas da pobreza e de outras vulnerabilidades, se associam a significantes como “alvo” e “rebanho”. A partir de dezembro de 1995, surge uma nova posição de sujeito para os fiéis, em uma espécie de revanche: depois de terem sido ludibriados, eles vão à Justiça para reaver bens e danos morais, às vezes obtendo vitórias. Ainda assim, das matérias mais antigas às mais recentes do *corpus*, a relação entre fiéis e igrejas permanece sendo assimétrica segundo o discurso jornalístico.

4.2 Enquadramento “Enriquecimento”

Vamos examinar agora o outro lado da moeda, o das igrejas e seus dirigentes (Tabela 17). No discurso jornalístico, estes são retratados predominantemente como instituições e atores que tiram vantagens de suas posições, como mostra a extensão das atividades religiosas para os negócios e o enriquecimento de seus líderes. Como já vimos em outras matérias, principalmente as do enquadramento “Crescimento”, algumas igrejas são colocadas como investimentos conduzidos por habilidosos empresários. Com isto, a habilidade empresarial cumpre a função de explicar, parcialmente, a expansão evangélica; o aspecto material é sobreposto à fé e a ambição de pastores é ressaltada. Um exemplo do enquadramento “Enriquecimento” está neste trecho de uma matéria da Folha sobre a Universal: *“Dezoito anos depois de fundar a Igreja Universal, o bispo Edir Macedo conseguiu uma façanha capaz de causar inveja a muitos empresários: expandiu seus domínios para 38 países em quatro continentes. Se fosse uma empresa, a Universal seria certamente a multinacional brasileira com maior número de filiais no exterior”* (Folha de S. Paulo, 15/04/1995, Brasil, p. 8, “Igreja tem 10 milhões de fiéis em 38 países”). Aliás, neste enquadramento, todas as matérias analisadas se dedicaram à IURD. Em outro exemplo de 1995, uma matéria do Globo caracterizou a Universal como um “grande conglomerado” no título e informou, no texto, que *“o faturamento da Igreja Universal só perde para 33 empresas privadas do país”* (O Globo, 22/10/1995, O País, p. 13, “Igreja arrecada como grande conglomerado”). Um infográfico com título “O império da Igreja Universal do Reino de Deus” lista as empresas vinculadas à IURD, como a TV Record, uma casa de espetáculos em Portugal, um banco, uma gravadora, entre outras.

Jornal	Data	Título da matéria
O Globo	29/04/1990	Lucro certo no reino da Igreja Universal
O Globo	29/04/1990	“Se eu quisesse ganhar dinheiro, seria político”
Folha de S. Paulo	15/04/1995	Igreja tem 10 milhões de fiéis em 38 países
Folha de S. Paulo	17/09/1995	Igreja Universal expande negócios e conquista adeptos em 39 países

Folha de S. Paulo	17/09/1995	Funcionamento segue lógica empresarial
O Globo	22/10/1995	Igreja arrecada como grande conglomerado
O Globo	23/10/1995	Banco diversifica investimentos
O Globo	29/10/1995	O bispo não mora. Ele se esconde'
O Globo	23/12/1995	Império arrecadaria R\$ 750 milhões por ano

Tabela 17 - Matérias da Folha de S. Paulo e de O Globo representativas do enquadramento “Enriquecimento”.
Fonte: Da autora, a partir do acervo da Folha de S. Paulo e de O Globo.

No dia seguinte, mais uma matéria do Globo focou na atuação da Universal e de Macedo no setor bancário e imobiliário, afirmando que “*a habilidade de Edir Macedo como homem de negócios é tão grande*” que ele conseguira comprar um banco, em nome de “testas-de-ferro”, “*mesmo tendo nas costas processos por estelionato, charlatanismo e curandeirismo*” (O Globo, 23/10/1995, O País, p. 5, “Banco diversifica investimentos”). Aqui, combina-se a informação sobre a habilidade empresarial de Macedo com um julgamento moral sobre suas condutas. Julgamento este que se mostra mais explicitamente em dezembro de 1995, após os vídeos de bastidores da IURD serem revelados pela TV Globo. Do mesmo grupo da emissora, o jornal O Globo inicia a matéria intitulada “Diálogos mostram desfaçatez e cinismo” afirmando que “*A Igreja Universal também tem seus cursos de formação de quadros. Ou de formação de arrecadadores de dinheiro*” (O Globo, 24/12/1995, O País, p. 10, “Diálogos mostram desfaçatez e cinismo”). É notável que esta matéria não traz nenhuma novidade factual em comparação à edição do dia anterior, 23 de dezembro, quando o conteúdo dos vídeos foi noticiado pela primeira vez no Globo. No dia 24, a matéria citada apenas reapresenta o conteúdo dos vídeos em um novo formato. No dia 25, novamente, O Globo reapresentou o conteúdo das fitas, desta vez classificando diferentes trechos por tipo de pecado capital (O Globo, 25/12/1995, O País, p. 3, “Os pecados capitais de Macedo”) (Figura 17). Vemos, aqui, que não são novas informações que motivam a publicação dessas matérias, e sim a ratificação de um discurso acusatório.

O jornal carioca retomou, em dezembro de 1995, o formato de rastreamento dos negócios da Universal ao abordar sua atuação no ramo bancário, imobiliário e da comunicação (O Globo, 23/12/1995, O País, p. 10, “Império arrecadaria R\$ 750 milhões por ano”). A matéria discute quais seriam as fontes e valores de arrecadação do conglomerado, apresentando “estimativas já publicadas na imprensa” de que o faturamento anual seria em torno de R\$ 750 milhões. O texto dá uma conotação misteriosa às atividades da igreja quando afirma que “*a arrecadação da Igreja Universal do Reino de Deus é um segredo guardado a sete chaves pelo*

‘bispo’ Edir Macedo.” No último dia do ano, o jornal afirma no título de uma matéria que “Bíblia do ‘bispo’ Macedo é livro-caixa” (O Globo, 31/12/1995, O País, p. 11).

Os pecados capitais de Macedo

Chefe da igreja mostra sua cara nos vídeos, onde há cobiça, luxúria...

• As cenas protagonizadas pelo “bispo” Edir Macedo e seus assessores revelam que, diferentemente do que pregam para os fiéis, eles pecam contra o Senhor seguidamente e sem o menor constrangimento. Dos sete pecados capitais, a cúpula da Igreja Universal cometeu quase todos: avareza, cobiça, luxúria, soberba e vingança. A gula não chegou a ser registrada pela câmera, mas até a inveja aparece nas entrelinhas. Afinal, Macedo é bajulado e imitado por seus pastores — que, pelo visto, queriam mesmo é ser como ele.

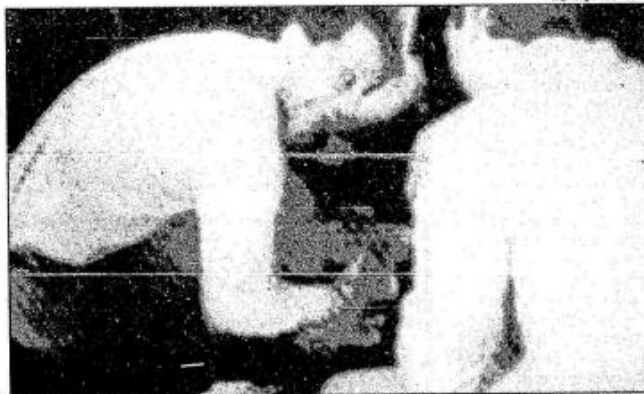
Avareza — Macedo faz questão de pôr no bolso, na mesma hora, o dinheiro doado pelos fiéis. “Ele leva tudo para casa”, diz Carlos Magno.

Cobiça — Fora a cena grotesca nos fundos do templo, em Nova York, onde Macedo aparece contando avidamente dólares e mais dólares, o “bispo” prega: “Ou dá ou desce!”, “Peçal Peçal Peçal”.

Luxúria — É uma das cenas mais chocantes: num hotel em Jerusalém, o pastor Honorilton Gonçalves ameaça abalar a calça comprida. Nesse momento, o pastor Marcos, filho do deputado Laprovita Vieira (PPB), o abraça por trás e acaricia seu peito. Em outro *take*, numa vigília da igreja, Macedo dança forró na Praia de Copacabana.

Soberba — O “bispo” prima pela arrogância. A pior cena do gênero é no jogo de futebol, em Salvador, quando Macedo diz que foi capaz de atirar a Bíblia no chão sem qualquer humildade, certo de que assim conquistaria mais fiéis.

Vingança — Quando Carlos Magno deixou a igreja, o “bispo” mandou que os pastores o acusassem de “ladrão” e tentou convencer a mulher do ex-pastor a abandoná-lo.



AGACHADO NOS fundos de um templo, em Nova York, Edir Macedo conta e reconta dólares



EM JERUSALÉM, o pastor Gonçalves ameaça tirar as calças e outro pastor o abraça por trás

Figura 17 - Matéria do Globo reconstrói conteúdo de vídeos revelados pela TV Globo através da classificação por pecados capitais. Fonte: Acervo O Globo.

A caracterização de Macedo e suas atividades como algo velado — o que, implicitamente, sugere um comportamento escuso — apareceu também em outubro daquele ano, em matéria do Globo sobre a vida do bispo nos Estados Unidos (O Globo, 29/10/1995, O País, p. 15, “O bispo não mora. Ele se esconde”) (Figura 18). O título é baseado na fala de um ex-funcionário da TV Record, não identificado, segundo quem Macedo “não mora, se esconde”. O texto afirma que o bispo “ora está na Argentina, ora na África do Sul, ora em Nova York”. Ele “passa despercebido pelos vizinhos” na cidade americana e é “discreto”: “Na barbearia que fica em frente à Igreja Universal da Quarta Avenida, no bairro do Brooklyn, ninguém ouviu falar de Edir Macedo. Na central de aluguel de limosines ao lado do templo, tampouco.” A sede nacional da IURD nos EUA é descrita como uma “espécie de bunker da seita”, o que remete ao vocabulário bélico — algo acionado em outros enquadramentos, como vimos no

capítulo anterior. Esta matéria apresenta também informações sobre o estilo de vida de Macedo e sua mulher nos EUA, afirmando que estes têm hábitos simples, mas vivem em áreas privilegiadas. Cinco anos antes, uma entrevista com Macedo foi introduzida por um texto também sobre seu estilo de vida nos EUA, onde uma vizinha afirmou que a casa dele em Nova York era “avaliada em US\$ 800 mil” e que as segundas-feiras eram movimentadas nas redondezas, pois seria quando o dinheiro da igreja seria levado até lá (O Globo, 29/04/1990, Grande Rio, p. 16, “Se eu quisesse ganhar dinheiro, seria político”).

Domingo, 29 de outubro de 1995 **O GLOBO** O País • 15

‘O bispo não mora. Ele se esconde’

NOVA YORK
— Na barbearia que fica em frente à Igreja Universal da Quarta Avenida, no bairro do Brooklyn, ninguém ouvia falar de Edir Macedo. Na central de aluguel de limusines ao lado do templo, tampouco. Sede nacional da seita, o prédio do Brooklyn é o mais frequentado pelo pastor em suas visitas aos Estados Unidos. Espécie de bunker da seita, tem nos andares superiores escritó-

rios, cozinha e quartos, onde os pastores, e o próprio Macedo, frequentemente dormem, depois dos cultos noturnos.
Não é por acaso que Edir Macedo passa despercebido pelos vizinhos. Discreto, não chega no templo em carro de luxo ou cercado de seguranças. Costuma chegar numa caminhonete Van que ele mesmo, ou algum funcionário da seita, dirige. Está sempre acompanhado da esposa, Ester, e do filho adotivo, Moisés. As duas filhas naturais já estão casadas: Viviane, a mais nova,

casada com o pastor Júlio; Cristiane, a mais velha, é casada com o “bispo” Renato Maduro, estrela do programa de TV da igreja e, embora jovem (não tem mais de 30 anos), braco-direito de Macedo nos Estados Unidos. Cristiane vive a maior tempo no Brooklyn e Viviane em Nova Jersey, mas viajam muito, já que na seita existe o rodízio constante de pastores pelas filiais mundo afora. Edir Macedo, então, não mora em lugar nenhum: ora está na Argentina, ora na África do Sul, ora em Nova York.

— Ele não mora, se esconde — observa um ex-funcionário da TV Record.
Macedo dorme nas próprias dependências da igreja ou em apartamentos próximos, simples mas quase sempre localizados em prédios chiques de áreas nobres das cidades. No interior do estado de Nova York, na cidadezinha de Purchase, condado de Westchester, é dono de uma casa confortável mas sem luxos. Não tem piscina nem sauna e conta com apenas três quartos, além de um verdadeiro granado que

emenda com os dos vizinhos, o que é típico nos subúrbios americanos.
— É uma casa normal. Tem os eletrodomésticos que toda casa americana tem. Não tem louças caras nem talheres de prata. Eles não são de ostentações — conta Maria Capula Pimenta, mineira que mora em Nova York há 20 anos, aposentada pela Previdência americana por ter perdido uma das vistas.
Discretíssimo, o casal Macedo está longe de ser popular em Purchase. Nem no centro comu-

nitário local ou na agência dos correios sabem quem eles são.
— Eles quase não saem de casa — diz Maria Capula, conhecida como Sula na comunidade brasileira de Nova York.
Ela insiste que os Macedo são pessoas de hábitos e gostos simples:
— Eles não bebem e não fumam. Ester é a pessoa mais doce do mundo e quase sempre me telefona. Há dois meses almocei com eles. Fui eu que preparei e levei a galinha.

Figura 18 - A partir de declaração de fonte não identificada, título do Globo de 29/10/1995 dá conotação de mistério ao cotidiano de Edir Macedo. Fonte: Acervo O Globo.

O caráter empresarial das igrejas evangélicas e as possibilidades de enriquecimento por meio delas foram explorados ainda em algumas matérias que abordaram as exigências e os benefícios que recaem sobre pastores, os quais são retratados pelos jornais mais como funcionários do que homens de fé. Novamente, o foco está na IURD. Em dezembro de 1995, quando surgiam denúncias do ex-pastor Carlos Magno e de ex-fiéis, outro antigo pastor da igreja, Mário Justino, foi entrevistado pelo Globo, resultando em matéria intitulada “‘Igreja Universal alicia pastores para acharar com bons salários e viagens’” (O Globo, 28/12/1995, O País, p. 5). Nela, o ex-pastor relata que pessoas com a mesma função que ele teve na Universal dificilmente deixam a igreja por medo de represálias e de não conseguir manter o nível de vida, já que, sendo pastores da instituição, têm oportunidades de viajar e de ter um bom salário. O texto afirma que os pastores são “mais bem pagos na medida em que consigam arrecadar mais” doações.

Em 2010, mais vídeos entregues por um ex-voluntário da IURD, que movia uma ação judicial contra a igreja, foram base para uma matéria da Folha, a qual destacou que os pastores da igreja que mais arrecadavam o dízimo eram premiados com uma viagem para Israel (Folha de S. Paulo, 20/06/2010, Poder, p. A4, “Igreja Universal dá viagem a pastor que mais arrecada”). Além disso, a matéria mostra que, em reuniões com pastores, um bispo da alta

hierarquia pressionava “muito para o aumento da arrecadação” e para que as igrejas ficassem cheias, mostrando controlar a “máquina com mão de ferro”.

Conforme explorado no capítulo anterior, uma das explicações para o crescimento evangélico fornecida pelo discurso jornalístico é o funcionamento empresarial das igrejas. A partir de uma forte carga moral, este funcionamento é qualificado no enquadramento “Enriquecimento” como algo que dá aos líderes religiosos amplas vantagens, refletidas em bens materiais e em um estilo de vida com luxos — embora estas riquezas nem sempre sejam esbanjadas, e sim escondidas, o que traz também implícito um julgamento de que os pastores e bispos usufruem por debaixo dos panos de benesses obtidas graças às doações dos fiéis. Segundo algumas matérias, pastores de hierarquia mais baixa podem até serem tratados como funcionários de uma empresa bem-sucedida e receber benefícios e altos salários por isso, mas também são submetidos a uma intensa pressão por produtividade.

4.3 Enquadramento “Irregularidades”

Uma vez que o discurso da exploração é orientado por um julgamento moral, ele é intensificado quando são noticiadas acusações contra pastores e igrejas evangélicas que poderiam, a depender de decisões judiciais, configurar transgressões às leis. O enquadramento de que trataremos agora é legitimado pela atenção e pelo trabalho das autoridades (Tabela 18). No *corpus*, há matérias desde 1990 noticiando acusações deste tipo, publicadas por ambos os jornais — mas com um volume maior do Globo, que vem demonstrando, neste capítulo, uma postura mais acusatória, sobretudo em relação à IURD. Aliás, das 48 matérias que classifiquei como parte do enquadramento “Irregularidades”, 44 têm como foco atividades da Universal, enquanto outras quatro tratam de diversas igrejas. Lembro o estudo de Giumbelli (2002), segundo quem a IURD recebe ampla atenção, desde o final da década de 1980, não só através da cobertura jornalística, mas também do interesse acadêmico e de intervenções oficiais. Para o autor, os dispositivos jurídicos se mostram como “o plano mais imediato de uma regulação do religioso” (*Ibidem*, p. 339).

E, nesta esfera, as acusações contra a Universal são muitas: desde 1990, a igreja já tinha sido investigada por “sonegação fiscal, crimes financeiros, irregularidades contábeis, incêndio criminoso, envolvimento com tráfico de drogas, formação de quadrilha, ilicitudes trabalhistas” (*Ibidem*, p. 316). Mas Giumbelli ressalta que a IURD jamais foi sancionada na mesma medida em que foi acusada, o que, segundo sua análise, fomenta novas acusações: “O fato de que essa inocência não se fundamente em uma absolvição plena ajuda a alimentar os esforços despendidos pelas autoridades em outros planos de acusação” (*Ibidem*, p. 340). Para o autor, na

verdade, o que está em julgamento é “a legitimidade da própria existência da IURD” (*Ibidem*, p. 317), o que é demonstrado inicialmente por contestações ao papel do dinheiro na relação entre a igreja e seus fiéis, que depois se ampliam para denúncias sobre aspectos institucionais da Universal.

Jornal	Data	Título da matéria
O Globo	15/04/1990	Polícia investigará culto no Maracanã
O Globo	12/08/1990	Pastores vendem votos de seus rebanhos
O Globo	12/08/1990	As livres negociações dos mercadores eleitorais da fé
O Globo	27/01/1995	Pastor privilegia fiéis na oferta de empregos
Folha de S. Paulo	17/09/1995	Eleição de 89 fez CIA olhar para evangélicos
Folha de S. Paulo	17/09/1995	Ex-aliado acusa Macedo de usar dinheiro do tráfico
Folha de S. Paulo	17/09/1995	Processo pede prisão de bispo por estelionato
Folha de S. Paulo	18/09/1995	Culto em Manhattan atrai a polícia
O Globo	17/10/1995	Aberta sindicância contra Record
O Globo	18/10/1995	Edir Macedo é investigado por evasão ilegal de divisas
O Globo	23/10/1995	Pastores na mira da Receita
O Globo	26/10/1995	Secretário garante emprego para evangélicos
O Globo	22/11/1995	Ceagesp fornece sopa para Igreja Universal distribuir
Folha de S. Paulo	26/11/1995	Só 2 empresas estão em nome de Macedo
O Globo	23/12/1995	Uma vida marcada por escândalos
Folha de S. Paulo	23/12/1995	Vídeo ensina pastor a arrecadar dinheiro
O Globo	23/12/1995	Falso Reino de Deus é desmascarado
O Globo	23/12/1995	Pastor volta a mostrar os altos salários da seita
O Globo	24/12/1995	Estelionato na liturgia de Edir Macedo
Folha de S. Paulo	24/12/1995	Universal deve sofrer investigação da Receita
O Globo	25/12/1995	Ligação com tráfico ameaça 'bispo'
O Globo	25/12/1995	Os pecados capitais de Macedo
Folha de S. Paulo	26/12/1995	Receita e Justiça vão investigar Universal
O Globo	27/12/1995	Receita pode confiscar bens de Macedo
Folha de S. Paulo	28/12/1995	PF investiga formação de quadrilha
O Globo	29/12/1995	Brindeiro alerta Justiça americana
O Globo	29/12/1995	Justiça já condenou seita parecida com a Igreja Universal
Folha de S. Paulo	30/12/1995	EUA vão receber inquéritos
O Globo	30/12/1995	Justiça francesa também começa a investigar seita
O Globo	30/12/1995	Macedo pode pegar seis anos de prisão na Flórida
O Globo	30/12/1995	Interpol vai apertar cerco a Macedo
Folha de S. Paulo	30/12/1995	Pastor relata esquema de desvio de divisas
Folha de S. Paulo	30/12/1995	Receita cobra 5 anos de IR da Universal
O Globo	29/03/2000	Laranja confessa negociata na compra da Record
O Globo	12/07/2005	A multiplicação das malas
O Globo	13/07/2005	Universal alega que dinheiro foi doado por fiéis

O Globo	13/07/2005	Uma igreja polêmica
O Globo	13/07/2005	Deputado é investigado pelo STF por figurar em empresas ligadas à Record
O Globo	14/07/2005	Universal também voou com 11 caixas de dinheiro
O Globo	14/07/2005	Cédulas teriam numeração seriada
Folha de S. Paulo	24/08/2005	Casarões históricos são destruídos em Minas
O Globo	01/02/2010	Universal: STF rejeita recurso e mantém ação
Folha de S. Paulo	13/04/2010	Em vídeo, bispo da Universal ensina a arrecadar na crise
Folha de S. Paulo	14/04/2010	Em vídeo, Universal orienta a fazer acordo com 'bandido'
O Globo	10/07/2010	Tesoureira da Igreja Universal nos EUA é indiciada por 4 crimes
Folha de S. Paulo	24/08/2010	EUA investigam Universal por remessas de R\$ 420 mi
Folha de S. Paulo	06/06/2015	Na surdina, Câmara aprovou isenção tributária a igrejas
Folha	22/02/2020	Empresa de Wajngarten teve aditivo da Universal após ele assumir Secom

Tabela 18 - Matérias da Folha de S. Paulo e de O Globo representativas do enquadramento “Irregularidades”.
Fonte: Da autora, a partir do acervo da Folha de S. Paulo e de O Globo.

Algumas das acusações contra igrejas evangélicas noticiadas pelos jornais partem primeiro da investigação jornalística, incluindo informações passadas por fontes — como o ex-pastor da Universal, Carlos Magno, que entregou os vídeos exibidos pela Globo em dezembro de 1995 (Figuras 19 e 20) e que posteriormente acusou a igreja de ter um esquema irregular para enviar milhares de reais de doações dos fiéis para o exterior (Folha de S. Paulo, 30/12/1995, Brasil, p. 7, “Pastor relata esquema de desvio de divisas”). Meses antes, o mesmo pastor já havia apresentado à Folha denúncias de que o bispo Edir Macedo usara dinheiro negociado com o tráfico de drogas colombiano para comprar a TV Record (Folha de S. Paulo, 17/09/1995, Brasil, p. 16, “Ex-aliado acusa Macedo de usar dinheiro do tráfico”). Acusações de irregularidades na compra da TV Record também foram publicadas pelo Globo em 2000, a partir da entrevista com um comerciante que relatou ter sido usado como laranja na compra da emissora, de forma a encobrir os “verdadeiros compradores: os dirigentes da Igreja Universal do Reino de Deus” (O Globo, 29/03/2000, O País, p. 10, “Laranja confessa negociata na compra da Record”).

Outro exemplo de investigação jornalística vem de 1990, quando O Globo colocou na rua um repórter se identificando como assessor de políticos para tentar negociar com pastores favores materiais em troca da demonstração de apoio a candidatos. Segundo o jornal, cinco de seis pastores toparam o negócio. Eles eram, principalmente, de igrejas pentecostais, como mostra este parágrafo inicial: “Qual é o político que não gostaria de ter, a menos de dois meses das eleições, cabos eleitorais tão convincentes como o Espírito Santo e Jesus Cristo? Com esse

trunfo nas mãos, pastores de várias igrejas evangélicas, principalmente as pentecostais, estão encarando as eleições de outubro como uma solução a curto prazo para a carência financeira de suas igrejas, vendendo os votos de fiéis que julgam lhes pertencer.” (O Globo, 12/08/1990, O País, p. 10, “As livres negociações dos mercadores eleitorais da fé”).

Apurações próprias também levaram O Globo a denunciar, em 1995, o uso inapropriado de recursos públicos por membros da Universal. Em janeiro, o jornal publicou que o secretário estadual de Trabalho e Ação Social do Rio, também pastor da IURD, estava estimulando fiéis da igreja a entregarem seus currículos diretamente a um subordinado, sem passarem pelos procedimentos que se aplicavam a qualquer outro candidato às vagas de trabalho (O Globo, 27/01/1995, Rio, p. 11, “Pastor privilegia fiéis na oferta de empregos”). Mais uma vez, um trecho recorre à sobreposição do aspecto material ao espiritual: *“Algo mais do que a ajuda divina tem levado fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus a conseguir trabalho [...]”*. Alguns meses depois, em outubro de 1995, a postura deste secretário e pastor foi novamente notícia, com as revelações de que ele favoreceu com empregos parentes seus e de outros parlamentares da bancada da Universal (O Globo, 26/10/1995, O País, p. 10, “Secretário garante emprego para evangélicos”). Em novembro, outra matéria denunciou que um órgão estadual de São Paulo estava entregando mil pratos de sopa por dia para uma associação ligada à IURD, de modo que a igreja pudesse “conquistar fiéis entre a população carente da capital” (O Globo, 22/11/1995, O País, p. 11, “Ceagesp fornece sopa para Igreja Universal distribuir”).

A acusação do uso da máquina pública para benefício próprio por partes dos evangélicos também foi notícia em 2015 na Folha, que em junho publicou uma matéria com título “Na surdina, Câmara aprovou isenção tributária a igrejas” (Folha de S. Paulo, 06/06/2015, Poder, p. A4). O significante “surdina” reforça a caracterização do *lobby* evangélico na política como algo sorrateiro, e um infográfico na página insinua uma acusação: “Missão ou sonegação?”. De acordo com o texto, muitas igrejas evangélicas pagam seus pastores e funcionários com salários muito baixos, mas estes podem receber altas comissões proporcionais ao sucesso em angariar fiéis. A medida aprovada na Câmara asseguraria que essas comissões não fossem tipificadas como remunerações, impedindo, portanto, que fossem tributadas. A matéria afirma que a medida beneficiaria *“sobretudo as evangélicas neopentecostais, vertente em que o pagamento de comissões a pastores é mais comum”* e ressalta o aspecto mercadológico e monetário das igrejas: *“Esse ‘jabuti’ — nome dado a temas estranhos inseridos em MPs — aumenta a isenção fiscal de profissionais da fé, ao livrar da cobrança de impostos as chamadas ‘comissões’ que líderes religiosos ganham por arrebanhar fiéis ou recolher mais dízimos.”*

Estas matérias sobre a cooptação dos recursos públicos pelos interesses das igrejas vão ao encontro de um discurso sobre a participação dos evangélicos no espaço público, a ser tratado no próximo capítulo. É importante destacar também que muitas das matérias apresentadas até aqui, frutos da investigação jornalística, foram acompanhadas da promessa de providências por parte das autoridades. Conforme colocam Ettema e Glasser (1998), o trabalho moral do jornalismo tem como efeito conclamar a sociedade e suas instituições a responder a desvios apontados pela imprensa. É interessante observar este processo particularmente em dezembro de 1995, depois que os vídeos de bastidores da Universal foram exibidos pelo “Jornal Nacional”.



Figura 19 - Manchete do Globo de 23/12/1995 destaca revelação de vídeos de bastidores da Universal. Fonte: Acervo O Globo.



Figura 20 - Matéria principal do Globo sobre vídeos de bastidores da Universal, publicada no dia seguinte à exibição das imagens pelo “Jornal Nacional”. Fonte: Acervo O Globo.

A cada dia, novos atores sociais foram incluídos na repercussão do caso. Houve matérias com reações de outros grupos religiosos às fitas reveladas, como os católicos (O Globo, 24/12/1995, O País, p. 11, “Estelionato na liturgia de Edir Macedo”) e evangélicos de igrejas históricas (O Globo, 24/12/1995, O País, p.11, “Religiosos repudiam atitudes da Universal”); e da imprensa estrangeira (O Globo, 27/12/1995, O País, p. 4, “Ecos do escândalo chegam ao exterior”). O então procurador-geral da República se tornou uma fonte recorrente sobre o caso, com entrevistas abordando possíveis punições contra o fundador da Universal (O Globo, 27/12/1995, O País, p. 8, “Receita pode confiscar bens de Macedo”) e o envio da apuração à Justiça americana (O Globo, 29/12/1995, O País, p. 8, “Brindeiro alerta Justiça americana”). O que observei corrobora a colocação de Giumbelli (2002, p. 407) sobre a cobertura jornalística desse período, segundo quem as declarações de membros de instituições do Judiciário contribuíram para transformar “as imagens do vídeo em uma infração juridicamente definida”, antes da própria tramitação na Justiça.

Mesmo que nenhuma nova medida na Justiça tenha realmente se concretizado naquele mês, como a abertura de um inquérito, as expectativas quanto a isso fizeram manchetes, como a de 24/12/1995 no jornal carioca: “Edir Macedo deve ser processado por estelionato”. Poucos dias depois, O Globo estampou como manchete “Interpol investiga Edir Macedo nos EUA e em Portugal”, e a respectiva matéria informou que a Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol) já investigava as atividades da Universal havia pelo menos um ano — apurações essas que foram reforçadas com a revelação dos vídeos pelo “Jornal Nacional” (O Globo, 30/12/1995, O País, p. 8, “Interpol vai apertar cerco a Macedo”). Entretanto, um trecho da matéria informou que não havia um processo instaurado e que Macedo “ainda” não tinha sido condenado: *“O caso de Edir Macedo, que opera há dez anos nos Estados Unidos e mora temporariamente numa casa em Purchase, no estado de Nova York, se enquadraria numa etapa anterior, já que ele ainda não foi condenado no Brasil. As autoridades americanas passariam a investigar suas ações e também a intimidar pessoas ligadas à Igreja Universal do Reino de Deus para depoimentos, para ajudar o Brasil a montar o processo”*.

Na mesma edição, uma matéria abordou o trabalho da Associação de Defesa das Famílias e dos Indivíduos contra as Seitas, da França, que também estava apurando denúncias de ameaça e extorsão pela Universal contra “imigrantes pobres” no país europeu: *“Como no Brasil, são as mesmas histórias de pessoas que entregam todo o seu dinheiro aos pastores da igreja, seduzidas pelas promessas de graças divinas.”* (O Globo, 30/12/1995, O País, p. 8, “Justiça francesa também começa a investigar seita”). Outra matéria recuperou o caso de igrejas fechadas no Paraná cinco anos antes, referindo-se a elas como “seitas parecidas” com a IURD

e aproveitadoras “da fé alheia”: “*Já há pelo menos um precedente de aproveitadores da fé alheia que foram parar atrás das grades*” (O Globo, 29/12/1995, O País, p. 8, “Justiça já condenou seita parecida com a Igreja Universal”). Esta associação a casos de outros lugares e épocas faz parte do processo de significação conduzido pelo jornal em torno do acontecimento envolvendo a Universal, ratificando a identificação da igreja como uma seita e sua colocação como digna de repressão, já que ela se tornara alvo de preocupação em outro país e era “parecida” com igrejas já condenadas no Paraná.

A Folha também acompanhou possíveis desdobramentos do caso na Justiça, mas trouxe algumas informações que seu concorrente não publicou. Por exemplo, uma matéria sobre o passado do dissidente Carlos Magno, autor das filmagens e do vazamento das imagens, que já havia sido indiciado em cinco inquéritos e condenado por calúnia e difamação (Folha de S. Paulo, 28/12/1995, Brasil, p. 14, “Pastor foi condenado no Ceará”). Outra matéria apresentou novas denúncias do ex-pastor, mas informou que Magno “não apresentou nenhum documento ou comprovante dos depósitos” que provariam irregularidades no envio de dinheiro da IURD para o exterior (Folha de S. Paulo, 30/12/1995, Brasil, p. 7, “Pastor relata esquema de desvio de divisas”). O jornal paulista também publicou que o “Jornal Nacional” errou ao afirmar que no vídeo em uma igreja de Nova York, Macedo exibia uma nota de US\$ 100 (Folha de S. Paulo, 30/12/1995, Brasil, p. 7, “Nota exibida na Globo é de US\$ 1, não de US\$ 100”).

Além de acusações que tiveram origem na própria imprensa, algumas matérias do *corpus* tiveram como ponto de partida ações e investigações policiais, como um inquérito da Polícia Civil para apurar se houve prática de curandeirismo em um culto da Universal no Maracanã em 1990²⁸ (O Globo, 15/04/1990, Grande Rio, p. 19, “Polícia investigará culto no Maracanã”). O fim da matéria constrói uma articulação com investigações anteriores, reforçando a associação da igreja com problemas na Justiça: “*Não será a primeira vez que as*

²⁸ Dois anos depois, em 1992, a promotoria de Justiça no Rio de Janeiro ofereceu denúncia contra Edir Macedo por charlatanismo, curandeirismo e estelionato (GIUMBELLI, 2002). Gravações de eventos da IURD no Maracanã foram periciadas e incluídas na denúncia, mas não é possível afirmar se especificamente o evento noticiado pelo Globo em 1990 estava entre eles. A denúncia no Rio de Janeiro foi anexada à denúncia de promotores de São Paulo também apresentada em 1992 e que levou à prisão preventiva de Macedo em maio daquele ano, após um juiz aceitar a denúncia e confirmar a abertura de um processo criminal. A denúncia em São Paulo foi resultado de investigações iniciadas em 1989. O fundador da IURD ficou preso por 11 dias em uma cela especial de uma delegacia na capital paulista e foi solto posteriormente após decisão de desembargadores que, entre outros motivos, justificam que Macedo era réu primário e tinha bons antecedentes. Posteriormente, o bispo foi absolvido em primeira instância, no ano de 1994, e em segunda instância, em 1997. O mapeamento das inúmeras investigações, denúncias e processos contra a IURD e seus membros, em várias partes do país, só seria possível em uma pesquisa a parte — e ainda assim, provavelmente seu escopo deveria ser reduzido. Por isso, não posso fornecer informações sobre a tramitação e os resultados de todos os casos de polícia e de Justiça citados nas matérias do *corpus*, mas é possível afirmar que a prisão de Macedo em 1992 foi o ponto mais extremo em seu histórico na Justiça.

atividades da Igreja Universal serão investigadas. Há dois anos, a Procuradoria Geral de Justiça do Estado pediu à Polícia Civil a instauração de inquérito para apurar acusações de estelionato, charlatanismo e curandeirismo". Outra descrição de um evento caótico da IURD que também atraiu a polícia foi publicada em 1995, diretamente de Nova York (Folha de S. Paulo, 18/09/1995, Mundo, p. 2-10, "Culto em Manhattan atrai a polícia") (Figura 21). Curiosamente, a participação da polícia na cena é descrita brevemente, embora seja ela a ganhar destaque no título. A matéria relata que um culto da igreja brasileira em Nova York lotou. Diz o segundo parágrafo: "*Pelo menos 2.000 ficaram de fora e os seguranças do teatro tiveram que pedir reforço policial*". O restante do texto descreve o culto, onde os "*fiéis chegavam a esperar dez minutos nas filas para tomar os passes, que não duravam nem um minuto*" e houve "*muito empurra-empurra*".

Há no *corpus* quase dez matérias sobre a atenção de autoridades estrangeiras às igrejas evangélicas brasileiras, principalmente a Universal. Aqui, as denúncias são duplamente legitimadas: por virem de autoridades e, ainda por cima, de outros países. Um relatório sobre a relevância dos evangélicos na eleição presidencial de 1989 por si só talvez não fizesse brilhar os olhos dos jornalistas e leitores, mas quando sabemos que uma pesquisa do tipo foi realizada pela Agência Central de Inteligência dos EUA, a CIA, a importância do conteúdo é impulsionada e ganha espaço próprio (Folha de S. Paulo, 17/09/1995, Brasil, p. 14, "Eleição de 89 fez CIA olhar para evangélicos"). Embora esta matéria não diga respeito de fato a alguma ação policial, investigação ou acusação de corrupção, considero que o título dá um efeito de sentido de periculosidade. Já a mais avançada das denúncias vindas do exterior e registradas no *corpus* foi o indiciamento de uma tesoureira da IURD nos EUA, acusada pela promotoria de fraudar documentos e declarações para obter empréstimos em nome da igreja (O Globo, 10/07/2010, O País, p. 12, "Tesoureira da Igreja Universal é nos EUA é indiciada por 4 crimes").

Culto em Manhattan atrai a polícia

**GILBERTO DIMENSTEIN
e DANIELA FALCÃO**
De Nova York

O culto convocado pela Igreja Universal do Reino de Deus provocou ontem tumulto no Madison Square Garden, uma das principais casas de shows dos EUA.

Pelo menos 2.000 ficaram de fora e os seguranças do teatro tiveram que pedir reforço policial.

Durante dois meses, a igreja convocou os fiéis para o evento de ontem, mas não advertiu que o teatro onde aconteceria o culto tinha apenas 5.000 lugares.

A reunião estava marcada para as 15h, mas desde as 14h não havia mais lugares disponíveis dentro do teatro.

O Madison Square Garden é um complexo de entretenimento com duas casas de espetáculo, uma com 5.000 lugares (Paramount) e outra com 19.800 (Madison).

O culto de ontem foi realizado no Paramount, mas nos anúncios feitos na televisão a Igreja mencionava apenas que a reunião seria no Madison Square Garden.

As pessoas que chegavam e não

conseguiram entrar ficavam paradas no hall que dá entrada aos dois teatros, para desespero da segurança local.

O bispo Edir Macedo não compareceu ao culto. Todas as orações e passes foram conduzidas por cerca de 50 pastores e obreiros (auxiliares dos pastores) dos cinco templos de Nova York.

Membros da Igreja em Newark (Nova Jersey) também vieram ajudar na organização do culto.

Pelo menos 70% dos fiéis eram hispânicos. Os pastores eram em sua maioria brasileiros e portugueses e se comunicavam com o público em português.

Famílias inteiras foram ao culto. Havia muitos deficientes físicos em cadeiras de rodas. Também era grande o número de cegos.

Os fiéis chegavam a esperar dez minutos nas filas para tomar os passes, que não duravam nem um minuto. Os obreiros eram sempre jovens, com idades aproximadas entre 17 e 25 anos.

Todas as vezes que conseguiam realizar um "milagre" (fazer gente com muletas andar ou aliviar a dor de alguém), os obreiros eram

aplaudidos e saudados com gritos de "viva".

Como os seguranças do Madison Square Garden — que só falavam em inglês — não conseguiam se comunicar com a multidão que ficou do lado de fora, os próprios pastores tomaram a iniciativa de tentar controlar a situação.

A solução encontrada foi de colocar pastores e obreiros no hall de entrada do teatro para dar passes e fazer exorcismos, como estava acontecendo lá dentro.

Com alto-falantes na mão, os pastores pediam que os fiéis desobstruíssem as saídas e formassem fila para ser atendidos.

Um dos momentos de maior tensão aconteceu do lado de fora, quando os obreiros decidiram distribuir vidrinhos com um azeite com propriedades milagrosas.

A multidão avançou em cima das caixas e, depois de muito empurrar, a distribuição teve que ser suspensa.

O culto foi até as 18h. O consolo que os obreiros davam aos fiéis que não haviam conseguido entrar, nem receber passes do lado de fora era de procurar a igreja.

Conheça o Madison Square

De Nova York

O Madison Square Garden é o maior complexo de entretenimento de Nova York, considerado um "templo do rock". Também é a sede do New York Knicks, maior time de basquete do Estado.

Os jogos do Knicks são sempre lotados e cheios de gente famosa como o tenista John McEnroe, o ator Michael Douglas e o cineasta Woody Allen.

Há duas casas de espetáculo no complexo: o Paramount, com 5.000 lugares e o Madison, com 19.800, onde acontecem os jogos do Knicks e os grandes shows.

A reunião da Igreja Universal aconteceu no Paramount. No sábado à noite, o guitarrista Eric Clapton tocou no Madison. (DF)

Figura 21 - Matéria da Folha de 1995 relata tumulto em culto da igreja Universal em Nova York. Fonte: Acervo Folha de S. Paulo.

Como vimos na produção do Globo sobre o culto no Maracanã, a articulação entre diferentes acusações intensifica o enquadramento "Irregularidades". Algumas matérias não apenas citam denúncias anteriores, como têm essa conexão como seu mote. É o que mostra uma matéria do Globo de dezembro de 1995 sobre a Universal. No texto "Uma vida marcada por escândalos" (O Globo, 23/12/1995, O País, p. 10), é listada "uma sucessão de escândalos e denúncias, que vão desde a apropriação indébita pelos pastores do dinheiro doado pelos fiéis à igreja até ligações com o tráfico internacional de drogas, passando pela remessa ilegal de divisas e de ouro para o exterior, na lavagem de dinheiro, na falsificação de documentos e em fraude à Receita Federal." Já em 2005, quando a PF apreendeu malas com dinheiro junto a bispos da IURD, a matéria intitulada "Uma igreja polêmica" (O Globo, 12/07/2005, O País, p. 5) retomou escândalos anteriores envolvendo a IURD e detalhou a situação de investigações correntes naquele momento, como um pedido de quebra de sigilo fiscal da igreja e a tomada de depoimentos de membros da Universal pela PF (Figura 22).



Figura 22 - Em julho de 2005, em meio à cobertura da apreensão de malas de dinheiro em avião que transportava bispos da Universal, O Globo retoma acusações anteriores contra a igreja. Fonte: Acervo O Globo.

Em 2010, com base em imagens entregues ao MP estadual, a Folha de S. Paulo publicou matéria intitulada “Em vídeo, Universal orienta a fazer acordo com 'bandido'” (Folha de S. Paulo, 14/04/2010, Brasil, p. 4). As filmagens revelaram que um bispo da alta hierarquia da IURD sugeriu que pastores de todo o Brasil fizessem articulações com chefes de comunidade e “bandidos” para garantirem uma convivência pacífica nas regiões onde atuavam, evitando por exemplo roubos que afetassem as igrejas. Aqui, o enquadramento “Irregularidades” é duplamente reforçado: a matéria repercute denúncias já nas mãos do Judiciário e revela uma associação reprovável entre a igreja e criminosos.

De todas as matérias que compõem o *corpus*, nenhuma noticiou condenações a membros ou a igrejas evangélicas. Apenas duas trataram de processos judiciais em curso, um contra o bispo Edir Macedo, que respondia a acusações do MP de São Paulo por estelionato, charlatanismo e curandeirismo (Folha de S. Paulo, 17/09/1995, Brasil, p. 16, “Processo pede prisão de bispo por estelionato”); e outro contra Macedo e mais dirigentes da Universal, acusados de lavagem de dinheiro e formação de quadrilha (O Globo, O País, 01/02/2010, p. 4, “Universal: STF rejeita recurso e mantém ação”). Embora o litígio ainda estivesse em curso, um infográfico na mesma página desta matéria ratificava as acusações, com título estabelecendo a existência de um “esquema”: “Como era o esquema da Universal”. Embora este não seja o

escopo da pesquisa nem minha área de conhecimento, é importante observar este descompasso entre as denúncias publicadas pela imprensa e as ações na Justiça, mesmo sabendo que uma condenação pode deixar de ocorrer não por falta de culpa, mas pela falta de celeridade da Justiça, por manobras da defesa, entre outros.

Entretanto, fato é que a maioria das matérias aqui encontradas noticiaram acusações relatadas por fontes, apurações internas de órgãos ou investigações policiais anteriores ao indiciamento, e não propriamente processos e condenações na Justiça. Trata-se de mais um exemplo na história recente da imprensa brasileira que exige uma reflexão sobre os efeitos na sociedade de sua postura acusatória — frequentemente se precipitando em relação aos processos judiciais, ou ultrapassando-os. A meu ver, há ocasiões em que os modos de fazer do jornalismo permitem apurações mais ágeis do que as tramitações na Justiça e que suas revelações frequentemente são de forte interesse público, justificando sua publicação, independentemente do tempo dos processos judiciais. Entretanto, penso que os veículos jornalísticos devem ter uma postura bastante vigilante, criteriosa e refletida quando sua produção se aproxima daquilo que é escopo da Justiça, inclusive porque o conteúdo acusatório muitas vezes corrobora processos de significação mais amplos construídos pelo discurso jornalístico, como vimos neste capítulo a respeito da relação entre pastores e fiéis.

CAPÍTULO 5 | ANÁLISE: DISCURSO DO ESPAÇO PÚBLICO

No Capítulo 3, foi observado que os jornais dão sentido à expansão de igrejas evangélicas através de um discurso antagonista, em que elas são colocadas como algo digno de preocupação, como uma ameaça, em especial à Igreja Católica. No Capítulo 4, analisou-se um discurso estruturado por julgamentos morais, sobretudo acerca da relação entre fiéis e igrejas. No presente capítulo, examino um discurso que tem como questão de fundo a presença dos evangélicos na esfera pública e as possíveis consequências disso para a sociedade mais ampla. Um dos enquadramentos que proponho, que chamo de “Prestígio”, é composto por matérias que diagnosticam a movimentação de políticos em direção aos evangélicos, firmando uma relação interessada por ambas as partes, seja em períodos eleitorais ou durante mandatos. No enquadramento “Posicionamento em pautas públicas”, demonstro que, a partir de 2010, a influência dos evangélicos em debates sobre direitos e políticas públicas passa a ser destacada pelos jornais e associada ao conservadorismo. Já no enquadramento “Eventos e caos”, vou além da política institucional e apresento matérias que recorrentemente destacaram riscos e inconvenientes gerados por eventos evangélicos realizados, literalmente, em espaços públicos.

É fundamental considerarmos que “o fenômeno da emergência pública das religiões” ocorre em escala global, como ocorre com o islã em várias partes do mundo e, no Brasil, com os evangélicos/pentecostais²⁹ (BURITY, 2015, p. 89). Essa emergência se revela na atuação dos atores religiosos na política, na mídia, nos movimentos sociais e na vida cotidiana. Uma religião pública, na definição do autor, é “politizada tanto quanto politiza, até o ponto em que as religiões concretas não mais simplesmente confrontam ou tratam de questões públicas, elas se tornam questões públicas” (*Idem*, 2021, p. 1). Além dessa própria atuação, interessa-nos as reações a ela. A “desprivatização” das religiões “perturba um imaginário político solidamente constituído”: a separação entre Igreja e Estado, historicamente demarcada no Ocidente, embora esta própria divisão seja um ideal nunca plenamente observado nestas sociedades (*Idem*, 2015,

²⁹ Em seus textos, o autor opta por se referir aos “evangélicos/pentecostais” com esta grafia pois, nas suas palavras, “a ambivalência, oscilação ou polissemia desses dois termos é parte da própria história contada aqui” (BURITY, 2021, p. 2). O autor nota que os pentecostais se apropriaram do termo “evangélico”, apesar desta ser uma designação genérica, enquanto outros atores sociais, como acadêmicos e agentes estatais, os chamam de pentecostais ou neopentecostais. Burity não fornece respostas definitivas, mas propõe que estas formas de identificação não sejam incorporadas automaticamente: “Por que, nos últimos anos, ‘os evangélicos’ entram em disputa acirrada pela fixação de seu sentido, mobilizando os que defendem a pluralidade e a polissemia do termo contra os que pretendem utilizá-lo como coextensivo de todos os protestantes do país? Essas perguntas não podem ser respondidas aqui, mas aconselham manter a barra divisória entre evangélicos e pentecostais, ora significando sua articulação (por vezes utilizarei o hífen para fazer essa marcação), sobreposição, indefinição ou disputa, para explorarmos o que não se pode ainda dizer de modo categórico sobre essa ‘constelação’ religiosa.” (*Ibidem*)

p. 90). Tal perturbação levanta questões, na produção do conhecimento, sobre a presença e a ausência da religião na esfera pública em termos descritivos — “está lá ou não?” — e normativos — “deveria estar lá ou não?”. Além disso, são buscadas explicações para esta irrupção. Burity indica que existem dois tipos de explicação. Uma, a explicação da agência construtiva, que vê na emergência pública dos religiosos um esforço para estes se adaptarem à contemporaneidade. Outra, a explicação da agência reativa, a qual interpreta que

[...] mudanças rápidas, incertezas e crises em escala mundial estariam ameaçando profundamente valores e práticas “tradicionais”, provocando assim uma tentativa de reasserção de vozes religiosas num mundo que, por quaisquer outros parâmetros, caminharia para a secularização. Nessa ótica, qualquer engajamento público religioso tem conotação conservadora, pretende interromper ou reverter mudanças historicamente consolidadas e deveria provavelmente ser controlado. (*Ibidem*, p. 93).

Pelo *corpus*, observa-se que o discurso jornalístico tem adotado predominantemente a explicação da agência reativa, diagnosticando a irrupção evangélica e relacionando-a com possíveis retrocessos em um *status quo* já consolidado ou em vias de se consolidar — por exemplo, no debate sobre a descriminalização do aborto, pauta amplamente agenciada na política e no jornalismo em 2010, como será discutido em breve. Burity (2021, p. 11) aponta para a “forte visibilidade do discurso moralista dos pentecostais”. Com a ascensão e visibilização de religiosos moralmente conservadores, “o fantasma do fundamentalismo passa a ser invocado por vários atores: secularistas, ecumênicos, mídia tradicional, setores da academia” (*Ibidem*, p. 7). Assim como o islã é contemporaneamente o “outro da civilização ocidental”, na América Latina “os evangélicos conservadores (com destaque para os pentecostais) assumem esta posição” (*Ibidem*, p. 17). De fato, minha análise da produção do Globo e da Folha confirma o papel do discurso jornalístico nesta visibilização. Mas, assim como Burity reconhece que o campo protestante “progressista” passou a ter também mais “desenvoltura pública” (*Ibidem*, p. 13), formando um contradiscurso em relação à associação entre evangélicos e conservadorismo, observei igualmente uma tendência recente nesse sentido em matérias publicadas em 2020.

Cabe destacar que, no levantamento bibliográfico da produção jornalística sobre os evangélicos, constatee que poucas pesquisas exploraram particularmente a cobertura sobre a atuação política desses religiosos. A maior parte delas se dedicou a temas explorados nos capítulos anteriores, com discursos dando conta da expansão das igrejas e da exploração de fiéis. Uma exceção é o artigo de Santos (2020), que faz uma aguçada análise do conteúdo publicado entre 2007 e 2019 pela revista Cristianismo Hoje, pelo site Gospel Prime, pela revista Época e pelo jornal Folha de S. Paulo — estes dois últimos considerados pelo autor como

representantes da imprensa secular e de prestígio. Irei me voltar mais para a análise do autor acerca desta revista e deste jornal, em detrimento do Cristianismo Hoje e do Gospel Prime, porque a análise da produção por mídias cristãs não é meu foco aqui. Interessa mais a análise da dita imprensa secular, cuja produção, de acordo com o autor, reincidente em um sentido de “estranhamento quanto aos comportamentos e valores” dos evangélicos, estes por sua vez colocados no papel de antagonistas e como figuras genéricas e retóricas (*Ibidem*, p. 571). Para Santos, a imprensa, ao produzir discursos sobre os evangélicos, tem “agência essencial” na constituição de uma tensão entre secularismo e religiosidade.

Amparado por tais reflexões, sugiro que, no Brasil recente, é o próprio sentido do “mundo público” que se encontra em disputa por discursos seculares e religiosos, cumprindo as mídias noticiosas o papel de estabelecer condições expressivas para o conflito. Assim, em vez de colocar a questão da presença evangélica sob a perspectiva da “intromissão” no que não diria respeito à religião (as políticas públicas, a organização do Estado, a moralidade coletiva etc.), proponho observar a constituição agonística do secularismo brasileiro e a agência essencial que nele têm as mídias. (*Ibidem*, p. 572)

No caso da *Época*, o autor observa que a revista implicitamente se coloca como “porta-voz da opinião pública brasileira” (*Ibidem*, p. 575), sendo a ideia de opinião pública, nas palavras do autor, uma “abstração moderna da qual a imprensa de prestígio foi o principal artífice histórico” (*Ibidem*, p. 592). A filiação também simbólica da revista ao secularismo acaba por retratar os evangélicos em contraste, “presumindo a natureza não evangélica do mundo compartilhado por seus leitores” (*Ibidem*, p. 575). Na produção da *Folha*, particularmente do blog “Religiosamente”, Santos também percebe um “tenaz empenho em torno de uma percepção alteritária da identidade evangélica”, demonstrada por matérias baseadas em uma “permanente antinomia”, como um texto sobre um livro cristão que propõe fazer “sexo ‘sem tirar a roupa’” ou outro sobre o “pornô evangélico” (*Ibidem*, p. 579). Para o autor, “interessa à linha editorial maximizar o exótico do comportamento evangélico” (*Ibidem*). Santos observa também que a percepção de um lastro eleitoral evangélico pela imprensa, já notado no pleito de 2002, adquire um novo patamar de visibilidade em 2010. Exemplo disso é uma capa da *Época* daquele ano, com título “Deus entrou na eleição”, publicação que o autor considera representativa do reconhecimento dos evangélicos como “fator político na ótica do jornalismo de prestígio” (*Ibidem*, p. 574). A partir desse período, os evangélicos assumem a “face religiosa do conservadorismo” (*Ibidem*, p. 580) e são percebidos como uma “forma saturada do religioso” (*Ibidem*, p. 581), em contraposição ao catolicismo, que é naturalizado.

Mas, afinal, o que ocorreu nas eleições de 2010? Trago uma breve contextualização do período pois ele está presente em alguns dos enquadramentos explorados neste capítulo.

Naquele ano, houve uma eleição presidencial, vencida no segundo turno por Dilma Rousseff, que derrotou José Serra. Na véspera do primeiro turno, a imprensa passou a noticiar que Dilma poderia estar perdendo votos devido à sua histórica posição progressista em debates relativos ao gênero, como acerca da descriminalização do aborto e do casamento homossexual, e a boatos deturpando sua posição. Uma vez que a possibilidade de a petista vencer logo no primeiro turno não se concretizou, uma hipótese para explicar isso passou a ganhar as páginas dos jornais: na reta final do primeiro turno, Dilma perdeu votos para outra candidata, Marina Silva, que ficou em terceiro lugar e é evangélica da Assembleia de Deus. Nessa leitura, a candidata evangélica teria recebido votos de eleitores cristãos e conservadores, temerosos com a posição de Dilma quanto ao aborto — embora Marina Silva não tivesse uma posição contundente sobre o assunto, defendendo a realização de um plebiscito sobre a descriminalização do aborto. Em menor medida, a imprensa também colocou como um ponto sensível para o eleitorado cristão a posição do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, de quem Dilma era sucessora, na proposta do Plano Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH 3). No texto original, o plano, apresentado pelo governo federal ao Congresso em dezembro de 2009, previa o apoio a projetos de lei que descriminalizassem o aborto e o incentivo à adoção de menores de idade por casais homoafetivos, entre outras medidas.

Mantovani (2014), em sua tese, afirma que a centralidade do tema do aborto no segundo turno da eleição de 2010 ratifica o que a literatura sobre o agendamento, ou *agenda-setting*, demonstra sobre a relação entre as agendas política e jornalística: há uma interação, uma retroalimentação entre estas, sem que seja possível apontar em qual campo este agenciamento começa. O que importa saber é que o agendamento não é algo espontâneo ou desinteressado, sendo a imprensa perpassada pela “concorrência entre diversos interesses pela primazia dos assuntos que serão centrais para a cobertura noticiosa” (*Ibidem*, p. 91). A partir do mapeamento da cobertura dos jornais O Globo, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo no período, a autora constata que o agenciamento do aborto na cobertura jornalística aparece a partir de 29 de setembro de 2010 e se intensifica entre o primeiro e o segundo turno: “Dessa data em diante, a temática unifica a agenda jornalística a ponto de tornar-se presença quase diária nas capas dos jornais, até o dia 31 de outubro, data da eleição em segundo turno” (*Ibidem*, p. 91). A confirmação de que haveria um segundo turno “é o fator central que muda todo o contexto da cobertura jornalística nos jornais observados nesta pesquisa” (*Ibidem*, p. 108). Para Mantovani, essa mudança no eixo da cobertura ocorreu porque “houve uma percepção de que esse tema poderia interferir na preferência de candidatura do eleitorado religioso e conservador” (*Ibidem*, p. 91). Embora a autora não identifique a origem dessa percepção, ela aponta como resultado do

agendamento que “a mídia deu visibilidade e reforçou um discurso moral sobre o aborto valorizando vozes e declarações que naturalizavam doutrinas religiosas como justificativas socialmente legítimas” (*Ibidem*, p. 159). Na pesquisa com os três jornais, a autora detectou “uma profunda predominância das fontes políticas e religiosas nos textos de reportagem em detrimento de fontes da sociedade civil”, demonstrando que o campo jornalístico contribuiu para construir uma “abordagem conservadora” acerca da descriminalização do aborto (*Ibidem*, p. 120).

Na análise da cobertura da Folha e do Globo, observei igualmente a centralidade de pastores e políticos evangélicos como entrevistados no período eleitoral de 2010. Não tenho o objetivo de categorizar a abordagem dos jornais como conservadora ou não, e sim de percorrer uma análise discursiva — e ela permite dizer que os jornais reproduziram uma marcante associação dos evangélicos com o conservadorismo ao longo dos anos e acionaram um enquadramento em que o apoio destes religiosos é cobiçado por políticos não evangélicos, configurando uma relação pragmática. Ressalvo ainda que houve muitas chamadas de capa e matérias sobre os temas da descriminalização do aborto na campanha, mas incluí no *corpus* somente aquelas que destacavam o papel dos evangélicos no debate e na pressão política. Aliás, o reconhecimento da importância dos evangélicos na política, como mostra o enquadramento “Prestígio”, está relacionado com o enquadramento “Crescimento”, explorado no Capítulo 3, já que ambos revelam que é relevante para o jornalismo a identificação de projetos e conquistas dos evangélicos em áreas diversas. Também o já explorado enquadramento “Irregularidades”, que inclui matérias acerca de acusações de corrupção contra políticos evangélicos, está relacionado ao presente capítulo, na medida em que dá visibilidade recorrentemente à malversação desses religiosos no espaço público.

A própria discussão sobre a laicidade e a separação entre Igreja e Estado não aparece de forma explícita nos dispositivos de destaque e nem configura um enquadramento em si, mas entendo que as tensões acerca desta divisão permeiam a produção jornalística quando esta identifica e salienta a atuação de pastores, políticos e igrejas evangélicas em espaços públicos. Recorrendo às palavras de Burity (2021), também o jornalismo parece incorporar questões sobre a presença dos religiosos na esfera pública em termos descritivos e normativos. Para o autor, a separação Igreja-Estado é “um dos institutos jurídicos mais antigos da tradição constitucional republicana brasileira” e não há uma reversão dessa “duradoura conquista constitucional” em direção a uma “tomada do Estado pela religião” (*Ibidem*, p. 2). O que há, para ele, é a participação de atores e instituições religiosas na esfera pública, algo que aliás não é uma novidade, uma vez que a Igreja Católica é “instituição onipresente na história brasileira”

(*Ibidem*). Acontece que, a partir de meados dos anos 1980, com a redemocratização, há uma “expressiva emergência pública de minorias religiosas, particularmente os pentecostais” (*Ibidem*, p. 6), e estas minorias reivindicam justamente demarcar sua posição através de um discurso defendendo a laicidade:

A minoritização evangélica acionou fortemente o marco jurídico-político da laicidade, invocando a liberdade religiosa em moldes “americanos” (primazia da liberdade de consciência sobre qualquer interferência estatal), contra a presença esmagadora do catolicismo e da Igreja Católica na cultura pública e na relação com o estado. Também acionou o discurso da democratização expansiva, na lógica do “direito a ter direitos”, reclamando isonomia de tratamento e acesso pelo estado, partidos políticos e importantes atores da sociedade civil (academia, ONGs, movimentos sociais). (*Ibidem*, p. 18)

Embora Burity minimize o risco de uma tomada do Estado pelos religiosos, o autor reconhece que “há, de fato, sinais fortes de que está em curso uma disputa pelo sentido prático desta separação” (*Ibidem*). As incursões religiosas no domínio público em um contexto de pluralização de demandas e atores, algo observado globalmente, não ocorrem sem tensões: se a politização “serve a pretensões de relevância ou de conquista de posições de poder”, concomitantemente implica que “ninguém mais faz tudo o que quer ou pretende sem sofrer a resistência de outros ou sem ter que negociar suas pretensões” (*Idem*, 2015, p. 105). Para Santos (2020), a própria demarcação da alteridade dos evangélicos na produção jornalística está relacionada às tensões decorrentes da entrada desses religiosos no espaço público brasileiro, em contraposição à naturalizada presença e regência da cidadania religiosa pelo catolicismo: “Os discursos que enquadram os evangélicos como ‘outros’ sintomatizam, antes, como essa identidade desafia os modelos consagrados da cidadania religiosa no Brasil” (*Ibidem*, p. 580). Considerando a tensão entre o religioso e o secular, cujas fronteiras são “particularmente instáveis” na experiência moderna, o autor afirma que a identificação dos evangélicos no espaço público se constrói em oposição ao catolicismo: “[...] a visibilidade evangélica, percebida como uma forma saturada do religioso, tende a fomentar a naturalização da marca católica no mundo público e seu embaralhamento com o secular” (*Ibidem*, p. 581). Como veremos, o discurso jornalismo é às vezes palco, às vezes agente das tensões entre secularismo e religião.

5.1 Enquadramento “Prestígio”

Do primeiro ao último ano mapeado nesta pesquisa, há um conjunto de matérias que constata e destaca o movimento de políticos, frequentemente não religiosos, em direção a fiéis, pastores, políticos e igrejas evangélicas (Tabela 19). Reúno essas matérias em um enquadramento que chamo de “Prestígio”, no qual o apoio de evangélicos é cobiçado por

candidatos, líderes partidários e políticos eleitos e frequentemente demonstrado em reuniões e cultos. Ao longo dos anos, a cobertura dessa movimentação contribui para a delimitação de um eleitorado evangélico, de uma bancada evangélica e eventualmente de um grupo de pressão evangélico dentro do Palácio do Planalto no governo de Jair Bolsonaro, diagnosticando a força política do segmento religioso.

Jornal	Data	Título da matéria
Folha de S. Paulo	15/07/1985	Com a Bíblia na mão, Jânio chama adversários de “filhos de Belzebu”
Folha de S. Paulo	28/10/1985	Para Jânio, adversário transformará igrejas em lanchonetes se for eleito
Folha de S. Paulo	11/04/1995	Bancada evangélica troca voto a favor da reforma por isenção fiscal
O Globo	11/04/1995	FH promete não taxar templos e Igrejas
O Globo	08/10/2010	Dilma visita capela e fala contra aborto
O Globo	08/10/2010	Índio pede a pastores discurso anti-Dilma
O Globo	08/10/2010	Vice de Dilma busca apoio de Garotinho
Folha de S. Paulo	14/10/2010	Dilma estuda divulgar carta a religiosos
O Globo	14/10/2010	A carta de Dilma
O Globo	14/10/2010	Pressão sobre candidata, com Lula junto
Folha de S. Paulo	16/10/2010	Em carta, Dilma não promete veto a aborto
Folha de S. Paulo	21/10/2010	Campanha de Serra faz ofertas a evangélicos
O Globo	20/01/2020	Em busca de apoio, Crivella recebe Bolsonaro
Folha de S. Paulo	26/01/2020	Com 'jeitão de pastor', Lula quer PT perto de evangélicos
O Globo	16/02/2020	A fé do poder: Bolsonaro prioriza evangélicos em agenda e políticas
O Globo	04/07/2020	Evangélicos se opõem ao nome de Feder para o MEC
O Globo	11/07/2020	Pastor é nomeado para o MEC
Folha de S. Paulo	15/09/2020	Evangélicos e oposição veem votos para derrubar veto a dívidas de igrejas
O Globo	06/10/2020	‘Será um pastor’, diz presidente sobre vaga na corte em 2021

Tabela 19 - Matérias da Folha de S. Paulo e de O Globo representativas do enquadramento “Prestígio”. Fonte: Da autora, a partir do acervo da Folha de S. Paulo e de O Globo.

Nos jornais, tais negociações e encontros entre políticos e evangélicos são essencialmente pragmáticos: todas as partes têm interesses e os resolvem com barganhas. Particularmente na cobertura eleitoral, candidatos querem eleitores, e conforme o capital evangélico é reconhecido, algumas matérias do *corpus* se voltam para os esforços em direção a pastores, fiéis e igrejas. No primeiro ano estudado nesta pesquisa, 1985, já encontramos isto em duas matérias da Folha sobre a corrida eleitoral pela prefeitura de São Paulo. Um dos candidatos a prefeito, Jânio Quadros, demonstrava forte interlocução com as igrejas O Brasil para Cristo,

Assembleia de Deus e A Volta de Cristo Universal. Foi “*em busca de eleitores entre os fiéis que lotavam a igreja pentecostal da Vila Primavera*”, como diz o lide de uma matéria de julho, que Quadros “*lançou mão de parábolas e versículos*” em evento em um templo da Igreja O Brasil para Cristo na capital paulista (Folha de S. Paulo, 15/07/1985, Política, p. 4, “Com a Bíblia na mão, Jânio chama adversários de ‘filhos de Belzebu’”). Esta e outras matérias do enquadramento “Prestígio” ressaltam uma imersão, uma entrega dos políticos não evangélicos aos ritos, um recurso que dá um tom jocoso ao texto e, talvez, insinue que para estes políticos, vale tudo: ajoelhou, tem que rezar. Todo o texto da matéria sobre a visita de Quadros à Brasil para Cristo, bastante descritivo, é estruturado assim.

O lide dá o tom da matéria: “*Parecia mais uma pregação religiosa do que um discurso político. Erguendo a Bíblia, o ‘pastor’ Jânio Quadros — assim chamado pelo líder evangélico Geraldino dos Santos — lançou mão de parábolas e versículos [...]*”. O texto segue, relatando que o candidato ameaçou os adversários políticos com “*as profundezas do inferno*” devido às condutas deles, e que “*a cada final de frase, Jânio arrancava reações em coro de ‘aleluia, aleluia’*”. Além da descrição da “pregação religiosa”, o texto registra a importância do apoio daquela igreja para a campanha: “*Pastores evangélicos de toda a região leste foram saudar Jânio, levados pelos dirigentes da igreja pentecostal ‘Brasil para Cristo’, oficialmente engajada na campanha do prefeiturável do PTB*”. Como que atestando o potencial de influência da igreja nas urnas, um pastor cita à reportagem haver “*mais de duzentos mil fiéis cadastrados*” e acrescenta que a “pregação moralista” de Jânio atraía a igreja, “*de certo modo conservadora*”. Alguns meses depois, a retórica conservadora de Jânio Quadros seria retomada, e agora mais destacada, em uma matéria que cobriu a agenda dele em mais duas igrejas, da Assembleia de Deus e da Volta de Cristo Universal, nas quais ele se apresentou como um candidato cristão e anticomunista (Folha de S. Paulo, 28/10/1985, Política, p. 4, “Para Jânio, adversário transformará igrejas em lanchonetes se for eleito”).



Figura 23 - Capa do jornal O Globo de 08/10/2010 destaca esforços de campanhas opositoras em direção aos evangélicos. Fonte: Acervo O Globo.

É, porém, em 2010 que a associação dos evangélicos com o conservadorismo é intensificada, algo que será detidamente analisado no próximo enquadramento, “Posicionamento em pautas públicas”. Por enquanto, interessa-nos que esta associação, em um contexto que colocava a descriminalização do aborto como um assunto-chave para a perda ou ganho de votos, motivou os jornais a se atentarem para os esforços das campanhas em direção aos evangélicos. A chamada de capa do Globo de 8 de outubro, menos de uma semana depois do primeiro turno, revela esta movimentação, com título “Votos de fé” (Figura 23): “*De olho no voto dos evangélicos, o comando da campanha da petista Dilma Rousseff está procurando o deputado federal eleito Anthony Garotinho (PR). A discussão em torno do aborto continuou fortemente ontem. Em Belo Horizonte, onde foi levada por correligionários a uma capela, Dilma voltou a falar do assunto, e de novo se disse ‘a favor da vida’. Na campanha da oposição, o candidato a vice da chapa tucana, Índio da Costa, e a mulher de José Serra, Mônica Serra, pediram apoio de pastores*”. Nota-se que, embora a chamada e a matéria correspondente mencionem que a candidata tenha visitado uma capela católica, o texto da capa dá destaque apenas aos evangélicos.

A matéria principal daquele dia reúne exemplos das várias frentes que a campanha de Rousseff mobilizava em direção aos evangélicos, uma vez que, de acordo com o texto, “*as pesquisas do primeiro turno constataram a queda dos votos na candidata entre religiosos, atribuída à campanha viral na internet sobre sua opinião a respeito do aborto*” (O Globo, 08/10/2010, O País, p.12, “Dilma visita capela e fala contra aborto”). O subtítulo informa que

dois aliados no Rio de Janeiro articulavam “*a participação de seis correntes evangélicas na campanha da petista*”. Depois, um trecho da matéria sugere que até irregularidades estavam nos planos da campanha: “*Nas conversas, os dois teriam sugerido que pastores gravassem para o programa de TV de Dilma. E estaria sendo organizado um reforço no pedido de votos para Dilma em templos localizados em favelas, o que é proibido pela lei eleitoral*”.

Na mesma edição, outra matéria reporta os esforços do então candidato à vice-presidência na chapa de Rousseff, Michel Temer — o qual havia gravado uma entrevista para um canal de TV pertencente à Igreja Sara Nossa Terra e planejava se encontrar com o então deputado federal e presbiteriano Anthony Garotinho (O Globo, 08/10/2010, O País, p.13, “Vice de Dilma busca apoio de Garotinho”). O subtítulo da matéria afirma que o encontro “*ajudaria a desfazer boatos entre evangélicos*”, mas em declaração ao jornal, Temer refutou que este fosse o motivo para o encontro: “*Ele pode ajudar pelos 700 mil votos que teve no Rio, não há dúvida. Não sei se com os evangélicos ou não, mas ele obteve uma votação significativa*”, disse o candidato à vice-presidência. Nos dias que se seguem, a imprensa registra a pressão exercida por pastores e políticos evangélicos sobre a campanha petista pela publicação de uma carta de compromissos, algo noticiado pelo jornal paulista (Folha de S. Paulo, 14/10/1995, Poder, p. 12, “Dilma estuda divulgar carta a religiosos”) e carioca (O Globo, 14/10/2010, O País, p. 3, “A carta de Dilma”).

Durante a corrida pelo segundo turno, algumas matérias relataram também os esforços da campanha oponente, a do candidato Serra, em direção aos evangélicos. Em 8 de outubro de 2010, O Globo registra que o deputado e candidato a vice-presidente Indio da Costa havia sido “*escalado pelo candidato José Serra (PSDB) para articular apoios entre o eleitorado evangélico*” e havia se reunido com 30 pastores em São Paulo, os quais “*deixaram o encontro com o compromisso de fazer reuniões em suas congregações para associar a presidenciável do PT, Dilma Rousseff, a valores condenados pela Igreja e recomendar o voto no tucano no segundo turno*” (O Globo, 08/10/2010, O País, p. 12, “Indio pede a pastores discurso anti-Dilma”). Alguns dias depois, a Folha também publica uma matéria sobre a movimentação da campanha tucana em direção aos evangélicos, porém aqui o lastro da negociação não é apenas o alinhamento em pautas sociais, mas também a promessa de futuras parcerias entre governo e igrejas em programas de assistência social, como mostra esse parágrafo: “*[...] entre os argumentos para conquistar o engajamento dos evangélicos, além do discurso relativo a valores, como a posição contrária à descriminalização do aborto, está a promessa de apoio a parcerias entre essas igrejas e entidades assistenciais a elas vinculadas com prefeituras e governo, em caso de vitória tucana*” (Folha de S. Paulo, 21/10/2010, Poder, p. A10, “Campanha

de Serra faz oferta a evangélicos”) (Figura 24). De acordo com a matéria, um pastor da Assembleia de Deus responsável pela “coordenadoria dos evangélicos” na campanha de Serra fazia dezenas de ligações diariamente para pastores, também recebendo alguns desses líderes religiosos para tomar café. Destaco que, segundo informações da matéria, esta coordenadoria já existia no primeiro turno e, inclusive, trabalhou também na campanha pelo governo estadual de São Paulo. Entretanto, é apenas em meio à escalada da delimitação dos evangélicos enquanto atores relevantes naquela cobertura eleitoral que a informação ganha maior relevância e participação na construção de sentidos, em articulação com outras matérias publicadas no período.

Campanha de Serra faz ofertas a evangélicos

Tucanos prometem benefícios a igrejas e entidades ligadas a elas em troca de apoio de pastores à candidatura

Contato com líderes é feito por telefone; responsável trabalha dentro do comitê do candidato do PSDB

BRENO COSTA
DE SÃO PAULO

A campanha de José Serra (PSDB) está oferecendo benefícios a igrejas evangélicas e a entidades a elas ligadas em troca de apoio de pastores à candidatura tucana. O mesmo foi feito na campanha do governador eleito de São Paulo, Geraldo Alckmin.

O responsável pelo contato com os líderes é Alcides Cantóia Jr., pastor da Assembleia de Deus em São Paulo.

Ele responde pela “coordenadoria de evangélicos” da campanha, criada ainda no primeiro turno exclusivamente para angariar apoios entre evangélicos.

“Disparo entre 150 e 200 telefonemas por dia, mais ou menos”, diz Cantóia, que trabalha numa espécie de guichê montado no térreo do edifício Praça da Bandeira (antigo Joelma), quartel-general da campanha de Serra.

No local, ele também recebe pastores para “um café”. Os telefonemas são feitos para pastores de várias denominações em todo o Estado de São Paulo, em busca de pedido de voto em Serra entre os fiéis de suas respectivas igrejas.

Segundo Cantóia, entre os argumentos para conquistar o engajamento dos evangélicos, além do discurso relativo a valores, como a posição contrária à descriminalização do aborto, está a promessa de apoio a parcerias entre essas igrejas e entidades assistenciais a elas vinculadas com prefeituras e governo,



Pastor Alcides Cantóia Jr. faz ligação no comitê de Serra

em caso de vitória tucana.

Como exemplo, cita a possibilidade de, com os tucanos no poder, igrejas poderem oferecer apoio a crianças e adolescentes, complementando o período que elas passam na escola. Assistência a idosos também é citada.

“O objetivo é levar as crianças para dentro da igreja”, afirma o pastor. “Esse é um dos argumentos. Seriam igrejas em tempo integral, complementando a atividade escolar.”

Cantóia afirma, também, tentar intermediar demandas recebidas de pastores junto a prefeituras. Por

exemplo, pedidos para que entidades funcionem como creche ou que viam intermediárias do programa Viva Leite, do governo estadual.

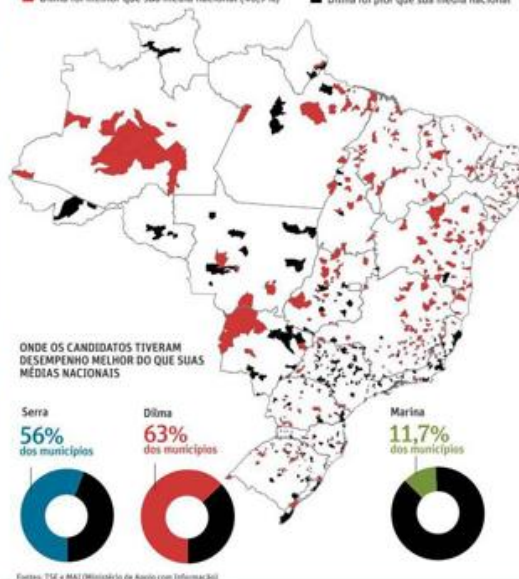
Alcides diz ter sido um dos articuladores que levaram os pastores Silas Malafaia, do Rio de Janeiro, e José Wellington Bezerra, de São Paulo, ambos da Assembleia de Deus, a gravarem depoimentos de apoio a Serra, exibidos em sua propaganda na TV.

O Conselho dos Pastores de São Paulo, que reúne representantes de diversas denominações protestantes, estima que cerca de 80 mil pastores em SP apoiem Serra.

COMO VOTOU O BRASIL EVANGÉLICO

Resultado das eleições nos 700 municípios com população de evangélicos igual ou superior a 30%

■ Dilma foi melhor que sua média nacional (46,9%) ■ Dilma foi pior que sua média nacional



Fontes: TSE e IBAPE (Ministério da Apoio com Informação)

Cidades mais evangélicas do país elegeram Dilma no 1º turno

Petista foi bem em locais com maior proporção de protestantes

ENICA FRAGA

Se dependesse apenas sua votação média teria sido

Figura 24 - Edição da Folha de S. Paulo de 21/10/2010 traz matéria sobre esforços da campanha de Serra em direção aos evangélicos; abaixo, uma matéria menor, intitulada “Cidades mais evangélicas do país elegeram Dilma no 1º turno”, vai de encontro a sentido dominante na cobertura eleitoral, conforme será explorado no enquadramento “Posicionamento em pautas públicas”. Fonte: Acervo Folha de S. Paulo.

A posição dos evangélicos enquanto grupo de pressão influente, por quem políticos com seus interesses buscam, não surge, no discurso jornalístico, apenas nos períodos eleitorais. Essa posição discursiva também é acionada em notícias sobre governos já eleitos em 1995 e em

2020, com maior intensidade neste último ano. Em abril de 1995, durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, tanto O Globo quanto a Folha destacaram na capa negociações entre parlamentares evangélicos e o governo, fruto de um encontro entre as partes no Palácio do Planalto, em Brasília. O jornal paulista, na matéria intitulada “Bancada evangélica troca voto a favor da reforma política por isenção fiscal”, destaca o pragmatismo da negociação, em que parlamentares religiosos se comprometeram a votar favoravelmente em reformas encampadas pelo governo federal, que por sua vez, acatou a demanda para que não fossem extintas isenções de alguns impostos para igrejas (Folha de S. Paulo, 11/04/1995, Brasil, p. 4). Como observado anteriormente em outras matérias, a citação a números sobre o tamanho do eleitorado evangélico e a presença desses grupos religiosos na política contribuem para ratificar a importância desta influência, além de cumprir o ideal de objetividade do jornalismo, já que dados quantitativos e estatísticas criam um efeito de verdade. Atribuindo os números a um pastor, a matéria da Folha afirma que *“os evangélicos estão representados no Congresso por 31 deputados federais e cinco senadores, segundo o presidente da Assembléia de Deus”* e que o entrevistado *“disse representar 38 milhões de brasileiros que seriam seguidores dessa religião”*.

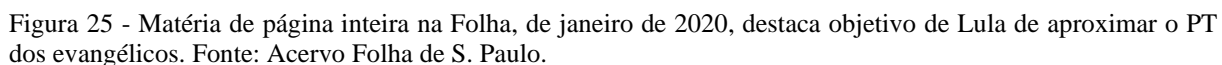
Dedica-se também algumas linhas da matéria à imersão do político, no caso o então presidente, no meio evangélico: um pastor afirma à reportagem que o presidente era um homem “com profundo sentimento religioso e de família”. Outra fonte, um deputado evangélico, afirma que presentearia Fernando Henrique Cardoso com uma Bíblia. Uma matéria do Globo costura informações semelhantes, como no seguinte trecho: *“Felizes com o resultado a audiência no Palácio do Planalto, os evangélicos decidiram presentear Fernando Henrique com um exemplar da Bíblia. Um deles saiu da reunião ressaltando traços de religiosidade do presidente”* (O Globo, 11/04/1995, O País, p. 5, “FH promete não taxar templos e Igrejas”). Há também dados que atestam a força política dos evangélicos, além do destaque à associação com o conservadorismo: *“Dizendo representar 38 milhões de fiéis em todo o Brasil, os 15 parlamentares e pastores que foram ontem ao Palácio do Planalto deram ênfase na conversa com o presidente ao trabalho social das Igrejas. Mas fizeram também outras reivindicações ao presidente. Pediram que Fernando Henrique não apoie o casamento entre homossexuais, a legalização do aborto e a descriminação da maconha”*.

Vinte e cinco anos depois, em 2020, encontrei sete matérias que classifiquei como parte do enquadramento “Prestígio”. Em janeiro, O Globo registra na capa um encontro ocorrido no Rio de Janeiro entre o presidente Jair Bolsonaro e o então candidato à prefeitura da capital fluminense Marcelo Crivella, evangélico da Universal (O Globo, 21/01/2020, País, p. 6, “Em

busca de apoio, Crivella recebe Bolsonaro”). A chamada na capa ressalta o cenário do encontro: “Com plateia evangélica, Crivella recebe Bolsonaro”. A matéria informa que o presidente pediu que fosse feita uma oração no final do encontro, o que foi atendido por Crivella — que ressaltou à reportagem a “afinidade” entre Bolsonaro e os evangélicos. A matéria especifica também os evangélicos que estiveram presentes no encontro: *“o líder da Igreja Internacional da Graça de Deus, R. R. Soares, o pastor Josué Valandro Jr., líder da Igreja Batista Atitude, frequentada pela primeira-dama Michelle Bolsonaro no Rio, e o deputado federal Ezequiel Teixeira (Podemos-RJ), um dos integrantes da bancada evangélica da Câmara”*.

Mas não apenas a associação entre os evangélicos e Bolsonaro foi notícia no primeiro mês de 2020. A Folha também publicou uma longa matéria, de página inteira, sobre a crescente importância dada aos evangélicos pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, opositor de Bolsonaro (Folha de S. Paulo, 26/01/2020, Poder, p. A12, “Com 'jeitão de pastor', Lula quer PT perto de evangélicos”) (Figura 25). O texto é acompanhado de um grande infográfico com dados do percentual da população que é evangélica e das intenções de voto deste segmento religioso nas eleições presidenciais de 2006, 2010, 2014 e 2018 — ano após ano, os números mostram que as intenções de voto em candidatos petistas diminuíram. A matéria atesta que Lula estava se voltando mais a esse segmento através da menção a uma entrevista em que o ex-presidente declarou este interesse e afirmou que tinha “jeitão de ser pastor”; e com relatos de fontes próximas do líder petista, segundo quem ele estava estimulando militantes a se reaproximarem dos evangélicos: *“O ex-presidente compartilhou com amigos quão impressionado ficava com a prosa dos religiosos. Passou a achar que, assim como ele, militantes petistas deveriam assistir mais às pregações na TV. Em vez de irem uma vez por mês às reuniões do PT com boas ideias, mais valia bater diariamente nessa mesma tecla de que é preciso criar elos com os evangélicos, dizia”*.

A matéria recorda que o PT já teve o apoio de algumas igrejas, como a IURD e a Assembleia de Deus, e que, desde os anos 1980, o partido tem um “núcleo evangélico”. Entretanto, o texto afirma que o partido passou a ter uma “sangria eleitoral no nicho”, atribuindo isto ao posicionamento em pautas públicas, como no debate sobre a descriminalização do aborto: *“A eleição de 2010 foi um marco na mudança dos humores do grupo, com o tema do aborto sombreando a campanha de Dilma”*. Ainda que neste trecho haja uma associação com o conservadorismo, outros trechos destacam a diversidade do segmento evangélico, como a menção a evangélicos “à esquerda” e às inúmeras igrejas evangélicas existentes: *“Há dentro do PT quem diga que o esforço para dialogar com evangélicos, por ora, é mais espuma do que substância. Também reconhecem, nos bastidores, que pastores alinhados são de menor porte,*



Enquanto a matéria da Folha testemunhava esforços do partido de oposição em direção aos evangélicos, os jornais estudados continuaram registrando os vários acenos do então presidente Jair Bolsonaro ao segmento. Na verdade, o mandato dele trouxe não apenas notícias de reuniões e eventos com evangélicos, como em outros anos. Os pastores foram cotados para assumir alguns cargos de forma inédita, algo destacado pelos jornais. Em 16 de fevereiro de 2020, O Globo publicou em sua capa uma chamada intitulada “Com 40 encontros, Bolsonaro torna evangélicos prioridade” e um texto de apresentação: “*Em 2019, o presidente Bolsonaro consolidou a aproximação com os evangélicos. Grupo religioso com maior acesso ao Planalto, uma média de três compromissos oficiais por mês, teve vitórias na pauta de costumes e almeja*

perdão para dívidas de quase R\$ 1 bi com a receita". A matéria correspondente à chamada, acompanhada de um grande infográfico, teve como base um levantamento de dados feito pela própria reportagem (O Globo, 16/02/2020, País, p. 8, "A fé do poder: Bolsonaro prioriza evangélicos em agenda e políticas") (Figura 26). O infográfico compara o número de compromissos do presidente com evangélicos, representantes do catolicismo, judaísmo e islamismo, mostrando a superioridade dos primeiros na agenda. A peça gráfica resume também áreas em que houve "acenos do governo à base" evangélica: "Isenção tributária"; "Participação no governo"; "Liberdade religiosa"; "ONU"; "Viagens"; "Abstinência sexual"; "Política de drogas"; "Ensino domiciliar".



Figura 26 - Matéria do Globo, incluindo um grande infográfico, registra encontros do presidente com líderes de diversas religiões e os "acenos do governo à base" evangélica. Fonte: Acervo O Globo.

Em julho, mais duas matérias do Globo contribuem para a delimitação dos evangélicos como um grupo de pressão dentro do Palácio do Planalto. Naquele mês, o cargo de ministro da Educação estava desocupado e o jornal publicou em sua capa no dia 4 que grupos evangélicos influentes no governo se opunham ao nome de uma das pessoas sondadas para ocupar a vaga, como diz o título da chamada: "Evangélicos pressionam contra nomeação de Feder para o MEC". A matéria correspondente ao destaque na capa afirma que o "grupo" evangélico do governo se opunha ao nome devido ao não alinhamento dele com o governo Bolsonaro: "A maior pressão vem dos evangélicos, que desde a manhã de ontem trabalham para reverter a

indicação. O grupo defende alguém com perfil ideológico semelhante ao de Bolsonaro e rejeita Feder, secretário estadual de Educação do Paraná, por sua ligação anterior com o governador João Doria (PSDB-SP) e a proximidade com o grupo Lemann, que já discutiu parcerias com a secretaria do Paraná” (O Globo, 04/07/2020, Sociedade, p. 16, “Evangélicos se opõem ao nome de Feder para o MEC”).

É interessante que o texto delimita os evangélicos como um dos núcleos dentro do Planalto, assim como os militares, como mostra esse trecho: *“Uma parte do grupo militar no governo com interface com os evangélicos tenta emplacar Anderson Correia, ex-presidente da Capes e atual reitor do ITA, para o cargo. Correia, que também é evangélico, é apoiado pelo grupo de militares que trabalhou desde o período de transição para o governo Bolsonaro, tendo o ministro Augusto Heleno com principal fiador”*. Na matéria, esta delimitação não implica na especificação de denominações evangélicas envolvidas na pressão exercida sobre o governo, com exceção do pastor Silas Malafaia, da Assembleia de Deus, que é entrevistado e tem sua participação destacada no subtítulo: *“Após telefonema de Bolsonaro para principal cotado, na quinta-feira, Malafaia mandou mensagem ao presidente; núcleos do governo advertem que secretário do Paraná não tem ‘perfil ideológico’”*.

Finalmente, poucos dias depois, o jornal carioca noticia que o novo ministro da Educação foi escolhido — e não foi o secretário de Educação do Paraná, que era desaprovado pelo núcleo evangélico do governo, e sim um pastor presbiteriano e doutor em Educação, Milton Ribeiro (O Globo, 11/07/2020, Sociedade, p. 19, “Pastor é nomeado para o MEC”). Boa parte do texto explora o currículo de Ribeiro na área da educação, embora os dispositivos de destaques priorizem sua identificação como pastor. A partir do conteúdo de um livro de Ribeiro, a matéria informa que o novo ministro é *“defensor da liberdade religiosa, inclusive de não ter religião”*. Sua nomeação, de acordo com o texto do jornal, era *“vista como um aceno ao grupo de evangélicos e à ala ideológica do governo”*. Abaixo, outra matéria explora declarações anteriores de Ribeiro sobre a pedofilia e o feminicídio, texto a ser explorado na próxima seção (O Globo, 11/07/2020, Sociedade, p. 19, “Religioso citou ‘paixão’ como motivo para feminicídio”).

Em setembro de 2020, a Folha publica que “representantes da bancada evangélica” se preparavam para tentar derrubar, no Congresso, o veto do presidente Bolsonaro a uma emenda que anulava dívidas das igrejas com a Receita Federal (Folha de S. Paulo, 15/09/2020, Mercado, p. A20, “Evangélicos e oposição veem votos para derrubar veto a dívidas de igrejas”). Embora a pauta opusesse, naquela ocasião, o presidente e a bancada — com Bolsonaro justificando que precisava vetar a emenda, caso contrário poderia ser acusado de crime de responsabilidade,

segundo interpretação da equipe econômica do governo —, a matéria registrou que o mandatário “fez questão de acenar para sua base evangélica”. O presidente afirmou que, se fosse parlamentar, votaria pela derrubada do veto, e acrescentou que pretendia propor um novo projeto para contemplar as demandas das igrejas relativas a questões tributárias. Finalmente, na matéria mais recente do *corpus*, O Globo registrou que Bolsonaro anunciou, em um evento na Assembleia de Deus, que indicaria como ministro do STF não apenas um evangélico, mas um pastor evangélico, afirmando: “*Mais que um terrivelmente evangélico, será um pastor. Imagine a sessão daquele Supremo começar com uma oração*” (O Globo, 06/10/2020, País, p. 6, “‘Será um pastor’, diz presidente sobre vaga na Corte em 2021”).

Portanto, vimos que, de 1985 a 2020, os jornais destacam na capa matérias que dão conta da influência dos evangélicos enquanto eleitorado, bancada parlamentar e grupo de pressão dentro do governo. No discurso, essa influência é cortejada pelos políticos sempre em troca de algo, como a incorporação de um posicionamento mais conservador em certos debates ou o comprometimento com decisões que podem beneficiar as igrejas, como nas isenções fiscais. Se nos anos iniciais, prevalece a delimitação dos evangélicos enquanto eleitorado, em 2020 os jornais ratificam a consolidação do poder evangélico no governo de Jair Bolsonaro.

5.2 Enquadramento “Posicionamento em pautas públicas”

No *corpus*, há matérias em que a identificação de fiéis, pastores, igrejas, políticos e organizações evangélicas é relevante para associá-los a certas posições em disputas eleitorais e políticas e em debates sociais (Tabela 20). O significante “evangélico” incorpora as tensões que emergem das discussões e gera interesse, pelos jornais, sobre os posicionamentos a que se associa. Esse conjunto de matérias compõe o que chamo aqui de enquadramento “Posicionamento em pautas públicas”, só observado a partir de 2010. Na cobertura da disputa pela presidência daquele ano, a conexão dos evangélicos — algumas vezes colocados assim mesmo, de forma generalizante e sem especificação de igrejas — com o conservadorismo ganhou robustez. Em 2020, o discurso jornalístico demonstra abarcar melhor a pluralidade que caracteriza o segmento evangélico no país. Estas diferenças temporais permitem que apresentemos as matérias que compõem este enquadramento em ordem cronológica.

Jornal	Data	Título da matéria
O Globo	05/10/2010	Cruzada pelo voto conservador
O Globo	05/10/2010	Para evangélicos, PT subestimou boatos
O Globo	05/10/2010	Ofensiva contra o PT
O Globo	08/10/2010	Indio pede a pastores discurso anti-Dilma

Folha de S. Paulo	14/10/2010	Dilma estuda divulgar carta a religiosos
O Globo	14/10/2010	A carta de Dilma
O Globo	14/10/2010	Pressão sobre candidata, com Lula junto
Folha de S. Paulo	16/10/2010	Em carta, Dilma não promete veto a aborto
Folha de S. Paulo	21/10/2010	Cidades mais evangélicas do país elegeram Dilma no 1º turno
Folha de S. Paulo	05/06/2015	Marcha de evangélicos pede 'faxina ética'
Folha de S. Paulo	11/06/2015	Evangélicos protestam e rezam Pai-Nosso no plenário da Casa
O Globo	29/10/2015	De evangélicos a feministas contra Cunha
Folha de S. Paulo	20/01/2020	Samuel Câmara: Tudo para evangélicos é suor, e Bolsonaro ecoa sentimento
Folha de S. Paulo	23/05/2020	Organizações evangélicas manifestam repúdio a Bolsonaro e apoio à ciência
O Globo	11/07/2020	Religioso citou 'paixão' como motivo para feminicídio
Folha de S. Paulo	23/07/2020	Igrejas perdem pastores e padres para Covid-19 e divergem sobre reabertura

Tabela 20 - Matérias da Folha de S. Paulo e de O Globo representativas do enquadramento “Posicionamento em pautas públicas”. Fonte: Da autora, a partir do acervo da Folha de S. Paulo e de O Globo.

É interessante observar que, em matérias da Folha de 1985 e 1995, há trechos em que o conservadorismo entre os evangélicos é mencionado, mas não aparece em dispositivos de destaque, como claramente acontece a partir de 2010. Em 1985, os acenos do então candidato à prefeitura de São Paulo Jânio Quadros ao eleitorado evangélico e conservador, a quem o político se dirigia reivindicando ser um legítimo representante dos valores cristãos, da família e do anticomunismo, foram registrados em duas matérias que tiveram chamada de capa naquele ano, intituladas “Com a Bíblia na mão, Jânio chama adversários de ‘filhos de Belzebu’” (Folha de S. Paulo, 15/07/1985, Política, p. 4) e “Para Jânio, adversário transformará igrejas em lanchonetes se for eleito” (Folha de S. Paulo, 28/10/2022, Política, p. 4). Dez anos depois, outra matéria da Folha fez um rastreamento da presença dos evangélicos no Congresso, citando que a “bancada evangélica” reunia oito diferentes igrejas, embora o texto registre que “*os parlamentares das oito diferentes igrejas dizem que não há uma bancada evangélica formal*” (Folha de S. Paulo, 17/09/1995, Brasil, p. 15, “Bancada evangélica começou com um boato”). De acordo com o texto, “*os evangélicos estão juntos quando o tema é ligado à família, com o aborto, o homossexualismo e prostituição, ou quando existe uma ameaça às suas igrejas*”. Apesar desta afirmação sobre uma posição dominante entre os religiosos, um outro trecho da matéria reconhece que a bancada tinha “*27 deputados (do total de 513), 4 senadores (dos 81) e ideologias distintas*”.

O destaque ao conservadorismo de evangélicos é impulsionado na eleição presidencial de 2010, quando membros das campanhas, políticos e pastores entrevistados pelos jornais endossaram a análise de que Dilma Rousseff perdeu votos de evangélicos na véspera do primeiro turno devido à sua posição progressista em relação a direitos das mulheres, dos homossexuais, entre outros, e a boatos disseminados a partir dessa posição. Dois dias depois do primeiro turno, O Globo escreveu em sua capa de 5 de outubro de 2010 que a campanha da candidata petista “*iniciou ofensiva para conter a sangria de votos evangélicos e católicos registrada na reta final do primeiro turno*”, sendo esta ofensiva orientada pelo objetivo de esclarecer a posição de Rousseff no debate sobre o aborto e sobre direitos civis. Nota-se aqui e em outros textos do período que os evangélicos são unidos discursivamente aos católicos como um eleitorado religioso e politicamente conservador, por vezes representados pelo significante “*crístãos*”. Mas, nos dispositivos de destaque, os evangélicos são preponderantes em relação aos católicos, saturando a posição de religiosos conservadores com influência na política. Na matéria principal da edição citada, afirma-se por exemplo que “*parlamentares do PT ligados às questões religiosas estão entrando em campo para desfazer a imagem negativa de Dilma nesses setores, em especial entre evangélicos*” (O Globo, 05/10/2010, O País, p. 3, “*Cruzada pelo voto conservador*”) (Figura 27).



Figura 27 - Matéria do Globo de 05/10/1995 traz como título “Cruzada pelo voto conservador” e subtítulo “Dilma e aliados traçam estratégia para tentar reconquistar evangélicos e católicos”. Fonte: Acervo O Globo.

É importante notar que a hipótese de o voto conservador cristão ter influenciado para uma votação aquém do esperado na petista, por sua postura mais progressista, logo se tornou uma explicação incorporada pelos jornais e alçada a dispositivos de destaque. É uma explicação que reduz um complexo cenário político a um sentido inteligível e atrativo para captação da audiência, embora poucas evidências disso tenham sido apresentadas naquele momento pelas matérias analisadas. Há um texto do Globo, inclusive, que em um pequeno trecho afirma que havia *“uma avaliação na campanha tucana de que Dilma obteve no primeiro turno um apoio expressivo dos evangélicos”* (O Globo, 08/10/2010, O País, p. 12, “Índio pede a pastores discurso anti-Dilma”), embora a cobertura naquele momento priorizasse a leitura de que a petista estava em desvantagem neste segmento religioso. Outra publicação que destoa deste sentido dominante é uma matéria da Folha que, a partir de um levantamento próprio de dados, afirmou no título que *“Cidades mais evangélicas do país elegeram Dilma no 1º turno”* (Folha de S. Paulo, 21/10/2010, Poder, p. 10) (Figura 24). O sublide afirma: *“Esse dado reforça a tese dos cientistas políticos que afirmam que a religião não é uma variável importante em eleições no Brasil. Embora não derrube, ele relativiza a teoria de que Dilma não venceu no primeiro turno porque perdeu parte dos votos religiosos devido a suas posições contra o aborto”*.

Entretanto, a maioria das matérias deste período se baseia na explicação de que o voto evangélico constituía novamente um risco para Dilma no segundo turno devido à posição progressista da candidata. Algumas matérias sustentam essa hipótese apresentando relatos de boatos e de falas pelo voto contrário à petista em igrejas evangélicas e católicas — como um documento distribuído por um setor regional da CNBB e lido em missas, além da fala de um pastor da 1ª Igreja Batista de Curitiba durante um culto (O Globo, 05/10/2010, O País, p. 9, “Ofensiva contra o PT”). Como já dito, algumas fontes também reforçaram essa explicação, e eu destaco o papel de pastores e políticos evangélicos nessa direção. É preciso considerar que este cenário ampliava o capital político destes atores religiosos, que então reafirmaram naquele momento a importância do voto evangélico. Um exemplo disto está na matéria do Globo intitulada *“Para evangélicos, PT subestimou boatos”* (O Globo, 05/10/2010, O País, p. 9). Os líderes evangélicos Manoel Ferreira (então presidente da Assembleia de Deus de Madureira) e Robson Rodovalho (deputado federal e presidente da Sara Nossa Terra), apoiadores de Dilma, criticaram que a campanha petista demorou para reagir *“à onda de boatos na internet que confrontavam a candidata com valores cristãos”*, segundo o texto. Outra matéria da mesma edição destaca a avaliação de Marcelo Crivella, então senador e bispo licenciado da Universal,

segundo quem “*em igrejas evangélicas houve pregação contrária à Dilma e que isso teve influência*” (O Globo, 05/10/2010, O País, p. 3, “Cruzada pelo voto conservador”).

A importância dada ao voto evangélico naquele segundo turno se mostra na publicação de muitas matérias que relataram reuniões e negociações com líderes e políticos evangélicos de diversas denominações, como explorado no enquadramento “Prestígio”. Na campanha de 2010, a pressão pela publicação de uma carta aos evangélicos foi um símbolo disso. Em 16 de outubro, a Folha destacou na capa que a carta tinha sido efetivamente publicada, e noticiou isto com a chamada “Carta de petista a evangélicos não promete veto a aborto” (Figura 28). Dispositivos de destaque como essa chamada de capa, o subtítulo e o lide da matéria correspondente focaram em uma expectativa dos evangélicos que teria sido frustrada: o compromisso da candidata em vetar qualquer projeto que descriminalizasse o aborto. Entretanto, no texto da matéria, dois políticos evangélicos que faziam parte da campanha petista refutaram que havia insatisfação com o conteúdo final da carta, representando uma avaliação diferente do que foi destacado, por exemplo, no subtítulo da matéria: “*Mensagem não atende exigência, feita por evangélicos, de barrar qualquer projeto para descriminalizar prática*”. O lide ratifica a colocação dos evangélicos como intransigentes em suas posições sobre estes temas, exigindo que fossem “acalmados”: “*Em mensagem divulgada ontem para ‘acalmar’ evangélicos, a candidata do PT à Presidência, Dilma Rousseff, se compromete a não apresentar projeto para descriminalizar o aborto, mas não a vetar a medida caso seja aprovada pelo Congresso*”.

O texto afirma ainda que o Plano Nacional dos Direitos Humanos foi “bombardeado pelos setores evangélicos” e que outro projeto de lei, o qual visava criminalizar condutas homofóbicas, causava “temor dos evangélicos” por ser capaz de impedir “sermões e pregações referentes aos homossexuais”. Enquanto isso, embora a maioria das matérias aqui analisadas tenham abordado os esforços da campanha petista em direção aos evangélicos, há uma matéria do Globo que registrou também a mobilização da outra candidatura concorrendo à presidência no segundo turno, a de José Serra e seu vice Indio da Costa (O Globo, 08/10/2010, O País, p. 12, “Indio pede a pastores discurso anti-Dilma”). É relatada a realização de uma reunião do candidato a vice-presidente com 20 pastores, alguns deles de igrejas especificadas — de “*setores mais tradicionais, como a Igreja Batista e a Assembleia de Deus, e também de igrejas como a Bola de Neve, fundada por um surfista e frequentada por celebridades*”. Segundo a matéria, a proposta da campanha de Serra e Indio era “*convencer os fiéis de que, com Dilma, o PNDH-3 (Programa Nacional de Direitos Humanos) será aprovado e, com isso, questões como o aborto e direitos reivindicados por gays serão legitimados*”.

Carta de petista a evangélicos não promete veto a aborto

Em carta a evangélicos, Dilma Rousseff (PT) se comprometeu a não apresentar projeto para descriminalizar o aborto, mas não a vetar a medida caso o Congresso a aprove. Considerada ambígua por igrejas, a carta desagradou a entidades do movimento gay por não rechaçar a homofobia. **Pág. A10**

Figura 28 - Chamada de capa da Folha de 16/10/2010 enfatiza que carta publicada por Dilma Rousseff foi destinada a evangélicos. Fonte: Acervo Folha de S. Paulo.

É notável que a cobertura eleitoral de 2010 centrou-se na representação dos evangélicos através de pastores e políticos poderosos, sem qualquer participação de fiéis evangélicos nas matérias chamadas nas capas. Estes foram representados genericamente como um eleitorado conservador que seria suscetível às negociações em curso entre seus líderes e as campanhas políticas. Burity (2021) tem uma posição bastante crítica sobre a associação entre os evangélicos e conservadorismo, defendendo que a emergência de uma onda conservadora no país na última década não foi capitaneada pelos evangélicos, mas por um conjunto complexo de fatores. O autor afirma que a “hipótese de uma comunidade religiosa maciçamente comprometida com pautas morais e politicamente reacionárias, comprometedoras dos direitos humanos e da laicidade do estado precisa ser revista à luz de outros fatores explicativos”, já que há evidências de que o voto evangélico não é transferido automaticamente para candidatos do segmento e nem para candidatos conservadores (*Ibidem*, p. 11).

Uma das evidências apresentadas pelo autor é a baixa votação do pastor Everaldo, da Assembleia de Deus, em 2014, e a forte adesão de eleitores evangélicos às candidaturas de Dilma Rousseff e Marina Silva nesse mesmo ano — que embora evangélica, é “em tudo distinta das estratégias e das agendas da elite parlamentar e pastoral pentecostal” (*Ibidem*, p. 10). Burity reconhece que os pentecostais assumiram uma “inesperada visibilidade” (*Ibidem*, p. 3) na formação da coalização que sustentou o governo de Michel Temer de 2016 a 2018, no apoio à

candidatura de Jair Bolsonaro em 2018 e na composição desse novo governo, a partir de 2019. Todavia, para ele, este projeto de poder conduzido por uma “elite parlamentar e pastoral evangélica” está longe de ser hegemônico, dividindo espaço com “contestações intraevangélicas, não unificadas, mas crescentemente vocais, desafiando a representatividade e a legitimidade do povo evangélico-pentecostal” (*Ibidem*, p. 18).

Em 2015, na cobertura da Marcha para Jesus, na cidade de São Paulo, o posicionamento conservador de participantes do evento ganhou destaque em uma matéria da Folha, intitulada “Marcha de evangélicos pede ‘faxina ética’” (Folha de S. Paulo, 05/06/2015, Poder, p. A5). O lide registrou que o evento foi “*palco para uma série de apelos pelo ‘fim da corrupção’ e por uma ‘faxina ética’ no Brasil*”. O texto continua: “*O tema apareceu em faixas e cartazes espalhados pelo evento, ao lado de dizeres contra o aborto, a prostituição e o uso de drogas. Em cima dos carros de som, líderes de diversas denominações condenaram o desvio de dinheiro público em suas orações e pediram a ‘libertação do Brasil’*”. O texto afirma ainda que a “politização da manifestação” foi defendida pelo apóstolo que presidia o evento e que, no entanto, “nenhum político ou partido foi criticado diretamente”. Alguns dias depois, também a Folha publicou uma grande foto na capa em que “deputados da bancada evangélica” protestavam no Congresso com cartazes criticando a realização da Parada Gay e as marchas da Maconha e das Vadias (uma manifestação feminista) (Figura 29). A matéria correspondente relata que vários deputados da bancada discursaram: “*Os parlamentares gritavam palavras de ordem como ‘respeito’ e ‘família’. Eles rodearam os membros da Mesa da Câmara e foram até as tribunas do plenário. De mãos dadas, rezaram o Pai-Nosso, que foi finalizado aos gritos de ‘viva Jesus Cristo’*” (Folha de S. Paulo, 11/06/2015, Poder, p. A5, “Evangélicos protestam e rezam Pai-Nosso no plenário da Casa”). Mais uma vez, vemos que a posição de políticos evangélicos sobre direitos sexuais se mostra relevante para o discurso jornalístico, digno de um grande destaque na capa.

Por 9 a 0, STF libera biografias

Em decisão unânime, Supremo considera inconstitucional exigência de autorização para obras serem publicadas

STF liberou as biografias não autorizadas, por unanimidade (9 a 0), encerrando polêmica gerada por personalidades que discordavam de ter suas histórias publicadas sem consentimento.

Para os ministros, é inconstitucional a aplicação de artigos do Código Civil que permitem a proibição de obras do gênero que não tenham autorização prévia do biografado ou da família.

A relatora Cármen Lúcia considerou que o direito à liberdade de expressão suplantava o das pessoas públicas à privacidade. "Censura é forma de cala-boca. Pior, de calar a Constituição."

O advogado de Roberto Carlos, cantor que vetou biografia e se tornou símbolo dos contrários às obras não autorizadas, disse apenas defender que a pessoa possa reagir caso se sinta lesada.

A ministra reconheceu haver risco de abusos, e, segundo a corte, quem se sentir ofendido pode recorrer ao Judiciário para reivindicar indenizações, retratações e direitos de resposta.

Biógrafos festejaram o veredito. "Libertará biografias que estejam na gaveta", afirmou Ruy Castro, colunista da Folha. "É a vitória da luz contra as trevas", disse Fernando Morais. Poder AB



Figura 29 - Capa da Folha de 11/06/2015 traz grande foto de manifestação no Congresso de “deputados da bancada evangélica” criticando a Parada Gay e as marchas das Vadias e da Maconha. Fonte: Acervo Folha de S. Paulo.

No mesmo ano, em outubro, uma matéria do Globo repercutiu manifestações contrárias à permanência no cargo do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (O Globo, 29/10/2015, País, p. 4, “De evangélicos a feministas contra Cunha”). O político é apresentado no lide como “evangélico e contrário ao aborto”. Mas essa associação com o conservadorismo divide espaço, na matéria, com a aproximação dos evangélicos e as feministas na oposição a Cunha, como mostra o título da matéria, a chamada de capa (“Evangélicos e feministas pedem a saída do deputado”) e o lide: “*De líderes evangélicos a defensoras dos direitos da mulher, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), foi alvo ontem de protestos no Rio e em Brasília que, em comum, pediram sua saída do cargo*”. Interpreto que a presença dos evangélicos nestes dispositivos de destaque se deve a uma dupla quebra de expectativas: primeiro, a oposição de líderes evangélicos a um político também evangélico; segundo, à aproximação de evangélicos e feministas, recorrentemente representados como polos divergentes, como no debate sobre a descriminalização do aborto. Essa matéria demonstra uma melhor captação da diversidade do universo evangélico, algo que se consolida em 2020.

Com Jair Bolsonaro já eleito presidente, o posicionamento de grupos evangélicos sobre pautas diversas ganha ainda mais relevância — e mais nuances abarcadas pelo discurso jornalístico, particularmente pela Folha. Em janeiro de 2020, o jornal paulista publica uma entrevista com um pastor da Assembleia de Deus em que vários assuntos são abordados, mas os dispositivos de destaque tentam explicar os laços que unem parte dos evangélicos a Bolsonaro (Folha de S. Paulo, 20/01/2020, Entrevista da 2ª, p. A10, “Samuel Câmara: Tudo para evangélicos é suor, e Bolsonaro ecoa sentimento”). Um dos motivos apontados pelo entrevistado, e destacado no olho da página é, segundo o pastor: *“ele [Bolsonaro] sabe que evangélicos são muito mais conservadores em termos de costumes. Um pouquinho mais atrasados nessa escala de liberação, de aventuras, né? Ele se utiliza muito bem disso”*. O entrevistado afirma que, pessoalmente, votou em Bolsonaro, mas garante que *“as igrejas oram muito pelo Brasil, oraram pelo governo anterior”*. Acompanhando a ascensão de evangélicos na gestão de Bolsonaro, O Globo publica em julho uma contextualização sobre o então recém-empossado ministro da Educação do governo, novamente trazendo à pauta a posição de um evangélico em relação aos direitos das mulheres — a partir de uma fala de 2013 do novo ministro e pastor presbiteriano, em que este contemporizou o assassinato de uma adolescente de 17 anos por um homem de 33 e criticou “trejeitos” aprendidos por crianças na televisão, que atrairiam pedófilos (O Globo, 11/07/2020, Sociedade, p. 19, “Religioso citou ‘paixão’ como motivo para feminicídio”).

Mas, na Folha, a posição de certas organizações evangélicas contrárias ao governo Bolsonaro também foi notícia em 2020. Em meio à pandemia do coronavírus SARS-CoV-2, que teve início naquele ano, o jornal chamou na capa uma matéria intitulada “Organizações evangélicas manifestam repúdio a Bolsonaro e apoio à ciência” (Folha de S. Paulo, 23/05/2020, Saúde, p. B2). Enquanto Bolsonaro representava cada vez mais, no discurso jornalístico, uma postura negacionista em relação a evidências científicas sobre a nova doença e a recomendações de especialistas, rejeitando por exemplo a orientação pelo distanciamento social, a Folha destacava no lide da matéria que *“uma carta assinada por 34 organizações e movimentos evangélicos pede afastamento de Jair Bolsonaro (sem partido) da Presidência, defende o isolamento social para conter a pandemia do novo coronavírus, apoia a ciência e pede que igrejas fiquem com as portas fechadas”*. O próprio texto ressalta a dissonância da carta em relação a uma típica associação entre os evangélicos e o bolsonarismo: *“Bolsonaro foi eleito com apoio de fiéis e líderes do segmento religioso. Mas parte dos evangélicos diz que Bolsonaro tem se comportado de forma antiética [...]”*. Ainda em relação à pandemia, novamente em julho o jornal paulista aborda divergências entre as igrejas evangélicas, e

também entre as católicas, em relação ao isolamento social (Folha de S. Paulo, 23/07/2020, Saúde, p. B1, “Igrejas perdem pastores e padres para Covid-19 e divergem sobre reabertura”). Finalmente, a heterogeneidade deste segmento religioso é explicitada, como mostra o seguinte trecho acerca de diferentes posições sobre como a pandemia deveria ser enfrentada: *“Entre os evangélicos as estratégias podem divergir bastante. O grupo religioso não conta com uma única liderança e está dividido em centenas de convenções (agrupamentos de igrejas) independentes entre si”*.

Em última instância, ao delimitar o posicionamento de eleitores, pastores, políticos e igrejas evangélicas em debates públicos, o discurso jornalístico tem como questão de fundo as consequências que a atuação política destes religiosos pode trazer para toda a sociedade brasileira, como no acesso ou na perda de certos direitos. Em 2010, fincou-se uma associação direta entre os evangélicos e o conservadorismo, através da explicação rapidamente incorporada pelos jornais de que votos de religiosos estariam sendo perdidos ou vencidos, dependendo do posicionamento sobre a descriminalização do aborto. Nesse período, pastores e políticos evangélicos ratificaram esta análise quando entrevistados, o que reafirmou seu capital político. Em 2020, a pluralidade do campo evangélico passa a ser mais bem abarcada pelo discurso jornalístico, a ponto da própria divergência entre igrejas e organizações evangélicas ser o mote de pautas no contexto da pandemia de coronavírus.

5.3 Enquadramento “Eventos e caos”

Embora o conjunto de matérias mostre a predominância do tema da política, o *corpus* revelou outro enquadramento que também aborda a presença dos evangélicos no espaço público (Tabela 21). Motivadas por acontecimentos factuais — principalmente eventos evangélicos e tragédias durante encontros organizados por igrejas —, estas matérias importam para a análise pela forma como foram apresentadas. Elas combinaram pelo menos alguns desses elementos: relatos de atendimentos médicos e até mortes durante eventos evangélicos; menção a inconvenientes gerados para pessoas que não participavam desses encontros, como vizinhos e motoristas; o acionamento das autoridades como fontes, que anunciam investigações e respostas a problemas ocorridos; e a menção a grandes números de participantes. Em algumas matérias, a cobertura recorre à descrição de ritos e hábitos dos evangélicos manifestados nos eventos, além de pedidos de doação, o que revela a presença de repórteres no local. Há matérias de 1990 a 2010, sem diferenças temporais marcantes em termos discursivos. Os dois jornais acionaram um enquadramento semelhante, apesar da variação local, com alguns eventos em

São Paulo cobertos apenas pela Folha, e no Rio, pelo Globo. Novamente, há predominância de matérias sobre a IURD.

Jornal	Data	Título da matéria
O Globo	15/04/1990	Polícia investigará culto no Maracanã
O Globo	25/09/1990	Igreja Universal faz batismo no mar e fiéis morrem afogados
O Globo	22/04/1995	Seita causa manhã infernal no Maracanã
Folha de S. Paulo	18/09/1995	Culto em Manhattan atrai a polícia
Folha de S. Paulo	22/04/2000	Evangélicos fazem megaeventos
Folha de S. Paulo	27/05/2005	Evangélicos lotam Paulista no Corpus Christi
Folha de S. Paulo	22/04/2010	Culto simultâneo atrai em SP e no Rio 2 milhões de fiéis da Igreja Universal
O Globo	22/04/2010	Caos universal e autorizado

Tabela 21 - Matérias da Folha de S. Paulo e de O Globo representativas do enquadramento “Eventos e caos”.
Fonte: Da autora, a partir do acervo da Folha de S. Paulo e de O Globo.

Matérias de 1990 do jornal carioca são representativas deste enquadramento. A com título “Polícia investigará culto no Maracanã” (O Globo, 15/04/1990, Grande Rio, p. 19) relata que “uma pessoa morreu de enfarte e 70 foram atendidas no posto médico” em uma sessão de cura de enfermidades realizada pela IURD no estádio do Maracanã. O único entrevistado é um delegado, que anunciou uma investigação para verificar a prática de curandeirismo no culto, justificando que “um fato que cause clamor público exige investigação”. Depois, um trecho descreve como foi a sessão de cura, relatando os comandos do bispo Edir Macedo e as ações dos fiéis em resposta — como quando estes seguiram a ordem de Macedo para atirar no gramado as provas da cura. A matéria reporta que “*centenas de pessoas começaram a atirar óculos, maços de cigarro e até trouxinhas de maconha para o gramado*”. Assim, o texto recorre à descrição de ritos, como várias outras matérias deste enquadramento, e é conduzido predominantemente pelo destaque a riscos aos quais fiéis são submetidos, algo digno de atenção da Justiça.

Outra matéria, intitulada “Igreja Universal faz batismo no mar e fiéis morrem afogados” (O Globo, 25/09/1990, O País, p. 9), traz informações de que duas pessoas morreram em uma praia de Salvador (BA) durante batismo realizado pela Universal — denominada “seita” em diversos trechos (Figura 30). A responsabilidade do pastor que conduziu o rito e da igreja é discutida por fontes: um trecho afirma que fiéis entraram no mar revoltos em meio à chuva, “*não se sabe ainda se estimulados pelo pastor ou espontaneamente*”. Relata-se que o pastor poderia

ser indiciado por homicídio culposo. Porém, o título da matéria é estruturado por uma causalidade entre a igreja e a tragédia ocorrida. Já mencionada em outra seção, retomo aqui uma matéria da Folha que também destaca, no título, o acionamento da polícia — dessa vez, por conta de um evento da Universal realizado em Nova York que lotou e exigiu o reforço na segurança para controle da situação (Folha de S. Paulo, 18/09/1995, Mundo, p. 2-10, “Culto em Manhattan atrai a polícia”).

Terça-feira, 25 de setembro de 1990

O GLOBO

O PAÍS • 9

Assassino de agentes federais na Bahia tenta suicidar-se

SALVADOR — O agente da Polícia Civil Alvaro Martins de Albuquerque e Silva, que, com seu colega Daniel Muniz Gentile participou, há oito dias, do assassinato de dois agentes federais, tentou matar-se ontem, disparando um tiro na cabeça. A bala perfurou a fronte e varou seu olho direito. A tentativa de suicídio ocorreu de madrugada, quando Alvaro e Daniel se dirigiram à Secretaria de Segurança para se entregar.

Por ordem do então Delegado Agostinho Bonfatti, eles aguardaram a vinda da delegacia e do corpo do agente federal Gilvan Souza Santos, assassinado pelo advogado Franklin Mattos, e a matar o outro agente, Adilson Pedreira de Carvalho, num matacão perto da cidade de Pojuca.

Franklin, que era alvegado de Nilson Ferreira Coelho Júnior, o Nilão — um dos que assassinaram o Banco Central de Salvador, levando R\$ 1,5 bilhão — já se encontra preso, assim como o delegado Bonfatti. Os dois agentes civis ligaram na madrugada de ontem para a Polícia, avisando que iam se apresentar. Segundo Daniel, o caminho, no bairro de Livruas, Alvaro pediu para parar o carro e descer.

Gentile levou o colega ao Hospital Geral do Estado e depois foi para a Secretaria de Segurança Pública. Por volta das 11h, ele era apresentado à Polícia Federal pelo delegado titular da Delegacia de Furtos e Roubo, Manoel Araújo Batista. Nada foi divulgado sobre o seu depoimento. Aos



O policial Daniel Gentile, já preso

journalistas, ele disse que Alvaro lhe propôs que escrevessem uma carta “contando tudo” e que depois ambos cometeriam suicídio. “Por que ninguém iria acreditar” em seu relato, Daniel se negou a fazer esse acordo e Alvaro aparentemente se conformou. Mas, a caminho da Secretaria de Segurança, onde os dois ficaram presos, teria dito que precisava urinar, desceu do carro e disparou a arma contra a cabeça. Alvaro se encontra em observação no Hospital Geral do Estado.

Igreja Universal faz batismo no mar e fiéis morrem afogados

SALVADOR — Terminou em tragédia o batismo de fiéis — cerca de 10 mil, de acordo com os organizadores, e dez mil, segundo pescadores — promovido na madrugada de sábado passado, na Praia dos Artistas, em Salvador, pela Igreja Universal do Reino de Deus. Ontem, a Polícia Militar resgatou os corpos de dois fiéis da seita que morreram afogados durante a cerimônia de batismo. A PM achou que ainda há de 10 a 12 pessoas desaparecidas.

Organizado pelo pastor Everaldo Amorim, um filial da comarca de Comodoro, o batismo coletivo atraiu centenas de fiéis de diversas cidades da Bahia. Incidentalmente, Everaldo assegurou que do mar sobre os adeptos

da seita — o batismo oficial, segundo a tradição da igreja.

Muitos fiéis, no entanto (não se sabe ainda se estimulados pelo pastor ou espontaneamente), entraram no mar, muito revoltos com a chuva que caiu desde a véspera. Uma grande onda, segundo testemunhas, levou para longe da areia um grupo de adeptos da seita.

Primeiro ou ouvi uma pessoa gritar que alguém estava se afogando. Depois, vários fiéis, na tentativa de salvamento, tentaram também se afogando — revelou o pastor.

Candidato a deputado estadual pelo PPT balnear e ferreiro adversário das setas evangélicas, Carilo Ferreira assistiu ao batismo e acha que

o pastor “sacrificou os fiéis”, induzindo-os a entrar na água.

O pastor afirmou que todos se salvaram com o batismo. Isso fez com que muitos gente entrasse no mar como se estivesse em estado de graça — contou Ferreira.

O Salvador informou que o pastor Everaldo não poderia ter escolhido dia e local pior para o batismo. De acordo com o órgão, a Praia dos Artistas tem registrado nos últimos meses os maiores índices de afogamentos no litoral da Capital. Assim, quando a maré se tornava mais forte) concentravam para tentar resgatar a praia pe água para o banho de mar. Até agora, apenas um corpo foi identificado — o de Edmilson Santos Oliveira, de 19 anos. O outro morto é também um homem jovem.

Um soldado da PM de prenome Alimael estaria entre os desaparecidos. O 16º Batalhão da Polícia Militar está realizando buscas na Praia dos Artistas, na tentativa de resgatar outros corpos. A tragédia só não foi maior porque alguns pescadores, que observavam a cerimônia de suas embarcações, conseguiram salvar vários adeptos da seita, que se debatiavam no mar. Somente um pescador tirou cinco pessoas da água.

Atualmente, o pastor Everaldo presta-se a depoimento ao Delegado Luciano Patrício, da 9ª Delegacia. Ele poderá ser indiciado por homicídio culposo.

Pastor é suspeito de tortura no Ceará

FORTALEZA — Depois de abrir dois inquéritos contra a Igreja Universal do Reino de Deus, a Secretaria de Segurança Pública do Ceará anunciou ontem a instauração de mais um processo. Os motivos foram o sequestro e a tortura da enfermeira Maria Lúcia da Silva, ocorridos no último sábado, por parte do pastor Carlos Magalhães, líder da Igreja Universal no Ceará, e um repórter de uma rádio pertencente à seita.

Segundo Lúcia, os dois tentaram forçá-la a desmentir as acusações que prestara, segundo os quais sua filha de cinco anos de idade teria

sido espancada durante um culto da igreja. Ela contou que, ao se negar a fazer o desmentido, Carlos Magalhães — candidato a deputado federal pelo PMDB — e o repórter passaram a torturá-la, detendo vários ferimentos em seu corpo.

● **INCÊNDIO** — Um incêndio criminoso destruiu totalmente as dependências da Igreja de Deus no Brasil, no bairro da Vila Fery, em Curitiba. Háte foi o quinto incêndio — dois em igrejas evangélicas — a atingir instituições religiosas nas últimas três meses na capital paranaense.

A SOFRIDA CLASSE DOS ESTUDANTES

MEDEIROS NETO Realmente de 25 anos para cá, surgiu a ideia de fazer uma grande reportagem nos diários e nas prerrogativas dos estudantes brasileiros.

Sem dúvida, os professores recebem de melhor remuneração, concorrendo plenamente, porém é hora e já de tempo de olhar para os alunos. Você, estudante, tem um grande conteúdo intelectual. Você tem 3 de outubro não há e batista pela sua direita.

MEDEIROS NETO é candidato a Dep. Estadual nº 45-208 PSDB - Tel. 255-0104

Figura 30 - Matéria do Globo de setembro de 1990 noticia mortes de fiéis durante batismo da Universal em Salvador. Fonte: Acervo O Globo.

Várias matérias destacaram transtornos causados por eventos evangélicos, como “Seita causa manhã infernal no Maracanã” (O Globo, 22/04/1995, Rio, p. 12). Ao adotar um sentido mundano a significantes como “inferno”, que certamente tem outro significado para os religiosos, o texto demarca seu distanciamento dos evangélicos e a alteridade destes religiosos diante do restante da cidade — vizinhos, motoristas, pessoas de alguma forma impactadas pelos eventos. O primeiro parágrafo é estruturado por esta oposição: “Ao mesmo tempo em que Edir Macedo, chefe da Igreja Universal do Reino de Deus, prometia o paraíso aos cerca de 140 mil fiéis que compareciam ao culto, ontem de manhã, no Maracanã, os motoristas que passavam pelas imediações viviam um inferno: centenas de ônibus estacionados irregularmente nas ruas próximas ao estádio provocaram um ‘nó’ no trânsito da região entre 8h e 12h”.

Cinco anos depois, na Folha, eventos evangélicos realizados em Belo Horizonte e Rio de Janeiro foram destacados na capa, onde foi enfatizada a grandiosidade dos eventos, como mostra a chamada (“Evento da Igreja do Evangelho Quadrangular, que teve cerca de 120 mil pessoas, em BH; no Rio, evangélicos dizem ter reunido 180 mil no Maracanã”) e o título da matéria correspondente: “Evangélicos fazem megaeventos” (Folha de S. Paulo, 22/04/2000, Brasil, p. 8). Embora tais problemas não tenham sido alçados a dispositivos de destaque, a

contrariedade de uma associação de moradores da vizinhança quanto à realização do evento na capital mineira e problemas de saúde ocorridos entre participantes foram abordados nos últimos parágrafos da matéria: *“O presidente da associação, Marcelo Marinho, disse que o protesto dos moradores conseguiu que os danos à praça fossem minimizados, mas, mesmo assim, ele afirmou que o grande número de pessoas bloqueou as únicas vias de acesso à região, colocando a população e o público em risco. Segundo a PM, vários espectadores passaram mal durante o sermão, devido ao sol forte ou porque estavam em jejum, mas foram atendidos nos hospitais mais próximos”*.

Em 2005, outra edição da Folha destacou na capa uma grande foto de uma multidão reunida na Marcha para Jesus, em São Paulo (SP). A matéria correspondente à chamada na capa é bastante descritiva quanto à vestimenta, aos cartazes e às manifestações verbais de fiéis. O texto também é didático em alguns pontos, como em um infográfico explicitando as “Ramificações evangélicas” e um trecho segundo o qual *“o evangelismo acredita em um Deus vivo, que opera milagres todo o tempo, só dependendo da fé do fiel”* (Folha de S. Paulo, 27/05/2005, Cotidiano, p. C6, “Evangélicos lotam Paulista no Corpus Christi”). Mas, como não poderia deixar de ser, uma matéria complementar intitulada “Avenida irá sediar o evento pela última vez” aborda a inadequação, segundo fontes da prefeitura paulista, da Avenida Paulista como local para realização desse e de outros eventos com grandes aglomerações.



Figura 31 - Matéria do Globo de 22/04/2010 brinca com significante “amarrado” ao noticiar problemas no trânsito em dia de culto da Universal no Rio. Fonte: Acervo O Globo.

Cinco anos depois, após problemas no trânsito causados por um evento da IURD no Rio de Janeiro, outra matéria (O Globo, 22/04/2010, Rio, “Caos universal e autorizado”) brinca com a alteração de sentidos dos significantes “universal” no título, que remete ao nome da igreja; e “amarrado”³⁰, no antetítulo (“Trânsito amarrado”) (Figura 31). A Folha também trouxe na capa daquele dia uma foto com legenda afirmando que o evento no Rio “provocou caos no trânsito” e que houve um culto simultâneo em São Paulo. No lide da matéria no jornal paulista, é dito que “os eventos causaram quilômetros de congestionamentos em ambas as capitais” (Folha de S. Paulo, 22/04/2010, Brasil, p. A10, “Culto simultâneo atrai em SP e no Rio 2 milhões de fiéis da Igreja Universal”). Há entrevistas com os prefeitos das duas cidades, que na matéria justificam o ocorrido. O texto, quando aborda o evento em si, aciona a desconfiança quanto à

³⁰ Oro (2006) identifica as variações do verbo “amarrar” como parte do caráter “religiofágico” da Igreja Universal do Reino de Deus, que incorpora “pedaços de crenças de outras religiões, mesmo de seus adversários” (*Ibidem*, p. 321). O autor aponta a origem do “amarrar” no campo religioso mediúnic brasileiro. Algo “amarrado” é aquilo que se tornou alvo de uma espécie de maldição (“O demônio amarrou os negócios dele”, exemplo dado por Oro), ou o contrário, significa uma neutralização dessa maldição (“Tá amarrado, em nome de Jesus”).

sua motivação ao afirmar: “*O culto organizado pela Iurd em todo o país ganhou o nome de ‘O Dia D’, no qual fiéis supostamente em dúvida deveriam afirmar sua ligação com a igreja*”. A matéria é finalizada com a menção a pedidos de doação durante um dos cultos. Percebe-se que, neste enquadramento, o foco está nas consequências do culto, e não na religiosidade e aos ritos inerentes a esses eventos — indo ao encontro dos outros enquadramentos que compõem o discurso do espaço público, no sentido de delimitar a atuação dos evangélicos em espaços coletivos e relacioná-la ao seu possível impacto, frequentemente negativo, à sociedade mais ampla.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos manuais de jornalismo dirão que a novidade é a matéria-prima da imprensa. O que acontece, porém, se esta novidade representa rupturas na ordem social predominante, da qual a imprensa faz parte? Depois de esmiuçar mais de 240 matérias produzidas pelos jornais O Globo e Folha de S. Paulo, sinto segurança em afirmar que o discurso jornalístico foi conduzido por um estranhamento diante da emergência evangélica no Brasil, ratificando o estranhamento da imprensa em relação aos evangélicos já destacado por Santos (2020). Nos primeiros anos estudados, tal estranhamento se deu em relação aos costumes desses religiosos, à estruturação das igrejas e ao papel do dinheiro na relação entre fiéis, pastores e igrejas. Nos anos mais recentes, evidenciou-se o estranhamento quanto à atuação política desses religiosos.

Entendo esse estranhamento como uma reação, não só da imprensa e seus profissionais, a rupturas — que podem ser entendidas também como inovações — realmente impressionantes no ordenamento social, e particularmente no modelo de cidadania religiosa historicamente regido pelo catolicismo (*Ibidem*), das quais o pentecostalismo é concomitantemente causa e consequência. Falo em pentecostalismo porque, primeiro, como vimos foram igrejas desta corrente as que mais receberam atenção dos jornais analisados. Além disso, as inovações do pentecostalismo foram tão bem-sucedidas que sua influência tem se estendido às igrejas evangélicas históricas, algumas das quais têm passado por um processo de pentecostalização (MARIANO, 1999). Muitas das igrejas evangélicas que surgiram no Brasil a partir do século XX romperam com a formalidade dos cultos de igrejas históricas e das missas da Igreja Católica, construindo instrumentos cognitivos que colocam a palavra, a intenção e o indivíduo em um lugar central (MAFRA, 2001). Elas também recuperaram o rito — batismos, unções, vigílias, caminhadas —, com o qual os primeiros protestantes haviam rompido, e solidificam “mitos, crenças e práticas rituais notavelmente mágicos” (MARIANO, 1999, p. 110). Novas igrejas experimentam também dinâmicas na formação de pastores e em sua hierarquização. Essas e outras mudanças conseguiram, de alguma forma, tornar as igrejas evangélicas muito pulverizadas e próximas de suas comunidades, capazes de acompanhar tendências importantes na população brasileira. Foi o caso da Assembleia de Deus, cuja expansão pelo território brasileiro é explicada, em parte, por sua habilidade de seguir fluxos de trabalhadores, como a migração do Norte para o Sudeste após o fim do ciclo da borracha (MAFRA, 2001).

Mariano (1999) afirma que diversas igrejas pentecostais demonstraram, a partir dos anos 1970, uma “acomodação ao mundo” em termos de costumes e comportamentos, em contraposição ao ascetismo e aos sacrifícios exigidos por igrejas evangélicas anteriores. Os

neopentecostais, por sua vez, inauguraram uma postura bastante ativa em atividades fora das igrejas: empresariais, políticas, culturais, assistenciais. Ao considerar que esta é outra inovação das igrejas evangélicas, não quero dizer que o catolicismo, a religião historicamente hegemônica no Brasil, estivesse ausente dessas áreas. Entretanto, sua presença era naturalizada e estabilizada, devido à histórica hegemonia no país (CUNHA, 2016). Os evangélicos passaram a ocupar tais áreas de maneiras únicas, como na política. A Igreja Católica sempre esteve colada ao poder no Brasil, mas nunca criou um partido, como fez, por exemplo, a Igreja Universal. Também na comunicação: a Igreja Católica pode ter se valido também dos meios de comunicação conforme esses surgiram, mas não com a agilidade com que se destacaram os primeiros televangelistas. Por fim, devo lembrar da afinidade das igrejas pentecostais com o viver e o consumir em um mundo capitalista, uma adaptação que certamente explica parcialmente seu sucesso. Não por acaso, muitos dos discursos e enquadramentos jornalísticos mapeados na pesquisa abordam essas inovações, do funcionamento empresarial das igrejas à formação de uma bancada parlamentar evangélica, as quais rompem com papéis relativamente estabilizados e conhecidos da religião na sociedade brasileira.

Embora eu tenha evitado essa palavra em toda a tese, até pela dificuldade de defini-la como critério para análise, é possível dizer sim, como apontaram outros autores, que a cobertura jornalística sobre os evangélicos é essencialmente *negativa*. No discurso dos jornais, a expansão das igrejas é ameaçadora, a relação delas com seus seguidores é desigual, sua presença na política é movida a barganhas e coloca em risco os princípios de uma sociedade moderna. Acredito que essas constatações possam ser algo verdadeiras e dignas de atenção da imprensa. O que chama a atenção, porém, é a saliência e a recorrência dessas informações acerca dos evangélicos diante de tantas outras possíveis — por exemplo, o forte papel das igrejas na vida comunitária das localidades em que estão estabelecidas, algo que o leitor dos jornais estudados não fica sabendo, se depender de se informar apenas por esse meio. Faço esta afirmação, claro, considerando apenas os anos cobertos pelo *corpus*. Pode ser que matérias com conteúdo distinto tenham sido publicadas em outros anos, mas considerando o *corpus* como uma amostra, os discursos predominantes foram aqueles mapeados. Considerando os enquadramentos como padrões temáticos e de estruturação de textos, estes se mostraram uma abordagem útil para a ordenação do discurso jornalístico. Mais pesquisas se valendo dessa abordagem contribuirão para aprimorar a definição e a aplicação dos enquadramentos.

Além do conteúdo, outros pontos levantados por estudos anteriores foram constatados também na minha análise, como o uso de aspas e outros mecanismos que revelam a não aderência do texto jornalístico a termos e posições do mundo evangélico (SANTOS, 2011). Isto

foi observado até 1995, principalmente no Globo e poucas vezes na Folha, na referência a “bispos” e “obreiros” entre aspas — muito diferente de padrões até hoje vigentes para se referir ao catolicismo, cuja Igreja é escrita em caixa alta, em detrimento das demais. Notícias que abarcaram a institucionalidade das igrejas evangélicas, mesmo as históricas, foram quase nulas. Curiosamente, a única matéria com esse caráter, publicada pela Folha em 05/08/1995, traz no título o referencial católico: “Brasileiro assume como ‘papa’ dos batistas”.

Outra constatação frequente em pesquisas anteriores foi o papel dos especialistas enquanto vozes legítimas, em detrimento dos próprios evangélicos (COELHO, DANTAS, FERREIRA, 2009; CUNHA, 2016; TORRES, 2011). Observei que os especialistas foram peças importantes na construção do discurso da expansão e na delimitação de denominações evangélicas. O discurso jornalístico parte do conhecimento acadêmico para classificar as igrejas em dispositivos de captação. Por exemplo, a tipificação do neopentecostalismo é incorporada pelos jornais que, nos dispositivos de destaque, a resumem a seus aspectos mais salientes. Esta interação entre academia e jornalismo contribui, assim, para a particularização da Universal (GIUMBELLI, 2002). Suas características e práticas se revelaram muito atraentes para o discurso jornalístico, cristalizando a IURD como *a* representação da igreja evangélica no Brasil.

No discurso da exploração, constatou-se que representantes da Justiça foram fundamentais na construção discursiva; no discurso do espaço público, os políticos e pastores evangélicos cumpriram esse papel. O mapeamento dos significantes também se mostrou importante para a análise do discurso, como observado no Capítulo 3 em relação a “seita”, ao vocabulário bélico e a um conjunto de palavras que remetia à grandiosidade das igrejas; no Capítulo 4, os significantes “dízimo” e “rebanho” aglutinaram julgamentos morais sobre a relação entre fiéis e igrejas. Os dispositivos de destaque foram igualmente pontos de análise privilegiados, nos quais os processos de significação se revelam de maneira mais explícita. Nos termos de Charaudeau (2013), os dispositivos de destaque em geral cumprem a função de captação, enquanto os textos das matérias oferecem literalmente mais espaço para que seja cumprida a função de fornecer informação.

Comparando a produção do Globo e da Folha, observei mais consonâncias do que diferenças. Não por acaso, todos os nove enquadramentos analisados contêm matérias de ambos os jornais, indicando uma retroalimentação entre veículos da imprensa na construção de discursos — inclusive porque várias das minhas constatações vão ao encontro de resultados de análises anteriores que exploraram outras publicações. Mas, conforme explicitado nos capítulos anteriores, percebi algumas diferenças pontuais. O Globo, na cobertura dos vídeos da Universal em dezembro de 1995 e das malas encontradas com membros da igreja em 2005, parece ter

deliberadamente abandonado alguns mecanismos que criam efeitos de objetividade, assumindo uma postura incisiva e acusatória. Embora eu não tenha desenvolvido isso, proponho a hipótese de que a filiação do jornal carioca ao Grupo Globo — que, na televisão, tem a TV Globo competindo com a Record — tenha sido um motivo para isso, principalmente em 1995. Já a Folha demonstrou, em 2020, um esforço maior para abarcar a pluralidade do campo evangélico, publicando duas matérias que tiveram justamente essa diversidade como mote da pauta. Para futuros estudos, seria interessante examinar a produção de veículos de imprensa mais novos, os quais se sustentam como modelos inovadores de financiamento e com linhas editoriais assumindo posições mais firmes, e que têm demonstrado forte interesse na cobertura sobre os evangélicos, como a Agência Pública e o Intercept Brasil.

No *corpus*, encontrei matérias que não couberam nos enquadramentos que considerei mais evidentes e acabaram ficando de fora da análise. Entretanto, elas despertaram interesse e podem ser analisadas mais detidamente em outras oportunidades. Elas abordaram hábitos e comportamentos de grupos evangélicos em um formato de permanente antinomia, como detectou Santos (2020) em seu trabalho. Observei isso em uma matéria da Folha sobre a Marcha para Jesus, com título “Evangélicos lotam Paulista no Corpus Christi”, de 27/05/2005; e em duas matérias do Globo, uma sobre musas do carnaval que se tornaram evangélicas, publicada em 04/02/2005 com título “Do reinado de Momo ao reino de Deus”, e outra sobre um técnico do Flamengo evangélico, intitulada “Silas: ‘No Flamengo, tem que ser campeão’”, de 31/08/2010. Uma vez que este conjunto não foi tão numeroso e eu optei por trabalhar com um *corpus* grande, priorizei os enquadramentos com mais matérias e mais dados para análise.

Outra decisão da pesquisa foi a não consideração de textos opinativos. No caso dos editoriais, acredito que seria particularmente interessante no futuro analisar as conexões e desconexões no discurso presente em reportagens e nesses textos que indicam as percepções dos dirigentes dos jornais. Avalio também que a análise comparativa da cobertura sobre diferentes religiões, como fizeram Santos (2011) e Cunha (2016), é um caminho que pode tornar mais salientes os distintos discursos produzidos pelo jornalismo — opção que não segui porque, desde o projeto de pesquisa, dediquei-me mais a constituir de forma criteriosa e com grande alcance temporal um *corpus* especificamente tratando dos evangélicos. Este esforço acabou me restringindo por um lado, mas por outro me permitiu chegar a um volume bastante grande de matérias analisadas, já que a maioria das pesquisas anteriores com tema semelhante trabalharam com um número bem menor de textos. Por fim, em se tratando de frentes de pesquisa que “ficaram para a próxima”, a minha formação no mestrado em sociologia e a minha aproximação da obra de Pierre Bourdieu neste período deixaram uma pulga atrás da orelha para considerar a

questão de classe na produção jornalística acerca dos evangélicos — particularmente a formação e a condição sociocultural dos jornalistas, em contraposição às trajetórias frequentemente distintas dos evangélicos. Acredito que essas diferenças possam ter tido efeitos no conteúdo produzido: as condições socioculturais dos jornalistas importam não apenas considerando suas individualidades, mas também a coletividade que formam, já que os jornalistas compõem “uma classe profissional detentora de um capital cultural peculiar” (SILVA, 2013, p. 71).

Como jornalista, posso dizer que finalizo essa pesquisa com muitas perguntas. Formada com os preceitos da objetividade, passei boa parte deste trabalho em uma posição desconfortável, buscando discursos em um tipo de conteúdo que eu aprendi a considerar, na medida do possível, neutro. Até chegar às matérias de 1995. Tal como uma criança pudica que descobre algo até então velado, lembro de um momento que eu exclamei comigo mesma: isso aqui é significação explícita! Hoje, penso de forma semelhante a Franciscato (2006) quando ele afirma que a atividade jornalística ainda tem uma posição errante quanto ao papel da objetividade. Por mais que os próprios jornais e jornalistas possam reconhecer a limitação deste e de outros princípios, vejo que não há uma reflexão aprofundada e resolutiva sobre tais valores. Entretanto, permanecem em vigência na prática jornalística mecanismos que criam efeitos de objetividade, os quais sei hoje serem muito insuficientes perto da produção de discursos predominantes sobre alguns grupos sociais e temas, construídos dia após dia, ano após ano.

Ao mesmo tempo, não acho que devam ser abandonados de uma vez por todas os esforços para incluir vozes e posições divergentes não apenas nas matérias, mas na produção jornalística como um conjunto; ou para fornecer ao leitor informações factuais e embasadas, quando possível. Não acredito na imparcialidade, pero que *la hay, la hay!* Por exemplo, em dezembro de 1995, fica bem evidente a diferença entre a cobertura do Globo e da Folha sobre os vídeos da Universal. O jornal carioca parte para uma postura bastante acusatória, e o jornal paulista, mais contida — embora esse, de qualquer maneira, estivesse ali também reiterando o discurso da exploração. Talvez a imparcialidade seja algo inatingível, mas há formas de chegar mais ou menos perto dela. De todo modo, apenas evitar adjetivos ou terceirizar certos posicionamentos “de acordo com o especialista” não é suficiente para garantir o cumprimento destes princípios. É preciso uma autorreflexão constante e atenção redobrada para que o discurso jornalístico não ecoe automaticamente estigmas e estruturas sociais hierarquizadas. Garantir a diversidade nas redações certamente contribui para que estas não se tornem caixas de ressonância de visões de mundo abastecidas por trajetórias de vida restritas e semelhantes — mas este é apenas um dos muitos motivos para que as faculdades e empresas de jornalismo

ajam para serem mais diversas. Como afirma Bucci (2000, p. 24), os dilemas éticos, incluindo aqueles que recaem sobre o jornalismo, “estão constantemente se transformando, assumindo complexidades inéditas, e não há receitas acabadas para dirimi-los todos”. Por isso, a reflexão deve ser rotinizada, pois os desafios não pararão de surgir.

Por fim, dado o sensível contexto político e social que vivemos atualmente no Brasil, a imprensa e os evangélicos também se tornaram significantes associados a posições políticas. Alguns interlocutores com quem conversei ao longo da tese se surpreenderam com minha pesquisa, cujas constatações podem dar a impressão de que eu estou simplesmente defendendo os evangélicos e atacando a imprensa. Evidentemente, não se trata disso. Sobre os evangélicos, posso dizer que ao acompanhar, em algumas ocasiões durante o doutorado, cultos de igrejas pentecostais, surpreendi-me tanto com a superprodução dos cultos quanto com a fé demonstrada por tantas pessoas que ali estavam. Líderes de grandes igrejas evangélicas apoiaram nos últimos anos abertamente políticos e políticas com as quais pessoalmente não só eu discordo, como considero atentatórios aos direitos humanos. Entretanto, eu não acho que o campo evangélico se resume às grandes igrejas, e nem que a influência dos líderes sobre seus seguidores seja automática, como o signifiante “rebanho” dá a entender. Existe uma parcela significativa do segmento evangélico que ano após ano se alinhou à extrema direita, mas há também uma parcela significativa que não o fez. Quanto à imprensa, uma analogia que me confortou foi, curiosamente, referente a outra instituição que também não escapou às turbulências do Brasil recente, o STF. Criticar o excesso de decisões monocráticas na corte ou a arbitrariedade na escolha das pautas de julgamento não significa pedir a extinção do tribunal, nem o *impeachment* de ministros. Tampouco críticas à imprensa, consequência de uma longa análise de discurso, significam rejeitar sua importância ou desejar pelo seu fim. Pelo contrário.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, E. Enquadramento: considerações em torno de perspectivas temporais para a notícia. **Revista Galáxia**, n. 18, p. 85-99, dez. 2009.
- BALLOUSSIER, A. V. Cara típica do evangélico brasileiro é feminina e negra, aponta Datafolha. **Folha de S. Paulo**, 13 jan. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3HmHJaA>. Acesso em: 11 jun. 2022.
- BARBERO, J. M. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.
- BARBOSA, M. Como escrever uma história da imprensa. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 2., 2004, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/391286514/como-escrever-uma-historia-da-imprensa>. Acesso em: 17 jun. 2020.
- BARBOSA, M. Uma história da imprensa (e do jornalismo): por entre os caminhos da pesquisa. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 41, p. 21-36, maio-ago. 2018.
- BENETTI, M. **Deus vence o diabo**: o discurso dos testemunhos da Igreja Universal do Reino de Deus. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.
- BENETTI, M. O jornalismo como gênero discursivo. **Revista Galáxia**, n. 15, p. 13-28, jun. 2008.
- BIROLI, F. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, p. 71-98, jul-dez. 2011.
- BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 73, p. 59-76, 2010.
- BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. Orgulho e preconceito: a “objetividade” como mediadora entre o jornalismo e seu público. **Opinião Pública**, v. 18, p. 22-43, 2012.
- BOHN, S. R. Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. **Opinião Pública**, v. 10, n. 2, p. 288-338, 2004.
- BRANDÃO, H. N. Enunciação e construção de sentido. In: FIGARO, R. et al. **Comunicação e análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2012.
- BUCCI, E. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- BURGOS, R. N. B. The Mexican revolutionary mystique. In: HOWARTH, D. J. et al. (Ed.). **Discourse theory and political analysis**: Identities, hegemonies and social change. Manchester and New York: Manchester University Press, 2000.
- BURITY, J. A cena da religião pública: contingência, dispersão e dinâmica relacional. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 102, p. 89-105, 2015.
- BURITY, J. Onda conservadora e religião pública: para onde vão a laicidade, o pluralismo e a vontade popular. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), 44., 2021, Online. **Anais**

eletrônicos... Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/44-encontro-anual-da-anpocs/gt-32/gt50-1/12551-onda-conservadora-e-religiao-publica-para-onde-vao-a-laicidade-o-pluralismo-e-a-vontade-popular?format=html>. Acesso em: 13 jan. 2022.

CAMPOS, B. M.; DA SILVA, S. I. As várias faces do fundamentalismo protestante no Brasil: por uma discussão terminológica e conceitual. **Protestantismo em Revista**, v. 43, n. 1, p. 03-19, 2017.

CAMPOS, M. M., COIMBRA, M. R., SANTOS, D. L. V. O impeachment de Dilma Rousseff (PT) sob a ótica do jornal Folha de São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM), 42., 2019, Belém. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-0198-1.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

CARVALHO, S. M. S. Contribuições para as interfaces entre jornalismo e história: compreendendo o lugar de fala dos jornais impressos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM), 42., 2019, Belém. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1167-1.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2020

CAZELOTO, E.; PRADO, J. L. A. As tecnologias digitais num futuro despotencializado. **E-Compós**, v. 17, n. 1, 2014.

CHAGAS, V. Uma alternativa para escapar à tabloidização ou uma forma de tabloidização alternativa? O mercado brasileiro de jornais populares e a economia política da imprensa escrita. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 22, p. 7-48, jan.-abr. 2017.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2013.

CHARAUDEAU, P. **Uma análise semiolinguística do texto e do discurso**, 2005. Não paginado. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-analise-semiolinguistica-do.html>. Acesso em: 2 maio 2022.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2020.

COELHO, L. R.; DANTAS, J. G.; FERREIRA, V. S. S. Fé e mídia: Breve análise do discurso da revista Veja sobre o crescimento evangélico no Brasil. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM), 11., 2009, Teresina. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <https://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2009/resumos/R15-0419-1.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2019.

COULDRY, N. Discovering the continuous reality of mediations, or rediscovering the history of our research field. **MATRIZES**, v. 12, n. 1, p. 65-78, 2018.

CUNHA, M. N.; NOVAES, A. M. (Orgs.). **Dicionário Brasileiro em Comunicação e Religiões**. Engenheiro Coelho: Unaspress, 2021. E-book.

CUNHA, M. N. Religião no noticiário: marcas de um imaginário exclusivista no jornalismo brasileiro. **E-Compós**, v. 19, n. 1, 2016.

CUNHA, M. N. **‘Vinho novo em odres velhos’**: um olhar comunicacional sobre a explosão gospel no cenário religioso evangélico no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

D'ANGELO, P. News framing as a multiparadigmatic research program: A response to Entman. **Journal of communication**, v. 52, n. 4, p. 870-888, 2002.

DATAFOLHA. **44% dos evangélicos são ex-católicos**. 28 dez. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2V9313l>. Acesso em: 11 jun. 2022.

DE MATOS, A. S. Breve história do protestantismo no Brasil. **Vox Faifae: Revista de Teologia da Faculdade FASSEB**, v. 3, n. 1, 2011.

ECO, U. **Como se faz uma tese em ciências humanas**. Tradução de Ana Falcão Bastos e Luís Leitão. Lisboa: Editorial Presença, 2007.

EDITORA GLOBO. **O Globo: uma das marcas mais fortes em produção de conteúdo do mundo**, 2022. Não paginado. Disponível em: <https://www.publicidadeeditoraglobo.com.br/oglobo>. Acesso em: 13 out. 2022.

ENTMAN, R. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51–58, 1993.

ETTEMA, J. S.; GLASSER, T. L. **Custodians of conscience**: investigative journalism and public virtue. Nova York: Columbia University Press, 1998.

FIORIN, J. L. Enunciação e comunicação. In: FIGARO, R. et al. **Comunicação e análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2012.

FOLHA DE SÃO PAULO. In: FGV-CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, c2009. Não paginado. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/folha-de-sao-paulo>. Acesso em: 16 out. 2022.

FOLHA DE S. PAULO. **Acervo Folha**, 1985-2020. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/index.do>. Acesso em: 06 out 2022.

FOLHA DE S. PAULO. Linha editorial. **A Folha em busca da excelência**, 1986. Não paginado. Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projetos-editoriais-antiores/1986-a-folha-em-busca-da-excelencia.shtml>. Acesso em: 06 out. 2022.

FOLHA DE S. PAULO. Linha editorial. **A hora das reformas**, 1988. Não paginado. Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projetos-editoriais-antiores/1988-a-hora-das-reformas.shtml>. Acesso em: 06 out. 2022.

FOLHA DE S. PAULO. Linha editorial. **Caos da informação exige jornalismo mais seletivo, qualificado e didático**, 1997. Não paginado. Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projetos-editoriais-antiores/1997-caos-da-informacao-exige-jornalismo-mais-seletivo-qualificado-e-didatico.shtml>. Acesso em: 06 out. 2022.

FOLHA DE S. PAULO. **Conheça o Grupo Folha**, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/institucional/>. Acesso em: 13 out. 2022.

FOLHA DE S. PAULO. Linha editorial. **Jornalismo profissional é antídoto para notícias falsas**, 2017. Não paginado. Disponível em: <https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/principios-editoriais.shtml>. Acesso em: 06 out. 2022.

FOLHA DE S. PAULO. Linha editorial. **Novos rumos**, 1985. Não paginado. Disponível em: <http://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projetos-editoriais-antiores/1985-novos-ruos.shtml>. Acesso em: 06 out. 2022.

FOLHA DE S. PAULO. **Perfil do leitor**, 2021. Disponível em: http://www.publicidade.folha.com.br/folha/perfil_do_leitor.shtml. Acesso em: 13 out. 2022.

FONSECA, A. B. **Evangélicos e mídia no Brasil**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco; Curitiba: Faculdade São Boaventura, 2003.

FONTES, M. L. A. O aborto na campanha eleitoral de 2010 e seu enquadramento na imprensa. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (COMPÓS), 21., 2012, Juiz de Fora. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <https://proceedings.science/compos-2012/papers/o-aborto-na-campanha-eleitoral-de-2010-e-seu-enquadramento-na-imprensa>. Acesso em: 03 mar. 2022.

FRANCISCATO, C. E. Jornalismo, ciência e senso comum: contribuições do método científico para a reportagem jornalística. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (COMPÓS), 15., 2006, Bauru. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.faac.unesp.br/compos2006/>. Acesso em: 23 mar. 2022.

GADRET, D. L. **A emoção na reportagem de televisão: as qualidades estéticas e a organização do enquadramento**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

GIUMBELLI, E. A vontade do saber: terminologias e classificações sobre o protestantismo brasileiro. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 87-119, 2001.

GIUMBELLI, E. **O fim da religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França**. São Paulo: Attar Editorial, 2002.

GLOBO, O. In: FGV-CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, c2009. Não paginado. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/globo-o>. Acesso em: 16 out. 2022.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GONÇALVES, L. E. Q.; GONÇALVES, J. B. C. A fé contra o crime: uma análise bakhtiniana da imagem dos evangélicos no Brasil na capa da Veja. **Línguas & Letras**, v. 16, n. 34, 2015. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/11985>. Acesso em: 11 mar. 2022.

GUERRIERO, S. **Novos movimentos religiosos: o quadro brasileiro**. São Paulo: Paulinas, 2006.

HACKETT, R. A. Decline of a paradigm? Bias and objectivity in news media studies. **Critical Studies in Media Communication**, v. 1, n. 3, p. 229-259, 1984.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Louro. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HALL, S. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

HANSEN, A. Content Analysis. In: HANSEN, A.; COTTLE, S.; NEGRINE, R.; NEWBOLD, C. **Mass communication research methods**. Nova York: Palgrave Macmillan, 1998.

HOHLFELDT, A. Objetividade: Uma categoria jornalística mitificada. **Revista FAMECOS**, v.11, n. 24, p.31-40, 2004.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HOWARTH, D.; STAVRAKAKIS, Y. Introducing discourse theory and political analysis. In: HOWARTH, D.; NORVAL, A.; STAVRAKAKIS, Y. **Discourse theory and political analysis: identities, hegemonies and social change**. Nova York: Manchester University Press, 2000.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010: Número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião**. Publicado em 29 jun. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2CFssk4>. Acesso em: 11 jun. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

ITUASSU, A. Hall, comunicação e a política do real. Apresentação. In: HALL, S. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

LACLAU, E. **A razão populista**. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LIMA, M. G. Desenhando rasuras, encenando conflitos: evangélicos em invenção no cinema brasileiro. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA (ENECULT), 10., 2014, Salvador. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult/anais-do-xviii-enecult>. Acesso em: 04 mar. 2022.

LOPES, M. I. V. A teoria barberiana da comunicação. **MATRIZES**, v. 12, n. 1, p. 65-78, 2018.

LULE, J. **Daily news, eternal stories: the mythological role of journalism**. Nova York: Guilford Press, 2001.

MACHADO, L.; FERNANDES, C. O fantasma da intolerância. **Cristianismo Hoje**, n. 13, p. 14-19, out.-nov. 2009.

MAFRA, C. **Os evangélicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

MANTOVANI, D. M. **Quem agenda a mídia: um estudo de agenda-setting a partir da tematização do aborto nas eleições de 2010**. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MARCONDES FILHO, C. **Dicionário da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2014.

MARIANO, R. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 11, n. 2, p. 238-258, maio-ago. 2011.

- MARIANO, R. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- MARIZ, C. L. Perspectiva sociológicas sobre o pentecostalismo e o neopentecostalismo. **Revista de Cultura Teológica**, n. 13, 1995.
- MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 7a. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.
- MEDEIROS, A. Seitas ou novos movimentos religiosos: uma escolha metodológica. **International Studies on Law and Education**, v. 31, 2019.
- MEDINA, C. **Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008.
- MELO, J. M.; ASSIS, F. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 39, p. 39-56, 2016.
- MENDONÇA, R. F.; SIMÕES, P. G. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, p. 187-201, jun. 2012.
- MIGUEL, L. F. O jornalismo como sistema perito. **Tempo Social**, n. 11, p. 197-208, maio 1999.
- MOREIRA, F. B. **Os valores notícia no jornalismo impresso: análise das ‘características substantivas’ das notícias nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- O GLOBO. **Acervo O Globo**, 1985-2020. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 06 out 2022.
- O GLOBO. **Manual de redação e estilo**. 16. ed. São Paulo: Editora Globo, 1992.
- O GLOBO. **Mídia kit**, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3RZvPqT>. Acesso em: 13 out. 2022.
- O GLOBO. **Princípios editoriais do Grupo Globo**, 2011. Não paginado. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/principios-editoriais/#principios-editoriais>. Acesso em: 06 out 2022.
- ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**. Campinas: Pontes, 2000.
- ORO, A. P. O “neopentecostalismo macumbeiro”. **Revista USP**, n. 68, p.319-332, 2006.
- ORO, A. P. No Brasil as tendências religiosas continuam: declínio católico e crescimento evangélico. **Debates do NER**. Porto Alegre, v. 20, n. 37, 2020.
- PÊCHEUX, M.; LÉON, J. Análise sintática e paráfrase discursiva. In: PÊCHEUX, M. **Análise de discurso**. Textos escolhidos por Eni Pulcinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.
- PÊCHEUX, M. A aplicação dos conceitos da linguística para melhoria das técnicas de análise de conteúdo. In: PÊCHEUX, M. **Análise de discurso**. Textos escolhidos por Eni Pulcinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012a.
- PÊCHEUX, M. Análise de discurso e informática. In: PÊCHEUX, M. **Análise de discurso**. Textos escolhidos por Eni Pulcinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012b.

PÊCHEUX, M. Sobre os contextos epistemológicos da análise de discurso. In: PÊCHEUX, M. **Análise de discurso**. Textos escolhidos por Eni Pulcinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012c.

PINHO, A. A. Os debates sobre o aborto na mídia brasileira: dos enquadramentos midiáticos a construção de uma democracia plural. **E-Cadernos CES**, n. 4, 2009.

PONTE, C. **Para entender as notícias**: linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005.

PRATES, V. Da natureza deslocada à fantasia sustentável. In: PRADO, J. L. A.; PRATES, V. (Orgs.). **Sintoma e fantasia no capitalismo comunicacional**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2017.

PRATES, V. **Um mapa de ideologia no antropoceno**. Barueri: Estação das Letras e Cores, 2020.

REGINATO, G. D. **As finalidades do jornalismo**: o que dizem veículos, jornalistas e leitores. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

RENDERS, H. O uso dos conceitos “seita” e “sectário” no Dicionário Aurélio: uma investigação sobre sua tendência confessional. **Revista Ciências da Religião-História e Sociedade**, v. 9, n. 1, 2011.

RINCÓN, O. Mutações bastardas da comunicação. **MATRIZES**, v. 12, n. 1, p. 65-78, 2018.

RODRIGUES, A. D. O acontecimento. In: TRAQUINA, N. **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Florianópolis: Insular, 2016. Não paginado.

ROMANCINI, R. História e jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa. In: ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM), 5., 2005, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/122249574361870493823267864101513504895.pdf> f. Acesso em: 17 jun. 2020.

SÁDABA, T. **Framing**: el encuadre de las noticias. Buenos Aires: La Crujía, 2007.

SANTOS, E. M. **A revista Veja e a construção da realidade dos evangélicos no Brasil**: uma análise de discurso. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2011.

SANTOS, L. P. DE. Um rio de opinião subterrâneo: contrapúblicos terrivelmente evangélicos. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 18, n. 56, p. 570, 31 ago. 2020.

SIEPIERSKI, P. D. Contribuições para uma tipologia do pentecostalismo brasileiro. In: GUERRIERO, S. **O estudo das religiões**: desafios contemporâneos. São Paulo: Paulinas, 2003.

SILVA, C. E. L. **O adiantado da hora**: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro. São Paulo: Summus, 1991.

SILVA, G.; MAIA, F. D. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. **Rumores**, v. 5, n. 10, p. 18-36, 2011.

SILVA, G. Problemática metodológica em jornalismo impresso. **Rumores**, v. 2, n. 3, 2008.

SILVA, M. P. As dissonâncias cotidianas nas rotinas dos jornais: o habitus jornalístico e a atribuição de um sentido hegemônico às notícias. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 10, n. 1, p. 69-84, 2013.

SODRÉ, M. **A ciência do comum**. Petrópolis: Vozes, 2014.

STRELOW, A. A. G. **Análise global de periódicos jornalísticos (AGPJ):** uma proposta metodológica para o estudo do jornalismo impresso. Tese (Doutorado em Comunicação Social), Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

TORRES, H. B. **O telejornalismo na construção da identidade religiosa:** representações evangélicas no Jornal Nacional e Jornal da Record e sua recepção por fiéis metodistas e batistas. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social), Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

TUCHMAN, G. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999.

VAZ, P.; PORTUGAL, D. B. A nova “boa nova”: marketing de medicamentos e jornalismo científico nas páginas da revista Veja. **Comunicação Mídia e Consumo**, v. 9, n. 26, p. 37-60, 2013.

VAZ, P.; CARDOSO, J.M.; FELIX, C.B. Risco, sofrimento e vítima virtual: a política do medo nas narrativas jornalísticas contemporâneas. **Revista Contracampo**, n. 25, p. 24-42, 2012.

**APÊNDICE A – INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE AS MATÉRIAS DO *CORPUS*
(FOLHA DE S. PAULO)**

1) Data: 03-03-1985

Chamada na capa: CNBB está preocupada com seitas

Título da matéria: Atuação de novos missionários preocupa a Igreja

Matéria complementar: Os quatro grupos de Missões de Fé

Matéria complementar: Em São Paulo, o quartel-general

Editoria: Política

Página: 7

2) Data: 15-07-1985

Chamada na capa: Jânio ameaça adversários com o inferno

Título da matéria: Com a Bíblia na mão, Jânio chama adversários de “filhos de Belzebu”

Matéria complementar: Grupo religioso apoiou Maluf e Reinaldo em 1982

Editoria: Política

Página: 4

3) Data: 28-10-1985

Chamada na capa: Com PMDB, igreja será lanchonete, acha Jânio

Título da matéria: Para Jânio, adversário transformará igrejas em lanchonetes se for eleito

Editoria: Política

Página: 4

4) Data: 20-05-1990

Chamada na capa: CNBB se dá prazo para conter seitas evangélicas

Título da matéria: Igreja monta em 3 anos estratégia contra seitas

Matéria complementar: Evangélicos devem dobrar em dez anos

Editoria: Política

Página: 6

5) Data: 11-04-1995

Chamada na capa: FHC (centro) recebe evangélicos no Planalto [...]

Título da matéria: Bancada evangélica troca voto a favor da reforma por isenção fiscal

Editoria: Brasil

Página: 4

6) Data: 15-04-1995

Chamada na capa: Evangélicos têm marketing contra a fome

Título da matéria: Igreja Universal adota marketing social

Matéria complementar: “Para mim é um paraíso”

Matéria complementar: Projeto inclui anticoncepção

Editoria: Brasil

Página: 8

7) Data: 15-04-1995

Chamada na capa: Evangélicos têm marketing contra a fome

Título da matéria: Igreja tem 10 milhões de fiéis em 38 países

Editoria: Brasil

Página: 8

8) Data: 15-04-1995

Chamada na capa: Evangélicos têm marketing contra a fome

Título da matéria: Grupo amplia seus meios de comunicação

Editoria: Brasil

Página: 8

9) Data: 15-04-1995

Chamada na capa: Evangélicos têm marketing contra a fome

Título da matéria: Meta é eleger 200 vereadores no ano que vem

Editoria: Brasil

Página: 8

10) Data: 15-04-1995

Chamada na capa: Evangélicos têm marketing contra a fome

Título da matéria: Culto reúne 40 mil em estádio de Taguatinga

Editoria: Brasil

Página: 8

11) Data: 05-08-1995

Chamada na capa: Aliança Batista Mundial terá líder brasileiro

Título da matéria: Brasileiro assume como 'papa' dos batistas

Editoria: Brasil

Página: 9

12) Data: 10-09-1995

Chamada na capa: Igreja troca acusações com a TV Record

Título da matéria: Igreja Católica afirma que sofre 'censura mesquinha' da Record

Editoria: TV Folha

Página: 3-TV Folha

13) Data: 10-09-1995

Chamada na capa: Igreja troca acusações com a TV Record

Título da matéria: Universal diz que "não dá outra face"

Editoria: TV Folha

Página: 4-TV Folha

14) Data: 10-09-1995

Chamada na capa: Igreja troca acusações com a TV Record

Título da matéria: "Briga é só de Edir Macedo"

Editoria: TV Folha

Página: 4-TV Folha

15) Data: 17-09-1995

Chamada na capa: Universal amplia negócios da fé

Título da matéria: Católico vê instrumentalização

Editoria: Brasil

Página: 14

16) Data: 17-09-1995

Chamada na capa: Universal amplia negócios da fé

Título da matéria: Igreja Universal expande negócios e conquista adeptos em 39 países

Matéria complementar: Fiel pagou início no rádio

Matéria complementar: Pastor tem salário de R\$ 700, casa e carro

Matéria complementar: Conheça as diferenças entre os evangélicos

Editoria: Brasil

Página: 10

17) Data: 17-09-1995

Chamada na capa: Universal amplia negócios da fé

Título da matéria: Macedo trabalhou na Loterj durante 15 anos

Editoria: Brasil

Página: 10

18) Data: 17-09-1995

Chamada na capa: Universal amplia negócios da fé

Título da matéria: Nos cultos, fiéis doam dinheiro para vencer o diabo

Editoria: Brasil

Página: 12

19) Data: 17-09-1995

Chamada na capa: Universal amplia negócios da fé

Título da matéria: O dia em que escapei da fogueira

Editoria: Brasil

Página: 12

20) Data: 17-09-1995

Chamada na capa: Universal amplia negócios da fé

Título da matéria: Conheça o pensamento de Edir Macedo

Editoria: Brasil

Página: 12

21) Data: 17-09-1995

Chamada na capa: Universal amplia negócios da fé

Título da matéria: Universal inicia ofensiva na área social

Editoria: Brasil

Página: 11

22) Data: 17-09-1995

Chamada na capa: Universal amplia negócios da fé

Título da matéria: Para intelectuais, novas igrejas são 'fast-food' da fé

Editoria: Brasil

Página: 14

23) Data: 17-09-1995

Chamada na capa: Universal amplia negócios da fé

Título da matéria: Eleição de 89 fez CIA olhar para evangélicos

Editoria: Brasil

Página: 14

24) Data: 17-09-1995

Chamada na capa: Universal amplia negócios da fé

Título da matéria: Funcionamento segue lógica empresarial

Editoria: Brasil

Página: 14

25) Data: 17-09-1995

Chamada na capa: Universal amplia negócios da fé

Título da matéria: Estimativa é de 8.000 fiéis em Nova York

Editoria: Brasil

Página: 14

26) Data: 17-09-1995

Chamada na capa: Universal amplia negócios da fé

Título da matéria: Bancada evangélica começou com um boato

Editoria: Brasil

Página: 15

27) Data: 17-09-1995

Chamada na capa: Universal amplia negócios da fé

Título da matéria: Ex-aliado acusa Macedo de usar dinheiro do tráfico

Editoria: Brasil

Página: 16

28) Data: 17-09-1995

Chamada na capa: Universal amplia negócios da fé

Título da matéria: Processo pede prisão de bispo por estelionato

Editoria: Brasil

Página: 16

29) Data: 18-09-1995

Chamada na capa: Papa disputa fiéis na África com Universal

Título da matéria: Papa disputa fiéis com a Universal na África do Sul

Editoria: Mundo

Página: 2-10

30) Data: 18-09-1995

Chamada na capa: Papa disputa fiéis na África com Universal

Título da matéria: Culto em Manhattan atrai a polícia

Editoria: Mundo

Página: 2-10

31) Data: 18-09-1995

Chamada na capa: Papa disputa fiéis na África com Universal

Título da matéria: Como fui exorcizado em NY

Editoria: Mundo

Página: 2-10

32) Data: 18-09-1995

Chamada na capa: Papa disputa fiéis na África com Universal

Título da matéria: África é uma das regiões onde grupo mais cresce

Editoria: Mundo

Página: 2-10

33) Data: 18-09-1995

Chamada na capa: Papa disputa fiéis na África com Universal

Título da matéria: Nova York tem cinco templos

Editoria: Mundo

Página: 2-10

34) Data: 21-09-1995

Chamada na capa: Universal vai processar a Globo

Título da matéria: Pastor pede decadência global

Editoria: Brasil

Página: 10

35) Data: 21-09-1995

Chamada na capa: Universal vai processar a Globo

Título da matéria: Universal promete ações contra Globo

Matéria complementar: Para emissora, obra é 'ficção'

Editoria: Brasil

Página: 10

36) Data: 21-09-1995

Chamada na capa: Universal vai processar a Globo

Título da matéria: Rede Globo tenta reduzir impacto

Editoria: Brasil

Página: 10

37) Data: 21-09-1995

Chamada na capa: Universal vai processar a Globo

Título da matéria: Evangélicos criticam Universal

Editoria: Brasil

Página: 10

38) Data: 13-10-1995

Chamada na capa: Evangélicos fazem ataques a Aparecida

Título da matéria: Evangélicos atacam culto a Nossa Senhora

Editoria: Brasil

Página: 10

39) Data: 13-10-1995

Chamada na capa: Evangélicos fazem ataques a Aparecida

Título da matéria: Universal discute agressão

Editoria: Brasil

Página: 10

40) Data: 13-10-1995

Chamada na capa: Evangélicos fazem ataques a Aparecida

Título da matéria: 'Igreja está perdendo infiéis'

Editoria: Brasil

Página: 10

41) Data: 13-10-1995

Chamada na capa: Evangélicos fazem ataques a Aparecida

Título da matéria: Contra a fome

Editoria: Brasil

Página: 10

42) Data: 14-10-1995

Chamada na capa: CNBB diz que agressão a santa foi desrespeito

Título da matéria: 'Não queremos guerra', afirma CNBB

Editoria: Brasil

Página: 10

43) Data: 14-10-1995

Chamada na capa: CNBB diz que agressão a santa foi desrespeito

Título da matéria: Veja diferenças entre os credos

Editoria: Brasil

Página: 10

44) Data: 14-10-1995

Chamada na capa: CNBB diz que agressão a santa foi desrespeito

Título da matéria: Evangélicos acham perigosa agressão de bispo

Editoria: Brasil

Página: 10

45) Data: 14-10-1995

Chamada na capa: CNBB diz que agressão a santa foi desrespeito

Título da matéria: Universal pode repreender 'radical' Von Helder

Editoria: Brasil

Página: 10

46) Data: 16-10-1995

Chamada na capa: Bispo pede perdão aos católicos pela TV

Título da matéria: Marco Maciel 'deplora' agressão

Editoria: Brasil

Página: 8

47) Data: 16-10-1995

Chamada na capa: Bispo pede perdão aos católicos pela TV

Título da matéria: Católicos promovem protestos

Editoria: Brasil

Página: 8

48) Data: 16-10-1995

Chamada na capa: Bispo pede perdão aos católicos pela TV

Título da matéria: Edir Macedo pede perdão aos católicos

Editoria: Brasil

Página: 8

49) Data: 17-10-1995

Chamada na capa: Bispo que chutou santa deve sofrer inquérito

Título da matéria: Procurador da Justiça pede inquérito

Editoria: Brasil

Página: 12

50) Data: 17-10-1995

Chamada na capa: Bispo que chutou santa deve sofrer inquérito

Título da matéria: Bispo culpa também governo por agressão

Editoria: Brasil

Página: 12

51) Data: 17-10-1995

Chamada na capa: Bispo que chutou santa deve sofrer inquérito

Título da matéria: Agressor de santa desiste de se desculpar

Editoria: Brasil

Página: 12

52) Data: 17-10-1995

Chamada na capa: Bispo que chutou santa deve sofrer inquérito

Título da matéria: Católicos querem a imagem

Editoria: Brasil

Página: 12

53) Data: 18-10-1995

Chamada na capa: Universal pune bispo que chutou santa na TV

Título da matéria: Universal pune bispo que chutou santa

Editoria: Brasil

Página: 12

54) Data: 18-10-1995

Chamada na capa: Universal pune bispo que chutou santa na TV

Título da matéria: Bispo errou ao expor prática interna na TV

Editoria: Brasil

Página: 12

55) Data: 18-10-1995

Chamada na capa: Universal pune bispo que chutou santa na TV

Título da matéria: Pastor chama PM para dispersar manifestação

Editoria: Brasil

Página: 12

56) Data: 18-10-1995

Chamada na capa: Universal pune bispo que chutou santa na TV

Título da matéria: Católico é preso após depredar templo da Igreja Universal em PE

Editoria: Brasil

Página: 12

57) Data: 22-10-1995

Chamada na capa: País rediscute o mito da tolerância religiosa

Título da matéria: Boff vê risco de católicos reagirem com intolerância

Editoria: Especial Guerra Santa

Página: Especial-2

58) Data: 22-10-1995

Chamada na capa: País rediscute o mito da tolerância religiosa

Título da matéria: Agressão revigora catolicismo, diz CNBB

Editoria: Especial Guerra Santa

Página: Especial-2

59) Data: 22-10-1995

Chamada na capa: País rediscute o mito da tolerância religiosa

Título da matéria: Documento critica o 'consumo' de religiões

Editoria: Especial Guerra Santa

Página: Especial-2

60) Data: 22-10-1995

Chamada na capa: País rediscute o mito da tolerância religiosa

Título da matéria: Rabino apóia católicos e aposta em tolerância

Editoria: Especial Guerra Santa

Página: Especial-3

61) Data: 22-10-1995

Chamada na capa: País rediscute o mito da tolerância religiosa

Título da matéria: Igrejas querem fixar diferenças de evangélicos

Editoria: Especial Guerra Santa

Página: Especial-3

62) Data: 22-10-1995

Chamada na capa: País rediscute o mito da tolerância religiosa

Título da matéria: Universal modera atuação, mas mantém agressividade

Editoria: Especial Guerra Santa

Página: Especial-3

63) Data: 22-10-1995

Chamada na capa: País rediscute o mito da tolerância religiosa

Título da matéria: Pesquisa mostra troca de culto em periferias

Editoria: Especial Guerra Santa

Página: Especial-3

64) Data: 22-10-1995

Chamada na capa: País rediscute o mito da tolerância religiosa

Título da matéria: Novas igrejas trocam a ética pela mágica

Editoria: Especial Guerra Santa

Página: Especial-4-5

65) Data: 22-10-1995

Chamada na capa: País rediscute o mito da tolerância religiosa

Título da matéria: Socióloga vê impacto positivo de pentecostais

Editoria: Especial Guerra Santa

Página: Especial-5

66) Data: 22-10-1995

Chamada na capa: País rediscute o mito da tolerância religiosa

Título da matéria: Família supera divergências no templo do samba carioca

Editoria: Especial Guerra Santa

Página: Especial-6

67) Data: 22-10-1995

Chamada na capa: País rediscute o mito da tolerância religiosa

Título da matéria: Religiosos baianos dizem que há tolerância e respeito mútuo

Editoria: Especial Guerra Santa

Página: Especial-6

68) Data: 22-10-1995

Chamada na capa: País rediscute o mito da tolerância religiosa

Título da matéria: Universal cresce na BA chamando culto afro de "ritual do demônio"

Editoria: Especial Guerra Santa

Página: Especial-6

69) Data: 22-10-1995

Chamada na capa: País rediscute o mito da tolerância religiosa

Título da matéria: Agressão a padroeira gera reação em favelas

Editoria: Especial Guerra Santa

Página: Especial-7

70) Data: 22-10-1995

Chamada na capa: País rediscute o mito da tolerância religiosa

Título da matéria: Líder umbandista teme confronto com "derramamento de sangue"

Editoria: Especial Guerra Santa

Página: Especial-7

71) Data: 22-10-1995

Chamada na capa: País rediscute o mito da tolerância religiosa

Título da matéria: Frequentar igrejas de diferentes religiões é comum entre favelados

Editoria: Especial Guerra Santa

Página: Especial-7

72) Data: 22-10-1995

Chamada na capa: País rediscute o mito da tolerância religiosa

Título da matéria: Mãe-de-santo diz que clima está "pesado" na região

Editoria: Especial Guerra Santa

Página: Especial-7

73) Data: 25-10-1995

Chamada na capa: Católicos rejeitam convite da Universal

Título da matéria: Católicos recusam tempo em TV evangélica

Editoria: Brasil

Página: 12

74) Data: 25-10-1995

Chamada na capa: Católicos rejeitam convite da Universal

Título da matéria: Universal faz frente anti-Globo

Editoria: Brasil

Página: 12

75) Data: 25-10-1995

Chamada na capa: Católicos rejeitam convite da Universal

Título da matéria: Pressionado, d. Lucas faz pronunciamento

Editoria: Brasil

Página: 12

76) Data: 25-10-1995

Chamada na capa: Católicos rejeitam convite da Universal

Título da matéria: Católicos pagam seus pecados, diz Wright

Editoria: Brasil

Página: 12

77) Data: 26-10-1995

Chamada na capa: Devoção a Aparecida aumentou, diz CNBB

Título da matéria: CNBB exalta aumento de devoção a Maria

Editoria: Brasil

Página: 11

78) Data: 02-11-1995

Chamada na capa: Trégua religiosa

Título da matéria: Culto no Congresso une católicos e evangélicos

Editoria: Brasil

Página: 10

79) Data: 03-11-1995

Chamada na capa: Autorizado pela Justiça, o bispo da Universal indiciado por agredir santa foi aos EUA

Título da matéria: Bispo que chutou santa viaja para os EUA

Editoria: Brasil

Página: 8

80) Data: 03-11-1995

Chamada na capa: Agressão religiosa é punida em plano oficial

Título da matéria: Projeto agrava punição a agressão religiosa

Editoria: Brasil

Página: 8

81) Data: 26-11-1995

Chamada na capa: Universal tem 3ª cadeia de TV do Brasil

Título da matéria: Só 2 empresas estão em nome de Macedo

Editoria: Brasil

Página: 18

82) Data: 26-11-1995

Chamada na capa: Universal tem 3ª cadeia de TV do Brasil

Título da matéria: Assembléia lança o Jesus-Sat

Editoria: Brasil

Página: 18

83) Data: 26-11-1995

Chamada na capa: Universal tem 3ª cadeia de TV do Brasil

Título da matéria: Expansão no Nordeste é meta para 96

Editoria: Brasil

Página: 18

84) Data: 26-11-1995

Chamada na capa: Universal tem 3ª cadeia de TV do Brasil

Título da matéria: Universal dobra posse de TVs e vira 3ª rede

Editoria: Brasil

Página: 18

85) Data: 23-12-1995

Chamada na capa: Em fita, bispo Macedo ensina a obter dízimo

Título da matéria: Vídeo ensina pastor a arrecadar dinheiro

Editoria: Brasil

Página: 8

86) Data: 24-12-1995

Chamada na capa: Procuradoria vai investigar bispo Macedo

Título da matéria: Universal deve sofrer investigação da Receita

Editoria: Brasil

Página: 20

87) Data: 25-12-1995

Chamada na capa: Macedo diz que Globo não quer a concorrência

Título da matéria: Macedo diz que Globo teme concorrência

Matéria complementar: É bobagem, diz Marinho

Editoria: Brasil

Página: 5

88) Data: 26-12-1995

Chamada na capa: Procuradoria investigará IR da Universal

Título da matéria: Receita e Justiça vão investigar Universal

Editoria: Brasil

Página: 6

89) Data: 26-12-1995

Chamada na capa: Procuradoria investigará IR da Universal

Título da matéria: Pesquisadora vê democracia religiosa

Editoria: Brasil

Página: 6

90) Data: 26-12-1995

Chamada na capa: Procuradoria investigará IR da Universal

Título da matéria: Operação 'segura fiéis' combate fita

Editoria: Brasil

Página: 6

91) Data: 26-12-1995

Chamada na capa: Procuradoria investigará IR da Universal

Título da matéria: Líder quer 1 templo por semana na Argentina

Editoria: Brasil

Página: 6

92) Data: 28-12-1995

Chamada na capa: Dissidente da Universal diz ter novo vídeo

Título da matéria: PF investiga formação de quadrilha

Editoria: Brasil

Página: 14

93) Data: 28-12-1995

Chamada na capa: Dissidente da Universal diz ter novo vídeo

Título da matéria: Fiéis pedem devolução de bens doados

Editoria: Brasil

Página: 14

94) Data: 28-12-1995

Chamada na capa: Dissidente da Universal diz ter novo vídeo

Título da matéria: Mulher de pastor denuncia roubo de fitas

Editoria: Brasil

Página: 14

95) Data: 28-12-1995

Chamada na capa: Dissidente da Universal diz ter novo vídeo

Título da matéria: Pastor foi condenado no Ceará

Editoria: Brasil

Página: 14

96) Data: 28-12-1995

Chamada na capa: Dissidente da Universal diz ter novo vídeo

Título da matéria: Universal acusa Rede Globo de manipular fitas

Editoria: Brasil

Página: 14

97) Data: 28-12-1995

Chamada na capa: Dissidente da Universal diz ter novo vídeo

Título da matéria: Ex-fiel tem diploma assinado por Jesus

Editoria: Brasil

Página: 14

98) Data: 30-12-1995

Chamada na capa: Receita quer cobrar cinco anos de IR da Universal

Título da matéria: EUA vão receber inquéritos

Editoria: Brasil

Página: 7

99) Data: 30-12-1995

Chamada na capa: Receita quer cobrar cinco anos de IR da Universal

Título da matéria: Collor teria simulado sociedade

Matéria complementar: 'É mentira', reage PC

Editoria: Brasil

Página: 7

100) Data: 30-12-1995

Chamada na capa: Receita quer cobrar cinco anos de IR da Universal

Título da matéria: Nota exibida na Globo é de US\$ 1, não de US\$ 100

Editoria: Brasil

Página: 7

101) Data: 30-12-1995

Chamada na capa: Receita quer cobrar cinco anos de IR da Universal

Título da matéria: Receita cobra 5 anos de IR da Universal

Editoria: Brasil

Página: 7

102) Data: 30-12-1995

Chamada na capa: Receita quer cobrar cinco anos de IR da Universal

Título da matéria: Pastor relata esquema de desvio de divisas

Editoria: Brasil

Página: 7

103) Data: 22-04-2000

Chamada na capa: Sermão da montanha

Título da matéria: Evangélicos fazem megaeventos

Editoria: Brasil

Página: 8

104) Data: 25-08-2000

Chamada na capa: Universal deve devolver doação

Título da matéria: Justiça condena Igreja Universal a devolver R\$ 600 doados por fiel

Editoria: Brasil

Página: 6

105) Data: 10-09-2000

Chamada na capa: Fé conquista espaço na TV

Título da matéria: TV se transforma em templo eletrônico

Matéria complementar: Evangélicos são mais dinâmicos, diz antropóloga

Editoria: TV Folha

Página: TV Folha-12-13

106) Data: 04-10-2000

Chamada na capa: Cresce bancada evangélica em SP

Título da matéria: Evangélicos crescem e articulam União

Editoria: Eleições

Página: Especial-A12

107) Data: 04-10-2000

Chamada na capa: Cresce bancada evangélica em SP

Título da matéria: Universal faz a 2ª maior bancada

Editoria: Eleições

Página: Especial-A12

108) Data: 13-01-2005

Chamada na capa: Igreja Universal inicia criação de partido próprio

Título da matéria: Igreja Universal vai criar partido político

Editoria: Brasil

Página: 7

109) Data: 27-05-2005

Chamada na capa: Parada da fé

Título da matéria: Evangélicos lotam Paulista no Corpus Christi

Matéria complementar: Avenida irá sediar o evento pela última vez

Editoria: Cotidiano

Página: C6

110) Data: 24-08-2005

Chamada na capa: Universal destrói quatro casarões históricos em MG

Título da matéria: Casarões históricos são destruídos em Minas

Matéria complementar: Para pastor, pode ter havido erro de interpretação

Matéria complementar: Reunião hoje deve definir multa

Editoria: Cotidiano

Página: C6

111) Data: 30-09-2005

Chamada na capa: Alencar se filia a partido vinculado à Universal

Título da matéria: Católico, Alencar entra no partido da Igreja Universal

Matéria complementar: Mangabeira Unger anuncia adesão ao novo partido

Matéria complementar: Partido terá muito pouco tempo na TV

Editoria: Brasil

Página: 4

112) Data: 11-10-2005

Chamada na capa: Evangélico ataca imagem de santa no Círio de Nazaré

Título da matéria: Evangélico ataca imagem de santa no Círio

Matéria complementar: Bispo da Universal chutou santa na TV Record há dez anos

Editoria: Brasil

Página: 14

113) Data: 13-04-2010

Chamada na capa: Vídeo da Universal revela como arrecadar na crise

Título da matéria: Em vídeo, bispo da Universal ensina a arrecadar na crise

Matéria complementar: Fiéis têm liberdade total para doar, diz igreja (p. 6)

Editoria: Brasil

Página: 4

114) Data: 14-04-2010

Chamada na capa: Em vídeo, Igreja Universal sugere a pastor negociar com 'bandidos'

Título da matéria: Em vídeo, Universal orienta a fazer acordo com 'bandido'

Matéria complementar: Igreja nega ter sugerido trato com criminosos

Editoria: Brasil

Página: 4

115) Data: 22-04-2010

Chamada na capa: Fé na praia

Título da matéria: Culto simultâneo atrai em SP e no Rio 2 milhões de fiéis da Igreja Universal

Editoria: Brasil

Página: 10

116) Data: 20-06-2010

Chamada na capa: Universal dá viagem para pastor que arrecada mais

Título da matéria: Igreja Universal dá viagem a pastor que mais arrecada

Editoria: Poder

Página: 4

117) Data: 24-08-2010

Chamada na capa: EUA investigam a Universal por remessa ilegal de R\$ 420 mi

Título da matéria: EUA investigam Universal por remessas de R\$ 420 mi

Matéria complementar: É preciso cuidado com depoimento em delação premiada, diz advogado

Editoria: Poder

Página: 11

118) Data: 14-10-2010

Chamada na capa: Evangélico cobra que Dilma faça 'carta à nação'

Título da matéria: Dilma estuda divulgar carta a religiosos

Editoria: Poder

Página: 12

119) Data: 16-10-2010

Chamada na capa: Carta de petista a evangélicos não promete veto a aborto

Título da matéria: Em carta, Dilma não promete veto a aborto

Editoria: Poder

Página: 10

120) Data: 21-10-2010

Chamada na capa: Serra oferece benefício a igrejas para obter apoio

Título da matéria: Campanha de Serra faz ofertas a evangélicos

Editoria: Poder

Página: 10

121) Data: 21-10-2010

Chamada na capa: Serra oferece benefício a igrejas para obter apoio

Título da matéria: Cidades mais evangélicas do país elegeram Dilma no 1º turno

Editoria: Poder

Página: 10

122) Data: 12-11-2010

Chamada na capa: Emissora negocia venda de horários para evangélicos

Título da matéria: SBT negocia venda de horário para evangélicos

Editoria: Mercado

Página: B3

123) Data: 05-06-2015

Chamada na capa: Protesto com Jesus

Título da matéria: Marcha de evangélicos pede 'faxina ética'

Editoria: Poder

Página: A5

124) Data: 06-06-2015

Chamada na capa: Câmara inclui isenção a igrejas em pacote de ajuste fiscal

Título da matéria: Na surdina, Câmara aprovou isenção tributária a igrejas

Matéria complementar: Beneficiários dizem que lei só fica mais clara

Editoria: Poder

Página: A4

125) Data: 11-06-2015

Chamada na capa: Oração no Congresso

Título da matéria: Evangélicos protestam e rezam Pai-Nosso no plenário da Casa

Editoria: Poder

Página: A5

126) Data: 04-09-2015

Chamada na capa: Justiça condena Universal a pagar fiel por prometer a cura dele da Aids

Título da matéria: Universal é condenada a indenizar fiel no RS por prometer cura do HIV

Matéria complementar: Igreja nega ter coagido e diz que fé ajuda paciente

Editoria: Cotidiano

Página: B5

127) Data: 20-01-2020

Chamada na capa: Evangélicos são mal representados no país, diz pastor

Título da matéria: Samuel Câmara: Tudo para evangélicos é suor, e Bolsonaro ecoa sentimento

Editoria: Entrevista da 2ª

Página: A10

128) Data: 26-01-2020

Chamada na capa: Lula quer que PT se aproxime de eleitor evangélico

Título da matéria: Com 'jeitão de pastor', Lula quer PT perto de evangélicos

Editoria: Poder

Página: A12

129) Data: 01-02-2020

Chamada na capa: Missionário evangélico deve cuidar de índios isolados da Funai

Título da matéria: Funai quer nomear evangélico para chefia de índios isolados

Editoria: Poder

Página: A12

130) Data: 09-02-2020

Chamada na capa: Universal amplia atuação entre PMs para 'dar força' a agentes

Título da matéria: Universal se une a quartéis e amplia sua atuação com policiais

Editoria: Poder

Página: A14

131) Data: 22-02-2020

Chamada na capa: Universal deu aditivo a firma de Wajngarten após sua posse

Título da matéria: Empresa de Wajngarten teve aditivo da Universal após ele assumir Secom

Editoria: Poder

Página: A4

132) Data: 23-05-2020

Chamada na capa: Grupos evangélicos repudiam e pedem saída de presidente

Título da matéria: Organizações evangélicas manifestam repúdio a Bolsonaro e apoio à ciência

Editoria: Saúde

Página: B2

133) Data: 23-07-2020

Chamada na capa: Reabertura divide igrejas em meio a perda de sacerdotes

Título da matéria: Igrejas perdem pastores e padres para Covid-19 e divergem sobre reabertura

Matéria complementar: Igrejas evangélicas adotam estratégias diferentes ante vírus

Editoria: Saúde

Página: B1

134) Data: 16-08-2020

Chamada na capa: A distância, ministro da Educação continua a liderar igreja evangélica

Título da matéria: A distância, ministro da Educação lidera igreja evangélica em Santos

Editoria: Saúde

Página: B4

135) Data: 15-09-2020

Chamada na capa: Evangélicos veem votos para derrubar veto de Bolsonaro a igrejas

Matéria complementar: ‘Se Deus quiser, vamos derrubar’, diz líder da bancada

Título da matéria: Evangélicos e oposição veem votos para derrubar veto a dívidas de igrejas

Editoria: Mercado

Página: A20

**APÊNDICE B – INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE AS MATÉRIAS DO *CORPUS*
(O GLOBO)**

1) Data: 15-04-1990

Chamada na capa: Polícia vai investigar culto no Maracanã

Título da matéria: Polícia investigará culto no Maracanã

Editoria: Grande Rio

Página: 19

2) Data: 29-04-1990

Chamada na capa: Igreja Universal: o pastor Edir vai ao paraíso

Título da matéria: ‘Se eu quisesse ganhar dinheiro, seria político’

Editoria: Grande Rio

Página: 16

3) Data: 29-04-1990

Chamada na capa: Igreja Universal: o pastor Edir vai ao paraíso

Título da matéria: Lucro certo no reino da Igreja Universal

Matéria complementar: No rastro dos hambúrgueres em Moscou

Matéria complementar: No dízimo, uma carteira de investimentos

Matéria complementar: Salvação à venda no supermercado da fé

Editoria: Grande Rio

Página: 16

4) Data: 12-08-1990

Chamada na capa: Pastores trocam voto do rebanho por ajuda

Título da matéria: Púlpito, um forte trunfo na campanha

Editoria: O País

Página: 10

5) Data: 12-08-1990

Chamada na capa: Pastores trocam voto do rebanho por ajuda

Título da matéria: TVs e rádios, as armas dos candidatos de Deus

Editoria: O País

Página: 10

6) Data: 12-08-1990

Chamada na capa: Pastores trocam voto do rebanho por ajuda

Título da matéria: Na Câmara, bancada tem 34 deputados

Editoria: O País

Página: 10

7) Data: 12-08-1990

Chamada na capa: Pastores trocam voto do rebanho por ajuda

Título da matéria: As livres negociações dos mercadores eleitorais da fé

Editoria: O País

Página: 10

8) Data: 12-08-1990

Chamada na capa: Pastores trocam voto do rebanho por ajuda

Título da matéria: Pastores vendem votos de seus rebanhos

Editoria: O País

Página: 10

9) Data: 25-09-1990

Chamada na capa: Batismo no mar acaba em mortes na Bahia

Título da matéria: Igreja Universal faz batismo no mar e fiéis morrem afogados

Editoria: O País

Página: 9

10) Data: 27-01-1995

Chamada na capa: Fiéis de igreja favorecidos na oferta de empregos

Título da matéria: Pastor privilegia fiéis na oferta de empregos

Editoria: Rio

Página: 11

11) Data: 11-04-1995

Chamada na capa: FH promete não cobrar impostos das Igrejas

Título da matéria: FH promete não taxar templos e Igrejas

Editoria: O País

Página: 5

12) Data: 22-04-1995

Chamada na capa: Cerca de mil ônibus que levaram fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus a um culto no Maracanã [...]

Título da matéria: Seita causa manhã infernal no Maracanã

Editoria: Rio

Página: 12

13) Data: 13-07-1995

Chamada na capa: Edir Macedo negocia a compra da Brixton Academy [...]

Título da matéria: Cultos no templo do rock

Editoria: Segundo Caderno

Página: 1

14) Data: 20-09-1995

Chamada na capa: Evangélicos não aceitam Igreja de Edir Macedo

Título da matéria: Evangélicos repudiam igreja de Edir Macedo

Editoria: Rio

Página: 16

15) Data: 23-09-1995

Chamada na capa: Evangélicos desautorizam a seita de Edir Macedo

Título da matéria: Evangélicos rompem com a Igreja Universal

Editoria: Rio

Página: 10

16) Data: 14-10-1995

Chamada na capa: Agressão de pastor à imagem da padroeira causa indignação

Título da matéria: Católicos reagem à agressão a Nossa Senhora Aparecida

Editoria: O País

Página: 4

17) Data: 14-10-1995

Chamada na capa: Agressão de pastor à imagem da padroeira causa indignação

Título da matéria: Religiosos ficam indignados

Editoria: O País

Página: 4

18) Data: 14-10-1995

Chamada na capa: Agressão de pastor à imagem da padroeira causa indignação

Título da matéria: Caio Fábio condena agressão

Editoria: O País

Página: 4

19) Data: 14-10-1995

Chamada na capa: Agressão de pastor à imagem da padroeira causa indignação

Título da matéria: Igreja Universal apóia Von Helder

Editoria: O País

Página: 4

20) Data: 15-10-1995

Chamada na capa: Pastor que chutou santa responderá a inquérito

Título da matéria: Juiz determina inquérito contra pastor

Editoria: O País

Página: 5

21) Data: 15-10-1995

Chamada na capa: Pastor que chutou santa responderá a inquérito

Título da matéria: Rede de rádios amplia poder

Editoria: O País

Página: 5

22) Data: 15-10-1995

Chamada na capa: Pastor que chutou santa responderá a inquérito

Título da matéria: Evangélicos condenam atitude

Editoria: O País

Página: 5

23) Data: 16-10-1995

Chamada na capa: Edir Macedo vai à TV pedir perdão aos católicos

Título da matéria: Edir Macedo critica bispos e pede desculpas aos católicos

Editoria: O País

Página: 7

24) Data: 17-10-1995

Chamada na capa: Governo vai investigar emissora de Edir Macedo

Título da matéria: Aberta sindicância contra Record

Editoria: O País

Página: 8

25) Data: 18-10-1995

Chamada na capa: Igreja fará ato público de desagravo à padroeira

Título da matéria: Católicos preparam ato nacional

Editoria: O País

Página: 9

26) Data: 18-10-1995

Chamada na capa: Edir Macedo suspeito de evasão de divisas

Título da matéria: Edir Macedo é investigado por evasão ilegal de divisas

Editoria: Economia

Página: 22

27) Data: 19-10-1995

Chamada na capa: Governador exonera subsecretário ligado a Edir Macedo

Título da matéria: Santa agredida terá desagravo

Editoria: O País

Página: 10

28) Data: 19-10-1995

Chamada na capa: Governador exonera subsecretário ligado a Edir Macedo

Título da matéria: Marcello exonera subsecretário pastor

Editoria: O País

Página: 11

29) Data: 21-10-1995

Chamada na capa: Milhares de pessoas participam de passeata pelas ruas do Centro de Recife em ato de protesto contra os

chutes e socos desferidos numa imagem de Nossa Senhora [...]

Título da matéria: Igreja católica é depredada em SP

Editoria: O País

Página: 9

30) Data: 21-10-1995

Chamada na capa: Milhares de pessoas participam de passeata pelas ruas do Centro de Recife em ato de protesto contra os chutes e socos desferidos numa imagem de Nossa Senhora [...]

Título da matéria: Católicos tomam as ruas de Recife

Editoria: O País

Página: 9

31) Data: 22-10-1995

Chamada na capa: Confronto com católicos foi planejado

Título da matéria: Presidente da CNBB pede uma TV católica

Editoria: O País

Página: 13

32) Data: 22-10-1995

Chamada na capa: Confronto com católicos foi planejado

Título da matéria: Macedo planejou ataque aos católicos

Editoria: O País

Página: 12

33) Data: 22-10-1995

Chamada na capa: Confronto com católicos foi planejado

Título da matéria: Igrejas tentam evitar guerra

Editoria: O País

Página: 12

34) Data: 22-10-1995

Chamada na capa: Confronto com católicos foi planejado

Título da matéria: Igreja arrecada como grande conglomerado

Editoria: O País

Página: 13

35) Data: 23-10-1995

Chamada na capa: Receita vai investigar pastores da Universal

Título da matéria: Pastor da Assembleia prega contra católicos

Editoria: O País

Página: 5

36) Data: 23-10-1995

Chamada na capa: Receita vai investigar pastores da Universal

Título da matéria: Pastores na mira da Receita

Editoria: O País

Página: 4

37) Data: 23-10-1995

Chamada na capa: Receita vai investigar pastores da Universal

Título da matéria: Banco diversifica investimentos

Editoria: O País

Página: 5

38) Data: 24-10-1995

Chamada na capa: Pastor que chutou santa será indiciado

Título da matéria: Delegado vai indiciar pastor que agrediu a santa

Editoria: O País

Página: 9

39) Data: 24-10-1995

Chamada na capa: Pastor que chutou santa será indiciado

Título da matéria: Santas quebradas a marretadas

Editoria: O País

Página: 9

40) Data: 24-10-1995

Chamada na capa: Pastor que chutou santa será indiciado

Título da matéria: Mulher denuncia fiéis por agressão

Editoria: O País

Página: 9

41) Data: 26-10-1995

Chamada na capa: Papa pede que Igreja não responda a evangélicos

Título da matéria: D. Lucas: Papa desencoraja reação

Editoria: O País

Página: 11

42) Data: 26-10-1995

Chamada na capa: Papa pede que Igreja não responda a evangélicos

Título da matéria: Seita ofende santa também em fita

Editoria: O País

Página: 10

43) Data: 26-10-1995

Chamada na capa: Papa pede que Igreja não responda a evangélicos

Título da matéria: Secretário garante emprego para evangélicos

Editoria: O País

Página: 10

44) Data: 27-10-1995

Chamada na capa: Pastor que fez ataque à padroeira é indiciado

Título da matéria: Evangélicos: do culto ao tumulto

Editoria: O País

Página: 7

45) Data: 27-10-1995

Chamada na capa: Pastor que fez ataque à padroeira é indiciado

Título da matéria: Von Helder: 'Apenas encostei o pé na santa'

Editoria: O País

Página: 8

46) Data: 28-10-1995

Chamada na capa: CNBB amplia rede de TV por causa de evangélicos

Título da matéria: Católicos decidem ampliar sua rede de TV

Editoria: O País

Página: 5

47) Data: 29-10-1995

Chamada na capa: Macedo acha rebanho ideal nos EUA e fatura mais

Título da matéria: 'O bispo não mora. Ele se esconde'

Editoria: O País

Página: 15

48) Data: 29-10-1995

Chamada na capa: Macedo acha rebanho ideal nos EUA e fatura mais

Título da matéria: A seita 'fast food'

Matéria complementar: Os demônios de Manhattan

Matéria complementar: Jornal do 'bispo' culpa católicos por todos os males

Editoria: O País

Página: 14

49) Data: 29-10-1995

Chamada na capa: Macedo acha rebanho ideal nos EUA e fatura mais

Título da matéria: 'Quem vai dar cem dólares?'

Editoria: O País

Página: 15

50) Data: 13-11-1995

Chamada na capa: Culto da Igreja Universal acaba em tumulto

Título da matéria: Tumulto em culto da Universal

Editoria: O País

Página: 5

51) Data: 22-11-1995

Chamada na capa: Igreja Universal doa sopa de estatal

Título da matéria: Ceagesp fornece sopa para Igreja Universal distribuir

Editoria: O País

Página: 10

52) Data: 23-12-1995

Chamada na capa: Vídeo mostra truques de Edir Macedo para tomar dinheiro

Título da matéria: Falso Reino de Deus é desmascarado

Matéria complementar: Magno era preparado para o lugar de Macedo

Matéria complementar: Em Salvador, lições para a multiplicação de recursos

Matéria complementar: Nos bastidores, pastores muito longe de Deus

Editoria: O País

Página: 9

53) Data: 23-12-1995

Chamada na capa: Vídeo mostra truques de Edir Macedo para tomar dinheiro

Título da matéria: Uma vida marcada por escândalos

Editoria: O País

Página: 10

54) Data: 23-12-1995

Chamada na capa: Vídeo mostra truques de Edir Macedo para tomar dinheiro

Título da matéria: Império arrecadaria R\$ 750 milhões por ano

Editoria: O País

Página: 10

55) Data: 23-12-1995

Chamada na capa: Vídeo mostra truques de Edir Macedo para tomar dinheiro

Título da matéria: Pastor volta a mostrar os altos salários da seita

Editoria: O País

Página: 10

56) Data: 24-12-1995

Chamada na capa: Edir Macedo deve ser processado por estelionato

Título da matéria: Fiel grávida é agredida no templo

Editoria: O País

Página: 10

57) Data: 24-12-1995

Chamada na capa: Edir Macedo deve ser processado por estelionato

Título da matéria: Diálogos mostram desfaçatez e cinismo

Editoria: O País

Página: 10

58) Data: 24-12-1995

Chamada na capa: Edir Macedo deve ser processado por estelionato

Título da matéria: Estelionato na liturgia de Edir Macedo

Editoria: O País

Página: 11

59) Data: 24-12-1995

Chamada na capa: Edir Macedo deve ser processado por estelionato

Título da matéria: Pastor se diz invejado e perseguido

Editoria: O País

Página: 11

60) Data: 24-12-1995

Chamada na capa: Edir Macedo deve ser processado por estelionato

Título da matéria: Religiosos repudiam atitudes da Universal

Editoria: O País

Página: 11

61) Data: 25-12-1995

Chamada na capa: Edir Macedo investigado por tráfico

Título da matéria: Os pecados capitais de Macedo

Editoria: O País

Página: 3

62) Data: 25-12-1995

Chamada na capa: Edir Macedo investigado por tráfico

Título da matéria: Estudiosos acham que seita seguirá crescendo

Editoria: O País

Página: 3

63) Data: 25-12-1995

Chamada na capa: Edir Macedo investigado por tráfico

Título da matéria: Ligação com tráfico ameaça 'bispo'

Editoria: O País

Página: 3

64) Data: 27-12-1995

Chamada na capa: Procurador diz que vítimas de Macedo devem ir à Justiça

Título da matéria: Brindeiro sugere ação na Justiça

Editoria: O País

Página: 3

65) Data: 27-12-1995

Chamada na capa: Procurador diz que vítimas de Macedo devem ir à Justiça

Título da matéria: Ecos do escândalo chegam ao exterior

Editoria: O País

Página: 4

66) Data: 27-12-1995

Chamada na capa: Procurador diz que vítimas de Macedo devem ir à Justiça

Título da matéria: Atos de Edir Macedo deixam parentes envergonhados

Editoria: O País

Página: 5

67) Data: 27-12-1995

Chamada na capa: Procurador diz que vítimas de Macedo devem ir à Justiça

Título da matéria: Receita pode confiscar bens de Macedo

Editoria: O País

Página: 8

68) Data: 28-12-1995

Chamada na capa: Ex-fiéis correm à Justiça contra Igreja Universal

Título da matéria: Ex-fiéis processam Edir Macedo

Matéria complementar: Fiéis caem nos ‘contos do bispo’ da Igreja Universal

Editoria: O País

Página: 3

69) Data: 28-12-1995

Chamada na capa: Ex-fiéis correm à Justiça contra Igreja Universal

Título da matéria: ‘Igreja Universal alicia pastores para achacar com bons salários e viagens’

Editoria: O País

Página: 5

70) Data: 29-12-1995

Chamada na capa: Procuradoria envia aos EUA vídeo que incrimina Macedo

Título da matéria: Brindeiro alerta Justiça americana

Editoria: O País

Página: 8

71) Data: 29-12-1995

Chamada na capa: Procuradoria envia aos EUA vídeo que incrimina Macedo

Título da matéria: Justiça já condenou seita parecida com a Igreja Universal

Editoria: O País

Página: 8

72) Data: 29-12-1995

Chamada na capa: Procuradoria envia aos EUA vídeo que incrimina Macedo

Título da matéria: A expansão rumo à cidade mística

Editoria: O País

Página: 9

73) Data: 30-12-1995

Chamada na capa: Interpol investiga Edir Macedo nos EUA e em Portugal

Título da matéria: Interpol vai apertar cerco a Macedo

Editoria: O País

Página: 8

74) Data: 30-12-1995

Chamada na capa: Interpol investiga Edir Macedo nos EUA e em Portugal

Título da matéria: Justiça francesa também começa a investigar seita

Editoria: O País

Página: 8

75) Data: 30-12-1995

Chamada na capa: Interpol investiga Edir Macedo nos EUA e em Portugal

Título da matéria: Macedo pode pegar seis anos de prisão na Flórida

Editoria: O País

Página: 8

76) Data: 31-12-1995

Chamada na capa: Pastor que não arrecada é expulso

Título da matéria: Bíblia do ‘bispo’ Macedo é livro-caixa

Editoria: O País

Página: 11

77) Data: 29-03-2000

Chamada na capa: Laranja diz que compra da TV Record foi farsa

Título da matéria: Laranja confessa negociata na compra da Record

Editoria: O País

Página: 10

78) Data: 04-02-2005

Chamada na capa: Castigo: musa de outros carnavais, Enoli Lara não desfilará assim como ex-modelos que hoje são evangélicas

Título da matéria: Do reinado de Momo ao reino de Deus

Editoria: Rio

Página: 16

79) Data: 12-07-2005

Chamada na capa: Bispo da Universal, deputado do PFL é detido com R\$ 10 milhões

Título da matéria: A multiplicação das malas

Editoria: O País

Página: 3

80) Data: 12-07-2005

Chamada na capa: Bispo da Universal, deputado do PFL é detido com R\$ 10 milhões

Título da matéria: Uma igreja polêmica

Editoria: O País

Página: 5

81) Data: 12-07-2005

Chamada na capa: Bispo da Universal, deputado do PFL é detido com R\$ 10 milhões

Título da matéria: Deputado é investigado pelo STF por figurar em empresas ligadas à Record

Editoria: O País

Página: 4

82) Data: 12-07-2005

Chamada na capa: Bispo da Universal, deputado do PFL é detido com R\$ 10 milhões

Título da matéria: Universal alega que dinheiro foi doado por fiéis

Editoria: O País

Página: 5

83) Data: 14-07-2005

Chamada na capa: Universal: mais 11 caixas de dinheiro

Título da matéria: Universal também voou com 11 caixas de dinheiro

Editoria: O País

Página: 9

84) Data: 14-07-2005

Chamada na capa: Universal: mais 11 caixas de dinheiro

Título da matéria: Cédulas teriam numeração seriada

Editoria: O País

Página: 9

85) Data: 13-09-2005

Chamada na capa: Mensalão causa a 2ª renúncia

Título da matéria: Igreja Universal cria seu próprio partido

Editoria: O País

Página: 8

86) Data: 13-09-2005

Chamada na capa: Mensalão causa a 2ª renúncia

Título da matéria: Rodrigues renuncia para fugir da cassação

Editoria: O País

Página: 8

87) Data: 01-02-2010

Chamada na capa: STF mantém ação contra dirigentes da Universal

Título da matéria: Universal: STF rejeita recurso e mantém ação

Editoria: O País

Página: 4

88) Data: 22-04-2010

Chamada na capa: Caos no Rio, de novo, surpreende autoridades

Título da matéria: Caos universal e autorizado

Editoria: Rio

Página: 12

89) Data: 10-07-2010

Chamada na capa: Tesoureira da Igreja Universal nos EUA é indiciada em 4 crimes

Título da matéria: Tesoureira da Igreja Universal nos EUA é indiciada por 4 crimes

Editoria: O País

Página: 12

90) Data: 31-08-2010

Chamada na capa: No Fla, um técnico de Cristo

Título da matéria: Silas: 'No Flamengo, tem que ser campeão'

Editoria: Esportes

Página: 1

91) Data: 11-09-2010

Chamada na capa: Papa diz que Igreja perde fiéis no Brasil

Título da matéria: Papa faz alerta para fuga de fiéis no Brasil

Editoria: O País

Página: 20

92) Data: 05-10-2010

Chamada na capa: Dilma fará ofensiva religiosa para atrair o voto conservador

Título da matéria: Cruzada pelo voto conservador

Editoria: O País

Página: 3

93) Data: 05-10-2010

Chamada na capa: Dilma fará ofensiva religiosa para atrair o voto conservador

Título da matéria: Para evangélicos, PT subestimou boatos

Editoria: O País

Página: 9

94) Data: 05-10-2010

Chamada na capa: Dilma fará ofensiva religiosa para atrair o voto conservador

Título da matéria: Ofensiva contra o PT

Editoria: O País

Página: 9

95) Data: 08-10-2010

Chamada na capa: Votos de fé

Título da matéria: Dilma visita capela e fala contra aborto

Editoria: O País

Página: 12

96) Data: 08-10-2010

Chamada na capa: Votos de fé

Título da matéria: Índio pede a pastores discurso anti-Dilma

Editoria: O País

Página: 12

97) Data: 08-10-2010

Chamada na capa: Votos de fé

Título da matéria: Vice de Dilma busca apoio de Garotinho

Editoria: O País

Página: 13

98) Data: 14-10-2010

Chamada na capa: Dilma lançará 'Carta' contra o aborto e o casamento gay

Título da matéria: A carta de Dilma

Matéria complementar: Dilma tem negociado com Garotinho

Editoria: O País

Página: 3

99) Data: 14-10-2010

Chamada na capa: Dilma lançará 'Carta' contra o aborto e o casamento gay

Título da matéria: Pressão sobre candidata, com Lula junto

Editoria: O País

Página: 3

100) Data: 25-05-2015

Chamada na capa: Presídios têm celas só para evangélicos

Título da matéria: Evangélicos marcam território dentro dos presídios do Rio

Editoria: Rio

Página: 8

101) Data: 10-09-2015

Chamada na capa: Fiéis vão à montanha

Título da matéria: Os montes que elevam a fé no Rio

Matéria complementar: Locais ocupam áreas públicas e até trechos de parques

Editoria: Rio

Página: 11

102) Data: 29-10-2015

Chamada na capa: Evangélicos e feministas pedem a saída do deputado

Título da matéria: De evangélicos a feministas contra Cunha

Editoria: País

Página: 4

103) Data: 20-01-2020

Chamada na capa: Com plateia evangélica, Crivella recebe Bolsonaro

Título da matéria: Em busca de apoio, Crivella recebe Bolsonaro

Editoria: País

Página: 6

104) Data: 16-02-2020

Chamada na capa: Com 40 encontros, Bolsonaro torna evangélicos prioridade

Título da matéria: A fé do poder: Bolsonaro prioriza evangélicos em agenda e políticas

Editoria: País

Página: 8

105) Data: 04-07-2020

Chamada na capa: Evangélicos pressionam contra nomeação de Feder para o MEC

Título da matéria: Evangélicos se opõem ao nome de Feder para o MEC

Editoria: Sociedade

Página: 16

106) Data: 11-07-2020

Chamada na capa: Bolsonaro nomeia pastor Milton Ribeiro para o MEC

Título da matéria: Pastor é nomeado para o MEC

Editoria: Sociedade

Página: 19

107) Data: 11-07-2020

Chamada na capa: Bolsonaro nomeia pastor Milton Ribeiro para o MEC

Título da matéria: Religioso citou 'paixão' como motivo para feminicídio

Editoria: Sociedade

Página: 19

108) Data: 15-09-2020

Chamada na capa: Bancada evangélica já articula derrubada a veto de Bolsonaro

Título da matéria: Evangélicos articulam derrubar veto de Bolsonaro

Editoria: País

Página: 8

109) Data: 06-10-2020

Chamada na capa: Bolsonaro diz que vai indicar pastor evangélico na próxima vaga do STF

Título da matéria: 'Será um pastor', diz presidente sobre vaga na corte em 2021

Editoria: País

Página: 6